



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

ESTEVANE DE PAULA PONTES MENDES



A PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR EM GOIÁS:
as comunidades rurais no município de Catalão

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
PLANEJAMENTO AMBIENTAL**

PRESIDENTE PRUDENTE

2005

ESTEVANE DE PAULA PONTES MENDES

A PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR EM GOIÁS:
as comunidades rurais no município de Catalão

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental

Orientadora: Prof.^a Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Co-orientador: Prof. Dr. João Cleps Júnior

PRESIDENTE PRUDENTE

2005

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e
Documentação – UNESP – FCT – Campus de Presidente Prudente

M49p Mendes, Estevane de Paula Pontes.
 A Produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no
 município de Catalão (GO) / Estevane de Paula Pontes Mendes. –
 Presidente Prudente: [s.n.], 2005
 294: il., fig. + mapas

 Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de
 Ciências e Tecnologia
 Orientador: Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol
 Co-orientador: João Cleps Júnior

 1. Geografia. 2. Produção familiar. I. Mendes, Estevane de Paula
 Pontes. II. Hespanhol, Rosângela Aparecida de Medeiros. III. Cleps
 Júnior, João. III. Título.

CDD (18.ed.) 910

Capa: REZENDE, Silmalene Maria. **Fazendinha**. 2002. Óleo sobre tela. 40 cm x 50 cm.

TERMO DE APROVAÇÃO

ESTEVANE DE PAULA PONTES MENDES

A PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR EM GOIÁS: as comunidades rurais no município de Catalão

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Geografia, da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, pela seguinte banca examinadora:

Co- Orientador Prof. Dr. João Cleps Júnior

Prof^a. Dra. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Prof^a Vera Mariza Henriques de Miranda Costa (UNIARA)

Prof. Dr. Elpídio Serra (UEM)

Presidente Prudente (SP), 15 de setembro de 2005.

Para

Meu esposo, *Idelvone e*

Meus pais, *Antônio e Valdívia*

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho envolveu diretamente a colaboração direta de muitas pessoas. Aqui manifestamos nossa gratidão a todas elas e de forma particular:

A minha Orientadora, Prof^a. Dra Rosângela Aparecida Medeiros Hespanhol e ao Co-orientador, Prof. João Cleps Júnior, que acompanharam a concepção e o direcionamento deste trabalho;

Ao Prof. Dr. Idelvone Mendes Ferreira e Prof. Dra Maria Imaculada Cavalcante pelas leituras e críticas dos textos originais, contribuindo para a elaboração final do trabalho;

Ao meu sobrinho, Bruno Pontes Caixeta, pelo auxílio na formatação dos dados numéricos;

À Prof^a. Dra. Alba Regina Azevedo Arano, pelas sugestões e orientações apresentadas no Exame de Qualificação;

À Prof^a. Ms. Ademilde Fonseca, pelas correções de Português e pela amizade;

Ao Prof. Ms. Ronaldo da Silva pela tradução do Resumo;

Aos meus pais, pelo incentivo e apoio;

Aos amigos, Macô, Dê, Soninha, Kênia, Elismar, Marta, Zelinda, Livia e Margarida, pela amizade e incentivo não apenas para realização deste;

À Prof^a Dra. Vera Lúcia Salazar Pessoa pelo incentivo;

À Poliane Maria da Silva Duarte que me acompanhou na realização do trabalho de campo;

Aos colegas Professores do Curso de Geografia do Campus de Catalão/UFG, em especial aos Professores José Henrique R. Stacciarini e João Donizete Lima;

Aos colegas do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, em especial, Márcia, Ângela, Maria Cleide, Márcio, Paulo e Edson;

Aos Professores do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente;

À Prefeitura Municipal de Catalão (GO), pelo apoio nessa jornada;

À Universidade Federal de Goiás – Campus de Catalão;
A Agência Rural Goiana – Unidade Catalão, principalmente, ao
Engenheiro Agrônomo Vilmar Eustáquio da Silva;
À Secretaria Municipal de Saúde de Catalão;
Aos moradores das comunidades rurais pesquisadas;
Aos Agentes Comunitários Rurais de Saúde de Catalão;
Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Regional
Catalão.
À COPIAR - Copiadora e Gráfica Rápida, pela qualidade do serviço de
impressão deste trabalho;
Finalmente, àqueles que, indiretamente, também, contribuíram para a
realização deste trabalho.

Falar de agricultura familiar e, como consequência, utilizar a noção de unidade familiar como unidade de produção, consumo e convívio é algo por demais difícil e polêmico; é adentrar por um terreno movediço, um campo de discussões e análises que manifesta ambigüidades, ambivalências, heterogeneidades e especificidades.

(Tedesco, 2001)

RESUMO

A agricultura brasileira apresenta desigualdades e especificidades regionais, justificando a diversidade de suas condições de desenvolvimento, no que diz respeito à produção rural familiar. Esse segmento de produtores dispõe de condições desvantajosas para viver, produzir e comercializar seus produtos, principalmente quando comparada à agricultura empresarial moderna. Suas condições de sobrevivência foram agravadas, sobremaneira, com a expansão do modelo de acumulação flexível. A condição de instabilidade desses produtores tem refletido, também sobre a população urbana, uma vez que não possibilita o rebaixamento dos preços dos gêneros alimentícios básicos. Em face do reconhecimento da importância da produção rural estruturada no trabalho familiar para a agricultura e para a sociedade, contribuindo para amenizar os problemas sociais e econômicos e da intensidade das diferenças apresentadas pela ruralidade brasileira, as proposições a respeito sugerem que as análises devem ser pensadas como uma tendência geral, porém, tornam-se necessários estudos localizados. Nesse sentido, o estudo propõe compreender e analisar o contexto em que surgiram e desenvolveram os pequenos produtores na sociedade brasileira e suas possibilidades de reprodução na atual conjuntura, particularmente, no município de Catalão, Estado de Goiás. Assim, como conhecer a diversidade de estratégias adotadas por esse segmento de produtores, contribuindo com os trabalhos que vêm sendo realizados para aprofundar os conhecimentos sobre a produção rural estruturada sobre o trabalho familiar e suas possibilidades de desenvolvimento social e econômico. Como terreno empírico para o estudo da produção rural familiar escolheu-se quatro comunidades rurais no município de Catalão (GO). Para a execução do trabalho foram efetuados, além da revisão da literatura, levantamento, sistematização, análise e representação de dados e informações de fonte primária e secundária. A pesquisa de campo foi realizada entre os anos de 2003, 2004 e 2005, nas seguintes comunidades rurais: Comunidade Coqueiro, Comunidade Mata Preta, Comunidade Ribeirão e Comunidade Morro Agudo/Cisterna, sendo aplicados um total de 79 roteiros de entrevistas e 15 entrevistas com os produtores rurais. As características mais marcantes da pesquisa nas comunidades rurais assentam-se nos poucos recursos humanos e técnicos, na busca da valorização do seu potencial produtivo (terra, trabalho e equipamentos simples) e na ausência, na maioria dos casos, de qualquer planejamento sobre: o que, como e o quanto produzir, qual a oferta e a demanda local. Dessa forma, as particularidades apresentadas pelos estabelecimentos familiares, como os vínculos de proximidade, a multifuncionalidade e as diversas competências têm respondido de forma decisiva para a reprodução ampliada desses produtores rurais. Porém, impõe-se a preocupação com a qualidade de vida dessas famílias, principalmente com a geração de jovens produtores que estruturam sua existência sob condições de privações e insegurança quanto ao seu futuro.

Palavras-chave: Produção rural familiar. Questões teóricas metodológicas. Comunidades rurais. Diversidades sócio-econômicas. Catalão (GO).

ABSTRACT

Brazilian agriculture shows inequality and regional different features, this justify its developing conditions in many ways, as for the rural familiar production. This segment of growers face disadvantage conditions in their lives – to plant and trade their product - when compared to the modern agribusiness. Their living conditions became worse on account of the flexible accumulation expansion. Grower's instability has an effect on the urban population because of their need of basic food supplies in lower cost but, the prices have not gone down. It is recognized that structured rural production at families work is important to the agriculture and society as a whole, due to its decisive contribution to helping solving social and economical problems. Although researches points out some general trends in agriculture, it is necessary to promote case studies provided that Brazilian countryside is far different and unequal in its national configuration. So, this study proposes to comprehend and analyze the context in which the small producers were developed at Brazilian Society and their possibilities of reproduction at present conjunction, specially, at Catalão (GO). Thus, how to know the strategies diversity applied by this segment of growers, hoping to contribute to the researches which has been made so far, in order that more knowledge may be created about rural production structured upon familiar work and its possibilities to the social-economical development. Four rural communities were chosen to the empirical study in Catalão (GO). To building this research, many sources were used, besides the literature review, there were systematization, analyses and data representation and information based on first and second sources. This empirical studies were developed during the years of 2003, 2004 and 2005 in the following rural communities: Coqueiro Community, Mata Preta Community, Ribeirão Community and Morro Agudo/Cisterna Community, 79 interviews in brief and 15 complete interviews were conducted with the rural planters. The most impressing features found by the research in the communities are their few human and technical resources, their fight for valuating their productive potential (land, labor, and ordinary working tools) and the absence, in most of the cases, of any kind of planning about: what, way and the amount of production, what might be the local supply and demand. In this way, the peculiarities shown by the familiar properties such as proximity, several functions performed, and diverse competences have answered decisively so that the amplified reproduction of these growers can occur. Although, something still worries as for the quality of life for theses families, it concerns the formation of new young farmers who build their lives under conditions of deprivation and uncertainty about their future.

Key words: Rural familiar production. Theoretical and methodological questions. Rural communities. Social-economical diversities. Catalão (GO).

LISTA DE FIGURAS

1 Região Centro-Oeste: Mapa Político - 2005	118
2 Abrangência geográfica das áreas contínuas e isoladas do cerrado no Brasil, antes do processo de ocupação antrópica - 1960	123
3 Localização da Microrregião Geográfica de Catalão, Estado de Goiás - 2005	153
4 Município de Catalão (GO): localização das comunidades rurais - 2005	154
5 Catalão (GO): Planta Urbana - 2005	155
6 Comunidade Coqueiro - Catalão (GO): casa construída no início do século XX	173
7 Comunidade Coqueiro - Catalão (GO): atual Igreja dos Coqueiros – 2003	179
8 Comunidades Coqueiro e Ribeirão - Catalão (GO): produção de polvilho – 2003	200
9 Comunidade Ribeirão - Catalão (GO): produção integrada agricultura/pecuária leiteira. Em destaque, a ordenha mecanizada – 2003	204
10 Comunidade Coqueiro - Catalão (GO): cultivo de feijão e, ao fundo, repolho (com uso de irrigação) – 2003	207
11 Comunidade Morro Agudo/Cisterna - Catalão (GO): cultivo de alho - 2003	207
12 Comunidade Coqueiro - Catalão (GO): cultivo de palmito pupunha – 2003	208
13 Comunidade Mata Preta - Catalão (GO): cultivo de feijão, ao fundo, alho e Milho – 2003	208
14 Comunidade Ribeirão - Catalão (GO): cultivo de cebola. Em destaque, ao fundo, pivô central – 2003	210
15 Comunidade Coqueiro - Catalão (GO): pulverização manual de hortaliças. Em destaque, agricultor sem equipamento de proteção adequado – 2000	219
16 Comunidade Morro Agudo/Cisterna - Catalão (GO): local de depósito de embalagens de defensivos – 2005	220
17 Comunidade Coqueiro - Catalão (GO): habitação rural – 2005	237
18 Comunidade Ribeirão - Catalão (GO): habitação rural – 2005	237
19 Comunidade Morro Agudo/Cisterna - Catalão (GO): habitação rural – 2005	238
20 Comunidade Mata Preta - Catalão (GO): <i>demão</i> na colheita de arroz – 2005	243
21 Comunidade Morro Agudo/Cisterna - Catalão (GO): Vila Açucena – 2005	245
22 Comunidade Morro Agudo/Cisterna - Catalão (GO): limpeza do alho – 2003	247
23 Feira na Praça Duque de Caxias - Catalão (GO): hortaliças comercializadas - 2004	251
24 Feira na Praça Duque de Caxias - Catalão (GO): variedade de produtos	

comercializados (doces, biscoitos e outros produtos) – 2004	252
25 Feira na Praça Duque de Caxias - Catalão (GO): aguardente e polvilho doce, ao fundo, guariroba (palmito) – 2004	252
26 Feira na Praça Duque de Caxias - Catalão (GO): comercialização de frango caipira, ao fundo, ovos, aguardente, entre outros produtos – 2004	253

LISTA DE TABELAS

1 Estado de Goiás: evolução absoluta e relativa da população - 1960 - 2000	131
2 Município de Catalão (GO): estrutura fundiária - número de estabelecimentos segundo a extensão – 1995-1996	146
3 Município de Catalão (GO): evolução da população urbana e rural - 1960, 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000	147
4 Município de Catalão (GO): culturas temporárias e permanentes - 1991, 1996, e 2000	149
5 Município de Catalão (GO): utilização de insumos na produção agrícola – 1995-1996	150
6 Município de Catalão (GO): máquinas, meios de transporte e instrumentos agrícolas – 1995-1996	150
7 Município de Catalão (GO): dados gerais da produção animal e de leite – 1994, 1998 e 2002	151
8 Município de Catalão (GO): estabelecimentos de produção dos derivados de leite por categoria e capacidade industrial sob inspeção federal – 2003	152
9 Catalão (GO): principais indústrias de mineração e capacidade instalada – 2004	160
10 Comunidades rurais em Catalão (GO): diferenciação da produção/produtores – 2003	198
11 Município de Catalão (GO): produção de alho - 1980, 1991, 1996, 1999 e 2001 - 2004	211
12 Comunidades rurais em Catalão (GO): população jovem – perspectivas de permanência - 2003	229
13 Comunidades rurais em Catalão (GO): composição média das famílias nos municípios selecionados - 1997 e 2005	232
14 Comunidades rurais em Catalão (GO): escolaridade dos filhos dos produtores - 2003	235

LISTA DE GRÁFICOS

1 Município de Catalão (GO): distribuição das propriedades rurais por área (ha) - 1980, 1990 e 1995 –1996	145
2 Município de Catalão (GO): evolução da população urbana e rural - 1960, 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000	148
3 Goiás e município de Catalão (GO): participação das principais atividades no PIB – 2000	162
4 Município de Catalão (GO): participação das principais atividades no PIB – 2000	162
5 Comunidades rurais em Catalão (GO): formas de acesso à propriedade fundiária – 2003	192
6 Comunidades rurais em Catalão (GO): utilização de insumos agrícolas, maquinário e assistência técnica – 2003	217
7 Comunidades rurais em Catalão (GO): uso de crédito agrícola - 2002 – 2003	223
8 Comunidades rurais em Catalão (GO): taxa média de filhos nas famílias dos produtores - 2005	227
9 Comunidades rurais em Catalão (GO): relação entre os filhos dos produtores que moram no meio rural e os que migraram – 2003	228
10 Comunidades rurais em Catalão (GO): migrações da população em % – 2005	230
11 Comunidades rurais em Catalão (GO): idade média dos produtores em % - 2005	231
12 Comunidades rurais em Catalão (GO): propriedades administradas pelo proprietário e o cônjuge ou pelo proprietário e seu filho em % – 2003-2005	232
13 Comunidades rurais em Catalão (GO): atividades dos filhos dos produtores - 2003	233
14 Comunidades rurais em Catalão (GO): escolaridade dos produtores – 2003	235
15 Comunidades rurais em Catalão (GO): automóvel, energia elétrica, rádio e telefone em % – 2005	240
16 Comunidades rurais em Catalão (GO): contratação de mão-de-obra assalariada temporária (MAT), venda e troca de serviços em % - 2003	242
17 Comunidades rurais em Catalão (GO): formas de organização social – 2003	249

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- 1 AGR - Agência Goiana Rural
- 2 Alq. – Medida de superfície usada nos Estados de Minas Gerais e Goiás e que corresponde a 48.400m²
- 3 ASPAC - Associação dos Produtores de Alho de Catalão
- 4 BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social
- 5 CAI - Complexo Agroindustrial
- 6 CAIs - Complexos Agroindustriais
- 7 CEASA - Central de Abastecimento
- 8 CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais
- 9 CESUC - Centro de Ensino Superior de Catalão
- 10 CNA - Confederação Nacional da Agricultura
- 11 COACAL - Cooperativa Agropecuária de Catalão Ltda
- 12 CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
- 13 DAP - Declaração de Aptidão
- 14 DI - Departamento produtor de bens de capital
- 15 DII - Departamento produtor de bens de consumo
- 16 DIMIC - Distrito Mineroindustrial de Catalão
- 17 DIQUIC - Distrito Químico e de Fertilizantes de Catalão
- 18 EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- 19 EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- 20 FAEG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Goiás
- 21 FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
- 22 FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
- 23 FCA - Ferrovia Centro-Atlântica
- 24 FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste
- 25 FMI - Fundo Monetário Internacional
- 26 ha - hectare (medida de superfície correspondente à 100 ares, ou seja, 10.000m²)
- 27 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- 28 IDH - Índice de Desenvolvimento Humano (ONU)
- 29 IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- 30 INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

- 31 JIT - Just-in-time/produção-a-tempo
- 32 NPK - Nitrogênio, Fósforo e Potássio
- 33 ONGs - Organizações não-Governamentais
- 34 pH - Potencial de Hidrogênio
- 35 PIB - Produto Interno Bruto
- 36 PLANAF - Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- 37 PND - Programas Nacionais de Desenvolvimento
- 38 PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
- 39 PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- 40 POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
- 41 PROAGO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
- 42 PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
- 43 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- 44 RSP - Relações Sociais de Produção/trabalho
- 45 SEPLAN - GO - Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento de Goiás
- 46 SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural
- 47 SUS - Sistema Único de Saúde
- 48 UFG-CAC - Universidade Federal de Goiás, Campus de Catalão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR	26
2.1 O contexto da questão agrária na expansão do modelo de produção capitalista	28
2.2 A ruralidade brasileira e suas definições	43
2.3 A pequena produção rural no Brasil e suas perspectivas	51
2.4 A estrutura da unidade de produção rural familiar	60
3 AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO: dos primórdios de sua organização à agricultura moderna	65
3.1 O desenvolvimento da agricultura na economia brasileira e o estabelecimento de sua estrutura socioespacial	68
3.2 A lei de terras de 1850 e suas implicações socioespaciais	87
3.3 As condições históricas de desenvolvimento da pequena produção rural no Brasil	97
3.4 As mudanças nos processos produtivos rurais dos anos 1970 e seus reflexos sobre a propriedade e as relações sociais de trabalho	105
4 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DE GOIÁS	115
4.1 A estrutura agrária goiana e o processo de concentração fundiária	117
4.2 A importância da Lei de Terras para Goiás	132
4.3 A conversão da economia rural agrária em economia urbana em Goiás (século XVIII ao XX)	136
4.4 As transformações agrárias e a concentração fundiária em Catalão	143
4.5 Localização da área de estudo	153
4.6 Caracterização socioeconômicas de Catalão	156
5 A INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA DA PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CATALÃO	164
5.1 A trajetória da pesquisa empírica	167
5.2 A constituição da história através da reprodução do patrimônio sociocultural	171
5.3 Características socioeconômicas da produção rural familiar no município de Catalão	182
5.3.1 A terra, a família e o trabalho como unidade de produção e consumo	183

5.3.2 A origem das propriedades e a transmissão do patrimônio familiar	190
5.3.3 O uso da terra e a diversificação da produção	194
5.3.4 O nível técnico e a política de crédito	215
5.3.5 As estratégias de reprodução familiar	226
5.3.6 O nível de escolaridade e condições de vida dos produtores	234
5.3.7 As características do trabalho familiar	240
5.3.7.1 O trabalho das mulheres da Vila Açucena	245
5.3.8 As formas de organização social dos agricultores	248
5.3.9 A importância das feiras livres para as comunidades rurais	250
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	256
REFERÊNCIAS	263
ANEXOS	283
ANEXO A - Roteiro de entrevista com a Agência Goiana Rural	284
ANEXO B - Roteiro de entrevista com o Agente de Saúde	286
ANEXO C - Entrevistas com moradores mais antigos	287
ANEXO D - Roteiro de entrevista com os produtores rurais	288
ANEXO E - Roteiro de entrevista com os filhos dos produtores	291
ANEXO F - Roteiro de entrevista com os trabalhadores rurais	292
ANEXO G - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	294

1 INTRODUÇÃO



Fazendinha, Óleo sobre tela – Lena Rezende

1 INTRODUÇÃO

As unidades de produção rural, estruturadas no trabalho familiar, têm sua origem histórica vinculada à história do regime colonial. Desenvolveram-se subordinadas a uma estrutura concentrada da propriedade da terra e dos mercados no Brasil e não foram eliminadas pelas transformações dos processos produtivos, ocorridos a partir dos anos de 1960, como resultado da expansão do capitalismo no campo. A inserção da produção rural familiar nas relações sociais capitalistas, suas reorganizações, rupturas e reprodução, a associação entre família, terra e trabalho evidenciam a heterogeneidade dos processos que permitem sua integração na sociedade contemporânea e, ainda, as diferenciações e diversidades que compõem esse segmento de produtores.

O contexto da modernização tecnológica agravou, ainda mais, suas condições de sobrevivência devido à crescente monetarização das relações, como mercado de insumos oligopolizado, elevando os custos de produção, mercado monopsônico, reduzindo os ganhos dos produtores; a saturação do mercado de trabalho (porém com remunerações mais elevadas), dificultando a complementação dos rendimentos e/ou a contratação temporária de ajudantes. Soma-se a isso, os critérios creditícios voltados para grandes produtores, especializados e o mercado de terras concentrado.

O objetivo desta pesquisa é compreender e analisar o contexto em que surgiram e se desenvolveram os pequenos produtores rurais na sociedade brasileira e suas possibilidades de reprodução na atual conjuntura, particularmente, no município de Catalão, Estado de Goiás. Além disso, a pesquisa busca conhecer a diversidade de estratégias adotadas por esse segmento de produtores, contribuindo com os estudos que vêm sendo realizados no sentido de possibilitar o aprofundamento dos conhecimentos sobre a produção rural familiar e suas possibilidades de desenvolvimento social e econômico no espaço rural.

A partir da década de 1970, a agricultura brasileira foi submetida a consideráveis transformações, envolvendo diversos aspectos, como relações de trabalho, padrão tecnológico, distribuição espacial da produção, relações intersetoriais – com a formação dos chamados Complexos Agroindustriais (CAIs) – subsídios e demais intervenções estatais. O caráter socialmente excludente dessas transformações, viabilizado pelas políticas agrícolas e agrárias, alterou significativamente o nível tecnológico das explorações, no entanto, ampliou a concentração da propriedade da terra, provocando,

conseqüentemente, a expressiva expulsão do trabalhador rural e/ou impedindo a continuidade da profissão paterna (migração de parte da família).

O que importa ressaltar desse processo é a distribuição regressiva da renda e o acesso limitado dos pequenos produtores aos benefícios promovidos pelas transformações nos processos produtivos no meio rural brasileiro. Outro ponto importante refere-se ao aumento do trabalho assalariado, principalmente o temporário, em detrimento às formas de trabalho familiar (parceria, meeiro) subordinadas diretamente à grande propriedade.

As principais divergências sobre esse processo dizem respeito aos efeitos e à amplitude dessa transformação estrutural pelos setores, produtos e agricultores. Diante disso, emergem questões importantes para a análise do lugar da produção rural familiar no processo de modernização, como: em que grau e de que maneira este setor foi atingido? E qual o espaço atual deste setor no contexto em que se encontra inserido? Não obstante, reconhece-se que o padrão tecnológico adotado e difundido não é adequado e/ou acessível às necessidades da pequena produção rural familiar, uma vez que suas características estruturais, como limitada disponibilidade de terras para uso de máquinas, condições naturais adversas, policultura, poucos recursos para investimento e o tamanho da família, dificultam a modernização tecnológica dessas unidades.

Além das dificuldades quanto ao aparato tecnológico disponível, considerando que as grandes máquinas e equipamentos revelam a valorização de maiores escalas produtivas, acrescenta-se que o sistema creditício, a pesquisa e a extensão rural são direcionados, em sua maioria, para agricultura empresarial moderna. Entretanto, embora os elementos estruturais impedissem que o segmento de pequenos agricultores fosse beneficiado pelo processo, a dinâmica do capital, através da abertura de mercado e dos mecanismos de financiamento, tem pressionado os pequenos agricultores a modernizarem-se tecnologicamente. Porém, essa modernização não é contemplada de forma homogênea pelas unidades de produção rural familiar local/regional. Pressupõe-se também, que o conjunto de conhecimentos práticos e não formais são importantes na determinação das estratégias produtivas e para a geração de renda.

Diante desse contexto, tem sido uma constante a adoção de diferentes estratégias sociais e econômicas pelas unidades de produção rural familiares, que têm viabilizado sua inserção socioeconômica e reprodução ampliada local/regional. Esse segmento, que se reproduz na sociedade moderna, foi forçado a adaptar-se frente a um novo contexto socioeconômico, definido pelas transformações local/regional/nacional do

mercado e pela cultura urbana. A racionalidade produtivista impõe modificações importantes em sua forma de produzir e em seu estilo de vida como único caminho para encontrar novos espaços funcionais. Essas transformações não caracterizam uma ruptura brusca e definitiva com as formas anteriores, permitindo a reprodução de agricultores que foram e são capazes de adotar estratégias e formas possíveis e, assim, enfrentar as exigências e os desafios impostos pelo mercado. Porém, esse processo tem promovido a redução gradativa da população do campo, a partir das migrações e do envelhecimento do produtor rural.

A trajetória da pesquisa envolveu, além da revisão da literatura pertinente à temática, levantamento, sistematização, análise e representação de dados e informações de fontes primárias e secundárias. Os dados de fontes secundárias foram obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - Posto Catalão). Nesse órgão foram consultadas as seguintes publicações: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do Estado de Goiás (LSPA) de 2000-2003; dados da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN, 2003); foram utilizadas, ainda, as informações do Relatório de Impacto Ambiental de 2004 (RIA – Empresa Ultrafertil).

As informações e os dados de fontes primárias foram obtidos através de entrevistas realizadas, em um primeiro momento, com os profissionais da Agência Rural Goiana (AGR), Secretaria da Agricultura, Secretaria Municipal de Saúde de Catalão e Secretaria de Obras (Administração Municipal), com os Agentes Comunitários de Saúde, Sindicato Rural; Presidentes das Associações dos Pequenos Produtores e os moradores mais antigos das comunidades rurais trabalhadas.

Nesse sentido, procurou-se, primeiramente, definir os procedimentos de coleta, a partir da leitura prévia da literatura e, posteriormente, definir quais indivíduos, o número e quais características de indivíduos seriam analisadas no grupo eleito (amostragem) e o tamanho da mesma. A partir dessas definições, iniciou-se o trabalho de campo. A pesquisa de campo foi realizada no município de Catalão, nos anos de 2003, 2004 e 2005, nas seguintes comunidades rurais: na Comunidade Coqueiro foram identificados 38 sedes/residências, Comunidade Mata Preta 64 sedes/residências, Comunidade Ribeirão 72 sedes/residências e Comunidade Morro Agudo/Cisterna 79 sedes/residências, sendo aplicados, respectivamente, 15, 16, 17 e 31 roteiros de entrevistas com os produtores rurais.

Foram aplicados, ainda, quarenta roteiros de entrevistas com os filhos dos produtores rurais destas comunidades e seis com as famílias dos trabalhadores rurais

que moram há mais de dez anos na Vila Açucena na Comunidade Morro Agudo/Cisterna. A escolha dessas comunidades rurais assentou, principalmente, pelo uso da mão-de-obra predominantemente familiar para trabalhar na unidade produtiva, o tamanho das propriedades, os rendimentos, a diversificação da produção e o acesso de parte das famílias de produtores ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

A partir das características e definições sobre as unidades familiares de produção rural, apresentadas, principalmente, pelos autores Chayanov (1974); Woortmann e Woortmann (1997); Lamarche (1993); Wanderley (2001); Tedesco (2001) e pelo Relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estabeleceu-se o eixo norteador deste trabalho. Assim, essas unidades produtivas apresentam centralidade dos meios de produção; trabalho e gestão assegurados diretamente pelos proprietários; ênfase na diversificação da produção de gêneros alimentícios e multiplicidade de atividades; produção para o mercado e para o autoconsumo; valorização dos recursos naturais e culturais; uso do trabalho assalariado complementar; associação dos rendimentos agrícolas e não-agrícolas; subordinação imediata às condições externas, determinando as estratégias de reprodução e área total menor ou igual a quatro módulos fiscais de terra.

Os estudos acerca da temática da produção rural familiar na literatura brasileira têm gerado, nos últimos anos, um rico debate nos eventos científicos e várias publicações que ressaltam o caráter das desigualdades e especificidades regionais da ruralidade brasileira. Diante disso, uma observação preliminar decorre da diversidade das estratégias de reprodução dessas unidades produtivas. Essa diversidade é caracterizada pela interdependência de uma série de fatores, como o tamanho da propriedade, o tamanho da família, o grau de mecanização, o nível técnico, a capacidade financeira, a relação com o mercado, dentre outros fatores, refletindo em inserções locais/regionais rigorosamente diferenciadas.

É no caráter e na intensidade dessas diferenças que assenta as principais controvérsias em relação ao lugar da produção rural familiar no Brasil, justificando a relativização da contribuição desse segmento de produção para a agricultura e para sociedade. Soma-se, a isso, a associação histórica do rural às condições de precariedade e carência, deixando em segundo plano questões relacionadas à importância da ruralidade para a sociedade como um todo. O emprego da noção de unidade de produção rural familiar como unidade de produção, consumo e convívio caracterizam uma situação difícil

e diversificada.

As discussões e análises expressam especificidades e divergências entre muitos estudiosos, mas algumas características compõem o núcleo genérico dentre os vários conceitos, como a família, enquanto proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra e os valores e tradições que constituem o patrimônio sociocultural. Como meio de sobreviver, essas unidades produtivas lançam mão de uma série de combinações produtivas agrícolas e não-agrícolas e uso de formas de trabalho não-assalariadas, o que tem permitido sua inserção aos mercados. Essas manifestações socioculturais e econômicas organizam-se em reação à imposição das formas capitalistas, o que nos leva a questionar as noções de atraso, determinismo e funcionalidade.

Assim, as proposições a respeito da temática sugerem que as análises devem ser pensadas como uma tendência geral, necessitando da complementação de estudos localizados que apresentem a possibilidade do conhecimento da diversidade socioespacial e geográfica. Aqui reside a justificativa da realização deste estudo. A partir das reflexões sobre a organização do espaço agrário brasileiro e, principalmente, sobre as desigualdades regionais e locais torna-se possível estabelecer as relações e a possibilidade de sua aplicação teórico-metodológica no estudo das condições adversas da produção rural familiar na estrutura fundiária goiana.

O interesse pela temática surgiu com a pesquisa realizada no Mestrado na Comunidade Coqueiro no município de Catalão, estado de Goiás em 2001. Essa pesquisa procurou conhecer a origem dessas unidades produtivas, como viviam e organizavam-se, quais produtos cultivavam e, principalmente, quais as implicações geradas pela relação terra, trabalho e família. O móvel desse novo estudo assenta-se na análise da diversidade de estratégias e competências apresentadas por esses pequenos produtores familiares enquanto meio de reprodução. No campo teórico, destaca-se o interesse pelas análises das principais controvérsias quanto à importância dessas unidades para a sociedade contemporânea e as particularidades local/regional que caracterizam sua reprodução.

Nesse sentido, vários pesquisadores acreditam na viabilidade social e econômica da produção rural familiar, considerando suas especificidades e perspectivas. Pela complexidade e magnitude desse objeto de estudo, suas potencialidades no âmbito do desenvolvimento rural devem ser inseridas nos lugares e contextos em que esses processos tiveram condições de emergir e se desenvolverem, a partir da capacidade empreendedora dos produtores e das dinâmicas regionais. Porém, deve-se considerar o grau de divergência e a necessidade de um conjunto de políticas públicas, visando o fortalecimento dessas

unidades produtivas no Brasil.

Trata-se, na verdade, de uma proposta de reforma agrária, cujo objetivo central seja o fomento e o apoio aos pequenos produtores, assegurando-lhes o acesso à tecnologia, canais de comercialização, crédito, preços mínimos, controle de preços dos insumos, dentre outros. A aspiração de uma inovação na política fundiária brasileira, provavelmente, apresentará novas possibilidades e perspectivas para que os jovens agricultores possam assegurar sua reprodução profissional no campo. Assim, o acesso a terra deve ser associado a um tipo de formação profissional que amplie de maneira significativa as possibilidades de sustentabilidade econômica e social destes novos empreendimentos.

A produção rural familiar não constitui uma categoria social recente e também não lhe é atribuída uma estrutura analítica nova pelos estudiosos, excetuando o enfoque de suas análises que, de meados da década de 1950 até o final da década de 1960, centrava-se sobre a natureza das relações de produção no campo, seguindo as sugestões de estudos propostas pelo marxismo, sendo denominada de questão agrária. Já os debates atuais procuram revelar e explicar as causas da redução da população rural, principalmente dos pequenos produtores, bem como a natureza, os mecanismos de evolução e suas características determinantes. Nesse sentido, o enfoque das reflexões após 1980 assenta-se na diversidade e na complexidade da pequena produção rural nas sociedades contemporâneas.

Na Geografia, essa delimitação da problemática social investigada norteou as análises e reflexões do universo teórico e empírico eleito pela pesquisa, delimitando o problema, os questionamentos e os procedimentos teórico-metodológicos. Assim, o sistema de tratamento das informações obtidas através do recorte/amostra está estreitamente vinculado ao referencial adotado. As concepções não propõem um diagnóstico simples e muito menos têm o poder de estabelecer caminhos absolutamente certos. Entretanto, acredita-se que esse conjunto de questões orienta a tentativa de aumentar o poder explicativo das teorias (o grau de generalização) diante da complexidade da essência do fenômeno no mundo real que se reproduz no espaços físico, social e cotidiano.

Nesse contexto, a organização deste trabalho divide-se em três eixos de análises e discussão sobre a produção rural familiar no Brasil, além da introdução e considerações finais. O primeiro deles, que é desenvolvido na segunda seção, estabelece o debate teórico e metodológico, cujo objetivo é apresentar as reflexões analíticas sobre a

produção rural estruturada no trabalho familiar, constituindo, assim, as principais variáveis destacadas pela literatura clássica e estudos recentes, que nortearam a produção de informações e as análises dos dados obtidos na pesquisa empírica e em fontes secundárias, estabelecendo uma continuidade aos demais eixos de discussão.

No segundo eixo, que corresponde a terceira e quarta seções, são expostas as reflexões gerais sobre a economia nacional que se estabeleceu, enquanto herança, após a independência nacional, a dominação econômica, social e política da grande propriedade, o regime de trabalho escravo e as políticas agrárias e agrícolas, essencialmente conservadoras, que orientaram a ocupação de extensas áreas de terras livres no país, cujas consequências local/regional/nacional, hoje, revelam uma situação iníqua, desigual e cheia de distorções.

Na terceira seção apresentam-se ainda as principais tendências que orientam a dinâmica dos mecanismos da sociedade global. Parte-se do pressuposto de que a análise dos principais mecanismos de integração regional e entre a sociedade global e as coletividades locais permite compreender as particularidades dos processos mais gerais da produção rural familiar, revelando, assim, a trajetória e a dinâmica específica desse segmento de produtores. Essa reflexão estabelecida orientou a proposta de enfoque para a investigação empírica, procedendo a inferências dedutivas. Já a quarta seção retrata a organização e a ocupação de Goiás e Catalão, revelando os desdobramentos da política internacional, nacional e regional.

O terceiro eixo, apresentado na quinta seção, explicita os caminhos percorridos para a realização da pesquisa empírica, enfatizando a importância das decisões e dos procedimentos adotados para a produção do conhecimento científico. Sob a concepção apresentada, o conhecimento permanece limitado ao mundo fenomênico, resultado da formação do ponto de vista da pesquisadora - aqui entendido como conhecimento teórico-metodológico e sua relação com o fenômeno estudado - considerado constitutivo da própria realidade individual e da própria dinâmica desse processo que se constitui enquanto elemento limitador de qualquer estudo e, ao mesmo tempo, enquanto elemento impulsionador da produção do conhecimento orientada pelo jogo de acertos e erros. Nessa seção, são apresentadas as etapas detalhadas da pesquisa empírica, as informações obtidas em fontes secundárias e a apresentação dos estudos realizados nas comunidades rurais Coqueiro, Morro Agudo/Cisterna, Ribeirão e Mata Preta, no município de Catalão (GO), nos anos de 2003, 2004 e 2005. Os resultados da pesquisa de campo são apresentados em gráficos e tabelas, sugerindo uma reflexão analítica que permite explicar,

comparativamente, o comportamento e as estratégias de reprodução das unidades de produção rural familiar e grupo doméstico.

Os resultados da pesquisa de campo sobre as famílias de agricultores exploram, através da aplicação dos roteiros de entrevistas (em anexo), informações sobre as diversas variáveis socioeconômicas e culturais, como o tamanho das propriedades e das famílias, a produção, a assistência técnica, as atividades agrícolas e não agrícolas e outras. Nesse capítulo, procurou-se demonstrar, através da análise das informações empíricas dos estabelecimentos rurais familiares, as principais características que compõem essas unidades, as estratégias de reprodução familiar e o contexto no qual se encontram inseridas. A reprodução desse segmento deve ser compreendida a partir da valorização dos recursos disponíveis em seus estabelecimentos (valorização do patrimônio sociocultural) e de sua integração com o mercado.

2 QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR



Comunidade Morro Agudo/Cisterna – Catalão (GO); limpeza de lavoura de alho. jul. 2003.

2 QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR

Que o rural esteja perdendo parte de sua dimensão agrícola; que a família, enquanto unidade moral, de consangüinidade e de trabalho esteja se flexibilizando e se abrindo; que haja uma tendência à individualização e à fragmentação espacial de membros; que a hierarquização e a transmissão do patrimônio estejam se redefinindo, tudo isso não há dúvida, se faz presente – o que também não é só de agora –, porém nem tudo é linear e evolutivo no sentido de romper com o já vivido e concebido (Tedesco, 2001)

As estratégias de produção das explorações rurais assentadas no trabalho familiar surgem em reação às exigências de sua inserção na sociedade capitalista. Todos os indicativos levavam à suposição do enfraquecimento e ao provável desaparecimento da produção rural familiar, à medida que o modelo capitalista se expandisse. As teorias marxistas da questão agrária apresentaram um quadro fatalista a respeito das condições de existência e reprodução das explorações familiares. Hoje, os estudiosos da questão buscam investigar e compreender os diferenciados e diversificados mecanismos que interferem e/ou conduzem à viabilidade econômica e produtiva dessas unidades num contexto geral e específico. A compreensão dos fenômenos e processos sociais macroeconômicos permite reconhecer a influência e a determinação do desenvolvimento capitalista na agricultura. Nessa perspectiva, consideram-se as especificidades regionais, socioculturais, etnológicas e naturais como elementos importantes no estudo em questão.

O objetivo deste capítulo é procurar estabelecer um conjunto coerente de idéias que possibilite o estabelecimento de um referencial teórico e histórico imprescindível para o estudo, contribuindo para a formação de um corpo de problemas referentes às especificidades e diversidade da pequena produção rural familiar na economia brasileira, uma vez que, a maioria dos trabalhos recorre a temas referentes à integração entre a agricultura e a indústria e ao aumento do trabalho assalariado, principalmente temporário, no campo, como único caminho de desenvolvimento capitalista para esse setor. Diante do exposto, a associação dogmática entre o inevitável desenvolvimento capitalista e a ampliação do trabalho assalariado constitui o maior obstáculo teórico para a compreensão da realidade agrária contemporânea.

Nesse sentido, observa-se que cada ‘lugar’ apresenta condições diferenciadas que promovem ou dificultam o desenvolvimento deste segmento social na

agricultura, tais como incorporação de inovações tecnológicas, capacidade de gerenciamento e administração, assistência técnica, desenvolvimento de projetos de fomento e apoio (órgãos de pesquisa, organizações não governamentais, empresas e órgãos públicos), proximidade e intensidade do mercado, estratégias de reprodução, dentre outros fatores que podem interferir na sua reprodução. Alguns desses aspectos podem diferenciar até mesmo entre as unidades produtivas de uma mesma localidade. A racionalidade dessas unidades de produção incorpora a sua organização interna e sua relação com a sociedade. Dessa maneira, é através da forma como se dá a sua inserção na sociedade que lhe atribui um caráter geral e específico no seio de uma sociedade.

2.1 O contexto da questão agrária na expansão do modelo de produção capitalista

A compreensão do dinamismo da formação do espaço agrário brasileiro exige a análise histórica sobre as formas de propriedade da terra e das relações de trabalho que se estabeleceram no decorrer da expansão do sistema socioeconômico capitalista, enfatizando a produção rural estruturada no trabalho familiar. A análise desse processo encontra-se vinculada ao entendimento das especificidades que caracterizam a organização do espaço agrário brasileiro, exigindo o conhecimento da dinâmica geral do sistema econômico capitalista, fenômeno caracterizado como Divisão Internacional do Trabalho que se encontra, essencialmente, relacionado com o desenvolvimento desigual e combinado das nações.

Além disso, a análise do dinamismo da organização socioespacial nos leva a reconhecer que, mesmo antes do surgimento da propriedade privada sobre o solo, já existiam outros mecanismos presentes nas sociedades, como por exemplo, o feudalismo europeu que assegurava o monopólio do uso da terra. Esses mecanismos baseavam-se nos costumes e na tradição desses povos. Assim, estabeleciam-se os códigos jurídicos que regiam o modelo social, assentado num amplo regime de vassalagem. A posse da terra expressava a maior fonte de riqueza, assegurando a possibilidade de produção através das relações servis de trabalho (HUBERMAN, 1986).

O sistema econômico capitalista estabelece novas formas de apropriação dos meios de produção e exploração/apropriação do trabalho. Assim, as reflexões sobre a expansão do modelo de produção capitalista e suas variadas formas de expansão, partem da

proposição dialético-materialista que o capitalismo cria/recria condições de desigualdade, de diferenciação e apóia seu desenvolvimento, sua existência e reprodução nesse movimento. A história mostra a necessidade de um ambiente não capitalista para o desenvolvimento capitalista (KAUTSKY, 1972; LINHARES e SILVA, 1980; AMIN e VERGOPOULOS, 1986; MARTINS, 1986).

Dessa forma, as relações de produção subordinadas não são consideradas como resquício do passado (resíduos históricos), que devem, assim, desaparecer. Sua coexistência com as relações de produção dominantes torna-se condição necessária para a produção/reprodução da organização social que emerge. Nessa perspectiva, surgem as estruturas sociais, políticas, econômicas, ideológicas e culturais, dentre outras, que permitem a reprodução desses segmentos sociais diferenciados na produção do espaço. Assim, a forma espacial aparece como resultado das forças contraditórias de interesses que o produziu.

A partir dessa premissa, acredita-se que a troca desigual, baseada nas taxas diferenciais de mais-valia, não expressa um simples acidente histórico imbricado nas relações de troca normais do capitalismo. A troca desigual constitui a consagração do ponto de vista da mais-valia de transferência, às custas da mais-valia extorquida. As transferências são conseqüências das diferenças das condições de troca. O aprofundamento das diferenças coloca-se como fundamental à obtenção de fluxos de mais-valia de transferência em favor de setores, regiões e sociedades.

A troca desigual é mecanismo substancialmente indispensável, tanto teórica como praticamente, para que a acumulação setorial e regional possa progredir. A institucionalização de mais-valias diferenciais quanto a taxa e massa é um mecanismo que assegura o desenvolvimento capitalista por setores, regiões ou nações de ponta. É por isso que o capitalismo não apenas lucra com o estabelecimento de relações entre setores, regiões ou nações de mais-valias diferenciais, mas cria condições de desigualdade; sobretudo, o capitalismo apóia seu desenvolvimento, isto é, sua existência nesse movimento de diferenciação. Samir Amim formula bem este fenômeno quando constata que o capitalismo, ao mesmo tempo que unifica, cria novas diferenças e desigualdades. (AMIM; VERGOPOULOS, 1986, p. 79-80).

As considerações apresentadas viabilizam o entendimento da questão agrária no Brasil e suas contradições, disparidades e aparentes desequilíbrios. Parte-se da premissa que a compreensão do presente está vinculada à análise de sua organização e ocupação socioespacial decorrente do processo de evolução histórica. O modelo de ocupação e organização do espaço agrário brasileiro se consolida como resultado da expansão marítimo-comercial européia. A partir desse contexto, ampliam-se as relações

comerciais dos países europeus fundamentadas em uma relação desigual entre as metrópoles e suas colônias.

Observa-se que o mesmo processo que promove a dinâmica econômica e social - o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção - também absorve a estrutura econômica do setor agrícola. O que importa ressaltar é que a agricultura e a indústria não se desenvolvem segundo o mesmo processo, mas tendem ao mesmo objetivo. O caráter mercantil da produção integra a agricultura na sociedade capitalista. A agricultura, gradativamente, deixa de ser uma atividade econômica sedentária submetida à codificação tradicional.

[...] Ela capta os fluxos de capitais, rendas e mão-de-obra; fá-los circular sob forma de produtos como parte integrante do sistema mecanizado. Põe-nos em movimento e está em movimento perpétuo. A agricultura capitalista não é, pois, nem a atividade natural, nem a operação da propriedade fundiária codificada: ao contrário, é a decodificação da propriedade que a faz depender do mercado; é o caráter social da propriedade fundiária que predomina. (AMIN; VERGOPOULOS, 1986, p. 85-86).

Todavia, o desenvolvimento do sistema socioeconômico capitalista promove a especialização da produção no campo, em que novas tecnologias são destinadas à melhoria da agricultura. Assim, a mecanização se impõe como forma de elevar a produtividade do trabalho e a indústria química, permitindo o aumento da resistência das espécies e, é claro, que, principalmente, esses dois últimos fatores promoveram a expansão do mercado consumidor para a indústria (a montante e a jusante) que se desenvolvia no meio urbano. A agricultura apresentou um desenvolvimento considerável em termos de produção e produtividade nesse período. Entretanto, as novas formas de exploração econômica da agricultura (cultivos e técnicas) comprometem o lucro médio¹.

Marx (1890/1998), ao analisar o contexto socioeconômico do século XIX, na Europa Central, apresentou uma teoria geral para o desenvolvimento industrial, transferindo essa racionalidade para a análise do espaço agrário. Nesse sentido, o crescimento da grande exploração (concentração e centralização de capital no meio rural) e o assalariamento das massas era visto como processo necessário. Além disso, criaria a oferta de operários assalariados no campo e na cidade, respondendo pela dissolução das famílias e pela formação do operário urbano, como resultado de um único processo. Os pequenos ocupantes da terra seriam gradativamente reduzidos à condição de trabalhadores

¹ O lucro médio corresponde à taxa de lucro estabelecida pela sociedade, sendo a retribuição do trabalho do capitalista obtida na venda dos produtos. Isso supõe uma classe que sempre compra força de trabalho e meios de produção e se apropria do trabalho não pago (HARNECKER, 1980).

diaristas e assalariados. No entanto, os donos da terra não estavam expulsando os camponeses para proporcionar uma força de trabalho destinada à indústria. Na realidade, os proprietários dos estabelecimentos estavam interessados, apenas, em aumentar os seus lucros², a partir da concentração da propriedade privada.

Alguns fenômenos que surgem em determinados contextos, como o fenômeno da troca/comércio/dinheiro, ainda inseridos na economia feudal e seus respectivos valores socioculturais³, e que ganharam força na sociedade, podem vir a mudar o rumo da ordem político-jurídica vigente. Contudo, isso não significa que os atores sociais, responsáveis pela inserção desse novo elemento desagregador, que pode desencadear uma nova orientação para a história, tenham consciência dessa complexidade conjuntural. Os fenômenos surgem como resultado do próprio dinamismo socioeconômico (desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção) e podem sugerir mudanças consideráveis nesses contextos sem que os atores, que os permitiram desenvolver, tenham domínio sobre o desenrolar dos fatos.

A partir dessas orientações, a terra, historicamente, tornou-se um monopólio sem ser um produto do trabalho social. Esse monopólio é desigualmente repartido na sociedade. Dessa maneira, seria inútil tentar buscar a origem do sobrelucro agrícola nas relações internas da agricultura. O sobrelucro agrícola surge como uma possibilidade do mercado, decorrente das relações mecanizadas da agricultura com o conjunto do sistema capitalista. A situação particular da terra é sublinhada por Marx (1998), quando diz que não se pode, como na indústria manufatureira, multiplicar à vontade os instrumentos de produção de mesmo grau de produtividade, quer dizer, os terrenos de mesmo grau de fecundidade. Aqui, o autor faz referência a renda diferencial I (maior fertilidade do solo e melhor localização geográfica).

² Lucro: transfiguração, metamorfose da fração da mais-valia nas mãos do capitalista – lucro-extraordinário: fração da mais-valia apropriada pelo capitalista acima do lucro médio (OLIVEIRA, 1986, p. 85). A mais-valia é o excedente de valor que o trabalhador produz acima do valor da sua própria força de trabalho. O valor da força de trabalho corresponde ao valor dos gêneros necessários para sua manutenção e reprodução. O valor do produto criado pelo trabalhador assalariado é igual ao valor dos meios de produção empregues (matérias-primas, desgaste das máquinas e dos edifícios, etc. essa parte do capital não muda de valor ao longo da produção, é constante) mais o valor da força de trabalho do trabalhador (capital empregue em salários - ele cria a mais-valia - esta parte do capital aumenta durante o processo da produção, é variável), mais a mais-valia. Esta última constitui o lucro (KAUTSKY, 1972, p. 96-97, v I).

³ A cultura é vista como um complexo de signos e significação, incluindo a linguagem, que origina códigos de transmissão de valores e significados sociais. Sob essa concepção, cabe o reconhecimento de que o dinheiro e as mercadorias, que materializam as relações sociais de trabalho são mesmos os portadores primários de códigos culturais. Nesse sentido, as formas culturais têm firmes raízes no processo diário de circulação do capital (HARVEY, 1993).

Os teóricos da social-democracia dedicavam-se ao estudo do desenvolvimento industrial, o que justifica a postura de Marx (1998) quanto à questão fundiária, em que considerou, segundo seu plano de trabalho, apenas a agricultura capitalista. Nessa linha de raciocínio, a agricultura que se desenvolveu sob a economia capitalista levava em consideração, para a escolha de uma determinada cultura, a fertilidade do solo, a localização de suas terras, a facilidade de transporte, o investimento de capital, o tamanho da propriedade e a demanda de mercado.

Nesse sentido, as cidades passaram a orientar as mudanças nos processos produtivos rurais. A agricultura especializada tornou-se subordinada ao conhecimento científico e à experiência profissional. Esse setor apresentava condições amplas e variadas, modificando-se constantemente no que diz respeito à produção, circulação, compra e venda e na especialização da produção para o mercado, assumindo funções essenciais no desenvolvimento econômico.

A sociedade capitalista, na concepção de Marx (1998), é o desenvolvimento da contradição entre o caráter privado e social do trabalho, sugerindo uma organização social racionalmente disposta e controlada. Esse dinamismo da própria socialidade no mundo das mercadorias reduziu a sociedade em apenas duas classes sociais (empregador capitalista de um lado e do outro lado os trabalhadores assalariados). A partir dessas considerações, constata-se que não tem sentido buscar em Marx informações sobre outra forma de organização social que não seja as formas capitalistas, o que justifica sua previsão trágica sobre os camponeses.

Marx (1998) apresenta algumas observações sobre a tendência de aplicação do capital nas atividades agrícolas. Segundo o autor, verifica-se uma proporção diferenciada de aplicação entre o capital total e o capital constante (aquisição de meios de produção: imóveis, maquinários, matérias-primas) que tende a aumentar em relação ao capital variável (compra da força de trabalho - salários/criação do valor), ou seja, os investimentos em modernas técnicas de produção tornariam uma exigência na sociedade capitalista, sejam relacionados às atividades urbanas ou às rurais. Esses investimentos visam à necessidade de elevação da produtividade do trabalho como meio de obter maior lucratividade através da eliminação da concorrência.

A partir do estudo macro-estrutural, os camponeses, quando mencionados pelo autor, aparecem como espécies fatalmente condenadas à diferenciação e, conseqüentemente, à eliminação social. Em razão dessa concepção da dinâmica

macroestrutural acreditava-se que o desenvolvimento econômico distribuiria funções entre diferentes pessoas e o artesão e/ou o camponês que produziam com seus próprios meios de produção seriam transformados, gradualmente, em pequenos capitalistas que, também, explorariam o trabalho alheio ou fatalmente perderiam seus meios de produção, transformando-se em trabalhadores assalariados, ou seja, prevaleceria a tese da diferenciação social.

Marx (1998), ao considerar a integração do campesinato na sociedade - afirma que, por definição, esta é uma economia mercantil, na qual o camponês vende para comprar. Na circulação simples de mercadoria, a produção - M (mercadoria) - D (dinheiro) - M (mercadoria) - tem como fim a satisfação de suas necessidades. Nesse processo, o ato de vender para comprar é um meio de complementar a produção, a satisfação de determinadas necessidades através da incorporação de valores de uso. O camponês aparece no mercado como negociador de mercadorias produzidas por ele mesmo.

O camponês é um produtor que combina os meios de produção com seu próprio trabalho (dinâmica interna das unidades agrícolas) e tem domínio das condições técnicas de sua produção. A relação entre trabalho e produção, no núcleo doméstico, possibilita a diferenciação demográfica interna entre as unidades econômicas familiares com o crescimento da produtividade do trabalho. Na circulação simples de mercadorias, a mercadoria produzida pelo camponês, em termos de condições sociais, não é igual a mercadoria produzida pelo trabalhador assalariado. Mas no mercado essa produção torna-se equivalente, constituindo uma condição para o desenvolvimento desse processo de intercâmbio e para a inserção desses produtores na sociabilidade capitalista (MARX, 1998). Essas considerações permitem contrapor a discussão da diferenciação social no campo. Assim, a produção simples de mercadorias mostra vitalidade para compreender a inserção da produção rural familiar na sociedade capitalista.

Diante do exposto, supõe-se que a sobrevivência dos produtores é estabelecida a partir de sua relação com outras categorias de trabalho na sociedade. Assim, pode-se afirmar que a produção rural familiar, no decorrer da história, assumiu uma forma social inédita, sendo reflexo do próprio processo de expansão capitalista em curso no meio rural. Essa expansão promove processos de transformação das formas de ocupação da força de trabalho, introduzindo mudanças sociais e culturais que sobrepõem às formas tradicionais de mercado de trabalho.

Na obra de Kautsky (1972) prevalece a preocupação em definir o modelo de propriedade e de produtor que melhor atenderia ao sistema capitalista. O autor considera fundamental a compreensão dos fenômenos parciais que são integrantes da questão agrária, como a relação entre as grandes explorações e as pequenas, o endividamento, o direito à herança, a falta de mão-de-obra e a concorrência com o mercado, representado pela produção tropical nas colônias. O desenvolvimento do capitalismo acentuou a diferença qualitativa entre a grande e a pequena exploração, entre a indústria e a agricultura. Nessa perspectiva, no final do século XIX, na Europa Ocidental, não seria possível o uso de máquinas ou mesmo instrumentos aperfeiçoados pelos pequenos produtores, o que impediria sua modernização.

Para esse autor, a modernização da agricultura realizou-se através da expansão capitalista para o meio rural, acentuando as dificuldades para as pequenas explorações. Como mostra Kautsky (1899/1972, grifo nosso), a **propriedade rural** contrastava-se com as **grandes explorações**. Nessas pequenas unidades de produção havia a reunião das mais diversas espécies de atividades, como criação de gado, cultura da terra, pequenas hortas, pomares, apresentando uma baixa produção de cereais, o que não constituía uma produção voltada essencialmente para o mercado, mas também, para as necessidades do grupo familiar, com utilização de pouca mão-de-obra. Os integrantes da família buscavam um rendimento acessório obtido fora de sua exploração, tendo em vista que, na agricultura, o trabalho é acompanhado por um período de subocupação.

Na agricultura, o ritmo da maioria das atividades depende do ciclo natural de cada espécie. Geralmente, o trabalho não ocupava todo o tempo dos pequenos produtores fundiários, sendo possível uma ociosidade do trabalho, o que permitia a família se dedicar a outras atividades, tais como a criação de pequenos animais domésticos, a tecelagem de tecidos rústicos, a confecção de roupas para a família e terceiros, a produção de farinhas e conservas de alimentos e outros, uma vez que os donos dos estabelecimentos eram proprietários e produtores e, assim fazendo, produziam parte de sua sobrevivência. Aqui, Kautsky (1972) destaca as particularidades naturais da agricultura como um ambiente avesso à industrialização e, por sua vez, comporta uma baixa divisão social do trabalho.

Essas explorações contavam com uma pequena extensão de terras; não possuíam meios para adquirir maquinários e assistência técnica; não tinham acesso a mecanismos creditícios confiáveis e, também, não dominavam as leis de mercado, o que

dificultava o melhoramento da produção e as obras na propriedade submetendo-as a recorrer ao crédito pessoal, cujos juros eram desproporcionais com relação à taxa de lucro corrente, isso os levaria a uma situação insustentável. Desse modo, o pequeno proprietário seria um trabalhador que produzia para si próprio. O trabalho era intenso e os cuidados mais assíduos. Para compensar os poucos recursos técnicos que dispunha, lançava mão de uma jornada de trabalho elevada, o que justifica a necessidade dos camponeses em recorrer ao trabalho de toda a família.

A existência das pequenas explorações era ameaçada pela expansão gradual e contínua do sistema capitalista. O espólio hereditário desencadeava o seu desmoronamento, considerando que a terra era o seu meio de sobrevivência. Quando esse recurso se tornava escasso – a terra –, dava-se a expulsão dos filhos, colocando em risco a reprodução de um modo de vida. Para Kautsky (1972), as condições de vida desses produtores eram tão precárias que o trabalho dos jornaleiros (trabalhadores temporários) era visto como mais racional. Os jornaleiros eram trabalhadores sem terra que eram alimentados, abrigados e vestidos pelo patrão e recebiam um salário irrisório pelo seu trabalho (jornada ou diária). O camponês era um proprietário de terras que vivia em condições piores que um operário.

[...] Ele é um operário: não vive do produto da sua propriedade mas do produto do seu trabalho, e o seu gênero de vida é o de um assalariado. Precisa da terra como um meio para ganhar a vida trabalhando e não para dela tirar um lucro ou uma renda fundiária. Quando, descontadas as despesas, o preço da venda dos seus produtos paga o seu trabalho, ele pode viver. Pode renunciar ao lucro e à renda fundiária. (KAUTSKY, 1972, p. 07-08).

Diante dessa realidade, o assalariamento no campo era apresentado como parte de uma organização superior, reforçando a idéia da superioridade da grande exploração, sendo o único modelo racional de produção agrícola. Assim, a tendência da agricultura capitalista era o estabelecimento de uma aliança entre a ciência e os negócios, sugerindo uma contabilidade científica e comercial. Como são contínuos os progressos no domínio técnico e científico, a agricultura passaria a necessitar constantemente de capital. Os investimentos de capitais nas fazendas propiciavam a melhoria na técnica e nas ferramentas agrícolas, assim como surgiu a melhoria da qualidade dos animais (renda diferencial II). A atividade agrícola tornou-se, ao mesmo tempo, uma atividade lucrativa e dispendiosa. Na opinião do autor, emerge a propriedade individual da terra e todos os produtos da agricultura incorporam o caráter de mercadorias.

O autor, continuando sua análise, faz uma interessante ressalva: por mais que se chame capital ao solo, não se consegue fazer do proprietário fundiário um capitalista. A agricultura necessita de capital adiantado para iniciar cada ciclo produtivo, sendo que esse capital é calculado segundo os preços de produção (maquinários, insumos agrícolas e salários), uma vez que o proprietário não é dono dos meios de produção. As construções luxuosas erguidas nas propriedades fomentam a valorização do imóvel, da propriedade e a transferência parcial de valor, mas esses investimentos em infra-estrutura não auferem renda e o investimento na produção representa a hipoteca da renda fundiária futura. À medida que o aumento da produção provocava o declínio da renda (elevação da oferta), simultaneamente, ocorria a dissolução da família camponesa.

Kautsky (1972) procurou mostrar as condições de extrema precariedade das pequenas explorações, tanto no que diz respeito à produtividade quanto à qualidade de vida e a superioridade da grande exploração capitalista e a inutilidade de se procurar frear o movimento invencível de expropriação das pequenas unidades de produção rural que o capitalismo promove. Nessa perspectiva, as grandes explorações, capazes de absorver os recursos tecnológicos e demais insumos agrícolas e, fundamentadas no trabalho assalariado, seriam o modelo de propriedade adequado para atender ao crescimento da atividade industrial e da população urbana, conjugando uma oferta regular e em larga escala de matérias-primas e alimentos. Para o autor, o lugar onde os camponeses sobreviviam não era sinônimo de eficiência, mas superexploração, pois vendiam seus produtos a preços que não cobriam sua própria subsistência.

Nessas condições seria impossível para o pequeno estabelecimento agrícola incorporar as conquistas técnicas, a gestão e os recursos econômicos que os capitalistas detinham. A partir desse ponto de vista, prevaleceria a tendência da grande exploração em integrar-se com a indústria e a pequena exploração seria, gradativamente, eliminada por esse processo corrente. O excesso de trabalho e a insuficiência de consumo caracterizam a pequena exploração. As elevadas horas de trabalho são atribuídas ao baixo emprego de recursos técnicos e humanos no trabalho e, também da necessidade de aumentar seus rendimentos. Esses fatores aliados à queda e a instabilidade constante dos preços de seus produtos, atuam diretamente como fatores que regulam as condições de mercado. Para agravar, ainda mais a situação, os fatores naturais, como pragas nas plantações, excesso ou escassez de chuva, podem comprometer a produção, levando os

produtores a condição de auto-exploração como meio de compensar o quadro desfavorável imposto pela economia de mercado (KAUTSKY, 1972).

O paradigma apresentado valoriza a relação estabelecida entre o proprietário fundiário e o mercado. À medida que os investimentos técnico-científicos permitissem o aumento da produção/oferta de produtos agropecuários, a renda fundiária tenderia a reduzir-se (processo de transferência setorial da renda). É sob esse movimento que se colocou a inviabilidade da pequena exploração - na sua impossibilidade de concorrência, cuja integração, cada vez mais intensa, à economia de mercado, provocaria sua extinção.

Conforme as teorias marxistas, o desenvolvimento da agricultura capitalista segue os mesmos caminhos da indústria, principalmente no que diz respeito a seu fim, a lucratividade. É justamente a análise do desenvolvimento econômico, segundo os princípios do modo de produção capitalista, que leva à polêmica de um século: é a grande ou a pequena propriedade a mais vantajosa? A associação histórica entre o desenvolvimento capitalista e a ampliação do trabalho assalariado reforça a idéia da necessária inferioridade econômica da produção rural estruturada no trabalho familiar sendo, ainda, agravada pelas heterogeneidades e especificidades da 'produção rural familiar' e as construções diferenciadas deste objeto.

Em razão disso, a previsão das teses marxistas da questão agrária, quanto à forma de apropriação do solo, que não seja compreendida sob os princípios de uma racionalidade econômica capitalista, desapareceria à medida que o sistema de produção dominante, gradativamente, absorvesse o campo, implantando um modelo produtivista racionalizado, pautado na associação entre grande propriedade, 'industrialização da agricultura' e no trabalho assalariado.

No estudo de Chayanov (1925/1974) sobre a questão agrária russa, no início do século XX, os camponeses constituíam a maioria dos produtores. A unidade familiar de exploração agrária apresentava fatores e elementos com características próprias em relação à sociedade. Essas unidades econômicas de trabalho familiar eram auto-suficientes na sua organização interna. Assim, esse autor acreditava que as graves e contínuas crises da economia camponesa e a necessidade dos projetos de reforma agrária conduziram ao estudo dos problemas rurais, tomando como ponto de partida o desenvolvimento econômico de uma sociedade em que os camponeses constituíam a imensa maioria dos produtores. Nesse estudo, considerou-se, também, a disponibilidade de

recursos econômicos e técnicos que tornaria viável a transformação da racionalidade interna, adaptadas as condições de vida do camponês.

Chayanov (1974) ressaltou a organização interna, a morfologia produtiva da unidade de produção camponesa. A inserção social desse segmento não foi apresentada como fundamental à sua compreensão. Nesse sentido, o autor procurou demonstrar as leis de funcionamento que justificassem a resistência do campesinato diante da expansão da modernização do setor rural. Diante de tais condições, o campesinato existiria por responder a uma necessidade social. Os elementos explicativos de sua existência (produção/reprodução) eram procurados na organização interna dessas unidades de produção.

No entanto, essas transformações ou mesmo inovações, como seleção de sementes, mecanização, uso de fertilizantes, rotação de cultivo e formas cooperativas de comercialização, só poderiam ser introduzidas com eficácia, uma vez que levasse em conta o nível de racionalidade econômica das pequenas unidades de produção. Nesse sentido, não se pode compreender o campesinato atribuindo-lhe categorias que não correspondem as suas formas de vida. A preocupação de Chayanov (1974) não se limitava em conservar valores e formas antigas, mas sim em como promover a modernização econômica em ambientes onde essas formas eram dominantes.

O limite da ação autônoma do campesinato foi considerado pelo autor, uma vez que a preocupação central apresentada era como promover a modernização econômica em estruturas que conservavam valores e formas sociais antigas. Para isso, era essencial conhecer a morfologia da máquina produtiva chamada de unidade de produção camponesa. A unidade de produção camponesa compreende trabalho, bens de produção e terra, no entanto, não gera salário, lucro e/ou renda da terra. Esses elementos condicionaram sua reprodução e desenvolvimento. Assim, o camponês era um trabalhador que criava suas condições de existência.

Suas condições de existência assentavam-se no balanço entre a exploração da força de trabalho e no consumo familiar. A finalidade do trabalho era a satisfação das necessidades familiares. Não existia o fenômeno social dos salários e, também, estava ausente o cálculo capitalista de lucro. O esforço do grupo familiar era mediado pela relação entre o tamanho da propriedade e da família, entre os que trabalham e os que não trabalham. Dessa maneira, o volume da atividade familiar dependia inteiramente do número de consumidores e não do número de trabalhadores. O principal

objetivo das transações econômicas do grupo familiar era a subsistência e não o lucro. Esses mecanismos de funcionamento da economia camponesa impediam a obtenção de renda. Outro elemento importante diz respeito à comercialização da produção. A comercialização dos produtos, nem sempre, assegurava o pagamento de sua força de trabalho, ou mesmo o preço de produção.

Dessa maneira, uma parte do trabalho excedente era cedida gratuitamente para a sociedade. Caso seu trabalho e de sua família garantisse a subsistência, seria assegurada sua reprodução - sob essas mesmas condições. Essas unidades de produção familiar eram mercantis e estabeleciam uma relação com a sociedade (o sistema econômico) através do crédito e da circulação de mercadorias, entretanto, constituíam-se como unidades domésticas. A renda diferencial - qualidade do solo, preço dos produtos e localização - eram fatores vistos como mecanismos de desigualdade social entre as unidades de produção mercantil, baseadas na força de trabalho familiar. À medida que sua produção permitisse a satisfação de suas necessidades, os produtores procuravam aumentar sua propriedade, atribuindo um valor cada vez menor a cada unidade adicional de trabalho.

As condições gerais de troca submetiam essas unidades a um mecanismo geral de transferência de capital do setor agrícola para o setor urbano, através do aumento dos preços dos insumos agrícolas e da redução dos preços das matérias-primas e gêneros alimentícios, assegurada pelo aumento e pela regularidade da oferta. À medida que se dava o aumento gradativo dos gastos e a conseqüente redução do preço de seus produtos, os pequenos agricultores recorriam à auto-exploração de sua força de trabalho, buscando compensar o desequilíbrio imposto pelas condições de mercado. Chayanov (1974) supõe que a intensidade da exploração da força de trabalho familiar é dada em função de um processo de tomada de decisões que é interno à família.

Na concepção de Chayanov (1974), numa economia capitalista, a força de trabalho pode ser definida pela forma de capital variável e sua combinação com o capital constante, sendo este último determinado pelo desejo de lucro do empresário capitalista. Já nos estabelecimentos estruturados no trabalho familiar não existe o fenômeno social dos salários e, por esse motivo, também está ausente o cálculo capitalista que busca a obtenção de maior lucratividade sob determinadas condições.

Nessa perspectiva, os fatores que explicam a dinâmica de uma unidade de produção, fundamentalmente doméstica, encontram-se na relação existente entre o volume da atividade familiar e o número de consumidores. O trabalho assalariado é

ausente ou ocupa posição secundária. Considera-se, também, a combinação entre esses recursos e os meios de produção (terra e ferramentas de trabalho) mediada por uma dimensão subjetiva, própria deste tipo de economia. A intensidade do trabalho é dada pelo grau de auto-exploração da força de trabalho da família frente à satisfação ou não de suas necessidades de consumo. A natureza da motivação da atividade econômica da família camponesa reside no balanço entre trabalho e consumo (CHAYANOV, 1974).

Para Chayanov (1974), o campesinato não é simplesmente uma forma ocasional transitória, fadada ao desaparecimento. Trata-se de um segmento em que é possível encontrar as leis de reprodução e de desenvolvimento na sua própria existência. O trabalho do camponês tem como fim a satisfação de suas necessidades, pois cria a sua própria existência. Nessa perspectiva, a compreensão da racionalidade das unidades de produção rural familiar contemporânea torna-se possível através do estudo de seu comportamento e sua forma de inserção na sociedade. O mercado, a quantidade de terras e o padrão tecnológico disponível são fatores fundamentais a seu objetivo econômico, à sua conduta que consiste em organizar o trabalho, no decorrer do ano, para atender à demanda da família e, quando possível, poupar para investir na propriedade.

As previsões marxistas/leninista/kautskysta assentam-se na tendência da agricultura em incorporar padrões dominantes de diferenciação social. A orientação teórica dos referidos autores pautou-se na sociabilidade dos segmentos, na racionalidade econômica, justificando o destino trágico da produção rural familiar. No entanto, a produção rural familiar na sociedade contemporânea assumiu forma inédita e se reproduziu como reflexo do próprio processo de modernização. Em uma análise macro-econômica, cabe à agricultura assegurar a formação de novos padrões de consumo.

As considerações de Marx (1890/1998), Kautsky (1899/1972), Chayanov (1925/1974) e Amin e Vergopoulos (1974/1986) ressaltam as modificações promovidas pela expansão do capital no campo. Marx (1998) insere o camponês no circuito da produção simples de mercadoria, em que o camponês (proprietário/produtor) entra no mercado com o produto de seu trabalho e como consumidor de produtos (mercadoria - dinheiro - mercadoria), mas sua tese assenta-se sob o ponto de vista do sistema econômico global (formas externas). Kautsky (1972), ao estabelecer a relação da pequena exploração com o mercado, sugere a incompatibilidade dessas unidades produtivas em responder às exigências dessa sociedade. Assim, esse segmento de produtores seria fatalmente extinto pela própria dinâmica da diferenciação social entre os produtores.

O estudo de Chayanov (1925/1974) valoriza os elementos que constituem a organização interna das unidades de produção familiar, segundo a perspectiva do balanço entre o trabalho e a necessidade de consumo do grupo familiar, não desprezando a necessidade de investimento tecnológico. Sua análise centra-se numa perspectiva de micro-sistema (dinâmica intra-familiar). Contudo, não valoriza a relação dessas unidades produtivas com o mercado (sua inserção na sociedade capitalista - em função do próprio contexto). Já Amin e Vergopoulos (1974/1986) reforçam os argumentos de Marx, em que o capitalismo promove a subordinação da agricultura baseada em seus próprios fatores de produção - natureza, capital e trabalho.

Os conceitos apresentados por Marx e Kautsky, sobre a evolução das forças produtivas no modo de produção capitalista e seus reflexos sobre a organização socioespacial, política e econômica, transcenderam ao seu tempo, podendo assim, serem utilizados para explicar a dinâmica de outros contextos espaciais que se encontra em diferentes estágios de desenvolvimento, considerando a superestrutura e a infra-estrutura. Cabe ainda outra ressalva, o momento histórico trabalhado por estes autores (século XIX) retrata o contexto socioeconômico e político em que emergiram as primeiras obras sobre a questão agrária (produção, formas de propriedade, relações de produção e renda da terra) que, ainda hoje, promovem várias controvérsias e estudos. Seus estudos tornaram-se referência através dos modelos teórico-metodológicos apresentados, o que lhes permitiu transcender a seus respectivos contextos socioespaciais.

Portanto, a polêmica contemporânea sobre a pequena propriedade, a grande propriedade e a empresa rural, o modelo de propriedade e as relações de trabalho mais viáveis para a sociedade e para a economia, constituem questões complexas que foram analisadas, inseridas em seus determinados contextos, considerando as particularidades socioeconômicas e espaciais. Esses clássicos da questão agrária (MARX, LÊNIN, KAUTSKY), elaboraram um referencial teórico, em parte, assentado no movimento geral do sistema econômico capitalista e, também, nas considerações peculiares de seus contextos socioeconômicos.

A primeira característica atribui-lhe um caráter universal, com a possibilidade de usar este referencial teórico-metodológico na compreensão de outros contextos e a segunda reflete as circunstâncias específicas em que viveram, desmistificando a possibilidade de uma teoria universal sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo. Dessa forma, coloca-se a necessidade de estudos das disfunções e

limites das generalizações sobre a origem da propriedade privada do solo, das formas capitalistas no campo e de seus efeitos sobre as unidades produtivas estruturadas no trabalho familiar.

Os estudos de Marx (1890/1998), Kautsky (1899/1972), Chayanov (1925/1974) e Amin e Vergopoulos (1974/1986) são complementares e necessárias para a análise da questão agrária brasileira. Com isso, alguns fenômenos estruturais considerados por esses autores podem ser observados na organização do espaço agrário brasileiro, onde o capitalismo implantou o desenvolvimento de uma agricultura que contribuiu para a acumulação primitiva do capital internacional e, posteriormente, para a transferência intersetorial da renda a nível interno. Entretanto, esses paradigmas aplicados ao estudo do desenvolvimento do capitalismo na agricultura não contemplam as particularidades (local/regional/nacional) referentes aos fenômenos contemporâneos.

Pela sua complexidade e magnitude, a compreensão do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo sugere a necessidade de investigar todas as transformações que a agricultura experimenta no desenvolvimento da produção capitalista. Deve-se observar como o capital se apodera da agricultura, revoluciona-a e, também, como arruína as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de formas alternativas de produção e redefinições entre os atores sociais envolvidos.

Nesse sentido, acrescenta-se, ainda, não somente a necessidade de compreensão das formas capitalistas na apropriação do solo (proprietário fundiário e empresário), mas, também, das formas de apropriação que não se enquadram na forma estrutural essencialmente capitalista, na qual todas as escolhas das atividades produtivas são realizadas, visando a possibilidade de lucro, renda, incorporando os mesmos fins de um empresário urbano. Em razão disso, deve-se evitar a elaboração de unidades analíticas genéricas que objetivam ressaltar identidades e diferenças entre o objeto de estudo contemporâneo e as suas formas evolutivas históricas. A aplicabilidade dos paradigmas deve corroborar para a compreensão dos fatos e processos singulares, respeitando o conjunto de fenômenos que compõe cada economia, cada região e cada lugar. Segue, então, a análise da dinâmica da ruralidade brasileira e seus respectivos atores.

2.2 A ruralidade brasileira e suas definições

A temática em questão apresenta um número considerável de trabalhos que retratam a problemática da produção rural familiar sob diversas variáveis, como superfície, tamanho da família, grau de mecanização, nível técnico, capacidade financeira, gerenciamento, inserção aos mercados, acesso ao crédito, dentre outros. O grau de intensidade dessas variáveis reflete a diferenciação regional. Esses trabalhos, no entanto, apresentam grandes divergências quanto à definição dos critérios que delimitam o universo do que se pode chamar de produção rural familiar, pequena agricultura, exploração familiar, agricultura familiar e produção camponesa. Como meio de evitar a discussão político-ideológica e, principalmente, as polêmicas dos debates estabelecidos que acompanham tais terminologias - e que foge aos objetivos propostos pela pesquisa - adota-se o termo: produção rural familiar. Diante de algumas circunstâncias utiliza-se, também o termo pequenos produtores, pequenos produtores rurais familiares, referindo-se à relação estabelecida entre o tamanho da propriedade e os rendimentos.

Utiliza-se o termo ‘pequeno produtor’ com base nos critérios estabelecidos pelo PRONAF – “deter, sob qualquer forma, no máximo quatro módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor ou, no máximo seis módulos, quando se tratar de pecuária familiar.” Os pequenos produtores, pesquisados do município de Catalão, pertencem ao **Grupo C** (possuem renda bruta até R\$ 14 000,00 por ano)⁴ e **D** (renda bruta entre R\$ 14 000,00 e R\$ 40 000,00 por ano). No município de Catalão, o **Grupo D** não ultrapassa 20 mil reais de renda bruta por ano. O Manual de Crédito Rural (MCR, 1997) classificava os produtores em miniprodutor (renda bruta inferior a R\$ 7 500,00 por ano); pequeno produtor (renda bruta anual que fica entre R\$ 7 500,00 e R\$ 22 000,00); médio e grande produtor (renda bruta anual acima de R\$ 22 000,00). (AGÊNCIA GOIANA RURAL, 2005).

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) definem a agricultura familiar com base em três características: a gerência da propriedade rural é feita pela família; o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família; os fatores de produção pertencem à

⁴ Esse é o perfil de produtores que mais necessitam de crédito (custeio) no meio rural, porém é o grupo que menos encaminha a solicitação de crédito no município de Catalão (GO) devido a sua falta de tradição em recorrer a qualquer forma de empréstimo. (AGÊNCIA GOIANA RURAL, 2005).

família (exceção, às vezes, da terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes.

Em razão da ampla diversidade de definições, ressalta-se o caráter aparente da uniformidade apresentada pela produção rural estruturada no trabalho familiar. Assim, quando é utilizado o termo unidade de produção procura-se enfatizar a diversidade de situações que envolvem essas explorações. Essas unidades de produção se definem ao mesmo tempo em um modelo de funcionamento e em uma classe social no interior desse modelo. A análise de sua capacidade de reprodução deve considerar essa relação. Lamarche (1993, p. 18) diz que [...] “o enfoque tipológico, no sentido clássico do termo, constitui, portanto, um elemento de análise essencial da exploração agrícola.” Tedesco (2001, p. 11) ressalta que alguns elementos da generalidade do conceito conferem atributos comuns “[...] a família como proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra, modalidades de produção e manifestações de valores e tradições (patrimônio sociocultural) em torno da e para a família”.

No Brasil, a discussão do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo é retomada a partir do fortalecimento do movimento dos trabalhadores que lutam pelo direito de reconquistar a terra. Os problemas relacionados à grande concentração fundiária e à diversidade de situações apresentadas pelas regiões brasileiras são atribuídos ao seu passado histórico, ao modelo de organização sócio-político e econômico imposto pelos colonizadores e, posteriormente, reforçados por segmentos governamentais comprometidos com os interesses dos grandes fazendeiros e com os interesses internacionais. A necessidade da redistribuição da propriedade fundiária e da renda fomentou a discussão sobre a questão da produção rural familiar, promovendo, também, a necessidade de compreender suas estratégias de reprodução, suas resistências e suas potencialidades.

Esse tema tem alimentado muitas dúvidas e divergências entre os estudiosos da questão. Existe falta de consenso em relação à definição conceitual e/ou qualitativa na delimitação do objeto de estudo e falta de dados quantitativos confiáveis, dificultando uma clareza analítica sobre a caracterização dos fenômenos sociais e empíricos que se pretende trabalhar – a que grupos sociais se referem. Lamarche (1993) afirma que, em algumas economias, a “exploração familiar” é a ponta de lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado. Em outras, permanece arcaica e fundada, essencialmente, sobre a economia de subsistência. No

primeiro caso, é reconhecida como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades da sociedade como um todo. No segundo caso, é praticamente ignorada ou mesmo excluída das políticas agrícolas e agrárias.

Schneider (2003) pondera que essas noções – “exploração familiar”, “agricultura familiar” - são recentes na literatura brasileira, justificando essa ambivalência conceitual. No entanto, continua o autor, essas noções referem-se aos mesmos grupos sociais que a Sociologia e as demais Ciências Sociais brasileiras vêm estudando desde os anos cinqüenta. Pode-se indagar, ao analisar o curso histórico da produção científica no Brasil sobre o “campe sinato” ou a “pequena produção”, que o enfoque sobre a natureza das relações sociais de produção no campo - como o caráter capitalista, o caráter tradicional ou moderno e as relações sociais de produção predominantes na agricultura - marcaram a produção científica das últimas décadas.

Já os debates promovidos no final da década de 1980 procuravam estabelecer uma reflexão acerca das características e particularidades do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. Em um segundo momento, compreender e explicar os motivos da gradativa redução da população rural, principalmente, dos pequenos produtores, assim como a natureza sociocultural, as estratégias de desenvolvimento e suas características determinantes. Assim, o novo enfoque das discussões encontra-se na diversidade e na diferenciação que as formas familiares de produção na agricultura assumiram nas sociedades contemporâneas.

A incorporação da terminologia “agricultura familiar”, “explorações familiares”, “pequena produção rural familiar”⁵ na literatura brasileira, que retrata os processos sociais e agrários, surge no final dos anos de 1980 e, principalmente, em meados da década de 1990. Uma das justificativas, no campo teórico, é a busca de novos referenciais teóricos e analíticos que contribuam para a formação de um corpo de conceitos que extrapole os temas recorrentes, como a integração entre agricultura e a indústria e a ampliação do trabalho assalariado como sinônimo de desenvolvimento capitalista no meio rural.

Brumer et al. (1993) reforça esses argumentos ao considerar a “exploração familiar” como um objeto de estudo em si, um conceito de análise necessário para a compreensão do funcionamento e da evolução das formas sociais de produção

⁵ MIORIN, V. M. F. Modo de produção e organização do espaço agrário: uma abordagem teórico-metodológica. 1988. 256 f. Tese (Doutorado em Geografia, Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

agrícola. Nesse sentido, coloca-se a coexistência de diversos modelos de funcionamento, considerando que a “exploração familiar” não pode ser definida como um ‘modo de produção’ específico e, nem como um grupo social homogêneo - no sentido marxista do termo - como é o caso da exploração camponesa ou da empresa de produção. “A exploração familiar” é ao mesmo tempo uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio.” (LAMARCHE, 1993, p. 22).

Corbucci (1995, p. 41-42), com base no “Manifesto de Agricultores em Brasília - 1995”, acrescenta que neste mesmo período ficaram mais evidente as dificuldades e as disparidades estruturais da economia brasileira, mostrando que o elo mais frágil do sistema agrícola nacional era a “agricultura familiar”, o que justificaria a quantidade e a diversidade de trabalhos realizados a partir desse período. Labaig (1995), contribuindo com essa análise, diz que

Com o fim do período das **vacas gordas** a agricultura continua sua crise. Mesmo acumulando experiências tecnológicas, e tendo um corpo técnico de bom nível, o Brasil não atingiu uma safra de 80 milhões de toneladas/ano. Então pode-se levantar a hipótese de que o problema não está na competência técnica dos setores produtivos, não está na escassez de terra e não está somente na dependência do crédito. Onde estará então? (LABAIG, 1995, p. 62, grifo do autor).

Para Labaig (1995) restaria avaliar, na questão agrária brasileira, a concentração de renda, a reforma agrária em si, a política de preços e a “pequena produção”. Aqui, reside mais uma oportunidade para ressaltar a importância dos estudos sobre a produção rural familiar para a agricultura e para a sociedade brasileira, resgatando sua importância, não apenas sociocultural, mas também econômica.

Viabilizar os pequenos produtores rurais familiares não é importante somente para os mesmos, mas é, sim, uma questão de preservação da identidade social e econômica de grande parcela da população brasileira, que de outra forma permaneceria à margem da agricultura globalizada, engrossando a leva de migrantes nas periferias das cidades. (DIDONET, 2003, p. 2).

Para Didonet (2003)⁶ é preciso destacar que a “agricultura familiar” ocupa 14 milhões de pessoas no país, equivalente a 60% dos trabalhadores na agricultura. Os pequenos estabelecimentos no país, equivalente a 60% dos trabalhadores na agricultura. Os pequenos estabelecimentos representam 75% das propriedades rurais, 25% das terras cultivadas e geram 35% da produção agrícola nacional. Uma diversidade de alimentos, em especial aqueles que são a base da dieta da população brasileira, originam-se das pequenas

⁶ Pesquisador da Embrapa Arroz e Feijão.

propriedades familiares. Seus estudos estimam que cerca de 31% do arroz, 70% do feijão e 49% do milho venha da “agricultura familiar”.

Diante desse contexto, as discussões sobre a importância socioeconômica da produção rural familiar na sociedade contemporânea ganharam novo fôlego. A retomada das discussões, particularmente, no decorrer da década de 1990, é atribuída “[...] à conjugação de uma série de fatores, que em última análise, propiciaram o ambiente favorável ao reconhecimento da importância econômica e social dessas unidades produtivas.” (HESPANHOL, 2000, p. 41).

No entanto, o atual debate sobre a produção rural familiar no Brasil não possuiu posturas definidas. Porém estudos como, por exemplo, os de Veiga (1991), Abramovay (1992) e de Lamarche (1993) apresentaram a produção familiar como uma forma social reconhecida e legitimada nas economias desenvolvidas. Essa forma social constitui-se enquanto reflexo do próprio processo de modernização. Nessas economias, a estrutura agrária revela um peso significativo das unidades de explorações rurais assentadas no trabalho da família. Os trabalhos desses estudiosos refletiram de um modo geral, na produção de outros conceitos e idéias, como as atividades não agrícolas e a pluriatividade, trabalhadas por Veiga (1991, 1995), Alentejano (1997), Tedesco (2001) e Schneider (1999, 2003).

Essa discussão está relacionada ao crescimento das atividades não agrícolas e não deve ser imediatamente, associada ao aparecimento da pluriatividade nas famílias rurais. Na concepção de Schneider (2003) o crescimento das atividades não-agrícolas na economia brasileira está relacionado com as alterações nos mercados de trabalho rurais, sugerindo os novos modos de ocupação da força de trabalho. Enquanto a pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família [o que compensaria os períodos de subocupação das atividades agrícolas]. Para o autor, esse fenômeno pode ser observado com maior intensidade entre os “agricultores familiares”, justificando a importância do estudo dessas novas configurações.

[...] Implica descobrir por que razão algumas famílias que são proprietárias de um pequeno pedaço de terra e trabalham na produção agropecuária, ligadas entre si por laços de parentesco e de consangüinidade, passam a estimular os seus membros a buscar empregos e ocupações não-agrícolas, oferecidas por setores como a indústria da transformação, da construção e a prestação de serviço de toda ordem. (SCHNEIDER, 2003, p. 231).

Essas novas abordagens teóricas permitiram o deslocamento das concepções de transitoriedade da agricultura de tempo parcial (*part-time*) para novas conceituações. Neste contexto, a expressão, a agricultura de tempo parcial foi substituída pela noção unidades agrícolas que combinam múltiplas fontes de rendimentos (*multiple job holding*) e, mais tarde, por pluriatividade (*pluriactivité*), numa referência ao fenômeno da multiplicidade de fontes de renda que compõem o orçamento das unidades agrícolas familiares. A discussão da problemática, no campo acadêmico, culminou no uso da noção da pluriatividade como a melhor forma de apreender o fenômeno da multiplicidade de formas de trabalho e renda das unidades agrícolas.

O conceito de *part-time* obriga a uma redefinição do conceito da unidade produtiva de referência, colocando a família e suas múltiplas formas de ocupação no centro da análise. Isso porque, de um lado, o peso da renda agrícola é cada vez menos relevante nos rendimentos familiares rurais. De outro, [...] as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos agropecuários está deixando, cada vez mais, de ser de responsabilidade de um conjunto dos membros da família para ser de um ou outro membro dela. (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 230).

É colocado que o termo pluriatividade tem o mérito de incorporar tanto as características das unidades que dedicam parte de seu tempo de trabalho ao desempenho de atividades econômicas fora da propriedade como das unidades agrícolas que combinam múltiplas fontes de rendimentos. Assim, essa expressão abarca um conjunto de atividades realizadas pelos produtores, que nem sempre são remuneradas com dinheiro, mas com pagamentos em espécie, através de trocas de serviços e outros arranjos informais. Esses processos envolvem as relações de trabalho, o objetivo do agrupamento e a sua multifuncionalidade em espaços de trabalho diferenciados.

Os estudos de Veiga (1991), Abramovay (1992) e de Lamarche (1993, 1998) apresentam uma análise das transformações da agricultura onde um mercado organiza as trocas. Os autores citados afirmam que, nas economias européias e norte-americanas, após a Segunda Guerra Mundial e durante o ciclo de maior expansão nestas economias (1945-1973), ampliou-se o crescimento das explorações familiares, na qual o trabalho da família assume importância decisiva. Essas explorações caracterizam-se pelo seu dinamismo econômico e suas formas sociais inéditas com relação ao passado em que algumas se originaram. Para os autores, a agricultura familiar é um fenômeno tão generalizado nos países capitalistas desenvolvidos que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa. Assim, acredita-se que o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário nas nações centrais.

Esta interpretação evidencia uma intervenção favorecida pela existência de uma estrutura produtiva pulverizada, diferentemente da tendência apresentada pelos outros setores econômicos. Abramovay (1992) salienta que é justamente sob essa questão que reside a peculiaridade do setor agrícola. Cabe à agricultura assegurar o abastecimento alimentar abundante a preços estáveis, permitindo a formação de novos padrões de consumo. Dessa forma, a agricultura contribui, diretamente, para o crescimento dos demais setores econômicos, garantindo ganhos do trabalho através do consumo de massa. O fortalecimento do setor agrícola, através da concentração e centralização de capitais, compromete o desenvolvimento econômico geral, uma vez que as atividades que movem a acumulação flexível são essencialmente urbanas.

Dessa maneira, cabe ressaltar, as realidades distintas entre a experiência nacional e a internacional. O estudo da produção agrícola da Europa e dos Estados Unidos, cujo Estado representa um agente decisivo na determinação da renda, nas políticas de estrutura e nas políticas sociais, revela os condicionantes da orientação desse processo, sendo o responsável maior pela considerável redução da rentabilidade das atividades agropecuárias e assim, inibindo a expansão da agricultura empresarial moderna concomitantemente com o crescimento das explorações familiares moderna. Em razão disso, pode-se afirmar que a modernização do setor agropecuário nessas economias baseou-se na agricultura familiar, mas não se refere à pequena produção, uma vez que agrega os principais avanços técnicos, elevada integração ao mercado e alta produtividade do trabalho. Todas essas particularidades revelam um abismo social entre a agricultura familiar moderna e a ‘pequena produção’, tratada por vários autores brasileiros, principalmente, pelos estudiosos da década de 1960-1980 (CANDIDO, 1964/1998; GARCIA JR. 1975/1983; PRADO JR. 1979; QUEIROZ, 1930/1976; LOUREIRO, 1987).

No Brasil, a situação é inversa. Tanto a política de colonização de fronteiras e a atual política de assentamentos não foram capazes de promover mudanças significativas na estrutura agrária brasileira. A produção rural familiar foi, significativamente, marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileira, assentada na grande propriedade, nas monoculturas de exportação e na intensa exploração do trabalho. As escolhas das monoculturas, que definem os sucessivos ciclos econômicos, eram/são submetidas à dinâmica do mercado internacional.

A abordagem de Wanderley (2001) valoriza o estudo do modelo original do “campeinato” brasileiro, analisando as particularidades dos processos sociais gerais da

própria história da agricultura brasileira, principalmente as características de sua herança colonial que continuou a persistir mesmo após a independência nacional, como a dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou disponíveis para serem apropriadas pela simples ocupação e posse.

[...] No Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Nesse contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. (WANDERLEY, 2001, p. 36-37).

Wanderley (2001) considera que sua inserção na sociedade moderna é favorecida pelas suas estratégias de produção que se baseiam na valorização dos recursos disponíveis no estabelecimento familiar e destinam-se a assegurar a sobrevivência da família e a de sua exploração no presente e no futuro. “[...] De uma certa forma, os agricultores familiares modernos **enfrentam** os novos desafios com as **armas** que possuem e que aprenderam a usar a partir de sua experiência”. (WANDERLEY, 2001, p. 35, grifo da autora).

As reflexões apresentadas mostram que a relação estabelecida entre a propriedade, o trabalho e a família sugerem uma diversidade de situações particulares que definem suas estratégias de reprodução e sua inserção na sociedade. Essas estratégias estão diretamente vinculadas a superfície, o tamanho da família, a capacidade financeira, o gerenciamento, o grau de mecanização, o nível técnico, o grau de integração no mercado e as políticas locais/regionais, expressando suas condições objetivas de produção. A determinação de suas decisões, também leva em conta as formas de vida local que revelam sua história, suas tradições, seus valores morais, suas ambições e sua luta para assegurar seu espaço produtivo na economia e na sociedade. A dinâmica de mercado incide diretamente sobre sua organização interna, revelando sua fragilidade socioeconômica ao longo da história.

O conhecimento desses eixos gerais permite evidenciar a complexidade das situações que estão envolvidas na questão agrária brasileira. Contudo, não constitui propósito deste trabalho fazer uma análise mais profunda dessas questões. Apesar de que todas essas particularidades justificam a delimitação da problemática. Em razão disso, o que importa ressaltar é a grande diversidade de situações particulares que revelam a

capacidade de adaptação da produção rural familiar no Brasil, refletindo as diferentes faces desse mesmo objeto.

2.3 A pequena produção rural no Brasil e suas perspectivas

As considerações apresentadas constituem um ponto de partida para a compreensão das mudanças promovidas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, principalmente no que dizem respeito aos elementos responsáveis pela formação dos pequenos produtores. Primeiramente, ressalta-se que os pequenos agricultores brasileiros não são herdeiros de uma cultura milenar camponesa. A agricultura brasileira nasceu sob uma política internacional, orientada pela expansão comercial européia. O desenvolvimento da agricultura de subsistência respondia a uma necessidade de segmentos sociais (os mestiços) excluídos das atividades econômicas principais. A estrutura dessas explorações assentava-se na relação entre os donos das sesmarias e o trabalho escravo e, num segundo momento, pelo trabalhado livre⁷.

A população rural vivia historicamente no interior das grandes propriedades ou em pequenas aglomerações mais ou menos concentradas. Nos dois casos, a vida social estava longe de corresponder à complexidade característica das aldeias camponesas dos velhos países europeus ou do Novo Mundo. [...]. (BRUMER et al. 1993, p. 180).

A produção rural familiar é compreendida, enquanto resultado da expansão do sistema econômico capitalista dependente sobre a agricultura brasileira, como um processo de absorção incompleta do setor agropecuário. Em um segundo momento, o governo, através de suas políticas agrícolas e agrárias, promove a exclusão de regiões econômicas, produtores, propriedades e produtos do modelo desenvolvimentista produtivista que caracteriza uma modernização parcial e incompleta da agricultura.

Campanhola e Graziano da Silva (2000) têm afirmado que o desenvolvimento rural brasileiro não tem sido homogêneo, tanto espacialmente como em termos das dinâmicas que o promovem. A modernização da agricultura no país caracteriza-se como um processo consideravelmente desigual, do ponto de vista das regiões e produtos atingidos, dos produtores beneficiados e dos vínculos intersetoriais gerados. Como

⁷ Informações mais detalhadas sobre esse processo encontram-se na terceira seção primária deste trabalho.

consequência, houve a emergência de padrões distintos estabelecidos a partir da relação campo-cidade, tanto entre as distintas regiões do país, como em uma mesma região ou em uma mesma localidade. Essas diferenças incidem diretamente sobre os padrões de desenvolvimento rural e na geração de ocupações rurais não-agrícola.

Brumer et al. (1993, p. 181) corroborando com os autores - ponderam que “a história do campesinato brasileiro apresenta, desde sua origem, um caráter regional bastante acentuado [...]”. O desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo brasileiro responde pelas mais variadas manifestações (espacial e temporal) no campo. Todas essas contradições continuam sendo reproduzidas no campo brasileiro, no final dos anos de 1980, desenvolvendo aspectos aparentemente contraditórios, como a implantação das relações de trabalho assalariado (como exemplo os trabalhadores fixos e temporários), a presença das relações de trabalho não-capitalistas (a parceria, a troca de dias de serviço) e a produção familiar.

Esses pequenos produtores, tanto no passado como atualmente, sempre buscaram acesso a atividades rentáveis e estáveis que assegurasse sua integração ao mercado. Wanderley (2001, p. 42) acredita que esse objetivo norteia suas estratégias econômicas e que articulam-se em dois níveis complementares – o caráter mercantil e o auto-consumo. Para essa autora, desde o período colonial, os denominados “cultivadores pobres livres” buscavam inserir-se à economia local e regional “[...] tanto o mercado interno de produtos alimentares como o de produtos destinados à exportação, como o fizeram com a produção de mandioca, do tabaco e do algodão.” Essas considerações contribuem, significativamente, para compreender a importância da escolha dos produtos cultivados por esses produtores, uma vez que essa decisão incide diretamente sobre suas possibilidades de rendimentos.

Diniz (1984) também salienta a importância da integração desses produtores ao mercado para garantir seus rendimentos, uma vez que o aumento da produtividade é fator essencial para a sobrevivência dos pequenos produtores. O autor sugere que a integração do pequeno produtor ao mercado e sua inserção nas cadeias agroindustriais promoveria a desconcentração da renda e a melhoria de suas condições de vida. Graziano da Silva (1999) acrescenta que a instalação de agroindústria e da indústria de pequeno porte contribui para aumentar o valor agregado da produção local, evitando o movimento migratório sazonal dos pequenos produtores no período de subocupação e absorvendo a força de trabalho agrícola excedente, principalmente dos jovens.

Amin e Vergopoulos (1986) questionam a inserção da produção rural pouco capitalizada às agroindústrias enquanto melhor caminho para seu desenvolvimento. Para os autores esses proprietários produtores seriam, gradativamente, reduzidos a gerentes de seu próprio negócio. Guimarães (1989) reforça os argumentos dos autores, afirmando que esses produtores perderiam sua autonomia na gestão de suas atividades. Nesse sentido, acredita-se que é indiscutível que o aumento de produtividade seja essencial para assegurar a reprodução das unidades de produção familiar e uma possibilidade de garantir um lugar de trabalho para os herdeiros na própria exploração. Entretanto, sua inserção nas cadeias agroindustriais, como um fim, promove sua subordinação - quanto à direção, produção, mercado e preços - a mais um segmento intermediário, que tem como fim aumentar suas taxas médias de lucro e reduzir seus gastos aos menores níveis possíveis. Na verdade essa relação acentua, gradativamente, a descaracterização da unidade produtiva e compromete a autonomia dos produtores.

De acordo com essa concepção, o proprietário e produtor seria reduzido a condição de um trabalhador assalariado, o que reforçaria sua condição de produção subsidiária, uma vez que reconhece-se que a pequena produção não tem potencial de barganha - nem mesmo para adquirir os insumos agrícolas e maquinários e nem para comercializar sua produção - dada sua necessidade emergencial de produzir suas condições de subsistência. Opondo-se à proposta de que a agroindústria empresarial possibilita vantagens aos seus integrantes, acredita-se em alternativas assentadas na agroindústria familiar.

Atualmente, as explorações familiares abrigam um percentual considerável de trabalhadores que moram no campo sob condição de semiproletários e que lutam para recuperar seu papel produtivo na economia. O grau de escolaridade desses trabalhadores/proprietários rurais e a concorrência estabelecida no meio urbano com pessoas qualificadas dificultam sua incorporação produtiva nas cidades [deve-se considerar que o seu saber e sua qualificação assentam-se na sua experiência com a terra]. A modernização 'conservadora' da agricultura promove efeitos perversos sobre a pequena produção, assentada em técnicas tradicionais de cultivo. Essas condições desfavoráveis propiciam o despovoamento dos campos e o inchaço nas periferias urbanas, implicando na transformação da crise agrária em crise urbana (SINGER, 1998).

As condições gerais que caracterizam as unidades de produção familiar comprometem a qualidade de vida dessa população, como as longas jornadas de trabalho

combinadas com a subocupação; o trabalho acessório fora da unidade de produção; a baixa produtividade e os baixos níveis de renda [os velhos problemas identificados por Kautsky e nunca resolvidos]. No entanto, essas características não constituem uma exclusividade desse segmento. Graziano da Silva (1999) assinala que algumas dessas características não são encontradas, apenas, na agricultura. Mas, correspondem à realidade da maioria dos trabalhadores brasileiros. Todavia, é preciso evidenciar as peculiaridades que diferem as situações precárias entre o homem do campo (o trabalhador rural) e os citadinos.

Singer (1998) faz uma reflexão sobre esse processo ao descrever o modelo de urbanização da sociedade contemporânea e as principais formas organizacionais e produtivas nas cidades. Para esse autor, nas cidades emergem um exército de reserva de trabalhadores, reduzindo os valores salariais a níveis insustentáveis. O desemprego estrutural surge como consequência do desenvolvimento das forças produtivas, acelerando a desqualificação do trabalhador, principalmente, do trabalhador rural pelo seu baixo nível de instrução. As empresas buscam obter maior proveito da produtividade do trabalho, eliminando, gradativamente, o trabalho ocioso, o que fomenta as terceirizações da prestação de serviços. A compreensão desses processos que atuam na construção e na expansão das cidades permite conhecer as transformações promovidas no meio rural.

Enquanto se observa o esvaziamento populacional do campo, também assistimos ao crescimento da periferia das cidades. Os trabalhadores migram do campo para morarem nos arredores das cidades e, geralmente, não conseguem um vínculo empregatício estável. Esses fatos resultam na perda, gradativa, dos direitos trabalhistas. A intensa divisão social do trabalho tem exigido, por parte do trabalhador, uma contínua requalificação, o que leva parte dos trabalhadores sem qualificação a serem excluídos do mercado de trabalho. A ociosidade do trabalho intensifica vários problemas, tais como a marginalização, os baixos salários, a violência, dentre outros. A velocidade e a intensidade das mudanças tecnológicas, dos processos de trabalho, das idéias, valores e práticas estabelecidas justificam a preocupação sobre o destino dos pequenos agricultores brasileiros.

A intensa modernização da agricultura, a partir de 1960, foi a principal responsável pelas elevadas taxas de expulsão da população rural, o que, num contexto de ampla disponibilidade de força de trabalho para o setor industrial, passa a constituir uma das raízes da **inchaço** das periferias, do subemprego e da crise urbana do período recente. (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 119, grifo do autor).

Influenciadas por essas mudanças, as atividades agropecuárias tornaram-se subordinadas às atividades urbanas, ao mesmo tempo que contribuíram significativamente para o desenvolvimento das mesmas. A reestruturação do espaço rural possibilita a transferência setorial da renda, ou seja, diminui a renda dos produtores rurais e aumenta a possibilidade de expansão das atividades urbanas. Essas mudanças surgem como resultado das atividades de novas formas de capital, incidindo diretamente na relação entre a produção e o consumo.

As cidades precisam da produção de alimentos fornecida pelas pequenas propriedades rurais e esse estrato de produtores carece de políticas agrárias que viabilizem sua produção - e suas condições de sobrevivência. As necessidades mais emergenciais desses produtores têm sido ignoradas pelas instâncias governamentais, comprometendo, diretamente, sua qualidade de vida - a dignidade dos trabalhadores rurais. As perspectivas são negativas, uma vez que os rendimentos são baixos, as condições de trabalho precárias, as perspectivas de mercado quase sempre incertas e, ainda, convivem com as instabilidades naturais (pragas, doenças e oscilações climáticas).

Graziano da Silva (1999, p. 114) sugere que várias características sobre a “pequena produção” são deformadas, visando ganhar a simpatia da sociedade. Segundo essa concepção, a persistência da pequena produção no Brasil, como em outras economias do mundo capitalista desenvolvido, deve ser entendida “[...] como parte de uma luta de resistência para permanecer na terra pela absoluta falta de outra opção produtiva.” Essa situação agrada à burguesia, pois além de atenuar as contradições de classe existentes, representa, em sua essência, uma apologia ao capitalismo.

Todavia, o autor evidencia uma determinada situação, que, em larga medida, decorre de uma percepção relativamente subjetiva. Muitos profissionais urbanos permanecem em seus empregos/cargos, também, pela absoluta falta de outra opção rentável. Entretanto, cabe ainda outra ressalva, pois a afirmação desse autor generaliza as situações dos agricultores e ignora os valores e o lugar de vida e de trabalho do segmento em questão. A terra para esses produtores encerra mais que um meio de produção, constitui um modo de vida.

As dificuldades de integração dos pequenos produtores no mercado, diante das instabilidades promovidas pelos processos sociais e econômicos, têm ameaçado sua autonomia. A expansão do capital no campo, a partir do modelo de modernização capitalista da agricultura, acentuou o processo de proletarianização e aumentou a utilização do

trabalho assalariado temporário, aliado à pequena produção familiar. Assim, uma parte significativa dos trabalhadores temporários da agricultura brasileira não é mais constituída pelos proletários rurais ‘puros’, mas por ‘semiproletários’. Esses semiproletários seriam os pequenos produtores que, em face da insuficiência dos seus meios de produção, vendem sazonalmente sua força de trabalho a outros estabelecimentos rurais. Outra tendência expressiva está na contratação do imenso excedente de mão-de-obra disponível nas periferias das cidades, geralmente formada pelos pequenos agricultores que foram expulsos do campo e que são mais facilmente mobilizáveis nas épocas de safra (maior oferta de trabalho). Tais considerações são interessantes para a compreensão da complexidade de relações que envolvem o universo rural, principalmente a pequena produção.

Em determinados períodos do ano, os pequenos produtores estão envolvidos com suas atividades agrícolas, como no plantio e na colheita de determinadas culturas. Utiliza-se como exemplo, o cultivo de alho em Catalão (GO), principalmente, na Comunidade Morro Agudo/Cisterna. De março a abril, praticamente todos os produtores familiares dedicam-se ao plantio do alho, que exige o emprego de muitos trabalhadores temporários (esse número depende do tamanho da área destinada ao cultivo do produto, geralmente entre 5 e 15 trabalhadores) e de setembro a outubro quando é feita a colheita. Essa atividade envolve muito trabalho, pois quase todas as etapas do cultivo são feitas manualmente, justificando o grande emprego de mão-de-obra temporária.

Nesses períodos - plantio e colheita de alho - a maioria dos produtores são impossibilitados de prestarem qualquer serviço fora de suas propriedades, ou mesmo trocarem dias de serviço com os seus vizinhos, ou seja, não há mão-de-obra excedente disponibilizada na região (Catalão), recorrendo aos trabalhadores temporários que vivem nas periferias da cidade. Essa necessidade é criada em função do próprio caráter sazonal da atividade agrícola.

O fato de utilizar, mesmo com uma elevada intensidade, o trabalho externo não transforma, necessariamente, esses agricultores em empresários capitalistas, no sentido clássico e exato do termo. É que – e isso me parece o mais importante a considerar – essa agricultura familiar não é capaz, pelas suas próprias forças produtivas, de gerar o trabalho assalariado, limitando-se a utilizá-lo lá onde o capital e a grande propriedade têm essa capacidade. (WANDERLEY, 2001, p. 51).

Diante de tantos problemas sociais - como a aceleração da desqualificação profissional, o subemprego, o desemprego estrutural, a fragilidade dos valores morais, a precariedade do ensino em todos os níveis, a falta de politização dos indivíduos, dentre outros problemas sociais e culturais - fica difícil propor ou mesmo

idealizar uma proposta de reforma agrária. Deve-se considerar, ainda, que cada região/lugar apresenta certas prioridades em suas reivindicações, exigindo a elaboração de políticas específicas para o setor. Torna-se uma exigência o estabelecimento de uma proposta política que possa assegurar a reprodução do grupo familiar, colocando-se como condição necessária para o processo de democratização do acesso a terra.

Caso essas condições não sejam asseguradas, o processo de centralização, de concentração da propriedade e da renda, a expropriação da população rural e o agravamento das crises urbanas serão uma constante na história econômica brasileira. Nesse sentido, impõe-se a necessidade de uma proposta mais clara e concisa de reforma agrária, procurando definir o modelo de agricultor que terá possibilidade de sobreviver na economia de mercado brasileira. Isso implica em considerar as exigências do mercado consumidor, a ampliação dos mercados, o acesso a técnicas de produção e que esses procedimentos valorizem as suas potencialidades, os seus recursos e as suas condições sócio-ambientais e econômicas.

Para Graziano da Silva (1999), a partir da década de 1970, o desenvolvimento do capitalismo no campo intensifica o processo de expropriação em curso da pequena produção, implicando na redução de sua importância, enquanto fornecedora de mão-de-obra para os estabelecimentos agropecuários capitalistas e, também, enquanto fornecedora de alimentos e matérias-primas baratas para a sociedade. Os intermediários acabam anulando essa vantagem ao estabelecerem o preço de mercado.

Hespanhol (2000) opõem-se à constatação de Graziano da Silva (1999), afirmando que a retomada das discussões sobre esse segmento da agricultura, refere-se à grande expectativa criada em torno dessas unidades produtivas, considerando seu potencial enquanto produtora de gêneros alimentícios para o mercado interno, geração de emprego e melhoria da renda no meio rural. Nos anos recentes, sua sobrevivência é vista como diagnóstico para a redução do êxodo rural e dos conflitos sociais, justificando a necessidade de estudos que viabilizem programas com o objetivo de potencializar sua produção/reprodução na sociedade contemporânea. Nesse contexto, emerge um dos principais programas governamentais direcionados para a agricultura familiar – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

A publicação do Relatório do Fundo Mundial para a Alimentação e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (FAO/INCRA) em 1994, apresentando as principais formas de produção na agricultura brasileira, agrupadas a partir

dos modelos designados de ‘patronal’ e ‘familiar’, tornou-se a base de informações e propostas para a elaboração do PRONAF. Esse programa foi lançado oficialmente pelo Governo Brasileiro em agosto de 1995⁸, como linha especial de crédito de custeio, denominada de Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF), sendo institucionalizado e regulamentado como programa governamental, constituindo-se como um conjunto de ações globais para o desenvolvimento da produção familiar, passando a integrar o Orçamento Geral da União, sendo denominado de PRONAF.

O documento de criação do PRONAF destaca como objetivo principal do programa, ‘propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares’. (HESPANHOL, 2000, p. 45).

Para Corbucci (1995), as medidas implantadas pelo Estado, em suas diferentes esferas (federal, estadual e municipal) - no sentido de fomentar a sustentabilidade socioeconômica da “agricultura familiar” - de um modo geral, são reduzidas dentro de um enfoque social, como medidas compensatórias. Essas medidas, de cunho assistencialista, não resolvem os problemas apresentados pelo segmento de produtores [apenas prorroga a solução para um outro momento]. Tais medidas são desprovidas de coerência e consistência, ao mesmo tempo, que nega as potencialidades desses produtores. Outro problema, segundo este autor, assenta-se na falta de dados confiáveis sobre o crédito rural. De um modo geral, faltam avaliações técnicas confiáveis que permitam desenhar um sistema conveniente de crédito rural para o país.

Segundo o autor, o enfoque das políticas públicas de caráter compensatório pode ser identificado através dos instrumentos de política, na organização e na estrutura dos programas, nas condições exigidas para a liberação de recursos e no seu montante. Acredita-se, que tais medidas concorrem para a criação de uma cultura, que é gerada através dos vários planos assistencialistas, implantados pelo governo, em que ‘tudo para o trabalhador do campo tem que ser de graça’, contribuindo para formação de comportamentos inescrupulosos, tanto para o receptor quanto para o agente financiador [principalmente no que se refere aos governos municipais que promove uma política assistencialista, baseada em critérios estritamente políticos]. Essa prática não atende às reais necessidades da produção rural familiar.

⁸ Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Corroborando com Corbucci (1995), Gasques e Villa Verde (1995) dizem ser consenso que, o ponto de partida, para a definição de um modelo de financiamento deve levar em conta a heterogeneidade da agricultura, isso não quer dizer que a “agricultura familiar” deve ter recursos privilegiados, entretanto, deve-se ter presente a diferenciação de instrumentos de atuação e sua especificidade de acordo com o público a ser atingido.

As controvérsias relacionadas aos principais eixos de discussão sobre a ruralidade brasileira fazem-se presente, também, nos debates em torno da questão do desenvolvimento da política de reforma agrária. Dessa maneira, observa-se que as políticas agrárias no Brasil apresentam duas vertentes de desenvolvimento. Uma delas valoriza o seu lado social, como a distribuição da renda, os empregos, a saúde, a educação e outros. A outra é de essência produtivista - uso da terra e elevação da produtividade do trabalho.

Graziano da Silva e Kageyama (1989) destacam a necessidade de uma reforma agrária assentada na política social. Para os autores, os aspectos produtivos podem ser resolvidos com a política agrícola. Tal postura não despreza a necessidade de elevação da produtividade, considerando que não é sugerida a criação de favelas rurais ou a redução de fluxos migratórios - no sentido campo-cidade. Deve enfatizar-se a necessidade de uma política agrícola e agrária que contemple as especificidades regionais e das próprias unidades de produção.

O grande desafio imposto a reprodução da pequena produção rural refere-se a possibilidade de assegurar-lhe rendimentos e melhoria na qualidade de vida. Pode-se considerar que sua reprodução em maior ou menor grau faz-se assentada sob técnicas tradicionais de produção. Sua integração cada vez mais intensa ao mercado impõe alterações nas técnicas de cultivo. Porém, deve-se buscar alternativas que agreguem valor sem aumentar o uso de insumos externos à propriedade, valorizando os recursos disponíveis na unidade produtiva. Assim, as várias competências exercidas pelos produtores e o emprego em atividades rurais e não rurais de membros da família são analisadas como estratégias de sobrevivência.

Os estabelecimentos rurais estruturados no trabalho familiar no Brasil, embora tenham um papel importante na oferta de gêneros alimentícios para o mercado interno e como reserva de força de trabalho, diminuindo os problemas sociais, não conseguiram mobilizar as instituições políticas em suas várias esferas. A aversão ao risco, considerando as situações imprevisíveis da agricultura, impede que uma parcela

significativa de pequenos produtores recorra ao sistema de crédito. Outro segmento de produtores potencializa seus recursos como resposta às condições impostas pelo mercado. A melhoria dos processos produtivos dessas unidades emerge como garantia histórica para sua reprodução econômica e social. Essas discussões avigoram, ainda mais, a necessidade de conhecimento sobre as especificidades regionais e, principalmente locais, do desenvolvimento do setor agrícola, para que, em um segundo momento, seja encaminhado aos órgãos competentes, objetivando a elaboração e efetivação de políticas específicas e diferenciadas para o segmento de pequenos produtores.

2.4 A estrutura da unidade de produção rural familiar

A produção rural assentada no trabalho familiar deve ser analisada em seu conjunto, levando-se em conta as diversas entidades que a estruturam, como sua organização interna e o grau de inserção no mercado. A compreensão do funcionamento dessas unidades produtivas sugere o levantamento das diferentes lógicas em função das quais o produtor determina suas escolhas fundamentais. Essas unidades de produção conciliam a propriedade, o trabalho e a família. A interdependência estabelecida entre esses três fatores orienta sua dinâmica de reprodução, incidindo diretamente sobre a transmissão do patrimônio, a reprodução do grupo familiar, a produção do saber produzir (experiência), o processo de trabalho e o valor da terra. Esses elementos são considerados essenciais para o estudo da estrutura dessas unidades de produção e sua adaptação frente às condições de mercado. Assim, seu desenvolvimento na agricultura brasileira é marcado por transformações e adaptações em função de sua história e do contexto econômico, social e político no qual se reproduz.

Nas unidades de produção familiar, a família constitui a unidade social de trabalho e de exploração da propriedade, sendo que o propósito imediato da produção é a satisfação das necessidades essenciais da família e sua integração no mercado. A divisão do trabalho no estabelecimento e nos serviços domésticos é feita entre todos os membros da família (grupo doméstico), considerando a capacidade de cada um (idade, sexo e habilidades). Cabe ao chefe da família a distribuição das tarefas no estabelecimento. A combinação entre o trabalho familiar e os negócios caracteriza a essência de uma unidade de produção e de consumo, em que o agricultor é, ao mesmo tempo, proprietário,

administrador e trabalhador, estabelecendo uma combinação família-empresa. A partir de sua organização interna e sua inserção social são estabelecidas as estratégias familiares.

Estratégias familiares são respostas dadas por cada família a fim de assegurar ao mesmo tempo a sua própria reprodução e a de sua exploração. Poder-se-ia dizer, simplificando, que o grande desafio dos agricultores brasileiros consiste em garantir um espaço aos numerosos 'herdeiros', um lugar de trabalho (muitas vezes a própria exploração familiar), sem que isso se torne técnica e economicamente inviável. (BRUMER et al. 1993, p. 205).

Nesse sentido, essas unidades são constituídas por um grupo econômico autônomo representado pela família, que procuram estabelecer suas estratégias de sobrevivência para o presente com perspectivas, também, para o futuro. Em geral, apresentam a tendência de uma forte centralização, buscando sua reprodução por meio de uma ligação econômica e afetiva com seus meios de subsistência. À medida que as condições materiais são produzidas, os laços afetivos e culturais são constituídos. Os pais procuram dar condições para que seus filhos permaneçam no estabelecimento. Assim, é comum encontrar situações onde os filhos desfrutam do patrimônio sem dividi-lo legalmente, o que dificulta a criação de situações socioeconômicas distintas. Geralmente os filhos homens mais velhos dão continuidade a profissão paterna, assumindo gradualmente a gestão da unidade. Essas situações são estabelecidas no interior das unidades e visam assegurar a sucessão do patrimônio sócio-cultural.

A produção rural familiar se define pelo trabalho do homem sobre a terra e os vínculos afetivos criados a partir desta relação. Os pequenos proprietários/produtores são responsáveis pelas plantações que cultivam, trabalham direta e pessoalmente a terra com o auxílio de sua família e, ocasionalmente, contratam trabalhadores temporários. A organização interna dessas unidades de produção caracteriza uma economia doméstica. O número de trabalhadores temporários empregados - quando necessário - depende do tamanho da propriedade, do produto cultivado e de recursos financeiros.

[...] Trata-se, portanto, de estabelecer os ajuste necessários entre a força de trabalho disponível e o ritmo e a intensidade do trabalho exigido ao longo do ano. Deve-se observar, porém, que, nestes casos, a pluriatividade e a contratação de trabalhadores alugados no estabelecimento familiar estão inscritas na própria forma de produzir o camponês, enquanto uma possibilidade, mas sua concretização dependerá, fundamentalmente, do contexto mais geral que engloba o campesinato. (WANDERLEY, 2001, p. 27).

O parentesco é compreendido, em sua temporalidade, marcando cada geração. A história de cada família evidencia os casamentos que se realizam e as condições que são criadas para a reprodução do grupo, sugerindo a continuidade da produção. A

organização das atividades produtivas é um meio que assegura a produção familiar e a possibilidade de resistir e se adaptar às transformações no parentesco. Woortmann (1995) valoriza a importância do estudo das relações de parentesco para a compreensão da reprodução das explorações familiares inseridas na sociedade capitalista. Essas relações estão alicerçadas na reciprocidade, na descendência, nos comportamentos, nos laços consangüíneos, nas regras de sucessão, nos casamentos e outros.

Brumer et al. (1993), a partir de sua pesquisa sobre as “explorações familiares” nas regiões de Leme (RS), Cariri da Paraíba (PB) e Ijuí (SP), discorre sobre os vínculos comunitários na vida social desses produtores. Os produtores alegam que podem contar com a ajuda dos vizinhos tanto para ajuda pessoal quanto para a exploração. Entretanto, adverte os autores, essa percepção envolve uma idealização local. “[...] Os sentimentos de solidariedade não excluem outros, mais individualista, que envolvem a intolerância e as dificuldades nas relações de amizade.” (BRUMER et al. 1993, p. 214).

A formação de valores e o conhecimento construído pela família dos produtores constituem informações importantes para a compreensão de sua lógica interna. A organização de espaços e a combinação de espécies e variedades vegetais, enfim, a organização da produção e da vida social são construídas com base em modelos de saber e de conhecimento do meio ambiente que representam mais que um conhecimento especializado para cultivar suas terras. Esse conhecimento é parte de um modelo mais amplo de percepção da natureza e dos homens.

Para Woortmann e Woortmann (1997) esses valores são denominados ‘ciência do concreto’. Nessa concepção, o significado do trabalho e o modelo de saber constituem uma forma de ver o mundo. Essas dimensões simbólicas incorporadas ao processo de trabalho promovem a construção, não apenas dos espaços agrícolas, mas, também, dos espaços sociais, como, por exemplo, a troca de dias de serviços entre os vizinhos que, geralmente, encontram-se ligados por algum laço de consangüinidade.

Assim, a transmissão do saber para o trabalho faz-se no próprio trabalho. As crianças começam a acompanhar seus pais no trabalho desde cedo. O conhecimento técnico, apreendido no decorrer da formação cultural dos descendentes, é visto como essencial para assegurar a sua própria reprodução. A terra para esse segmento de produtores encerra um conjunto de significados morais, de valores e de possibilidade de reprodução da estrutura social e o domínio do saber trabalhar permite ao homem a constituição de nova família, revigorando a relação entre trabalho, terra e família.

A inserção dos pequenos produtores no quadro da divisão social do trabalho caracteriza uma situação peculiar. Tanto a venda das safras, como a compra de insumos passa por uma integração a mercados incompletos, como apresenta Abramovay (1992). Além de seu caráter familiar, do ponto de vista econômico, as unidades de produção familiar se definem por dois elementos básicos, sua integração parcial aos mercados e o caráter incompleto destes mercados. As condições de existência dos pequenos produtores são vistas como parte de um conjunto social, no qual estão subordinados.

Sua integração é considerada parcial à medida que parte de sua existência é assegurada pela sua opção em produzir gêneros que sejam essenciais para seu próprio consumo (produção de subsistência). A flexibilidade nas relações com o mercado diz respeito à possibilidade relativa que esses produtores possuem de se ‘retirar’ do mercado sem comprometer sua reprodução social. No caso retratado pelo autor, essa situação ocorre quando os preços dos produtos não perecíveis encontram-se muito baixos, como é o caso da comercialização do excedente de arroz, milho, feijão entre outros. Mas essa situação não pode ser generalizada, há certos produtos que não podem ser armazenados, como as hortaliças e dadas as necessidades mais prementes dos produtores nem sempre é possível esperar o aumento da procura e a melhoria dos preços de mercado.

A produção de variedades para auto-consumo não é uma situação exclusiva da pequena produção, ela pode ser verificada em outros modelos de propriedade, como a empresarial, mas o seu significado é muito diferente. O grande proprietário ou a empresa rural não depende desses produtos para reproduzirem suas condições de existência e, caso os gastos com o pagamento de mão-de-obra seja, no final, equivalente aos custos dessa produção - produtos destinados ao consumo da própria fazenda - a produção será interrompida.

De um modo geral, as condições gerais de reprodução sociocultural dos pequenos produtores nas várias regiões do país podem apresentar situações no âmbito econômico e social semelhantes, porém prevalecem suas peculiaridades local/regional, principalmente no que diz respeito à sua inserção aos mercados, o nível tecnológico adotado e os aspectos e valores culturais. Isso é justificado pelo próprio processo de evolução histórica da pequena produção e da propriedade familiar. Cada abordagem sobre essa temática enfatiza determinados elementos que os seus respectivos autores consideram importantes para circunscrever um dado problema de estudo.

Nesse sentido, a maioria dos problemas vivenciados pelos pequenos produtores não pode ser reduzida a um simples conceito de propriedade privada de um meio de produção qualquer. A terra incorpora a história de gerações que produzem, não apenas sua subsistência, mas seu modo de vida - valores não podem ser compreendidos, segundo uma análise puramente econômica. A dinâmica de mercado dita os mecanismos que podem determinar seu destino. Porém, observa-se que eles têm consciência das dificuldades impostas a sua sobrevivência. Sua organização interna orienta suas estratégias de produção enquanto proprietário/produtor. A sobrevivência desses produtores, de um modo geral, tem sido assegurada pela multiplicidade de atividades desenvolvidas. Essas estratégias são condicionadas pelo tamanho da família e da propriedade, pelas condições regionais (iniciativa estadual e municipal) e, também, pelas condições locais (mercado, organização social, disponibilidade tecnológica entre outros).

Em razão das transformações estruturais na sociedade contemporânea, são cada vez mais difíceis o conhecimento e a compreensão da diversidade que envolve a essência da produção familiar, principalmente, num contexto em que todas as relações são explicadas (enquadradas), como via de regra, a códigos estritamente econômicos. A miséria, as condições precárias de vida, a insegurança, o sobretrabalho, dentre outras formas de violência, não dizem respeito apenas a esse segmento. Os fenômenos que envolvem o dinamismo social têm se tornado cada vez mais complexos, assim como os problemas que emergem desse processo evolutivo dependente e excludente. É difícil afirmar o que sobreviverá ou o que será eliminado ou, ainda, que formas assumirão.

Diante das questões abordadas, neste capítulo, considera-se significativa a importância social e econômica da produção rural familiar no conjunto da agricultura brasileira. A literatura nacional especializada apresenta grandes divergências teórico-metodológicas que, conseqüentemente, refletem sobre seus respectivos resultados e/ou diagnósticos, como sua importância econômica, o seu real papel na sociedade, seus destinos e perspectivas e as políticas públicas mais viáveis para esse segmento. As especificidades locais e regionais (como o próprio estabelecimento do módulo rural regional) sugerem a necessidade de pesquisas no âmbito teórico e empírico que contemplem suas diferenciações e especificidades. As condições de reprodução dessas unidades não são tão homogêneas quanto parecem.

3 AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO: dos primórdios de sua organização à agricultura moderna



Comunidade Ribeirão – Catalão (GO): cultivo irrigado de cebola, feijão e milho. jul. 2003.

3 AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO: dos primórdios de sua organização à agricultura moderna

É muito importante a caracterização precisa da verdadeira natureza das relações de trabalho na agropecuária brasileira, sobretudo porque em muitos casos o aspecto formal de que revestem leva ou pode levar a confusões que na prática se revelam da maior inconveniência (Prado Júnior, 1981)

A compreensão da organização do espaço agrário brasileiro na sociedade contemporânea exige o conhecimento das políticas responsáveis pelo modelo de propriedade que se desenvolveu, das relações de produção⁹ estabelecidas e dos fenômenos que orientaram e/ou condicionaram seu desenvolvimento. A expansão do sistema capitalista foi responsável pela organização de sua agricultura e pelo conjunto da sociedade brasileira como um todo, reproduzindo, nas relações internas desta sociedade, suas características essenciais. A dinâmica desse processo produz necessariamente as relações sociais de produção dominantes e relações sociais de produção subordinadas, representadas no meio rural pela distinção e separação entre as atividades principais e as atividades secundárias e subsidiárias que marcaram a dicotomia existente na ruralidade brasileira. As condições estabelecidas pela estrutura social e econômica dessa sociedade, assentadas numa rígida estratificação social, dificultaram o desenvolvimento de uma camada social intermediária – os pequenos produtores.

O objetivo deste capítulo é apresentar as principais discussões sobre a organização do espaço agrário brasileiro, dando ênfase às políticas que contribuíram significativamente para o estabelecimento do latifúndio e, conseqüentemente, pela posição subsidiária e secundária destinada à pequena produção rural assentada no trabalho familiar (para a produção de gêneros alimentícios). Diante da complexidade conjuntural nacional e internacional, prepondera a necessidade de um estudo macro-estrutural, evitando, assim análises simplistas, equivocadas e distorcidas que deformam a realidade concreta, comprometendo o resultado das pesquisas.

⁹ As relações de produção são na essência relações estabelecidas entre os homens no processo de produção social. São, portanto, relações sociais de produção. Essas relações são a essência do processo produtivo. [...] Os níveis de desenvolvimento dessas relações dependem do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais de sua existência. Forças produtivas: forças que resultam da combinação dos elementos do processo de trabalho sob determinadas relações de produção; são portanto, os elementos necessários à produção de bens materiais, bem como o conjunto das condições igualmente necessárias à produção (máquinas, tecnologia, organização). (OLIVEIRA, 1986, p. 58).

As considerações a respeito do desenvolvimento da propriedade, das relações de trabalho e de sua inserção política na economia mundial estão condicionadas à constituição da própria história econômica da sociedade. Diante desse contexto, são colocados os propósitos da expansão comercial e das políticas de ocupação e organização da economia brasileira que permitiu o estabelecimento de relações políticas globais entre economias que estavam em diferentes estágios de desenvolvimento político, econômico e sociocultural. Dessa maneira, compreende-se que uma dada forma espacial é um dos elementos de redefinição dos processos econômicos, sociais, políticos ou culturais. A produção do lugar materializa a lógica global que, ao ser produzida, também, produz sua lógica.

Vários problemas, presentes na atual conjuntura, principalmente no que diz respeito à concentração da propriedade da terra e da renda, surgiram e desenvolveram-se a partir da política de ocupação e organização do espaço agrário brasileiro. No entanto, essa orientação política encontrava-se submetida aos interesses da expansão da economia européia. A formação e a expansão do capitalismo como sistema econômico deve ser entendido como um processo histórico que se territorializa a partir da Europa, sendo acompanhado pelo processo de mundialização do capital e pelo desenvolvimento tecnológico que propiciou a realização das revoluções tecnológicas.

Esse movimento traz, em sua essência, o desenvolvimento da contradição entre a informação e a comunicação, o local e o global e, também, entre os indivíduos através da coexistência da diversidade e da intensificação das diferencialidades. A reorganização dos espaços busca atender aos interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade, sendo incorporados à lógica global (PRADO JÚNIOR, 1992; IANNI, 1995; SPOSITO, 1999; SANTOS e SILVEIRA, 2001).

A organização do espaço, a partir dos ciclos de expansão e de acumulação econômica, fomenta um processo desagregador e, assim fazendo, exclui grande parte da população. As reflexões de Santos e Silveira (2001), sobre o dinamismo da sociedade e da economia, reforçam os argumentos em questão, afirmando que a globalização não elimina os traços culturais historicamente estabelecidos, porém modifica seu significado, acrescentando, assim, novos objetivos e ações. As diferenças e disparidades técnico-culturais entre as comunidades são agravadas pelos novos dinamismos e demais formas de comando e dominação.

Tendo em vista esse processo, torna-se mais fácil o estudo do desenvolvimento do capitalismo no campo. O modelo de desenvolvimento brasileiro,

desde o período da colonização lusitana, é marcado, historicamente, pelas políticas favoráveis às grandes explorações, em detrimento das pequenas. As pequenas explorações sempre ficaram relegadas a uma posição secundária e/ou subsidiária no contexto das políticas adotadas pelos administradores locais. Com efeito, o desenvolvimento agrícola, gradualmente, promove a exclusão crescente de determinados grupos sociais da agricultura, do mundo rural e do próprio circuito produtivo, favorecendo a criação de uma estrutura econômica internamente concentrada e, externamente, dependente das políticas globais. Essa dinâmica dificulta o aumento da produção para o abastecimento de toda a população e o desenvolvimento social e econômico da sociedade.

3.1 O desenvolvimento da agricultura na economia brasileira e o estabelecimento de sua estrutura socioespacial

A estrutura agrária brasileira é uma resposta à natureza do modelo político-econômico implantado, sendo responsável pela organização e formação socioespacial da economia brasileira desde o início da colonização (Capitanias Hereditárias, Estatuto Sesmarial, Lei de Terras e, posteriormente, endossado pela constituição de 1946 e 1967). A colonização e a ocupação progressiva do território configuraram-se em um empreendimento mercantil, inicialmente, voltado para abastecer o comércio europeu com produtos tropicais e metais preciosos.

O início da atividade agrícola no Brasil emerge com a expansão do sistema socioeconômico capitalista, com o expansionismo comercial europeu no início do século XVI. Os colonizadores foram os responsáveis pela ocupação e pela organização socioeconômica e espacial que propiciou o desenvolvimento da atividade agrícola no território brasileiro. No entanto, o continente Americano não foi capaz de fornecer qualquer produto de valor comercial logo de início. Assim, os novos donos da terra não ficaram muito entusiasmados com a descoberta, havia poucos atrativos que despertassem o interesse dos portugueses.

Naquela época, os bens que atraíam o interesse dos colonizadores eram as especiarias e os metais preciosos, provenientes do Oriente. “O pau-brasil constituiu um pobre substituto desses bens [...]” (SILVA, 1996, p. 23). A riqueza comercial da colônia deveu-se à exploração agrícola. Diante disso, não foi possível estabelecer apenas um negócio, justificando o modelo de colonização estabelecido no Brasil. Essa realidade

redundou na necessidade de criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que fossem fundadas e, também, organizar a produção dos gêneros que interessassem ao comércio internacional. Os portugueses foram, na realidade, pressionados a ocuparem as terras descobertas. Tratava-se de garantir sua posse e defendê-la das invasões estrangeiras, cujas burguesias buscavam, também, novas oportunidades de acumulação.

A metrópole hesitou por algum tempo na formação de uma colônia agrícola nos trópicos. O trabalho agrícola não exercia um atrativo para os colonos portugueses. A agricultura era vista com um certo desprezo pelos colonizadores. Esses fatores justificam o caráter inicial da exploração agrícola nos trópicos. A atividade não foi organizada de forma planejada e destituída de cuidados assíduos, sugerindo a idéia de extrativismo agrícola. Nogueira (2004, p. 49) supõe que, sem poder contar com a mão-de-obra africana, seria inviável para os portugueses a introdução do cultivo da cana-de-açúcar “nas grandes propriedades do Nordeste Brasileiro - o que os teria forçado a recorrer ao uso de mão-de-obra paga desde o início da ocupação territorial [...]”

O objetivo da produção colonial mercantil era colocar no mercado mundial um produto comercializável mas que, de maneira alguma, concorresse com a produção metropolitana. Nesse sentido, a produção colonial seria limitada à condição complementar, oferecendo produtos agrícolas coloniais. Conseqüentemente, o monopólio do comércio era o mecanismo fundamental que asseguraria a transferência do excedente gerado na colônia para a burguesia comercial metropolitana. A exclusividade na compra garantia preços mínimos de aquisição dos produtos coloniais e a exclusividade na venda assegurava para os produtos metropolitanos elevados preços. Esse mecanismo era responsável pela transferência de lucros, assim

[...] para subjugar-la [a colônia], pois se trata de colonizar para o capitalismo, **reinventou**, o trabalho servil e o trabalho escravo e, no caso da escravidão, assegurou a reprodução das relações sociais, com o tráfico, setor do comércio colonial e mola de acumulação. Em suma, o tipo de desenvolvimento das forças produtivas e as correspondentes relações sociais de produção são instauradas pelo capital comercial em seu proveito. (MELLO, 1986, p. 41, grifo do autor).

Nesse sentido, a colonização do Brasil apresentou características específicas. Colonizar para o europeu significava o estabelecimento de feitorias com agentes comerciais, funcionários e militares para a defesa do território, ou seja, eram entrepostos comerciais. Porém, os colonizadores não encontraram no Brasil nenhuma produção organizada. A população indígena era esparsa e não havia produtos nativos aproveitáveis a serem traficados, como era feito com as especiarias no Oriente. Nessa fase, a atividade organizada foi o extrativismo. Linhares e Silva (1981) consideram que nessa

etapa preliminar, das feitorias e do escambo, não houve indícios de uma atividade contínua e estável.

A partir do terceiro decênio do século XVI, o rei de Portugal, em virtude de sua experiência com a produção de açúcar na Sicília e nas ilhas do Atlântico (Madeira e Cabo Verde), estava convencido dos ganhos que poderia obter com a cultura de cana-de-açúcar na costa brasileira. Em princípio, os primeiros povoadores se depararam com uma natureza hostil, obstáculos que o colono europeu não estava preparado para enfrentar. Soma-se a isso, a posição dependente e o baixo nível cultural e material da grande maioria desses colonos, implicando no estabelecimento expressivo de explorações de subsistência (PRADO JÚNIOR, 1992; FURTADO, 1998). Dessa maneira, iniciaram-se a ocupação efetiva e a colonização do Brasil. O regime de posse da terra

[...] foi o da propriedade alodial e plena. Entre os poderes dos donatários das capitanias estava, [...] o de dispor das terras, que se distribuíram entre os colonos. As doações foram em regra muito grandes, medindo-se os lotes por muitas léguas. [...] As ambições daqueles pioneiros recrutados a tanto custo, não se contentariam evidentemente com propriedades pequenas; não era a posição de modestos camponeses que aspiravam no novo mundo, mas de grandes senhores e latifundiários. [...] Há um fator material que determina este tipo de propriedade fundiária. A cultura da cana somente se prestava, economicamente, a grandes plantações. [...] Não era empresa para pequenos proprietários isolados. (PRADO JÚNIOR, 1992, p. 32-33).

Essas circunstâncias determinaram a ocupação e a organização efetiva da colônia e o tipo de exploração adotada no Brasil - a grande propriedade. E, ainda, com a grande exploração monocultural, instalou-se o trabalho escravo. O território brasileiro foi dividido em doze grandes faixas a partir do litoral, chamadas de Capitanias Hereditárias (1534). O objetivo dessas unidades era ocupar e defender as terras conquistadas. As explorações foram doadas a fidalgos da Coroa, que tinham plenos poderes sobre suas posses.

Juridicamente, o soberano não doava a terra, mas os benefícios e o usufruto dela. Essas capitanias hereditárias não estabeleciam uma relação do tipo feudal entre os donatários e a terra. Outro elemento importante é que as terras brasileiras não estavam sob o domínio da Coroa Portuguesa. O sistema de capitanias hereditárias não transferiu para a colônia a teia de relações que ligava as terras ao soberano em Portugal. Ao contrário do que se previa, o regime de capitanias, também, não foi capaz de promover a colonização e o povoamento das terras na colônia. Tal empreendimento não foi possível para as empresas particulares (representadas pelos fidalgos, funcionários reais e comerciantes). Em 1549 as capitanias hereditárias deram lugar às Capitanias da Coroa.

Tanto a Coroa quanto os donatários fizeram novas distribuições de terras a cristãos que tinham condições e recursos de explorar a propriedade. Essas propriedades, também imensas, foram chamadas de Sesmarias - introduzindo o Estatuto Sesmarial¹⁰. Em pouco tempo, uma parte considerável do território foi dividido em grandes unidades produtoras. Silva (1996) explica que, na prática, as sesmarias eram concedidas com notável desproporção, dando a uns, quinze léguas e a outros, vinte e trinta léguas de terras. Salvo algumas exceções, essa realidade constituía a prática das concessões na zona próxima do litoral e dos núcleos urbanos. Assim,

[...] o solo colonial não passou a constituir patrimônio privado dos donatários. Como propriedade particular, os donatários recebiam apenas dez léguas de terras, que poderiam tomar onde quisessem, contanto que não fossem contíguas. Deveriam ser repartidas em quatro ou cinco partes, separadas, no mínimo, por duas léguas entre si. O restante das terras deveria ser distribuído por eles na forma de sesmarias, segundo as Ordenações do reino. (SILVA, 1996, p. 29).

Os primeiros colonos recrutados, os donatários (a partir do terceiro decênio do século XVI), tinham que apresentar aptidão para a atividade e recursos, e eles vinham para o Brasil com o objetivo de tornar-se “grandes senhores e latifundiários.” (PRADO JÚNIOR, 1992, p. 33). A Colônia Brasileira repelia o colono que vinha como simples povoador. A grande maioria desses colonos sem recursos financeiros estava condenada a uma posição dependente e de baixo nível, seu trabalho lhes assegurava, apenas, a subsistência. Os donatários eram os verdadeiros donos da terra e a distribuíam entre os colonos - os agregados da fazenda. As condições de precariedade da organização social e econômica na colônia, produziam manifestações particulares no espaço, como por exemplo:

[...] salvo raras exceções, o pequeno produtor rural não pôde estabelecer um vínculo de cooperação com o ambiente. Não havia tempo para isso, e ele não podia perder nenhuma oportunidade de extrair da natureza qualquer mercadoria que lhe proporcionasse bons rendimentos no momento da troca. Afinal de contas ela nunca sabia quando o senhor do engenho ao lado o expulsaria de suas terras e o deixaria à deriva pelo sertão. [...] A extrema instabilidade e precariedade do assentamento parece ter produzido um vínculo de saque entre o pequeno produtor de subsistência e o ambiente. (CABRAL, 2005, p. 19).

A apropriação das terras brasileiras até o final do século XVII foi regida,

¹⁰ Quando D. João III dividiu sistematicamente o nosso território em latifúndios denominados Capitanias, já existiam aqui capitães-mores nomeados para as Capitanias do Brasil. O que se fez então foi demarcar o solo, atribuir-lhes e declarar-lhes os respectivos direitos e deveres e os direitos, foros e tributos e cousas que tinham os colonos de pagar ao rei e aos donatários, passando-se a cada um deles a sua carta de doação, ou donataria com a suma dos poderes conferidos pela Coroa portuguesa autorizando-os a expedir forais, que eram uma espécie de contrato em virtude do qual os sesmeiros ou colonos se constituíam perpétuos tributários da Coroa ou dos seus donatários ou capitães-mores. A terra dividida em senhorios, dentro do senhorio do Estado, eis o esboço geral do sistema administrativo na primeira fase de nossa História. (GUIMARÃES, 1989, p. 46).

exclusivamente, pelas Ordenações do Reino (Afonso, 1446; Manuelinas, 1511-1512; Filipinas, 1603). A propriedade particular se dava pela concessão de sesmaria sob o domínio da Coroa. Guimarães (1989) acrescenta que a propriedade privada das terras, inicialmente, foi concedida em usufruto dos sesmeiros pela Real Ordem, de 27 de dezembro de 1695. A apropriação e a exploração da terra foram acompanhadas por atos de crueldade e violência, desde o início da colonização, sobre as populações nativas, cujo direito à propriedade da terra nunca foi respeitado ou exercido. A expansão das fronteiras das sesmarias dava-se de acordo com a necessidade de incorporação de terras pela produção de exportação.

Silva (1996) discorre sobre as dificuldades para estabelecer o tamanho e a localização das sesmarias. A imprecisão das próprias cartas de doação tornava difícil a identificação das datas cedidas e a delimitação apresentava referenciais de limites vagos. “Outro aspecto do sesmarialismo colonial que atrapalhava o controle das autoridades era a compra e venda de sesmarias. A possibilidade da compra e venda de sesmarias aparecia já nos forais dos donatários das capitanias.” (SILVA, 1996, p. 44). No final do século XVII, as autoridades coloniais começaram a questionar essa prática na colônia. O Regime de Sesmarias, com vigência de aproximadamente 300 anos, foi extinto pela Resolução de 17 de julho de 1822. Para Gorender (1994) a propriedade da terra,

[...] desde o início da colonização brasileira, era alienável, quer dizer, podia ser comprada e vendida sem obstáculos jurídicos, já temos exemplos de compra e venda de terra desde o século XVI, o que se multiplicou pelos séculos afora. Ora, trata-se de algo muito diferente do que acontecia com o feudalismo típico da Europa. (GORENDER, 1994, p. 23, grifo do autor).

A prática de requerer sesmarias para, posteriormente, vendê-las era facilitada porque a legislação não impedia que uma pessoa recebesse mais de uma sesmaria, pelo menos até o século XVIII. Assim, houve casos em que várias sesmarias foram concedidas a uma mesma pessoa, e casos de indivíduos que requeriam as sesmarias no nome das esposas, dos filhos e de crianças recém-nascidas. Acredita-se que essa prática era resultado do favoritismo dado a alguns fidalgos e às dificuldades encontradas por alguns colonos em provar que eram homens de posse e assim obterem uma concessão. Como o objetivo da metrópole era promover a ocupação produtiva da colônia, ela procurava conceder terras àqueles que tivessem condições de cultivá-las e de adquirir escravos.

Durante a regência de D. Pedro I, as cortes constituintes de Lisboa não estavam preocupadas com a questão do sesmarialismo brasileiro e sim com a re-

colonização do Brasil. Nesse contexto, as medições e demarcações de sesmarias deveriam ser feitas sem prejudicar os possuidores de terras “[...] que tenham efetivas culturas no terreno, porquanto devem eles serem conservados nas suas posses, bastando para título as reais ordens, porque as mesmas posses prevaleçam às sesmarias anteriormente concedidas.” (SILVA, 1996, p. 73). A política da questão agrária brasileira procurou assegurar a compatibilidade da instituição escravista com o desenvolvimento econômico e a imigração. A agricultura rudimentar apoiava-se no trabalho escravo e na incorporação contínua de terras novas.

As atividades implantadas foram responsáveis pelo povoamento do território brasileiro, estabelecendo e organizando a coletividade humana e, também, estruturando sua vida econômica. A sociedade brasileira se dividia em duas categorias da população colonial: os empresários e dirigentes do negócio, de um lado e, do outro, os trabalhadores e fornecedores de mão-de-obra. A terra era o principal recurso natural oferecido. Os portugueses, nesse contexto, eram os empresários e dirigentes das atividades econômicas e o segmento social de trabalhadores era representado pelas populações indígenas (as tribos eram subjugadas e domesticadas)¹¹, pela importação de escravos africanos, pelos agregados da fazenda e, posteriormente, pela imigração de trabalhadores livres¹².

Os portugueses iniciaram o comércio de escravos negros em princípios do século XVI. As outras nações civilizadas da Europa cristã seguiram-lhes imediatamente o exemplo [...]. (HUBERMAN, 1986, p. 160).
[...] O tráfico de escravos africanos teve impacto na história do Novo Mundo. Durante o século 18, no auge do infame comércio, entre 6 e 7 milhões de africanos cruzaram o Atlântico em condições deploráveis. Essa gigantesca onda de migração forçada foi brutal e devastadora - muitos africanos morreram em trânsito -, mas enriqueceu as culturas do Brasil e dos Estados Unidos, e transformou o Caribe em uma região predominantemente negra. (ATLAS DA HISTÓRIA DO MUNDO, 2004, p. 28).

A moderna colonização européia criou a disponibilidade de terras no Novo Mundo para o capital mercantil, “[...] mesmo quando para isso foi necessário expulsar, matar ou subjugar os indígenas que se encontravam nessas áreas.” (SILVA, 1996,

¹¹ O cativo indígena foi extinto no século XVII, contribuindo para a formação de uma extensa população de bastardos, e que vieram a ser conhecidos como cablocos e caipiras, geralmente agregados de grandes fazendeiros (MARTINS, 1986, p. 12).

¹² Com a vinda da corte de D. João e, principalmente, do Decreto 25 de novembro de 1808 até o fim da Primeira República – que permitiu o acesso à propriedade fundiária a estrangeiros, antes reservada apenas aos naturais da Colônia ou do Reino – o Brasil passou a disputar parcela das correntes de emigrantes europeus a fim de estabelecê-los em áreas desabitadas como pequenos proprietários policultores. Esses projetos de colonização foram implantados em vastas áreas do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e do Espírito Santo. (PETRONE, 1984, p. 7-8).

p. 27). No que se refere à introdução do trabalho compulsório, este recriava permanentemente a disponibilidade de terras para os agentes da exploração econômica - as explorações agrícolas que se formavam nas colônias.

Para Silva (1996), esse aspecto é fundamental para explicar uma das características fundamentais da sociedade que se organizou nas terras brasileiras, marcando a vida da colônia e do futuro do país independente - o trabalho escravo. O trabalho compulsório surgiu como uma oportunidade de gerar sobre-lucros para a burguesia mercantil metropolitana. Essa relação social de trabalho viabilizou o funcionamento dos mecanismos do sistema colonial, constituído pelos poucos donatários de terras. A adoção do trabalho compulsório garantia, ao mesmo tempo, a fixação do trabalhador na grande exploração agrícola e favorecia uma organização econômica e social altamente concentradora de rendimentos, que se enquadrava às necessidades do sistema de comércio estabelecido entre a metrópole e a colônia.

Caso a colonização fosse realizada, apenas com homens livres, seria intensa a competição pela apropriação das terras com melhores localizações. Mesmo considerando a extensão territorial da colônia, a ocupação econômica das terras se dava, geralmente, em torno de um núcleo (porto, vila, forte). Assim, o regime de trabalho escravo permitiu a manutenção da disponibilidade de terras para a camada social que produzia conforme as exigências do sistema colonial e possibilitou a ampliação das atividades comerciais.

A exploração agrária nos trópicos assentou-se em grandes unidades, com produção em larga escala, com emprego de elevado número de trabalhadores e monocultura para exportação. As condições materiais de exploração socioeconômica determinaram o tipo de propriedade agrária estabelecida na colônia, dificultando o investimento pelas pequenas propriedades. Além disso, o controle político da colônia seria mais facilmente exercido no novo mundo com um número reduzido de colonos. O objetivo mercantil da produção de açúcar, os elevados gastos com transporte e com a cultura, mercado interno incipiente para o consumo da produção de açúcar e, ainda, a mão-de-obra para a limpeza do terreno reforçam as dificuldades para o estabelecimento de pequenos produtores isolados no Brasil.

Na primeira fase da economia brasileira, a agricultura organizou-se em dois setores de produção, a economia de exportação e a de subsistência. A grande exploração agromercantil se dedicava à produção de determinado gênero com elevado valor comercial, caracterizando os ciclos econômicos, como borracha, castanha (AM); cera

de carnaúba (CE); coco (AL, BA); cana-de-açúcar (regiões Nordeste e Centro-Sul); cacau (BA); café: (SP, RJ, MG e PR); algodão (SP e região NE). Essas atividades ocuparam os melhores solos e localização. As atividades acessórias ou secundárias tinham como objetivo manter em funcionamento a economia de exportação, fornecendo os meios de subsistência à população empregada no primeiro setor (PRADO JÚNIOR, 1992).

A distinção e a separação entre as atividades principais e as atividades secundárias e subsidiárias marcaram a dicotomia existente na atividade rural. Prado Júnior (1981, p. 51) refere-se a esse modelo, como “hierarquização das culturas segundo categorias sociais: plantas de pobre e plantas de rico.” O setor de exportação foi responsável pela organização socioespacial e pelos seus respectivos problemas, principalmente, no que diz respeito à concentração de renda e à pobreza da maioria da população rural. A grande lavoura representava o nervo da agricultura colonial,

[...] a produção de gêneros de consumo interno - a mandioca, o milho, o feijão, que são os principais - foi um apêndice dela, de expressão puramente subsidiária. [...] Aqueles gêneros de consumos são produzidos, na maior parte dos casos, nos mesmos estabelecimentos rurais organizados e estabelecidos para cuidar da grande lavoura. Destinam-se a abastecer o pessoal empregado nesta última, e existem portanto unicamente em função dela. (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 143).

A base econômica de ocupação do território brasileiro restringiu-se às áreas litorâneas. O conhecimento técnico do período limitava a expansão para as terras do interior do país. Essas áreas foram consideradas impróprias para a agricultura, sendo áreas semi-áridas, justificando a aglomeração do povoamento nos núcleos litorâneos. Esses fatores justificam a condição de quase abandono do interior do país, no decorrer dos séculos XVI e XVII, e sua ocupação irregular orientada pelas dispersas fazendas de gado separadas entre si por grandes áreas desertas. Prado Júnior (1987, p. 37) sugere que vários fatores determinaram a dispersão do povoamento, dentre eles destacam-se “a extensão da costa que coube a Portugal na partilha de Tordesilhas, o que obrigou [...] encetar a colonização simultaneamente em vários pontos dela. [...] O que de fato, apesar do fracasso do sistema, permitiu garantir à Coroa portuguesa a posse efetiva do longo litoral.”

A análise da estrutura econômica desse período evidencia que o desempenho econômico do setor de exportação dependia da receptividade dos mercados para seus produtos e das oscilações de preços. Geralmente, a atividade apresentava pouca flexibilidade diante das mudanças conjunturais, como baixa de preços e concorrência com as demais colônias européias. Essa problemática era atribuída ao caráter especulativo dessas explorações e aos estímulos imediatos de grandes lucros a um curto prazo. Diante

de tais argumentos deve-se considerar a natureza cíclica da evolução econômica brasileira e sua vulnerabilidade.

À medida que os preços dos produtos de exportação se elevavam restringia-se, gradativamente, a produção de gêneros de manutenção e pecuária, estimulando a formação de lavouras especializadas. Essas explorações rurais que surgiram eram separadas da grande lavoura e constituíram um sistema de organização muito diverso. Prado Júnior (1992) caracteriza-as como pequenas propriedades que se aproximam do tipo camponês europeu, em que é o próprio proprietário que trabalha auxiliado por um pequeno núcleo de auxiliares - em regra, sua própria família - e mais raramente, algum escravo.

Dessa maneira, as pequenas culturas de subsistência se especializaram na produção de alguns poucos gêneros, complementares aos das culturas de exportação e predominantemente destinados ao consumo local, como a mandioca, o arroz e/ou feijão, o milho e a produção de farinha, no entanto, eles também poderiam ser exportados, como era o caso da mandioca, do tabaco, do algodão e da aguardente. Eram culturas essencialmente alimentares, com a produção de alimentos simples. Wanderley (2001) destaca que esse exemplo evidencia a dupla preocupação desses agricultores, já nesse período, de buscar a integração ao mercado, assegurando acesso a atividades estáveis e rentáveis através da escolha de produto ou produtos comercializáveis e a garantia de consumo.

A população indígena, que era relativamente numerosa, contribuiu, em grande parte, para o desenvolvimento desses pequenos produtores autônomos. O cativo indígena foi extinto no século XVII, favorecendo a formação de uma extensa população de mestiços, os chamados de bastardos e que vieram a ser conhecidos como caboclos e caipiras. Essa população, geralmente, tornava-se agregada de grandes fazendeiros ou pequenos produtores rurais de subsistência, constituindo parte do trabalho livre na sociedade escravocrata. Esses trabalhadores realizavam várias atividades, como desmatamento, queima e limpeza do terreno. Mesmo nas fazendas que empregavam o trabalho escravo, a preparação do terreno era feita pelos homens livres, os agregados e os posseiros. Esses trabalhadores semi-autônomos eram coagidos a fazer todos os tipos de serviços. (MARTINS, 1986).

Cabral (2005) acrescenta, ainda, que através do estudo de um dos relatórios técnico-administrativos, solicitado pelo Ministério da Marinha de Domínios Ultramarinos (1797), sobre o 'Districto da Villa de Santo Antônio de Sá' - uma das maiores áreas madeireiras do Rio de Janeiro - elaborados pelos oficiais, revelou a associação entre a indústria madeireira e os produtores agrícolas de subsistência. Os

produtores de gêneros alimentícios básicos adotavam a indústria de madeira como uma atividade acessória, isto é, atividade realizada apenas para complementar a renda agrícola. Esse autor supõe que o corte da madeira era uma das atividades mais importantes para a economia rural, igualando-se à agricultura, representada pelas tradicionais lavouras de cana-de-açúcar e mandioca.

O autor acredita que a madeira era muito usada como moeda de troca em transações comerciais pelos homens livres e pobres que viviam à margem das grandes unidades de exportação. Essa atividade era praticada nas proximidades de mata virgem. A negociação das madeiras era feita nas pequenas casas comerciais, geralmente situadas ao longo dos rios e estradas. Mesmo possuindo poucos recursos materiais, os produtores de subsistência eram subjugados a uma economia preponderantemente comercial. Essa atividade lhes permitia adquirir produtos essenciais à sua sobrevivência, como ferramentas e gêneros alimentícios que não podiam ser plantados em suas terras. Assim, a indústria madeireira comercial representava uma oportunidade de complementar seus rendimentos, caracterizando uma estratégia econômica adotada pelos pequenos produtores.

Para Cabral (2005) os madeireiros utilizavam, além do braço escravo, o trabalho livre por jornada, o que originou o termo 'jornaleiro'. As duras condições impostas pela estrutura social e econômica, assentada em uma rígida estratificação social entre os detentores (os 'senhores') e os não detentores (os escravos) de terras, dificultavam a sobrevivência de uma camada social intermediária. A maioria desses relatórios técnico-administrativos revela que grande parte da população, que habitava no campo, não dispunha de terra própria, nem de recursos e possibilidades para ocupar e explorar as terras alheias, sob a condição de arrendatário autônomo. Essas pessoas eram pobres e não possuíam escravos, o que tornava difícil a lavoura, mesmo de caráter de subsistência. Assim, esses trabalhadores, gradativamente, lançaram-se no mercado de trabalho.

A oferta abundante de trabalho contribuiu, decididamente, para os ínfimos padrões de vida apresentados pelo trabalhador rural brasileiro, inclusive nas regiões mais desenvolvidas do país. Prado Júnior (1992) supõe que o baixo nível de vida da maioria da população rural do país gerou uma série de interpretações equivocadas sobre as relações sociais de trabalho, como por exemplo: relações de trabalho como caracteristicamente servis.

Para Prado Júnior (1981), o grande êxito do passado e, ainda, de nossos dias, da agropecuária brasileira se deve aos seguintes fatores: ao interesse dos fazendeiros e grandes proprietários pela atividade, a disponibilidade de terras, a disponibilidade de força

de trabalho a baixo custo - incorporação de indígenas, da mão-de-obra escrava, dos recém-libertados e dos imigrantes - os títulos de propriedade e o domínio da terra, a possibilidade de expansão dos domínios da fazenda pela posse e o papel que coube à massa trabalhadora livre do campo. No entanto, os fatores que favoreceram o desenvolvimento da agropecuária brasileira como um negócio lucrativo, também, constituíram as circunstâncias negativas responsáveis pelo baixo nível de vida da população rural do país. Prado Júnior (1981) informa que a agricultura de subsistência era praticada pela maioria da população brasileira, aproximadamente, cinquenta por cento da população, a qual apresentava baixos padrões de existência, tanto materiais quanto culturais e morais. A produção de subsistência era realizada junto às

[...] culturas principais pelos próprios escravos, aos quais se concediam os domingos para cuidarem das roças em que produziam o necessário para alimentar a si mesmos e seus senhores. No entanto, havia casos também nos quais as culturas de subsistência constituíam atividades semi-autônomas praticadas por homens livres, pequenos produtores sem escravos, que trabalhavam a terra com a eventual ajuda de familiares. Esses pequenos produtores não passavam, na maioria das vezes, de simples agregados dos grandes proprietários de terras e de escravos, os quais lhes cediam por empréstimo pequenos lotes de terra para cultivo, em troca de serviços de todo o tipo – inclusive, e principalmente, de capangagem. (SZMERECSÁNYI, 1990, p. 14-15).

Esse modelo econômico de ocupação foi revigorado com a vinda da Família Real Portuguesa (1808) e com a independência política do Brasil (1822). Tais fatores promoveram a abertura dos portos (Lei de Alves Branco) e, conseqüentemente, o fim do pacto colonial, reforçando a condição de economia primário-exportadora e, assim, revigorou o latifúndio e o escravismo colonial. Para Costa (1998, p. 20), o surto cafeeiro nesse período, também, contribuiu para a expansão da grande lavoura comercial e para o recrudescimento da escravidão. “[...] A demanda de negros aumentou. Recrudescceu o tráfico, apesar de todas as restrições que vinham sendo feitas. [...] Procurava-se, em geral, ignorar o problema, quando não se tentava atenuá-lo com justificativas.”

A análise do desenvolvimento das fazendas de café e sua expansão tornam-se importante para compreensão das modificações nas relações sociais de trabalho. Na produção cafeeira, o fazendeiro interferia nas relações de trabalho e na circulação de mercadorias. Na primeira fase, com os comissários de café e, no final do século XIX, com os próprios exportadores. Para Martins (1986, p. 23, grifo do autor) é importante compreender a contradição entre as bases capitalistas da atuação do fazendeiro e as relações não capitalistas da produção, incluindo nas análises a problemática da renda

capitalizada¹³. “[...] A palavra **fazenda** tomada no seu sentido coevo, e não no sentido que tem hoje, teria ajudado a chegar a esse ponto.” O fazendeiro significava, desde o século XVII, o homem que administrava a riqueza, mesmo não sendo o proprietário dela. Nesse período os escravos eram mais valiosos que a terra, uma vez que, antes de seu surgimento, o valor monetário da terra era praticamente nulo. O valor, naquela época, era representado pelo objeto/valor sujeito ao comércio. A terra sem os trabalhadores era incapaz de gerar riqueza, enquanto o trabalhador era um bem precioso (o escravo era o penhor de pagamento de empréstimos).

Nessas circunstâncias, o capitalismo no Brasil materializou a subordinação da produção ao comércio internacional, criando formas mediadoras de reprodução do capital. A própria mão-de-obra escrava revela o processo de mercantilização, porque o escravo antes de ser produtor era objeto de comércio (renda capitalizada), ou seja, produzia lucro antes de produzir mercadoria.

Nesse sentido, acredita-se que o trabalho compulsório foi uma opção regulada pelo comércio negreiro e não por uma absoluta escassez de mão-de-obra. Tanto Prado Júnior (1979/1981) como Martins (1986) afirmam que no decorrer do processo de povoamento do território brasileiro ocorreu um considerável aumento da população através da miscigenação (europeus, índios e negros africanos), essa mão-de-obra poderia ter sido utilizada pelas fazendas de café. De outro lado, os colonos pobres que vieram para o Brasil, desde o início da colonização, e a população mestiça procuravam se manter distante das grandes fazendas, temendo os maus tratos.

O mais importante, a destacar nesse contexto, é que a partir desse período verifica-se o desenvolvimento inicial de uma agricultura brasileira especializada, intensiva e permanente. Essa atividade econômica foi responsável pelo deslocamento definitivo do eixo da economia brasileira do Nordeste para o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro e suas imediações apresentavam uma boa infra-estrutura de transportes, comercialização, financiamento e recursos semi-ociosos sob forma de terras, mão-de-obra e empresariado (SZMERECSÁNI, 1990).

Com o objetivo de fomentar a ocupação produtiva do solo, o governo concedia a transferência das terras do patrimônio público para o patrimônio privado. Essa expansão também se encontrava alicerçada na permanência da escravidão. Os grandes

¹³ A renda capitalizada corresponde ao meio de produção que pode ser convertido, através do mercado, em capital. (MARTINS, 1986).

fazendeiros não viram motivos para se preocuparem com a delimitação de suas propriedades e nem com o problema da reprodução da mão-de-obra. Nesse sentido, até a primeira metade do século XIX, os colonizadores não se voltaram para seu interior e sim para a África, de onde vinha a principal mercadoria: os escravos (única mercadoria que produzia mercadoria).

Linhares e Silva (1981) dizem que o papel do Estado no desenvolvimento capitalista dependente/periférico consistiu em exercer, no interior do sistema, as funções que foram historicamente praticadas pela Metrópole - sob a forma de colonialismo interno. Assim, coube ao Estado desestruturar a hegemonia latifundiária e favorecer a transferência de renda do setor agrícola para o setor industrial. O confisco cambial e/ou a ação de órgãos de comercialização foram responsáveis por essa transferência. O objetivo do sistema de grande exploração centrava-se na produção de certos gêneros tropicais de grande valor comercial. A exploração em larga escala abrangia fazendas extensas, com numerosos trabalhadores, sendo a única organização coletiva do trabalho e da produção, enquanto que a pequena exploração era parcelária, realizada diretamente pelos seus proprietários/ocupantes ou arrendatários das terras de possuidores de títulos de propriedades/sesmaria.

Ao analisar os elementos estruturadores do latifúndio enquanto base da empresa capitalista européia, verifica-se o emprego de relações de trabalho não capitalista, como a subjugação do trabalho dos índios, o trabalho escravo do negro africano, o regime de parceria e o colonato e, também, as condições ínfimas de sobrevivência dos agregados das fazendas. Essa situação gerou várias interpretações e questionamentos sobre o caráter capitalista da produção na colônia. Vários estudos e reflexões estabeleceram essa discussão (Oliveira, 1976; Linhares e Silva, 1981; Martins, 1986; Guimarães, 1989; Dowbor, 1982; Prado Júnior, 1992; Gorender, 1994).

Na opinião de Oliveira (1976), o exame das transformações estruturais da economia brasileira pressupõe a análise rigorosa da reposição e recriação das condições de expansão do sistema, enquanto modo capitalista de produção. O autor não admite a possibilidade de ter existido outro modo de produção no Brasil anterior ao capitalismo. Para esse autor, a expansão do capitalismo na economia brasileira foi produto da expansão do capitalismo em escala internacional e o crescimento da economia brasileira se dá como reflexo desse processo. A partir de 1930, a expansão do capitalismo no Brasil passou a ser analisada como resultado das lutas de interesses de segmentos sociais internos, deixando de ser um mero reflexo da expansão imperialista.

A organização do espaço agrário brasileiro constituiu-se como parte da expansão da empresa colonial portuguesa, da expansão capitalista sob uma política mercantilista. Através do pacto colonial, a metrópole dominou a colônia e estabeleceu o reinado das grandes explorações. Diante dos argumentos expostos, a interpretação dos latifúndios como unidades feudais constitui um equívoco atribuído aos modelos interpretativos importados. Essa dualidade pode ser verificada nas obras de Jacques Lambert (1959), Roger Bastide (1973), Celso Furtado (1959), Nelson W. Sodré (1963)¹⁴.

No Brasil foram estabelecidas as rela  es de trabalho essencialmente capitalistas de parceria. Linhares e Silva (1981) discorrem sobre as dificuldades encontradas em aceitar a possibilidade de existirem, numa mesma sociedade, setores independentes uns dos outros (dualismo). A subordina  o interna ao imperialismo criou um modo de produ  o historicamente específico: o Escravismo Colonial.

A modifica  o da tese **capitalista** advogada pelos primeiros opositores radicais da tese feudal, em fun  o de um marco teórico-metodológico mais sofisticado, consistiu, em última análise, em demonstrar a capacidade que tem o processo de desenvolvimento capitalista de não apenas refuncionalizar formas preexistentes, como também de criar e recriar rela  es não capitalistas de produ  o. (LINHARES; SILVA, 1981, p. 67, grifo dos autores).

Martins (1986) corrobora com a tese dos autores. Diante da complexidade das situa  es apresentadas pela economia brasileira, principalmente, no que tange às rela  es de trabalho estabelecidas no campo, como a mea  o, o arrendamento, o trabalho familiar rural, a parceria e o assalariamento, vários estudiosos, como Cunha (1936), Freyre (1936), Pena (1956), Prado Júnior (1963), Linhares e Silva (1981), Martins (1981) preferiram propor a existência de sistemas específicos. Esses sistemas específicos não foram definidos nem como feudais e nem como capitalistas. As estruturas socioeconômicas no Brasil passaram a ser consideradas como historicamente específicas – a ‘plantation’, o latifúndio, a pequena produ  o mercantil ou a economia camponesa, vista    maneira de Chayanov, e o escravismo colonial (LINHARES; SILVA, 1981).

Esses fatores permitem o reconhecimento de contradi  es de ordem externa e interna. Para Linhares e Silva (1981), o capitalismo que se instalou nas colônias    caracterizado como Dependente Periférico, onde a fun  o do Estado foi estabelecer o colonialismo interno. Num segundo momento, promover a transferência de renda do setor

¹⁴ LAMBERT, J. **Os dois brasis**. Rio de Janeiro: INEP/Centro de Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1959. BASTIDE, R. **Brasil, terra de contrastes**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. FURTADO, C. **Forma  o econômica do Brasil**. 27. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editorial Nacional, 1959 (impressão 1998). RANGEL, I. M. **A questão agrária brasileira**. Recife: CONDEPE, 1962. SODRÉ, N. W. **Introdu  o    revolu  o brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civiliza  o Brasileira, 1963.

agrícola para o industrial, pautado em uma política de transferência de recursos de um setor econômico para outro.

Contrariando essas proposições, Guimarães (1989) caracterizou a economia brasileira como ‘feudalismo brasileiro’. Para o autor, a colônia era uma extensão periférica da nação portuguesa sendo, essencialmente, arcaica em relação à metrópole, apresentando caráter, forma e essência feudais, mas com um setor dependente do modo de produção capitalista, o que justificaria certas peculiaridades no sistema econômico brasileiro.

[...] Embora arcaico, não repete a cultura e a história feudal européia ou portuguesa, antes pelo contrário, pois é híbrido nos seus caracteres externos. [...] Desde o início descobrirá meios de coexistir com o capitalismo, nas sucessivas formas que este fôr assumindo do séc. XVI aos nossos dias. (GUIMARÃES, 1989, p. XI-XII).

Sob essa concepção, a organização e o povoamento do Brasil teriam sido realizadas pelo modelo em vigor da sociedade portuguesa, admitindo a mesma orientação. As metrópoles implantavam em suas colônias processos econômicos e instituições políticas que assegurassem o seu controle e domínio. Assim, estruturou-se o sistema de plantação, constituindo a expressão realizada do feudalismo. Na impossibilidade de contar com o servo da gleba, os donatários recorreram ao escravismo, destacando o desumano rigor despendido com os trabalhadores. Guimarães (1989) enfatiza que as formas escravistas entrelaçaram-se com as formas servis de produção à medida que o escravo dedicava parte de seu tempo à pesca e/ou à lavoura (renda-em-trabalho e renda-em-produto). Os trabalhadores livres, os agregados, eram utilizados nos serviços domésticos ou em atividades acessórias.

Na concepção de Guimarães (1989), a negação da essência feudal, no latifúndio brasileiro, retiraria da reforma agrária seu conteúdo dinâmico e revolucionário, na qual se assentava o objetivo principal desse movimento, que seria o de destruir, na agricultura brasileira, as relações de produção do tipo feudal e não as relações de produção do tipo capitalista. As relações de produção denominadas de caducas precisavam ser substituídas por novas relações, o que promoveria a destruição do monopólio feudal e colonial da terra.

Com efeito, fica evidenciada a postura desse autor quanto à superioridade das relações de produção do tipo capitalista - em conformidade com a análise marxista, assentada na diferenciação social. O assalariamento, os meios mecânicos de trabalho, as

máquinas, as construções, os elementos técnicos e científicos, e outros, promoveriam a melhoria nas condições de vida do trabalhador e o desenvolvimento da agricultura.

Frente a essa controvérsia, para Dowbor (1982), o objetivo da produção no Brasil era favorecer a acumulação capitalista das economias dominantes. Assim, a produção brasileira foi organizada segundo as necessidades e objetivos externos, resultando em uma agricultura dependente da exportação e subordinada ao ciclo completo de reprodução (produção e circulação), ou seja, subordinada às necessidades de acumulação do capital, [...] “seria correto falar de um modo de produção capitalista dependente, pois com dominância capitalista e submetido a uma dinâmica extrovertida” (DOWBOR, 1982, p. 61). Esses fatores justificam a liberdade por parte da metrópole na disposição do solo colonial. A estruturação da propriedade do solo em termos

[...] da grande exploração esteve vinculada [...] às conveniências da produção colonial, [...] pela necessidade de fomentar a acumulação nos países metropolitanos. Foi portanto a forma de inserção da colônia no amplo mercado mundial que se abria para determinados produtos, como o açúcar, que traçou o modelo da agricultura aqui instalada: latifundiária, monocultora e escravista. (SILVA, 1996, p. 45-46).

Martins (1986) atém-se ao problema da produção capitalista de relações não capitalistas de produção. Um modo de produção é historicamente determinado pela exploração da força de trabalho no processo de produção, em que são produzidas também as relações fundamentais de uma dada sociedade. A hipótese do autor é que o próprio capital engendra e reproduz relações não capitalistas de produção. Outra particularidade refere-se à questão da renda territorial na sociedade capitalista.

A renda da terra é de origem pré-capitalista¹⁵, no entanto, perde esse caráter à medida que é absorvida pelo processo do capital e se transforma em renda territorial capitalizada, onde introduz uma irracionalidade frente à reprodução do capital. Nessa lógica, a determinação do capital não destrói a renda nem preserva o seu caráter pré-capitalista, mas transforma-a, incorporando-a como uma renda capitalizada. As considerações de Kautsky (1972, p. 21), também, contribuem para essa análise. Para o autor, o estudo da questão agrária deve investigar todas as transformações que a agricultura experimenta ao longo do regime da produção capitalista, principalmente, como o capital se

¹⁵ A renda pré-capitalista da terra é diretamente produto excedente, ao contrário da renda capitalista da terra, que é sempre sobra acima do lucro, fração da mais valia, portanto. Embora na origem as primeiras formas da renda da terra sejam pré-capitalista, cabe esclarecer que sob o capitalismo elas perdem esse caráter, à medida que entram no processo de produção do capital (OLIVEIRA, 1986, P. 76-77).

apropriada da agricultura, revolucionária ou mesmo como arruina as antigas formas de produção e de propriedade e cria a necessidade de novas formas.

Para Martins (1986), alguns trabalhos influenciados pelos autores Marx e Lênin, sobre a noção de formação econômico-social, foram completamente desfigurados - sendo definidos como marxismo vulgar, em que se constata a desfiguração do processo histórico e a introdução na sua análise de um entendimento economicista, positivista e a-histórico. A teoria marxista refere-se à totalidade do processo social do capital e à totalidade do capitalismo e não em relação a uma região ou país determinado. Trata-se da aplicação arbitrária desse conceito a determinados espaços sociais, como na América Latina e no Brasil - sendo classificado como totalidade fechada, não dialética. Como consequência desse equívoco, poder-se-ia se ter várias formações, tal como ocorria com o emprego do conceito de sistema, aplicado a qualquer totalidade arbitrariamente definida. O núcleo da formação não é

[...] o espaço geográfico no qual se realiza, mas o seu desenvolvimento desigual, não o desenvolvimento **econômico** desigual das análises dualistas produzidas na perspectiva economicista e sim o desenvolvimento desigual das diferentes expressões sociais das contradições fundamentais da sociedade. (MARTINS, 1986, p. 2-3, grifo do autor).

O autor enfatiza que vários modelos interpretativos importados homogeneizam a experiência histórica das economias colonizadas e, conseqüentemente, inserem categorias equivocadas na análise das relações de trabalho no campo. Essas análises, geralmente, apresentam o processo histórico como linear, não admitindo alteração na ordem de sucessão dos modos de produção no tempo/espaço e também não reconhecem a possibilidade de existência de outros sistemas produtivos além daqueles formalmente definidos.

Deve-se considerar que as próprias proposições marxistas consideram que um determinado Modo de Produção apresenta relações sociais de produção/trabalho (RSP) dominantes e relações sociais de produção subordinadas, uma vez que se coloca como vantajosa para a reprodução da primeira. Precisa-se considerar que a compreensão dos mecanismos da dinâmica socioespacial torna-se possível caso considere a acumulação como um todo complexo e totalizante. As sociedades constituem formações sociais nas quais a atividade econômica é organizada segundo modos de produção concretos. Assim, as especificidades da relação de dominância entre as economias (metrópole - colônia, centro - periferia, economia desenvolvida - subdesenvolvida, norte - sul), caracterizam as

particularidades históricas na relação estabelecida entre as economias (as partes) e se reproduz nas relações internas de uma dada sociedade. É assim porque o sistema confere

[...] à totalidade o seu próprio estatuto. Já que numa economia capitalista subdesenvolvida o sistema produtivo dominante é capitalista, a economia no seu conjunto tem uma natureza capitalista [...]. Os outros modos de produção são-lhes subordinados, o que implica ao mesmo tempo a inclusão dos seus caracteres no todo transformado por este sistema produtivo dominante e a modificação das suas condições de funcionamento e de desenvolvimento pelo movimento do sistema produtivo dominante. (DOWBOR, 1982, p. 15).

Para Harnecker (1978), a expressão Modo de Produção foi empregada, primeiramente, por Marx e Engels, caracterizando um conceito teórico que inclui o nível de produção dos bens materiais (nível econômico) e outros níveis da realidade social, como o jurídico-político e o ideológico. Entretanto, a autora chama a atenção para o fato de que esse conceito nunca foi definido por Marx e Engels, mas empregado no decorrer de toda sua obra ‘O Capital’, permitindo, assim, sua conceituação. Nesses termos, esse conceito permite pensar e conhecer uma dada totalidade social. A definição de um objeto exige a capacidade de descobrir a unidade ou a forma de organização dos elementos que auxiliam, num primeiro momento, sua descrição.

Dessa forma, parte-se da idéia de que a organização desses elementos em diferentes estruturas - econômica, jurídico-política e ideológica - e a compreensão do papel que cada uma dessas estruturas desempenha na sociedade, possibilitam passar da etapa da descrição (o que é) para o conhecimento de uma realidade social (como é), estabelecendo suas prováveis leis de desenvolvimento e, assim, compreender seu dinamismo. Harnecker (1978, p. 19) afirma que em uma Estrutura Econômica Complexa “[...] coexistem diversas relações de produção. Uma dessas relações ocupa um lugar dominante, impondo suas leis de funcionamento as outras relações subordinadas.”

Diante do exposto, refuta-se a possibilidade de existência de restos feudais na estrutura agrária do Brasil e da América Latina, uma vez que numa mesma sociedade seria difícil a coexistência de setores socioeconômicos independentes uns dos outros. O caráter capitalista da colonização moderna, no decorrer dos séculos XVI e XVII, apóia-se na subordinação interna ao imperialismo e na sua dependência tecnológica e econômica. A expansão do sistema capitalista foi responsável pela organização do conjunto da sociedade brasileira e de sua agricultura. A dinâmica deste sistema produz, necessariamente, tanto o desenvolvimento quanto o subdesenvolvimento, respondendo pelos problemas apresentados pela estrutura fundiária brasileira.

As concepções apresentadas sugerem a aplicabilidade do método de análise fundamentado no Materialismo Histórico-Dialético, segundo o qual não existem verdades eternas e todo desenvolvimento/construção nasce da negação do que existe. O desenvolvimento da negação não implica de maneira alguma na negação de tudo o que existe; pelo contrário, pressupõe a persistência daquilo que possui condições de desenvolver-se.

A evolução só será um progresso se não se limitar a negar, a suprimir, mas se conservar também alguma coisa; se, ao lado do existente que merece desaparecer, ela encontrar também existente que mereça ser conservado. É nesta medida que o progresso consiste numa acumulação de conquistas das fases anteriores da evolução. (KAUTSKY, 1972, p. 8).

A análise do processo de ocupação e organização do espaço agrário brasileiro mostra a complexidade da organização econômica de uma sociedade e sua relevância para a compreensão da estrutura fundiária contemporânea. Sob esse ponto de vista, os fatores históricos e econômicos orientaram o desenvolvimento regional, promovendo as desigualdades regionais e o problema da concentração de recursos através de políticas clientelistas.

A economia brasileira, ao ser gerada historicamente no contexto da expansão do capitalismo mundial, apresentou o seu próprio desenvolvimento capitalista, porém, subordinado às relações internacionais de produção, uma forma de capitalismo periférico dependente. O capitalismo lusitano revigorou as formas de trabalho preexistentes, recriou relações não capitalistas de produção e estabeleceu a subjugação formal do trabalho ao capital. A economia brasileira apresentava uma articulação estável de elementos de modo de produção diferentes (relações sociais de trabalho), sugerindo, assim, um modo de produção particular.

Esse modo de produção particular e subordinado à dinâmica externa inicia um novo ciclo de acumulação na primeira metade do século XVIII. A dinâmica econômica global, sob influencia da Inglaterra, condenou as relações de trabalho escravo. No final do século XVIII cresciam os interesses humanitários e as aclamações abolicionistas ganharam a simpatia da população. Em 1807, o tráfico foi abolido nas colônias britânicas e seus navios proibidos de transportar escravos. O movimento abolicionista continuou até 1833. Neste período, o Parlamento Inglês aprovou uma lei de abolição que foi imposta, também no Novo Mundo, sob pena de retaliação aos que se manifestassem contrários a essa decisão. O caminho encontrado pela burguesia brasileira, para impedir a população, que seria liberta dos cativos e imigrantes que iriam compor a

nova mão-de-obra para os fazendeiros, de ter acesso à propriedade, foi a elaboração de um novo regime estatutário - a Lei de Terras de 1850.

3.2 A Lei de Terras de 1850 e suas implicações socioespaciais

O Governo Brasileiro, sob a regência de D. Pedro I, suspendeu o regime de concessão de Sesmaria pouco antes da Independência, porém não foi apresentado de imediato um novo regime estatutário que regulamentasse a apropriação do território. A ausência de regime estatutário que regulamentasse o acesso a terras no Brasil, entre 1822 e 1850, justifica o aumento dos limites das grandes propriedades neste período, principalmente dos posseiros, favorecendo, fundamentalmente, o surgimento de fazendeiros fluminenses, mineiros e paulistas.

As terras desses fazendeiros (posseiros) não eram provenientes das antigas sesmarias, mas da apropriação pura e simples de terras devolutas. A expansão desses posseiros, porém, provocou vários problemas. Formaram-se dois pólos de influência, sendo que, de um lado estava a tradicional aristocracia latifundiária açucareira nordestina e a burguesia mercantil do Rio de Janeiro e, do outro, os fazendeiros fluminenses, mineiros e paulistas dispostos a tomar parcelas do poder e exigiam a consumação do projeto liberal - Estatuto da Terra e da Política Imigracionista.

Tal cenário impôs a necessidade de regularizar a situação que já beirava a violência e, principalmente, criar mecanismos para impedir que outros produtores adquirissem terras através dos mesmos procedimentos. É nesse contexto que surge a Lei de Terras (1850), instituindo um novo regime fundiário aliado a uma firme política imigracionista. Essas medidas objetivaram impedir a violência que dividia a classe dominante face à competição e, também, impedir o acesso a terra aos ex-escravos e aos novos imigrantes/colonos (trabalho livre produzido na crise do cativo). Essa medida também dificultou a formação de pequenas unidades produtivas rurais. A preocupação dos parlamentares do Império, relacionada com a escassez de mão-de-obra, orientou a política que tinha como propósito criar um mercado de mão-de-obra disponível para os fazendeiros (MARTINS, 1986).

A constituição de 1824 reconfirmou o modelo concentracionista da estrutura fundiária brasileira e assegurou a exclusão de ordem econômica e política dos pobres. Pode-se afirmar que a formação das grandes propriedades apresentou uma

diferenciação histórica. As primeiras grandes explorações, possuidoras de títulos, tiveram origem nas antigas sesmarias¹⁶ e as demais propriedades, provenientes de ocupantes de terras, surgiram em escala muito maior, no período compreendido entre 1822 a 1850, que ficou descoberto de qualquer regulamento sobre a posse de terras. A partir de 1850, o governo apresentou um novo Estatuto da Terra, estipulando que as terras devolutas não podiam ser ocupadas por outro título que não fosse o de compra (DOWBOR, 1982).

O projeto aprovado em 1850 legitimou as sesmarias e as posses, ganhando o apoio de ambos os segmentos. Martins (1986, p. 12) acrescenta “[...] que a modificação ocorrera para preservar a economia fundada na exportação de mercadorias tropicais [...] para os mercados metropolitanos, e baseada na grande propriedade fundiária.” A contradição gerada, pela emergência do trabalho livre, expressa-se na transformação das relações de produção, com a meta de preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil (economia colonial), assentado na subordinação da produção ao comércio internacional.

Nesse período, o preço agregado a terra/propriedade era inferior, comparado à importância da mercadoria/mão-de-obra. A capacidade de gerar riqueza na economia colonial estava ligada à quantidade de escravos que um fazendeiro possuía - à capacidade de produzir mercadoria. Desse modo, antes mesmo da mão-de-obra escrava produzir mercadoria, ela própria era uma mercadoria, que produzia mercadoria/valor. Assim, tem-se uma economia mercantil na pessoa do fazendeiro que compra insumos, maquinários, mão-de-obra escrava e vende o que é produzido em sua propriedade. Porém, a relação social de trabalho entre o fazendeiro e o trabalhador assentava-se numa relação servil.

A economia mercantil-escravista cafeeira nacional é obra do capital mercantil nacional, que se viera formando, por assim dizer, nos poros da colônia, mas ganhara notável impulso com a queda do monopólio de comércio metropolitano e com o surgimento de um muito embrionário sistema monetário nacional, conseqüências da vinda, para o Brasil, da Família Real, o passo decisivo para a formação do Estado Nacional. (MELLO, 1986, p. 54).

A pressão internacional em favor da abolição da escravatura no Brasil, no início do século XIX, fomentou a discussão sobre as formas de relações de trabalho adotadas frente à política de imigração subsidiada e o acesso à propriedade da terra. Conseqüentemente, após 1850, a legislação dificultou o acesso a terra aos imigrantes (nova

¹⁶ O regime de sesmarias caracterizava-se como uma forma de concessão de terras devolutas a particulares baseado em requisitos que dificultavam a legalização da ocupação indiscriminada dos terrenos, opondo um obstáculo à mera ocupação. (MARTINS, 1986, p. 29).

fase de colonização) para forçá-los a trabalhar nas fazendas de café e substituir, gradativamente, a mão-de-obra escrava. A revalidação das sesmarias e a legitimação das posses estavam condicionadas ao cultivo e morada habitual, constituindo um dos pontos mais importantes do Estatuto da Terra de 1850. A Lei n. 601 reconhecia a importância da extensão do sistema de ocupação na organização fundiária brasileira e tratava de legitimá-lo. As datas ocupadas, mesmo depois da medição e confirmação das sesmarias, por dez ou mais anos estavam sujeitas ao uso do princípio do usucapião na legislação brasileira (DOWBOR, 1982).

De 1822 a 1850 a economia brasileira passou por mudanças que caracterizaram a passagem do ‘escravismo’ colonial ao capitalismo. Os fatores marcantes dessa transição assentam-se na Lei de Terras, editada em 1850 (Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850) e também em 1850 foi decretado o fim do tráfico negreiro (Lei n.º 584 ou Lei Eusébio Queiroz). A Lei de Terras tinha como meta a organização do mercado de terras e a Lei Eusébio Queiroz, a proibição da compra de escravos africanos, estabelecendo a organização do mercado da força de trabalho, introduzindo o trabalhador assalariado (SILVA, 2003).

Todas as terras (sesmarias revalidadas ou posses legitimadas) deveriam ser medidas e demarcadas segundo os prazos estabelecidos pelo Governo (Art. 7 e 8). O objetivo dessa medida era permitir a ordenação da estrutura fundiária no país, possibilitando a separação entre as terras públicas, as terras sob o domínio particular e as terras devolutas. Nesse sentido, surgiu a obrigatoriedade do registro das terras possuídas.

No entanto, Martins (1986) diz que há indicações de que a lei não foi colocada em prática. Os ocupantes de terras e os possuidores de títulos de sesmarias legitimaram seus direitos através do Registro Paroquial em 1854. Após os registros, que validava e/ou revalidava a ocupação da terra até essa data, foram criadas penas severas contra os novos posseiros. Todavia, Silva (2003) afirma que, apesar de detalhista, a lei falhava no essencial. Dentre as falhas mais graves, pode-se apontar a má definição das terras públicas.

Em vez de definir claramente quais as terras reservadas para a colonização, a lei brasileira de 1850 chamou indiscriminadamente de terras devolutas tanto as que estavam na posse de particulares sem os devidos títulos, quanto as que estavam vagas. Na mesma linha, o regulamento de 1854 deixou a iniciativa do processo de discriminação de terras nas mãos dos particulares. (SILVA, 2003, p. 74, grifo da autora).

Em consequência, o governo dependia da informação sobre a existência ou não de terras devolutas em cada província para que os órgãos responsáveis (Serviço de

Terras e Colonização) realizassem a devida medição e demarcação, com o objetivo de vender lotes para os imigrantes. Entretanto, essa informação para a demarcação das terras ficava sob o domínio de particulares, justificando o porquê dos possuidores de terrenos não procurarem as instâncias competentes para regularizar seus títulos.

Silva (2003) supõe que provavelmente havia meios/brechas na legislação que permitia assegurar o domínio das terras incorporadas às sesmarias e/ou garantir o domínio sobre as terras pela prática da posse pura e simples. A dificuldade da lei em conseguir medir e demarcar as terras públicas comprometeu sua efetividade como lei de colonização e imigração, restringindo seu papel a delimitar o relacionamento entre o poder público e os proprietários de terras. Embora proibidas pela lei (1850-1930), continuaram a ocorrer doações de terras através da legitimação de posses.

Em 1850, ocorreu um outro fato muito importante para a economia brasileira, o fim do tráfico transatlântico de escravos negros. A lei buscava recuperar as boas relações com a Inglaterra e, ao mesmo tempo, anular o poder econômico e político da burguesia mercantil, sediada no Rio de Janeiro, Recife e Salvador. A cessação do tráfico apresentou uma política global com o propósito de evitar uma depressão econômica que atingisse os setores de ponta das exportações brasileiras e os interesses do próprio Estado Imperial (DOWBOR, 1982).

No contexto internacional, começo do século XIX, a Europa vivenciou uma série de transformações como o desenvolvimento da indústria no meio urbano, os novos cercamentos das propriedades rurais (agricultura especializada e formação de pastagens)¹⁷, dentre outras. Os recursos tecnológicos eram, gradativamente, incorporados pela agricultura, aumentando a produtividade do trabalho e, concomitantemente, liberando mão-de-obra. A oferta de trabalho nos centros urbanos não era suficiente, comparada à demanda formada e acentuada pelo êxodo rural (HUBERMAN, 1986).

Em razão do próprio contexto, parte da população carente européia foi submetida às condições de vida desumanas, como moradias sujas, impróprias e superlotadas, miséria, fome, desrespeito e outros. A maioria dos trabalhadores, expulsa das

¹⁷ No século XVI o fechamento de terras e a elevação dos arrendamentos expulsaram muitos camponeses de suas plantações para as estradas, onde se tornaram mendigos, vagabundos, ladrões [...]. O fechamento de terras ocorreu novamente no século XVIII e em princípios do século XIX. Foi então **muito mais amplo**, e dessa forma o exército de infelizes sem terra, que tinha de vender sua força de trabalho em troca de salário, aumentou tremendamente. [...] Esse último foi realizado com a proteção da lei. Leis de Fechamentos baixadas por um governo de latifundiários e para os latifundiários era a ordem do dia. O trabalhador com terra tornou-se o trabalhador sem terra [...]. Esse processo foi mais intenso na Inglaterra, mas ocorreu em proporções menores no continente Europeu (HUBERMAN, 1986, p. 162-166).

fazendas, não conseguia emprego. Nesse contexto, os industriais deram preferência de emprego ao trabalho das mulheres e das crianças, porque constituía mão-de-obra mais barata, intensificando o padrão de exploração da população carente. Dessa maneira, supõe-se que as migrações transoceânicas foram criadas pelo desenvolvimento do capitalismo industrial.

Esses fatores justificam porque a Europa, nesse período, tornou-se um território de repulsão para uma parcela da população carente. Do outro lado estavam as Américas do Norte e do Sul com suas políticas de terra e imigração, tornando-se lugares de atração para a população de imigrantes à procura de trabalho e com o sonho de (re) conquistar o direito a um pedaço de terra. A partir de 1840, essa parcela da população passou a ser disputada pelos cafeicultores paulistas, com o fim de substituir o trabalhador escravo e, com isso, concorrendo com o projeto de colonização original.

Nesse sentido, a Lei de Terras (1850) e a Lei da Abolição da Escravatura (1888) contribuíram para o advento de uma modalidade de trabalho livre que permitiu a substituição do trabalho do escravo, sem, no entanto, destruir ou ameaçar a economia assentada na grande fazenda. O caminho apontado foi o incentivo às correntes migratórias de italianos, alemães e espanhóis. Martins (1986) ressalta que as mudanças ocorridas

implicaram na transformação do próprio trabalhador. Sem isso não seria possível passar da coerção predominantemente física do trabalhador para a sua coerção predominantemente ideológica. [...] Na aceitação da legitimidade da exploração do trabalho pelo capital, pois se o primeiro assumia previamente a forma de capital e de renda capitalizada, o segundo assumiria a forma de força de trabalho estranha e contraposta ao capital. Por essas razões, a questão abolicionista foi conduzida em termos da substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador livre. [...] O resultado não foi apenas a transformação do trabalho, mas também a substituição do trabalhador. (MARTINS, 1986, p. 17-18).

O escravo, enquanto renda capitalizada, era condição na obtenção de capitais. Os empréstimos garantiam a abertura de novas terras e a aquisição de equipamentos. Com a cessação do tráfico (1850-1888), emerge uma nova garantia para o sistema financeiro - a fazenda, as plantações e as instalações. A renda territorial capitalizada, após 1870, assentava-se na renda diferencial (fertilidade, localização e tecnificação). Os recursos de capitais adquiridos com a venda de propriedades (1870-1888) foram utilizados para o financiamento da política imigratória, ocorrendo a socialização dos custos de formação da força de trabalho destinada a atender as grandes propriedades. A transformação da renda capitalizada ('terra cativa') criou as condições de sujeição do trabalho ao capital (MARTINS, 1986).

A partir desse período, o termo **colonização** será utilizado para se referir ao primitivo sistema de localização dos imigrantes em pequenas propriedades agrupadas em núcleos e o termo **imigração subvencionada**, ao processo de recrutamento e fixação dos imigrantes para as lavouras de café. O plano de ‘colonização’ não apresentava solução imediata e suas perspectivas eram mais amplas e a longo prazo (PRADO JÚNIOR, 1992, grifo nosso).

Esses projetos de colonização surgiram com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil (1808). A demanda por alimentos impôs a necessidade de desenvolvimento da pequena propriedade. Essas unidades deveriam ocupar os espaços vazios, promovendo a valorização fundiária e, ainda, criaria condições para a ampliação de uma camada social intermediária entre os grandes fazendeiros e os escravos, formaria um amplo mercado consumidor, ofereceria braços para o mercado de trabalho e, principalmente, produziria gêneros alimentícios, uma vez que a grande propriedade não se dedicava a essa produção.

O projeto que viabilizou a política de criação de núcleos coloniais destinados aos pequenos proprietários, geralmente imigrantes estrangeiros, que se dedicariam à produção de gêneros de subsistência para o mercado interno, ganhou maior respaldo a partir da Lei de Terras (1850). Essa política foi aplicada especialmente no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, no Espírito Santo e, em menor escala, em São Paulo. Entretanto, constata-se que a imigração de colonos para esses núcleos foi insignificante, comparada ao número de trabalhadores encaminhados às fazendas de café (MARTINS, 1986).

Diante dessa realidade, seguia a expansão da lavoura cafeeira, mas com sérias dificuldades de adaptação ao regime de trabalho livre. As relações de trabalho introduzidas conservaram traços acentuados do regime abolido, constituindo um dos principais fatores de contradições econômicas e sociais dessa fase. Esses conflitos terminaram somente com o fim do regime de parceria e, principalmente, com a introdução das relações de trabalho assalariadas.

A transformação do regime de trabalho deveu-se, principalmente, ao progresso do sistema produtivo do país, tornando-se um dos mais fortes elementos de desintegração da grande propriedade monocultora. Assim, criou-se uma cultura através das instituições, das idéias e dos hábitos, o que vem depois é consequência dessa ação. Foi assim que o novo regime de trabalho introduziu a instabilidade da mão-de-obra que, frente às primeiras complicações e desentendimentos, abandonava a propriedade. Esses trabalhadores europeus contavam com o recurso da emigração, retornando, assim, ao seu

país de origem e, também, migravam constantemente de uma propriedade para outra, constituindo uma situação normal e permanente.

No início da introdução da política de imigrantes, o trabalhador era onerado em várias despesas (transporte, alimentação), pois o fazendeiro financiava esses custos. O fazendeiro temendo a fuga desses trabalhadores, antes que os mesmos pagassem suas dívidas, lançava mão de atitudes repressivas. Após 1870, o Governo, para amenizar os atritos que emergiam dessa relação, passou a subvencionar a vinda dos trabalhadores para as grandes fazendas.

As perspectivas no fomento para o desenvolvimento da pequena propriedade estava na necessidade de criar meios para as transformações na vida social e econômica do país. Essa situação expressa as novas necessidades que o capitalismo industrial criava e impunha ao mundo através da Divisão Internacional do Trabalho. Sob esse contexto, o imigrante europeu era apontado como solução para tirar o país da situação de atraso criada pelo sistema colonial. Os partidários da ‘colonização’ pretendiam incrementar o povoamento do país. Assim, a demanda de braços para a grande lavoura seria resolvida naturalmente e evitaria as invasões das áreas fronteiriças, sempre cobiçadas pelos seus vizinhos (PETRONE, 1984).

Com o tempo, essas áreas colonizadas afugentariam as incursões de índios e espanhóis, propiciando a consolidação do território nacional. Segundo essa perspectiva, os núcleos coloniais reproduziriam os trabalhadores necessários e, ainda, tornaria a imigração mais atraente para o Brasil, oferecendo aos imigrantes, desde o início, a oportunidade de se tornarem proprietários. No âmbito social, originariam povoamentos com famílias fixadas na terra e com ela identificadas, evitando a formação de populações desenraizadas de mercenários (PRADO JÚNIOR, 1992).

Neste cenário da economia brasileira, a colonização estrangeira no extremo sul do país, na segunda metade do século XIX, encontrou facilidades para o estabelecimento de pequenas propriedades. Petrone (1984) diz que nessas regiões temperadas, organizou-se um setor cuja estrutura econômica e social assentava-se no grande parcelamento da propriedade fundiária, na ausência do latifúndio e no desenvolvimento de pequenas culturas e outras atividades de caráter local, como cereais, vinhos e produtos de granja destinados ao abastecimento local e regional. Os governos das províncias, localizados distantes dos domínios da produção para exportação, fomentaram, com o povoamento, as atividades econômicas e as rendas públicas e, também, solucionaram o problema de imensas áreas desertas e desocupadas.

O objetivo do povoamento efetivo era proteger as vias de comunicação e permitir a integração econômica e a valorização fundiária dessas áreas. Porém, os fazendeiros mais influentes da época combateram, vigorosamente, essa política, instituindo o colonato, nova relação de trabalho introduzida na produção, principalmente de café, destruindo a possibilidade do desenvolvimento dos núcleos coloniais. Martins (1986, p. 125) afirma que na concepção dos fazendeiros “[...] transformar-se num pequeno agricultor deveria ser uma ambição para o imigrante, mas não uma realidade fácil.”

Outro objetivo favorável para a imigração e para a colonização era promover o aprimoramento e o ‘branqueamento’ da população brasileira. Todavia, essa imigração não podia ser, assim, realizada por qualquer povo, mas pelos imigrantes europeus que, através de suas experiências, “permitiriam verificar métodos agrícolas mais vantajosos para o Brasil, como também seriam imitados pelos habitantes naturais do país.” (PETRONE, 1984, p. 39). A busca pela ‘arianização’ excluía os negros, os chineses e os japoneses. Os negros pela busca do branqueamento da população e pela desvalorização do trabalho manual vinculada à pessoa do escravo. Os chineses eram considerados inferiores e os japoneses representavam uma ameaça para os fazendeiros devido à compra de grandes parcelas de terra pelo governo japonês para projetos de colonização em São Paulo.

O Estado procurou incentivar a colonização oficial (núcleos oficiais) no período compreendido entre 1870 a 1880. Os colonos (açorianos, italianos e alemães) recebiam um lote do governo. No entanto, essas terras, localizadas no extremo sul da Colônia e nos limites das grandes propriedades, eram pouco apropriadas para a agricultura, uma vez que eram pouco férteis, acidentadas, mal localizadas quanto às vias de transporte e dos centros de consumo e havia, também, as terras esgotadas pela cafeicultura, que eram desprezadas pela grande lavoura (PETRONE, 1984).

Os projetos dos núcleos coloniais estabelecidos próximos das grandes lavouras cafeeiras também ocupavam terras impróprias para a prática da policultura. Nesse período, os preços dos produtos alimentares eram altos para a população urbana. O papel do colono era produzir gêneros alimentícios para essa população. Existiam outras razões de caráter estratégico, como o povoamento da região Sul do país que evitaria os ataques dos espanhóis.

O processo de retalhamento da propriedade fundiária, no resto do país, não contou com o estímulo trazido pela imigração européia, que não se adaptou ao clima mais acentuadamente tropical. Nessas áreas, também, não foram verificadas as concorrências das grandes lavouras comerciais de produtos tropicais para exportação, o

que possibilitou o estabelecimento e desenvolvimento de uma estrutura agrária assentada no grande parcelamento da propriedade fundiária pela prática da simples ocupação de terra pelos povoadores modestos (os mestiços).

É o caso dos posseiros, ocupantes sem títulos de terras, ainda desocupadas em áreas pioneiras ou então abandonadas. Verificou-se, também, o parcelamento das propriedades pela espoliação hereditária, sugerindo sua fragmentação (PRADO JÚNIOR, 1992). Em várias regiões do país, o retalhamento da propriedade rural se processou e, ainda se processa de forma intensiva, promovendo a formação do minifúndio. Essas áreas, excessivamente reduzidas, tornam-se incapazes de promover razoavelmente a manutenção do proprietário e de sua família.

Nesse sentido, a colonização, seja oficial ou por iniciativa particular, ocupou as terras cansadas e já imprestáveis para as grandes lavouras e ocupou, também, certas regiões cujas condições naturais, naquela época, tornavam-nas impróprias para as grandes lavouras, como as fazendas de cultura de açúcar e café - que foram sujeitas ao uso intensivo de seus recursos - refletindo sobre a baixa produtividade dessas áreas - e a região meridional do país, que apresentava clima temperado. Sua principal área de difusão localizou-se em áreas nas quais a grande lavoura não se desenvolveu ou entrou em decadência.

Ao mesmo tempo que as forças produtivas do país eram ampliadas e seu sistema econômico fortalecido, acentuavam-se os problemas que comprometiam a estabilidade de seu desenvolvimento. A concentração cada vez maior das atividades na produção de uns poucos gêneros exportáveis, o baixo nível técnico-científico e a estruturação de toda a vida do país sobre bases tão precárias e dependentes dos mercados internacionais, tornaram o sistema frágil e vulnerável. A produção agrícola brasileira só conseguia competir nas épocas de ampliação da demanda, a partir da elevação dos preços no mercado internacional, assegurando-lhe uma duração limitada e irregular.

Acrescenta-se, ainda, que os recursos técnicos usados eram precários, não havia nem mesmo irrigação e inexistia a seleção das variedades cultivadas e o beneficiamento dos produtos, também, era precário (SZMERECSÁNYI, 1990). Supõe-se que toda economia assentava-se numa intensa exploração dos recursos humanos e naturais, refletindo diretamente sobre o desenvolvimento limitado das forças produtivas e das relações sociais de produção.

A instabilidade econômica e política do país geraram crises sucessivas na agricultura brasileira, levando alguns latifundiários a retalharem suas propriedades. Em

contrapartida, o Estado, com o objetivo de estimular a imigração, considerando os períodos de crise de mão-de-obra, facilitou a aquisição de pequenas propriedades. As implicações desses resultados são importantes na moderna fase da economia brasileira, marcando o fortalecimento da pequena propriedade rural, quase ausente no passado. Para Silva (2003), a dificuldade de inclusão do imigrante na produção agrícola da economia brasileira foi produzida pelas políticas de terras e de colonização, criando uma estrutura agrária altamente concentrada. A autora pondera que a venda de terras no Brasil para os homens livres e para os imigrantes não foi acessível. Esse comércio enfrentou vários obstáculos, como a demora na demarcação dos limites, o alto preço dos lotes e a falta de escrúpulos dos agentes de imigração.

Conforme apontado, após 1850 a situação do trabalhador rural foi colocada em novos termos. Após a instituição e aplicação do novo regime fundiário, a terra foi convertida em mercadoria. É sob esse contexto que nasce a pequena produção rural, independente das grandes fazendas, formada por pequenos proprietários cada vez mais dependentes do mercado. Esses trabalhadores agora eram homens livres, compradores de terra, cuja existência deve-se à conversão da terra em mercadoria.

Mesmo considerando as dificuldades e restrições, Petrone (1984) faz interessantes considerações sobre a importância que a pequena propriedade representou para a sociedade brasileira. Para a autora, a introdução das pequenas unidades de produção foi viável e a policultura permitia a sobrevivência de um segmento da população. Soma-se, a isso, o fato da policultura incrementar os circuitos comerciais de um mercado interno em desenvolvimento. E ainda, uma urbanização relativamente rápida e uma industrialização não desprezível nas áreas onde foram implantados os projetos da pequena propriedade.

Assim, um dos fatores que estimulou o desenvolvimento da pequena propriedade fundiária foi a formação de grandes aglomerações urbanas e industriais. As culturas de gêneros alimentícios voltaram-se para o seu abastecimento (verduras, frutas, flores, aves e ovos). Tal produção não era compatível com os padrões clássicos da grande propriedade extensiva e monocultural, uma vez que era especializada, trabalhosa e gerava uma pequena margem de lucros. Aos grandes empreendimentos agrícolas cabiam as monoculturas de exportação.

É sob a singularidade da formação do país e da ação de fatores contraditórios, como a grande imigração européia do século XIX, o crescimento e conseqüente adensamento da população, a partilha por sucessão hereditária, a desagregação do regime de trabalho escravo, as crises atravessadas pelo sistema de grande

exploração e sua ruína em diferentes regiões do país, que a agricultura brasileira se desenvolve. A industrialização, a rápida urbanização e as grandes fazendas possibilitaram a formação do mercado para os gêneros alimentícios, enquanto o fracionamento das grandes propriedades rurais possibilitou o desenvolvimento da pequena produção rural no Brasil.

3.3 As condições históricas de desenvolvimento da pequena produção rural no Brasil

A colonização européia criou o latifúndio no Brasil para atender o capital mercantil e a agricultura de subsistência estabelece-se nesse mesmo contexto enquanto atividade subsidiária da grande lavoura. Essas culturas de subsistência desenvolvem-se nos domínios das grandes lavouras de exportação, produzindo alimentos para seus proprietários e trabalhadores, sendo praticadas pelos escravos e pelos agregados dos grandes proprietários de terra, geralmente pequenos produtores familiares livres e sem recurso financeiro. Esses trabalhadores livres se especializaram na produção de gêneros alimentícios básicos destinados ao consumo local. Após 1808 o Governo Brasileiro incentivou os projetos de colonização de pequenos produtores policultores, principalmente, na região Sul do país, ampliando a produção de gêneros alimentícios para o mercado interno. Como regra geral, a sobrevivência desses produtores, desde o período colonial, revelou uma busca contínua de rendimentos que assegurasse sua reprodução, justificando a uma atividade voltada para o auto-consumo e, também, para o mercado local.

Nos primeiros séculos da colonização, não foi possível o desenvolvimento da pequena propriedade fundiária. Toda economia era voltada para a exploração em larga escala de produtos de alto valor comercial, como o açúcar, o algodão, o café, a borracha e o cacau, que era sustentada pelo trabalho de escravos ou semi-escravos (PRADO JÚNIOR, 1992). As condições econômicas fundamentais do país e a estrutura social rígida constituída tornaram inviável uma organização agrária democrática e de larga repartição da propriedade fundiária. Nesse cenário, a pequena propriedade, quando aparece, é apenas excepcional e ocasionalmente.

[...] A pequena propriedade não representou no passado, como não podia representar, um elemento ponderável no conjunto da economia brasileira. É somente no séc. XIX, e mercê de circunstâncias novas e específicas dessa fase moderna de nossa evolução, que ela começa a tomar vulto. (PRADO JÚNIOR, 1992, p. 249).

A expansão do latifúndio, em várias regiões brasileiras, ocorreu paralelamente com a intensa fragmentação de unidades rurais produtivas, impondo a

condição de auto-exploração aos pequenos produtores rurais como mecanismo de reprodução¹⁸ e, respectivamente, sua deterioração econômica e sociocultural. A constituição do processo histórico da organização do espaço agrário brasileiro permite verificar a exclusão das pequenas unidades de produção do plano político e econômico.

A expansão geográfica dos paulistas, nos séculos XVI, XVII e XVIII redundou na incorporação de território às terras da Coroa Portuguesa e, também, na definição de certos tipos de cultura e vida social favorecida pela mobilidade social dessa população de colonos. Essa população se expandiu pelo território através das bandeiras e entradas, “as características iniciais do vicentino se desdobraram numa variedade subcultural do tronco português, que se pode chamar de cultura caipira.” (CÂNDIDO, 1998, p. 35, grifo do autor). Essa população era relativamente autônoma, mas se congregava numa zona e reconhecia o seu espaço geográfico.

Os produtores integravam-se em conjuntos organizados sob diferentes graus de relações, como as relações dos bairros entre si; as relações com a região e as relações com o exterior, ou seja, com tudo que ultrapassasse a região. O trabalho de Cândido (1964/1998) confronta-se com a noção de isolamento das populações caboclas ao introduzir, na investigação, as variáveis socioculturais e econômicas que estabelece uma ligação entre os indivíduos de um mesmo bairro rural, entre os bairros rurais e à sociedade como um todo. A economia representa o principal elemento que força a saída dos produtores rurais de seu aparente isolamento. Esses produtores precisam sair de suas unidades produtivas para venderem a produção excedente na sede municipal. Eles estão sempre em contato com uma realidade socioeconômica diferente da sua.

Para Martins (1981), a ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme, constitui uma expressão da participação desse segmento na sociedade. Para o autor, cabe salientar que as palavras ‘camponês’ e ‘campesinato’ são recentes no vocabulário brasileiro e foram trazidas e assimiladas pela importação político-idolológica, com o intuito de analisar as lutas dos trabalhadores do campo que se expandiram por várias regiões brasileiras no decorrer dos anos de 1950. Essas palavras foram introduzidas pelas esquerdas nacionais, a partir de 1970. Antes desse período, o “camponês brasileiro” tinha suas denominações próprias e

¹⁸ Qualquer que seja a forma social do processo de produção, ele tem de ser contínuo, deve repetir periodicamente as mesmas fases. Uma sociedade não pode deixar de produzir, como não pode deixar de consumir. Portanto, quando visto como um todo interligado, e no fluxo constante de sua renovação permanente, todo processo social de produção é, ao mesmo tempo, um processo de reprodução (MARX, 1998).

específicas a cada região. Nas regiões de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul eram chamados de ‘caipira’. No litoral paulista, ‘caiçara’. No Nordeste do país, ‘tabaréu’. Em outros lugares, ‘caboclo’, além de pequenos produtores rurais e caipiras. São palavras que desde tempos remotos possuem duplo sentido. Para Martins (1981), esses termos empregados

[...] referem-se aos que vivem lá longe, no campo, fora das povoações e das cidades, e que, por isso, são também rústicos, atrasados ou, então, ingênuos, inacessíveis. Têm também o sentido de tolo, de tonto. Às vezes querem dizer também ‘preguiçoso’, que não gosta do trabalho. No conjunto, são palavras depreciativas, ofensivas. Isso talvez explique por que essas palavras foram desaparecendo do vocabulário cotidiano [...]. (MARTINS, 1981, p. 22).

Ainda nessa linha de pensamento, acredita-se que a transposição mecânica e imprópria da concepção de ‘camponês’, de outros contextos e realidades históricas (espaço/tempo) - em particular da realidade russa dos fins do século XIX e início do século XX - ao ser imputada no Brasil, dificultou o avanço de estudos/diagnósticos sobre a pequena produção rural familiar, uma vez que as teorias clássicas e marxistas não apresentam substanciais diferenças em relação aos objetivos e às premissas mais gerais dessas unidades de produção, desencadeando uma série de dificuldades inerentes à situação e às lutas no meio rural brasileiro.

Nesse sentido, Martins (1981) considera que o destino da pequena produção rural brasileira passou a ser concebida através de um entendimento estrangeiro de destino de ‘camponês’, de análises que refletiam as circunstâncias específicas em que viveram seus autores, o que não permite a constituição de uma teoria universal. Assim, a própria palavra nova que passa a designar os pequenos agricultores lhe é estranha, não correspondendo à sua realidade, às contradições que vivem, ao destino real que nasce dessas contradições. Esses conceitos são pré-concebidos da imaginação política e/ou de uma situação hipotética superada pela dinâmica socioespacial.

Sob esse enfoque, a produção rural familiar será sempre tratada como resíduo, um setor cujo ‘desenvolvimento’ e a ‘modernização da agricultura’ se encarregará de eliminá-lo. Kautsky (1899/1972) trabalha a idéia da necessária inferioridade econômica da pequena exploração, assentada no trabalho familiar. Para este autor, a pequena exploração será incapaz de resistir à concorrência das grandes empresas agrícolas. O trabalho de Lênin (1899/1969) associa a expansão do desenvolvimento capitalista com as relações de trabalho assalariado - a inevitável diferenciação social. Nesse sentido, o camponês seria fatalmente extinto pela própria dinâmica da diferenciação entre os

produtores. Para Marx (1890/1998) não há lugar para a produção doméstica. Assim, o camponês só poderia ser definido pela tragédia de seu destino social.

Prado Júnior (1960/1987) questiona o caráter metodologicamente insustentável dessa transposição mecânica. No seu entender, não tivemos nem temos no Brasil nada que se pareça com o ‘camponês’ dessas concepções políticas. Tal ‘camponês’ seria personagem de uma estrutura feudal ou dos restos do feudalismo europeu, o que, no entender do autor, não tem cabimento, de um lado, porque o fazendeiro no Brasil, desde o início da colonização, era um homem de negócios, de outro, porque as chamadas relações feudais ou semifeudais, como as várias formas de parceria, assimilam-se antes ao assalariamento.

Com intuito de corroborar essa discussão teórica-conceitual, Queiroz (1976) argumenta que nas épocas mais antigas eram comuns os grandes conjuntos de parentela, ou de linhagem, localizadas na mesma vizinhança. No entanto, o que caracterizava a sociedade camponesa era sua relação com a instituição senhorial, sendo essencial para a compreensão do binômio apresentado na sociedade feudal a presença dos senhores feudais e dos servos. As economias no Novo Mundo foram organizadas para atender ao mercado europeu.

Dessa maneira, deve-se considerar as condições específicas em que esse processo se deu, a partir de uma política de terras e de imigração. Principalmente, no que diz respeito às relações estabelecidas entre o governo da metrópole e da colônia e entre os colonos e os trabalhadores no Brasil. Essas relações não caracterizavam a ‘vassalagem’¹⁹, relação jurídica-política e cultural, alicerçadas nos costumes/lei de cada unidade feudal, sendo fundamental no Modo de Produção Feudal. No período em que se utilizou o trabalho escravo no Brasil (aproximadamente a partir da primeira metade do século XVI até a segunda metade do século XIX), o próprio escravo constituía uma mercadoria, sendo uma renda capitalizada equivalente ao capital fixo, correspondendo ao principal bem/fonte de penhora no mercado de crédito.

Na economia brasileira, os agricultores responsáveis pela organização da pequena produção de gêneros alimentícios eram, em boa parte, indivíduos recém-egressos

¹⁹ Na economia feudal, não havia um sistema nacional de impostos, assim, a sustentação econômica da unidade feudal levava à adoção de um sistema baseado nas relações de vassalagem, que consistia no pagamento em terras pelos serviços prestados à realeza sob um sistema de deveres e obrigações que norteava todas as relações estabelecidas. Nesse sentido, cabe ressaltar que o senhor não era o proprietário das terras, prevalecia uma escala hierárquica de titulações de nobreza (barão, conde, duque, rei) (HUBERMAN, 1986).

do estado servil ou semi-servil. Esses trabalhadores não tinham tradição na atividade agrícola, salvo a população que ocupou o Brasil meridional. A maioria dos pequenos produtores não apresentava preparo suficiente para essa atividade e, também, não contava com recursos financeiros para organizar uma atividade agrícola regular e com alguma perspectiva. Acrescenta-se, ainda, o descaso dos governantes frente à existência da agricultura de subsistência - da policultura. Não se organizou um sistema comercial conveniente e capaz de atender às suas necessidades, contribuindo para um processo de intensa especulação e exploração da pequena produção rural (PRADO JÚNIOR, 1992).

Coube, inicialmente, à população mestiça a produção de gêneros de subsistência. A população brasileira é resultante da miscigenação formada por negros, índios e brancos, resultando em uma população, no campo, de mulatos e mestiços. Essa população se fazia notar por sua numerosidade. Não era nem senhor nem escravo, não era grande fazendeiro, mas também não era trabalhador sem terra. Formava uma camada intermediária, do ponto de vista étnico, e sob o ponto de vista socioeconômico, não era reconhecido perante a sociedade da época. O caipira, o tabaréu e o caboclo asseguravam o abastecimento de gêneros para a maioria da população com suas roças de policulturas.

Frente a essa complexidade de situações, Queiroz (1976) apresenta a problemática do preconceito quanto à população mestiça na sociedade brasileira. Para a autora, desde o final do século XIX, o meio rural brasileiro foi tomado como objeto de estudo. Sylvio Romero²⁰ (1883; 1888) dedicou-se ao estudo do folclore, dos costumes; Euclides da Cunha²¹ (1936), a partir do estudo sobre a tragédia de Canudos, apresentou “as primeiras hipóteses explicativas sobre a conservação de modos de ser que pareciam inteiramente desligados daqueles que se observava nas áreas urbanas.” (QUEIROZ, 1976, p. 7). Para a autora, a partir desses acontecimentos e alicerçadas nas teorias da época, surgiram as coordenadas do estudo do mundo rural brasileiro. Nesse período, as hipóteses se revestiam de explicação definitiva sobre a pobreza dessa população. A justificativa dessa empreitada assentava-se na curiosidade da população urbana sobre o estilo de vida conservado por esse segmento e já extinto nas grandes cidades.

Uma das controvérsias, destacada por Queiroz (1976), aborda a mestiçagem como responsável pelo retardamento do progresso do povo brasileiro. Sob esse estudo, o mestiço era tido como racial e fisicamente desequilibrado, o que justificaria o

²⁰ ROMERO, S. **Contos populares do Brasil**. 1883.

_____. **Estudos sobre a poesia popular no Brasil**. 1888.

²¹ CUNHA, E. **Os sertões**. 13. ed. São Paulo: Francisco Alves, 1936.

atraso e a conservação de costumes arcaicos, dificultando uma evolução socioeconômica do meio rural brasileiro. Tal concepção não resistiu aos estudos realizados dentro e fora do Brasil, principalmente os que tinham como base de sustentação a questão biológica. No entanto, as observações socioculturais persistiram como interpretação válida para toda a população rural brasileira. O resultado desses preconceitos raciais resultou na discriminação não somente do mulato e do mestiço, mas também dos negros, judeus e de outras minorias étnicas. Um exemplo dessa temática de estudo é retratado no trabalho de Oliveira (1920)²² sobre as Populações Meridionais.

Segundo Oliveira (1920, 1923), nas grandes propriedades prevalecia uma grande distinção social entre os aristocráticos fazendeiros e os trabalhadores da fazenda, inexistindo, praticamente, a comunicação entre os dois segmentos, embora prevalecesse uma inter-relação de dependência entre ambos. A explicação encontrada pelo autor estaria nas raízes biológicas. Ainda, nessa linha de raciocínio, os pobres caipiras livres que moravam fora dos domínios das fazendas eram, talvez, mais miseráveis que os trabalhadores da fazenda, porque os últimos contavam com o apoio paternal do fazendeiro. O autor considerava essa população preguiçosa e vadia, inaproveitável para um trabalho regular, por isso mesmo que é de origem mestiça e somente quando dominada por uma autoridade que se imponha – como é o caso do fazendeiro – tais indivíduos podem chegar a produzir.

Explicações como essas conduziam a interpretações que tentavam justificar o atraso do meio rural brasileiro, a partir da existência dessa população - a mestiçagem e o trópico. Tais interpretações implicaram em pontos de vistas limitados das observações e das conclusões dos trabalhos produzidos na época. Frente a essas controvérsias, Freyre (1933/2000) acreditava que a mestiçagem era tratada como uma vantagem civilizatória, culminando em um processo de aclimação e construção social. Nesse sentido, o autor define a formação brasileira como singular comparada a outros povos.

A preocupação esboçada no trabalho de Queiroz (1976) assenta-se no não reconhecimento da existência de uma camada intermediária, do ponto de vista socioeconômico, nos trabalhos dos estudiosos brasileiros, principalmente, após as explicações absurdas extemporâneas de Oliveira (1920/1923). Os próprios trabalhos de

²² OLIVEIRA, Vianna. Populações meridionais do Brasil. São Paulo: Monteiro Lobato, 1920. OLIVEIRA, Vianna. A evolução do povo brasileiro. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.

Gilberto Freyre (1933) apresentam a paisagem social do meio rural brasileiro e, posteriormente, urbano, com a dicotomia que se fazia presente nos trabalhos desse período. O mulato e o mestiço eram reconhecidos como intermediários apenas sob o ponto de vista étnico.

No entanto Freyre (1933/2000) rompe com as interpretações racistas e pejorativas sobre a população mestiça, discorrendo sobre a ascensão social do mulato através da instrução e de sua formação profissional. Essa população, de acordo com sua formação, seria incorporada nas camadas inferiores ou nas camadas superiores.

[...] Bitolados pelas explicações existentes, os estudiosos do meio rural brasileiro, mal saíam ao campo, verificavam a existência de apenas duas camadas na sociedade, e constataavam imediatamente o isolamento dos grupos camponeses. Repeliam assim as evidências que lhes eram trazidas em quantidade por outras fontes – memorialistas, romancistas, folcloristas – e não tinham o cuidado – que é a base de toda a ciência – de pôr em dúvida o que lhes parecia óbvio. (QUEIROZ, 1976, p. 11).

O caboclo, o caipira e o tabaréu estão presentes em narrativas folclóricas, como as de Euclides da Cunha (1902/1936); Monteiro Lobato (1939/1961)²³; Martins Pena (1838/1956) e Guimarães Rosa (1956/1986) que destacam seus costumes, seus valores e modo de ser e de viver. Na obra ‘O Sítio do Pica-pau Amarelo’, Monteiro Lobato retrata a existência dos matutos que formavam uma camada intermediária no meio rural brasileiro. No entanto, seu trabalho apresenta uma abordagem pejorativa sobre os matutos brasileiros.

O Jeca Tatuzinho, por exemplo, representava o pequeno produtor rural brasileiro. O personagem era miserável, preguiçoso, vadio, pinguço e pobre. Esse indivíduo era incapaz, através de seus esforços, de promover uma melhoria em suas condições de vida, ou seja, os ‘matutos’ não eram capazes de contribuir para o desenvolvimento da economia do país. A partir de abordagens como essa, fica implícita e/ou explícita a desvalorização desse segmento e de seu modo de vida.

Dava pena de ver a miséria do casebre. Nem móveis, nem roupas, nem nada que significasse comodidade. Um banquinho de três pernas, umas peneiras furadas, a espingardinha de carregar pela boca, muito ordinária, e só. Todos que passavam por ali, murmuravam: _ Que grandessíssimo preguiçoso! Tudo para ele não pagava a pena, consertar a casa, nem fazer uma horta, nem plantar árvores de fruta, nem remendar a roupa. Só pagava a pena beber pinga. Jeca possuía muitos alqueires de terra, mas não sabia aproveitá-la. Plantava todos os anos uma rocinha de milho, outra de feijão, uns pés de abóbora e mais nada. Criava ao redor da casa um ou outro porquinho e meia dúzia de galinhas. [...] [...] Jeca não queria saber de nada. Trabalhar não era com ele. Perto, morava um italiano já bastante arranjado, mas que, ainda assim, trabalhava o dia inteiro. Por que Jeca [‘o mestiço brasileiro’] não fazia o mesmo?

²³ MONTEIRO, L. J. B. **O sítio do Pica-pau Amarelo**. São Paulo: Brasiliense, 1939. _____, **Jeca Tatuzinho**. 32. ed. Rio de Janeiro: Bloch, 1961. 12 p.

Além de preguiçoso, bêbado, e além de bêbado, idiota, era o que todos diziam. (MONTEIRO LOBATO, 1961, p. 1-3).

Argumentos como esses sustentaram teorias para explicar a condição de atraso da economia brasileira. A baixa produção da atividade agrícola, principalmente, dos gêneros alimentícios, era atribuída ao comportamento do pequeno produtor rural. Dessa maneira, o alto preço dos gêneros alimentícios no meio urbano, que agravava as condições de vida dos trabalhadores, era vista como responsabilidade das populações caboclas. Esses argumentos fizeram parte da política da Revolução Verde, orientada pela expansão da indústria norte-americana de adubos, fertilizantes e maquinários, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial.

Schultz (1964) apresenta a agricultura tradicional como um sistema coerente e racional de uso dos fatores, possibilitando uma racionalidade econômica. Ressalta-se que essas considerações opuseram-se à imagem desse modelo de agricultura como expressão de indolência e atavismos culturais retrógrados. Esse autor ressalta a distância que existia entre a imagem do Jeca Tatu e a realidade da agricultura tradicional, contrariando uma importante vertente do pensamento econômico do início dos anos 1960.

O autor destaca a importância do trabalho de todos os membros ativos da família na unidade produtiva, refutando a idéia de que a produtividade marginal do trabalho, nas economias em desenvolvimento, seja nula. No entanto, Schultz (1964) argumenta que, com os recursos/fatores disponíveis nas pequenas unidades produtivas rurais - geralmente, poucos hectares de terra, muito dispêndio de trabalho do produtor e de sua família e reduzida disponibilidade de equipamentos e tecnologia -, torna-se difícil o aumento da produtividade do trabalho e, a conseqüente eliminação da miséria desse segmento.

Na economia brasileira, os produtores de subsistência se estabeleceram subordinados à estrutura tradicional, ficando ao desamparo, condenada “quase sempre a marcar passo e vegetar em seu natural primitivismo.” (PRADO JÚNIOR, 1992, p. 255). A dicotomia entre o setor moderno e o tradicional é aspecto fundamental da questão agrária brasileira, caracterizando-se como um problema econômico e social que o país hoje enfrenta. A partir dessa compreensão, as políticas agrícolas e agrárias devem associar a questão social à produção agrícola, promovendo a modernização desse segmento de produtores.

Loureiro (1987) considera que a pequena produção agrícola representa um segmento internamente heterogêneo na economia brasileira. Constata-se a presença de

pequenos capitalistas ou pequena burguesia rural e dos ‘semiproletários’. A autora (1987) caracteriza os últimos como produtores que, mesmo disponíveis ao capital, não conseguem incorporação permanente no mercado de trabalho rural ou urbano. Sua sobrevivência é garantida pela produção de seus próprios meios de vida. Representam uma massa de trabalhadores inteiramente marginalizada desse mercado e miseravelmente ‘armazenados’ em áreas rurais, constituindo um exército de reserva permanente da economia nacional, que se coloca como incapaz de absorver esses trabalhadores que constituem força de trabalho disponível, mas não necessária ao capital. Em contrapartida, cria-se um crescente excedente populacional no campo e na cidade. A situação desse segmento de produtores rurais e de seu respectivo exército de reserva é precária. Essas formas de produção procuram redefinir suas relações de trabalho e vínculos com o mercado para sobreviverem.

As contradições que marcam a expansão capitalista na agricultura brasileira, caracterizando a existência de um setor moderno e outro tradicional, são compreendidas como contradições do capital, engendradas no processo de subordinação do trabalho. As chamadas relações não-capitalistas, subentendidas ao falar de ‘trabalhador camponês’, de ‘produção rural familiar’, ‘produção doméstica’, ‘pequena produção’, entre outras terminologias, devem ser analisadas como manifestações concretas e singulares da relação capitalista dominante. As mudanças da base técnica do setor denominado tradicional surgem como diagnóstico para a superação do atraso na qual elas se encontram. No entanto essas mudanças estão sujeitas à economia de mercado, o que dificulta sua integração à nova forma de organização do setor agrícola e/ou qualquer melhoria de suas condições de vida a partir de seus próprios recursos. Precisa-se considerar, também, que a dinâmica dos capitais industriais, comerciais e financeiros, não criou uma demanda junto aos consumidores urbanos para os produtos básicos, agravando a situação dos pequenos produtores rurais.

3.4 As mudanças nos processos produtivos rurais dos anos 1970 e seus reflexos sobre a propriedade e as relações sociais de trabalho

Os projetos de mudanças da dinâmica da agricultura brasileira têm sua origem em meados do século XX, alcançando maior expressão no país nas décadas de 1970 e 1980. As medidas decorrentes desses projetos assentavam-se nas transformações da base técnica, processo chamado de ‘modernização’, que consistia na subordinação da

natureza (as dificuldades apresentadas pelo meio) ao capital (recursos técnicos aplicados à atividade agrícola). A agricultura é gradativamente transformada em um setor de aplicação de investimentos de capitais, representando um amplo mercado consumidor de insumos agrícolas e bens de consumo duráveis e não duráveis da indústria urbana e fornecedora de gêneros alimentícios e matérias-primas. Todavia, o processo de modernização da base técnica da agricultura fomentou sua integração ao setor industrial mas, em seu conjunto, a agricultura não se altera estruturalmente, muda-se o conjuntural, as técnicas e os produtos, porém permanece o essencial, a forma de produzir e a inserção no mercado mundial. As reformas são compreendidas como medidas que viabilizaram a eficiência do capitalismo como sistema (Estatuto da Terra, reforma bancária, administrativa, fiscal, política e tecnológica).

O rápido e recente crescimento de um setor da indústria, para a agricultura, após 1950, foi consequência da expansão industrial verificada no mundo todo, produzindo mudanças nas condições internas do processo evolutivo agrícola como nas relações entre a agricultura e os demais setores da economia. Uma parte crescente dos produtos agrícolas passou a ser adquirida e processada pelas indústrias e não mais entregue, em sua forma natural, para o mercado. Do outro lado, uma parte das necessidades de consumo da agricultura deixa de ser obtida nos domínios das explorações agrícolas. No âmbito urbano, houve o desenvolvimento das indústrias processadoras de produtos agrícolas, das indústrias de bens de capital (maquinários) e insumos (fertilizantes, defensivos químicos) para a agricultura.

A classe dominante nacional objetivava expandir sua hegemonia na economia brasileira. Os investimentos estrangeiros não criaram, a princípio, uma desnacionalização da indústria, mas contribuíram para o fortalecimento da burguesia industrial nacional. O capital estrangeiro privilegiou os setores importantes para gerar um efeito multiplicador nos outros setores, como as montadoras (de capital estrangeiro), que incrementaram a produção das indústrias de autopeças nacionais, expandindo essas empresas e aumentando, assim, a acumulação de capital neste setor.

O processo de modernização, que estabelece o desenvolvimento agrícola brasileiro, passou por três momentos decisivos: a constituição dos CAIs (complexos agroindustriais), a 'industrialização da agricultura' e, recentemente, a integração de capitais intersetoriais sob o comando do capital financeiro. A constituição dos CAIs se dá na década de 1970, com a integração técnica intersetorial entre as indústrias que produzem para agricultura, a própria agricultura e as agroindústrias processadoras. Essa integração

tornou-se possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura (DI). Sua consolidação foi viabilizada pelo capital financeiro, basicamente através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e das políticas de agroindustrialização, especificamente, instituídas, a partir dos chamados fundos de financiamento.

Verifica-se que no complexo rural a produção de produtos agrícolas para exportação ocupava, apenas, uma parte dos meios de produção disponíveis (recursos naturais e bens de capitais), a outra parte era dedicada à produção de bens de consumo para a própria unidade e para a produção de meios de produção²⁴ (insumos, máquinas e equipamentos) “mas um DI assentado em bases artesanais [...] com o ferreiro, o pedreiro, o mecânico, o domador de animais, o seleiro etc.” (GRAZIANO DA SILVA, 1996). Assim, atividades agrícolas e manufatureiras se encontravam ligadas.

A incipiente divisão social do trabalho justificava a produção de valores de uso, praticamente, inexistia o mercado interno. As grandes explorações se dedicavam à produção de um único produto com elevado valor comercial para o mercado externo. Esse complexo caracterizava uma dinâmica simples. “O passo fundamental que desencadeou a crise do complexo rural foi a transição (forçada pelos capitais internacionais) para o trabalho livre, a partir da suspensão efetiva do tráfico negreiro depois de 1850.” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 7).

A dinâmica do Complexo Rural era determinada pelas flutuações do comércio exterior. Assim, quando ocorria a queda do preço no mercado externo, todos os recursos da exploração eram deslocados para as atividades internas, com o objetivo de assegurar a subsistência da força de trabalho e a reprodução das condições materiais da unidade produtiva. A disponibilidade de excedentes das fazendas fomentou o surgimento de novas oportunidades de investimentos, possibilitando o desenvolvimento de atividades não agrícolas, delegando novas funções às cidades. Esses fatores fundamentaram a passagem de uma economia rural fechada e assentada em bases naturais - o Complexo Rural - para uma economia aberta que estabelecia uma estreita relação com o mercado interno (indústrias urbanas voltadas para a agricultura) (KAGEYAMA et al. 1990).

O processo de modernização, ao mesmo tempo que implica a mercantilização intra-setorial da agricultura, promove a substituição de elementos internos do complexo rural por compras extra-setoriais (máquinas e insumos), abrindo

²⁴ Os meios de produção são constituídos pelo objeto sobre o qual se trabalha e por todos os instrumentos e condições que permitem o ato da produção (HARNECKER, 1980, p. 34).

espaço para a criação de bens de capital e insumos para a agricultura [...].
(GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 20).

O desenvolvimento do mercado de trabalho e a constituição do mercado interno ganharam impulso, a partir de 1850 e acelerou, consideravelmente em 1929 com a quebra da Bolsa de Nova Iorque. A partir desse período, a expansão do capitalismo no Brasil passa a ser analisada como resultado das lutas de interesse de segmentos sociais internos, deixando de ser um mero reflexo imperialista. A nova orientação da economia dá-se no sentido da industrialização em substituição às importações. Em 1950, esse modelo foi consolidado, dando início à internalização do departamento produtor de bens de capitais (DI). Inicia-se, também, o processo específico de modernização da base técnica da agricultura, orientando a nova dinâmica de acumulação do campo.

Após 1950 teve início um processo de ‘industrialização’ da agricultura. O Complexo Rural cedeu lugar aos complexos agroindustriais (CAIs), iniciando, assim, a integração das atividades agrícolas à indústria. Esse processo promoveu a intensificação da divisão social do trabalho, as trocas intersetoriais, a especialização da produção e a substituição das exportações pelo consumo produtivo interno. “O longo período de decomposição do complexo rural inicia-se pois em 1850 com a Lei de terras e a proibição do tráfico, terminando em 1955 com a implantação do DI em bases industriais modernas [...]” (KAGEYAMA et al. 1990, p. 117).

Diante dessa nova dinâmica socioespacial na década 1960, o governo norte-americano, com o objetivo de expandir os seus negócios, solicitou a realização de pesquisas sobre a definição concisa e operacional da agricultura ‘tradicional’ brasileira. Utilizaram, como argumento primeiro, a necessidade de conhecer os motivos do subdesenvolvimento, as perspectivas e as políticas necessárias para sua superação. A preocupação prática, referente à elaboração dos modelos microeconômicos sobre o comportamento dos pequenos produtores rurais, aproximou-se das reflexões elaboradas por Chayanov (1974). (ABRAMOVAY, 1992).

Nesse sentido, a implementação de políticas de modernização da agricultura só poderia ser feita após a compreensão dos fatores que incidem, diretamente, sobre a tomada de decisão dos produtores e de suas famílias. As teorias elaboradas propiciaram a implantação de centros de extensão e pesquisa que viabilizaram a política da Revolução Verde. O trabalho de Theodore Schultz²⁵ (1964), sobre a agricultura, foi

²⁵ SCHULTZ, T. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

considerado o de maior repercussão e influência na formação de intelectuais e técnicos nas economias em desenvolvimento. Mas, essencialmente, o projeto de modernização do setor agrícola foi direcionado para as grandes propriedades rurais.

Guimarães (1989) afirma que a Revolução Agrícola no Brasil ocorreu, simultaneamente, com os passos iniciais da denominada ‘Revolução Verde’, na qual, apresentou uma particularidade histórica quanto à rigidez do sistema latifundiário e a resistência quanto às mudanças estruturais. Essas resistências foram sendo rompidas com a introdução da cafeicultura no Oeste Paulista e com a pressão feita pela política externa com o objetivo de ampliação do mercado consumidor, uma vez que asseguraria a expansão da produção industrial e do setor de exportação desses países. Outro aspecto é que os aumentos de produtividade com a ‘Revolução Verde’, decorrente do uso intensivo de técnicas agrícolas e de insumos, não contemplaram as lavouras de subsistência.

Para Delgado (1985), a transformação da base técnica da agricultura e a constituição do CAI na economia brasileira são processos diferenciados e temporalmente separados. Após 1945, a modernização da agricultura se restringe à transformação da base técnica, genericamente, pela elevação dos índices de tratorização e consumo de NPK, estimulado pelo governo e empresas norte-americanas, introduzindo um novo padrão tecnológico para a produção rural, com base na importação de meios de produção e insumos industriais, caracterizando o primeiro momento.

O segundo momento caracteriza-se pela ‘industrialização’ dos processos de produção rural com a implantação dos setores industriais de bens de produção para o setor agropecuário (DI) e de insumos básicos para agricultura e o favorecimento financeiro, pelo Estado, para o consumo desses novos insumos industriais. No final dos anos 1950, ocorre a implantação das primeiras indústrias de tratores. Enquanto o terceiro momento estabelece um estreitamento das relações entre a agricultura e a indústria (a montante e a jusante). Tanto a agricultura quanto à agroindústria passaram a depender diretamente do setor de máquinas, de equipamentos e de insumos gerais. Nesse sentido, o Estado assume um papel crucial na expansão desse modelo de organização do espaço rural, possibilitando ou dificultando o acesso ao crédito, ao financiamento e à renda fundiária.

Esse processo permitiu a fusão ou a integração de capitais intersetoriais. O período compreendido entre meados dos anos de 1960 até o final de 1970 é considerado um marco de constituição do Complexo Agroindustrial Brasileiro. Para alguns autores, como Delgado (1985), Guimarães (1989), Graziano da Silva (1996), é a arrancada do processo de industrialização do campo. Surgem, assim, vários complexos que vão,

continuamente, constituindo-se e direcionando a especialização da atividade agrícola e, assim, estabelecendo uma crescente interligação com o restante da economia, principalmente, com os serviços financeiros.

Graziano da Silva (1996), Delgado (1985) e Guimarães (1989) referem-se à modernização do campo que ocorreu no Brasil, a partir da década de 1960, como ‘conservadora’, ‘dolorosa’ e ‘perversa’, respectivamente. Caracteriza-se pela modernização da base técnica da produção agrícola, estimulando a elevação do consumo intermediário (insumos agrícolas) no setor agrícola. O consumo intermediário corresponde ao valor de todos os insumos que entram no processo de produção (excetuando a força de trabalho), como as despesas com sementes, defensivos, fertilizantes, rações e medicamentos para animais, aluguel de máquinas, embalagens e outros produtos utilizados como matéria-prima ou insumo produtivo. O processo de produzir torna-se cada vez mais complexo, mais dependente da produção de outros setores da economia,

[...] mais intensivo no uso de capital fixo e circulante. A participação do consumo intermediário no valor da produção pode então ser vista como indicador síntese do processo de modernização: quanto mais complexa a base técnica da produção, com a utilização crescente de insumos (químicos, físicos e biológicos), maior tende a ser a proporção do consumo intermediário na produção. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 23).

Esse processo apresentou caráter parcial e discriminador, pois não atingiu todas as fases dos ciclos produtivos e, em função da diversidade regional, apresenta níveis diferenciados entre as regiões do país, entre as atividades agropecuárias e entre os produtores rurais. Segundo Delgado (1985), a modernização concentrou-se nos estados do Centro-Sul brasileiro (Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), caracterizando um movimento de concentração da produção e centralização dos recursos²⁶. Assim, várias regiões brasileiras ficaram alheias a esse processo, desencadeando um caráter excludente através da concentração e centralização dos recursos.

A constituição dos Complexos Agroindustriais caracteriza uma fusão de capitais e não a integração das atividades agropecuárias em uma cadeia produtiva. A integração da agricultura e da indústria não significa que a agricultura se constitui em um

²⁶ O capital tem dois aspectos distintos. Em relação ao processo de trabalho, ele existe como uma massa concentrada de meios de produção que comanda um exército de trabalhadores [...]. O processo de crescente concentração através da acumulação, que Max chama de **concentração do capital**, e o processo de crescente concentração através da concorrência e do crédito, que ele chama de centralização do capital. A acumulação é o reinvestimento do lucro em métodos de produção mais novos, mais poderosos [...]. Portanto, a acumulação exige uma crescente proporção de capital investido por trabalhador – uma crescente concentração do capital em relação ao processo de trabalho (BOTTOMORE, 2001).

ramo industrial, o que torna esse setor uma especificidade do sistema capitalista, uma vez que não permite uma divisão social do trabalho tal como ocorre na indústria. Os Complexos Agroindustriais tendem a ser convertidos em Complexos Bioindustriais. O crescimento da indústria biogenética para o setor agrícola e o registro de patentes tem intensificado as disparidades regionais e as diferenças entre os segmentos de produtores. Dessa maneira, as diferenciações espaciais, regionais se intensificam a partir do domínio e/ou uso de recursos tecnológicos e políticas específicas destinadas ao setor (ABRAMOVAY, 1992).

Guimarães (1989) descreve esse processo como ‘modernização perversa’. Os investimentos exigidos pela nova base técnica da agricultura dinamizam a legitimação da transferência setorial da renda. Esses investimentos se tornam irreversíveis para a agricultura capitalista. Assim, o caminho destinado aos estabelecimentos rurais pouco capitalizados seria sua inserção às agroindústrias, o que compromete sua autonomia quanto à própria gestão de suas atividades. Amin e Vergopoulos (1986), corroborando com esse autor, afirmam que esses proprietários/produtores são, gradativamente, transformados em assalariados, uma vez que, são reduzidos a gerentes do próprio negócio.

Nesse sentido, os micros e os pequenos produtores encontram dificuldades para se integrar à nova forma de organização do setor agrícola. Isto porque a incorporação, orientada pela dinâmica dos capitais industriais, comerciais e financeiros, não criou uma demanda junto aos consumidores urbanos para os produtos básicos, como o feijão, o arroz e a mandioca. Esses produtores não cultivam outros produtos por não possuírem uma base técnica exigida ou por não terem condições de estabelecer uma concorrência. Os segmentos sociais com tradição mercantil e organizados em associações, como o café, o algodão, a pecuária bovina, a avicultura, a vitivinicultura, o fumo, o tomate, o milho, a laranja, a cana-de-açúcar, os hortifrutigrangeiros, o trigo e o arroz irrigado, foram os segmentos/produtores incorporados no setor dinâmico (GRAZIANO DA SILVA e KAGEYAMA, 1989).

Destaca-se que os mercados gerais deixaram de existir, assim, o destino da produção visa atender ao mercado interno e externo. Os produtos agrícolas, em sua maioria, são processados industrialmente para depois serem distribuídos para o mercado final. Esse processo constitui um amplo mercado para a indústria de máquinas e insumos agrícolas, o que permite a fusão e a incorporação de capitais, sob o domínio do capital financeiro. Em termos descritivos, o setor agrícola é formado por quatro segmentos diferenciados - os Complexos Agroindustriais Completos, os Complexos Agroindustriais

Incompletos, as atividades modernizadas e a atividade artesanal que englobam o ‘resto’ da agricultura.

Esses segmentos diferenciados da atividade agrícola representam uma proposta de tipologia de Graziano da Silva e Kageyama (1989) para analisar a forma de inserção da agricultura nos CAIs e no processo de industrialização do campo. Esse modelo privilegia o grau das relações intersetoriais, a montante e a jusante com o objetivo de determinar a dinâmica da produção agrícola. O esquema analítico proposto permite a constatação de que não há homogeneização na forma de produzir e nem integração intersetorial completa estendida a todas as atividades agropecuárias.

Dessa maneira, os autores afirmam que a organização da produção agrícola, na economia brasileira, continuou compartimentada e distribuída pelas diferentes regiões do país, geralmente com um ou mais produtos para cada uma. Essas diferentes unidades econômicas encontram-se reunidas no país e o que as aproximam é o caráter fundamental de se dedicarem à produção de gêneros alimentares e matérias-primas tropicais para exportação, sujeitas as variações de mercado. Essas atividades agrícolas desenvolveram-se independentes uma das outras e voltadas para as necessidades do mercado internacional, caracterizando uma economia desarticulada, na qual a expansão do mercado depende mais das flutuações do mercado externo e do consumo dos segmentos sociais minoritários da sociedade brasileira que das necessidades mais gerais da sociedade como um todo.

Abramovay (1992) destaca o papel da agricultura no processo geral de acumulação. A agricultura assume um papel estratégico na economia capitalista, permitindo o rebaixamento dos preços alimentares e de matérias-primas para outros setores da economia capitalista. Esse processo é viabilizado pela simplicidade social do setor agrícola, pela intervenção do Estado e pelas particularidades naturais. No caso deste último, o autor chama a atenção pelo uso ‘absurdo’ da expressão, tão utilizada na nossa literatura, ‘industrialização da agricultura’. O caráter natural, o peso das determinações biológicas, o fato da agricultura lidar diretamente com elementos vivos, expressa os limites a que está sujeita a própria divisão do trabalho no campo, colocando-se como elemento decisivo para sua compreensão.

Dessa forma, a Revolução Industrial na agricultura consiste em promover mudanças essenciais nos instrumentos de trabalho, mas não na seqüência em que são usados. A agricultura é apenas a exploração pelo homem de certos processos biológicos, como a reprodução e o crescimento de vegetais e de animais domesticados. Não se pode

subestimar o peso que as modernas biotecnologias têm na produção agropecuária, mas as possibilidades científicas já alcançadas “estão muito longe de colocar a oferta de alimentos e fibras na iminência de sua transformação em atividade de natureza industrial.” (ABRAMOVAY, 1992, p. 245).

Outro problema, destacado por Abramovay (1992), refere-se à relação estabelecida entre as atuais pequenas unidades de produção agrícola e a teoria do resíduo e da extinção progressiva. De acordo com essa teoria, a própria dinâmica da modernização técnica da agricultura eliminaria, gradativamente, os produtores incapazes de racionalizar a produção segundo as necessidades/padrão exigidas pelo mercado. Os paradigmas clássicos marxistas, de um modo geral, associavam a pequena produção rural ao atraso, como consequência, a questão agrária, no Brasil, foi reduzida a uma questão social. Dessa forma, sua luta pela sobrevivência e pela reprodução se dá em um contexto social hostil.

A organização do CAI, a industrialização e a integração de capitais (formação de um sistema financeiro geral) promovem a transferência setorial da renda do setor agrícola para o setor não agrícola. O mecanismo de preços possibilita essa transferência intersetorial da renda, em que os setores a jusante (compra de produtos agrícolas, insumos e máquinas) e a montante (venda de insumos e máquinas) se beneficiam dessa relação. Enquanto a constante redução de parte do orçamento das famílias destinado diretamente à alimentação, beneficia o conjunto do sistema econômico, a partir da liberação de recursos para o consumo direto dos indivíduos e famílias (DII). Esse processo favorece a queda da renda agrícola, apesar do imenso crescimento da produção e da produtividade. Os benefícios da modernização do setor agrícola são, gradativamente, repassados para os setores não agrícolas. As inovações técnicas aumentam a oferta, ao mesmo tempo que fomentam uma redução dos preços médios.

Singer (1998) aponta que esses processos encontram-se estreitamente dependentes de uma ação estatal específica e foram responsáveis pelo novo padrão de organização da agricultura. As políticas que as viabilizaram não foram acompanhadas de mecanismos compensatórios sobre seus efeitos sociais e econômicos na estrutura agrária, nos recursos naturais, nos desequilíbrios do abastecimento alimentar, na concentração da renda, nas disparidades regionais e no êxodo rural. Assim, os resultados contraditórios da inserção da agricultura no novo padrão de acumulação manifestaram-se com rapidez e intensidade, agravando a crise agrária e refletindo perversamente na crise urbana.

Mesmo diante de um quadro estrutural desfavorável, os produtores de gêneros alimentícios têm assegurado a produção de uma diversidade de alimentos, em

especial os que compõem a dieta alimentar da população, geralmente abundante e a preços estáveis, favorecendo a formação de novos padrões de consumo (DIDONET, 2003). Com isso, acredita-se que essas unidades produtivas são dinâmicas e capazes de se integrarem ao movimento geral de acumulação. A preocupação principal, diante das disparidades técnicas do setor, é eleger o cultivo de espécies vegetais que incorporem menos insumos de alto custo, reduzindo os custos de produção e permitindo a geração de renda suficiente para esse segmento da agricultura. Nesse sentido, reconhece-se que essas formas familiares encontram-se inseridas no movimento geral da sociedade, são consumidores e produtores, interagem com toda a dinâmica socioespacial e se encontram submetidas aos seus efeitos mais gerais.

Verifica-se que as modificações implantadas no meio rural asseguraram o aumento da produção e da produtividade do setor agropecuário, ao mesmo tempo em que acentuou os problemas sociais no campo e na cidade, através do êxodo rural. O modelo produtivo adotado, a partir da tecnificação das atividades agrícolas, principalmente de exportação, criou um novo modelo de concentração da propriedade fundiária e da renda. O sistema produtivo do restante da agricultura não apresentou mudanças técnicas significativas. Os pequenos agricultores familiares não foram contemplados com o aumento de produtividade, decorrente do uso intensivo de técnicas e insumos de alto custo, o que dificulta o seu engajamento nessa dinâmica, salvo raras exceções.

Essa delimitação da problemática social investigada norteia a discussão proposta neste trabalho. Diante de tantas transformações nos processos produtivos urbanos e rurais, de tantas controvérsias quanto à viabilidade ou não das formas sociais que não se definem pelas características das relações capitalistas clássicas, o que se coloca em questão é o reconhecimento e o entendimento da existência das formas familiares de produção no campo. Essas formas sociais não devem ser analisadas a partir do papel que cumprem na dinâmica geral de acumulação. Aqui não pretende-se reduzir a discussão a uma questão, meramente social ou recriar as teses de isolamento, mas compreender a complexidade do atual processo de estratificação social no campo (opondo-se a uma sociedade estruturada em uma rígida estratificação social entre detentores dos meios de produção e dos não detentores desses meios) a partir das novas estratégias de produção adotadas e dos novos arranjos que o trabalho vem assumindo.

4 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DE GOIÁS



Comunidade Cisterna – Catalão (GO): preparação de área para cultivo. jul. 2003.

4 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DE GOIÁS

Uma das particularidades importantes no Estado de Goiás foi a sobrevida que teve a agricultura tradicional no seu território (Estevam, 2004)

No Brasil, a região Centro-Oeste é a única em que o peso da agricultura patronal²⁷ é preponderante sobre o número de estabelecimentos do tipo familiar²⁸. A singularidade dessa realidade socioespacial é reflexo das características do seu processo de povoamento e colonização. A primeira fase iniciou com sua incorporação ao chamado sistema colonial (1726-1770). No início do século XIX, as migrações das populações decadentes de Minas Gerais e do Nordeste Brasileiro incrementaram o sistema agrícola e comercial e, posteriormente, com a expansão dos meios de transporte ocorreu sua integração nacional, sendo reconfirmada através da expansão da fronteira agrícola, no final dos anos 1950 e início da década de 1960, o que configurou um novo modelo de modernização agrícola fortemente subsidiado pelo Estado e direcionado para a grande propriedade e para a agroindústria, contribuindo sobremaneira para agravar a questão social no campo, principalmente as condições de sobrevivência da pequena agricultura.

Como resultado da política de modernização agropecuária, viabilizado pela política de integração do território nacional, a agricultura goiana passou por transformações significativas, a partir da década de 1950, tendo como principal objetivo estreitar as relações entre o setor agrícola e o setor urbano-industrial. Entretanto, tal objetivo começou a ser alcançado no final da década de 1970 e início da década de 1980. Vários setores foram sendo absorvidos por esse processo, tais como as relações sociais de trabalho, o padrão tecnológico, a distribuição espacial da produção, as relações intersetoriais, com a formação do complexo agroindustrial e a inserção estatal.

A transnacionalização de sistemas ampliados de consumo e de capitais, estruturados em um crescente processo de urbanização da sociedade brasileira, a partir da década de 1960, são responsáveis pelo modelo de ocupação e organização da economia goiana. A década de 1970 representa o contexto da aliança estabelecida entre o Estado e a classe dominante rural. A partir desse período, o Estado passa a interferir diretamente nas

²⁷ Unidades produtivas patronais ou ultrafamiliares são aquelas onde os membros da família não executam nenhuma atividade diretamente ligada ao processo de trabalho ou o executam, mas numa proporção menor que a oferecida pela mão-de-obra contratada. Essa classificação coloca em destaque a natureza social (familiar ou patronal) da atividade produtiva (ABRAMOVAY, 1992).

²⁸ Censo Agropecuário - IBGE (1985).

formas de organização da agricultura e na política agrícola, promovendo a modernização desse setor.

A dinâmica implantada no meio rural pela modernização parcial no Estado, assim como no Brasil, promoveu a substituição do chamado setor tradicional, representado pelos pequenos agricultores que dedicam-se à produção de alimentos básicos para o consumo direto. O setor chamado moderno, dinâmico, de médias e grandes propriedades encontra-se vinculado, principalmente, à produção de cultivo mais rentáveis, em termo de beneficiamento e de industrialização. Conseqüentemente, o resultado desse processo foi ainda mais agravante para o estado goiano.

Este capítulo tem por objetivo investigar as especificidades locais e regionais promovidas pela inserção agropecuária no circuito comercial inter-regional, decorrente da colonização agrícola nacional de Goiás, analisando as transformações socioespaciais caracterizadas pela dinâmica desse processo. Nesse sentido, esse capítulo permite conhecer as características gerais e particulares envolvidas no processo de expansão do capitalismo internacional e nacional no Estado goiano e no município de Catalão e, principalmente, as particularidades da inserção da agricultura local/regional nessa dinâmica.

4.1 A estrutura agrária goiana e o processo de concentração fundiária

A ocupação de Goiás caracteriza uma disputa por espaço e poder entre São Vicente e Rio de Janeiro, depois com Minas Gerais e, posteriormente, entre as demais regiões. A incorporação de novas regiões ao eixo mercantil em curso revela um contexto ineficiente da autonomia político-administrativa dos Capitães-Generais de São Vicente e dos bandeirantes nos territórios ocupados e anexados ao sistema colonial em vigência nesse período. Através dessa incorporação/anexação territorial, os colonos da vertente paulista promoveram a ocupação de todo o Centro-Oeste (Figura 1). Os novos espaços representaram perspectivas sociais, culturais e econômicas.

A Marcha para o Oeste contribuiu para resolver dois problemas básicos da economia brasileira: absorver os excedentes populacionais liberados pela decadência da cafeicultura, a partir da superação das relações de troca entre o velho campo e a nova economia urbana e, promover o desenvolvimento de uma frente agrícola comercial interna

capaz de fornecer produtos alimentícios mais baratos para os centros urbanos emergentes. Essa política correspondeu ao período de 1943 a 1953, respondendo por uma ação regional mais complexa, como a criação de Goiânia e das colônias agrícolas de Goiás e de Mato Grosso. Em 1943 instituiu-se a Fundação Brasil Central, responsável pelos trabalhos de penetração do território e alocação do povoamento.



Figura 1 - Região Centro-Oeste: Mapa Político - 2005.

Para Bertran (1988, p. 92), o sistema de colonização não expressava, apenas, o sentimento nacionalista implantado pelo Estado Novo, mas também, contava com a preocupação dos órgãos competentes “em montar um sistema de colonização mais humano e mais planejado.” Com esse objetivo implantaram centros comunitários, estradas para escoamento fácil dos produtos e rápida titulação das terras.

A criação da Colônia Agrícola de Ceres foi uma expressão do programa ‘estadonovista’ das colônias agrícolas nacionais. Foram entregues títulos definitivos de propriedades da terra de uma área correspondente a 90.000ha de terras férteis, ao norte de Anápolis (GO). Entre 1943 e 1950, Ceres recebeu uma população agrária de 30.000 pessoas, sendo a maioria (60%) de Minas Gerais. Pessoa (1999) coloca que o tipo de agricultura praticada, principalmente pelos colonos vindos de Minas Gerais, era o tradicional sistema de rotação de terras e queimadas, que provoca o esgotamento rápido da fertilidade do solo, obrigando o produtor a procurar uma outra área, o que caracterizava uma penetração desorganizada.

Os programas destinados a atenderem a população dessas colônias foram, gradativamente, abandonados. Tanto as colônias de Goiás como as de Mato Grosso entraram em decadência, no que diz respeito ao aspecto econômico e demográfico. À medida que as colônias eram instaladas, vários grupos empresariais também o faziam. A população agrícola dos assentamentos representava a criação de mão-de-obra disponível na região e a infra-estrutura disponibilizada pelo governo estadual favorecia a implantação de atividades rurais, essencialmente, capitalistas. Para Estevam (2004), no período de 1940 a 1960, a estrutura agrária do Estado como um todo sofreu modificação, houve acréscimo de 35.662 pequenas propriedades (0-100ha) e de 11.137 estabelecimentos médios (100-1.000ha). Contudo, o aumento do número de estabelecimentos deu-se mais pela ocupação de novas áreas do que pelo fracionamento dos grandes. O predomínio geral continuava a ser o latifúndio como unidade básica, expressão característica da estrutura brasileira.

Através da colonização agrícola nacional de Goiás, o projeto de colonização federal promoveu a interiorização de populações, ao mesmo tempo que criou valores econômicos para o mercado. Esse projeto respondia aos objetivos econômicos específicos, apresentando a solução dos problemas agrários nacionais como opção alternativa à reforma agrária. O empreendimento foi viabilizado por empresas privadas em uma ação conjunta. Parte dessas ações contempla a construção de Brasília, no final da década de 1950.

Nas áreas de colonização surgiu a formação social de vários segmentos de produtores. A propriedade da terra emergiu como único meio dos produtores obterem acesso ao crédito bancário, possibilitando o aumento da produtividade do trabalho (assistência técnica, facilidades para a aquisição de insumos agrícolas e garantias para a comercialização da produção). A diferença entre os produtores assentava-se no tamanho da propriedade e na disponibilidade de recursos humanos e de capitais, implicando numa estrutura de classes complexa. As diferenças quanto ao acesso aos meios de produção não foram eliminadas pelo projeto de ocupação da região Centro-Oeste. A ocupação da região torna-se mais clara à medida que se compreendem as transformações socioeconômicas e espaciais como resultado de uma política de modernização da agricultura.

Esse modelo de ocupação territorial promoveu um grau de apossamento rural da região bem superior às médias brasileiras, caracterizando um processo de latifundiarização. Bertran (1988) coloca que, em 1940, apenas 30% da superfície do Estado de Goiás se constituía em estabelecimentos rurais. Em 1960 atingiu 45% e, em 1975 chegou a 67%. A partir desses dados ressalta-se que a disponibilidade da fronteira goiana - em fins dos anos 1970, responderia por 25 a 30% de seu território. Esse percentual tornou-se relativamente pequeno comparado ao potencial de expansão brasileira que apresentava, nesse mesmo período, um percentual de 60% das áreas nacionais.

As áreas de matas em Goiás estavam, geralmente, associadas aos solos de maior fertilidade²⁹ do território estadual, o que provocou, desde sua ocupação, a retirada da vegetação natural. Já as áreas de Cerrados e pastagens naturais foram responsáveis por mais de 55% da ocupação rural em Goiás. Os aspectos geoambientais apresentados pelo Estado Goiano promoveram um baixo uso das propriedades para fins propriamente agrícolas, se comparado à média brasileira. A ocupação e o uso do solo fizeram-se, principalmente, pela atividade pecuária, justificando o crescimento das pastagens artificiais goianas. Verifica-se um crescimento contínuo das áreas agricultáveis de Goiás, seja para lavouras ou para a formação de pastagens.

Alguns municípios dessas regiões, principalmente do Sudeste Goiano, dentre os quais Catalão, têm apresentado importantes mudanças em termos de estrutura fundiária e de recomposição de classes econômicas. Essas mudanças promovem um padrão de capitalização mais complexo e integrado ao sistema nacional, refletindo em um perfil

²⁹ Os solos dominantes são os Latossolos, os quais apresentam fertilidade natural baixa e média. Os Podzólicos Vermelho-Amarelos, Terra Roxa Estruturada, Brunizém Avermelhado e Latossolo Roxo, são os solos de alta fertilidade do Estado e estão concentrados no Mato Grosso de Goiás e nas regiões sul e sudoeste. (SEPLAN-GO, 2003).

fundiário menos concentrado. A heterogeneidade apresentada pelo espaço regional possibilita o surgimento e o desaparecimento de certas especializações no decorrer de sua história. No entanto, uma característica destaca-se como geral, a afirmação da pecuária de corte em detrimento à prática agrícola, que representa uma diminuição de valor agregado devido ao emprego de menores investimentos, refletindo na própria valorização do capital fundiário.

Os investimentos destinados à melhoria da agricultura no Estado deram-se com base na entrada massiva de capital estrangeiro, dando continuidade à política de substituição de importações, apresentada pelo pacto populista (1930 a 1945). A necessidade de transformação (em toda a América Latina) era um meio de superar a pobreza da população, promovendo a melhoria da agricultura através de novas técnicas de produção e relações de trabalho no mundo rural. Na realidade, essas medidas tinham como fim livrar-se das ameaças da *Guerra Fria*, era um movimento anticomunista.

Esse fenômeno explica o declínio da população rural na parte sul da região do Cerrado, a partir do incremento de técnicas modernas de cultivo e do trabalho assalariado. A população global da região cresceu de 6,5 milhões de habitantes em 1970 para 12,6 milhões em 1991 (e mais de 15 milhões em 2002). No entanto, este incremento foi eminentemente urbano – quase um quarto da população total concentra-se nas regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília. Além disso, as áreas de Cerrado caracterizam-se por ter uma estrutura fundiária fortemente concentrada e, cuja tendência é o de aumento dessa concentração. Sob esse aspecto, os impactos da expansão e modernização da agricultura sobre a estrutura fundiária foram desprezíveis (WWF, 1995).

Ao discorrer sobre as transformações agrárias no Cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba (MG), área fronteiriça de Goiás, Pessôa (1988), afirma que

as transformações da agricultura nas áreas de cerrado são caracterizadas por dois processos, como reflexos da política de modernização proposta para o país. O primeiro, de expansão da fronteira das áreas efetivamente ocupadas com atividades agropecuárias, vinculado a dois aspectos de ocupação da terra: um com base em grandes empresas rurais, favorecidas pelos incentivos fiscais e outro, com base em colonização oficial ou particular, ligado a pequenas propriedades. Quanto ao segundo processo, ou seja, o de incorporação de nova tecnologia de produção na agricultura de áreas já efetivamente ocupadas, tem como objetivo o aumento da produção e da produtividade e a diversificação de cultivos. Esse segundo processo desempenha um papel importante nas considerações acerca das mudanças agrárias dessa área [...]. Um fator que contribuiu para a expansão do capitalismo na agricultura das áreas do cerrado foram suas características naturais. A topografia plana favoreceu a mecanização e os solos, considerados improdutivos, tornaram-se produtivos com a aplicação de quantidades consideráveis de corretivos e fertilizantes. (PESSÔA, 1988, p. 48).

O Cerrado vai conhecer a modernização agrícola a partir da década de 1970. A região passa a ser um atrativo para a produção de soja, uma vez que nesse período amplia-se a demanda pelo produto nos mercados internacionais. Assim, esse período representa um marco histórico para a agricultura brasileira, através da aliança entre o Estado e a classe dominante rural. É um período histórico, em que o Estado passa a interferir diretamente nas suas formas de organizações e na política agrícola. Assim, o Estado fez investimentos em infra-estruturas, pesquisas agronômicas e programas de crédito especiais. Todas as áreas do Cerrado foram consideradas aptas à produção agrícola, conseqüentemente, 50,6 milhões de hectares de terras foram incorporadas no processo produtivo, com as mais avançadas técnicas de cultivo (LABAIG, 1995).

Já no início da década de 1960, Ferri (1963) explicitou os propósitos e interesses quanto à pesquisa do Cerrado, quando afirmou que os Cerrados Brasileiros, que despertavam o interesse apenas de cientistas, passaram a ocupar a atenção, também, dos homens envolvidos em atividades de imediata importância prática, motivando sua ocupação para o desenvolvimento da agricultura.

O Bioma Cerrado ocupava aproximadamente 22% do território brasileiro, abrangendo cerca de dois milhões de Km², distribuindo-se por mais de dez Estados Brasileiros: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás, Tocantins, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, São Paulo e o Distrito Federal, bem como áreas remanescentes nos Estados do Pará, Roraima e Amapá. Esse bioma compreende áreas entre os paralelos 3° e 24° de latitude Sul e entre 41° e 63° de longitude Oeste, situando-se na porção central do continente Sul-Americano. Foi o segundo maior bioma do país, só perdendo para a Floresta Amazônica, servindo de interconexão com outros biomas nacionais e sua área de ocorrência constitui-se no divisor de águas brasileiro, uma vez que as principais bacias hidrográficas têm seus nascedouros nessa região (WWF, 1995. p. 13), como mostra a Figura 2.

O Cerrado é importante região pecuária, onde fazendas de criação extensiva e de baixa produtividade coexistem com estabelecimentos modernos e eficientes. O crescimento da bovinicultura na região foi substancial, representando, hoje, cerca de um terço do rebanho nacional. Esse crescimento foi acompanhado por um aumento das pastagens plantadas, que passaram de 8,7 milhões de hectares em 1970, para 31 milhões de hectares em 1985, conforme dados da WWF (1995, p. 8).

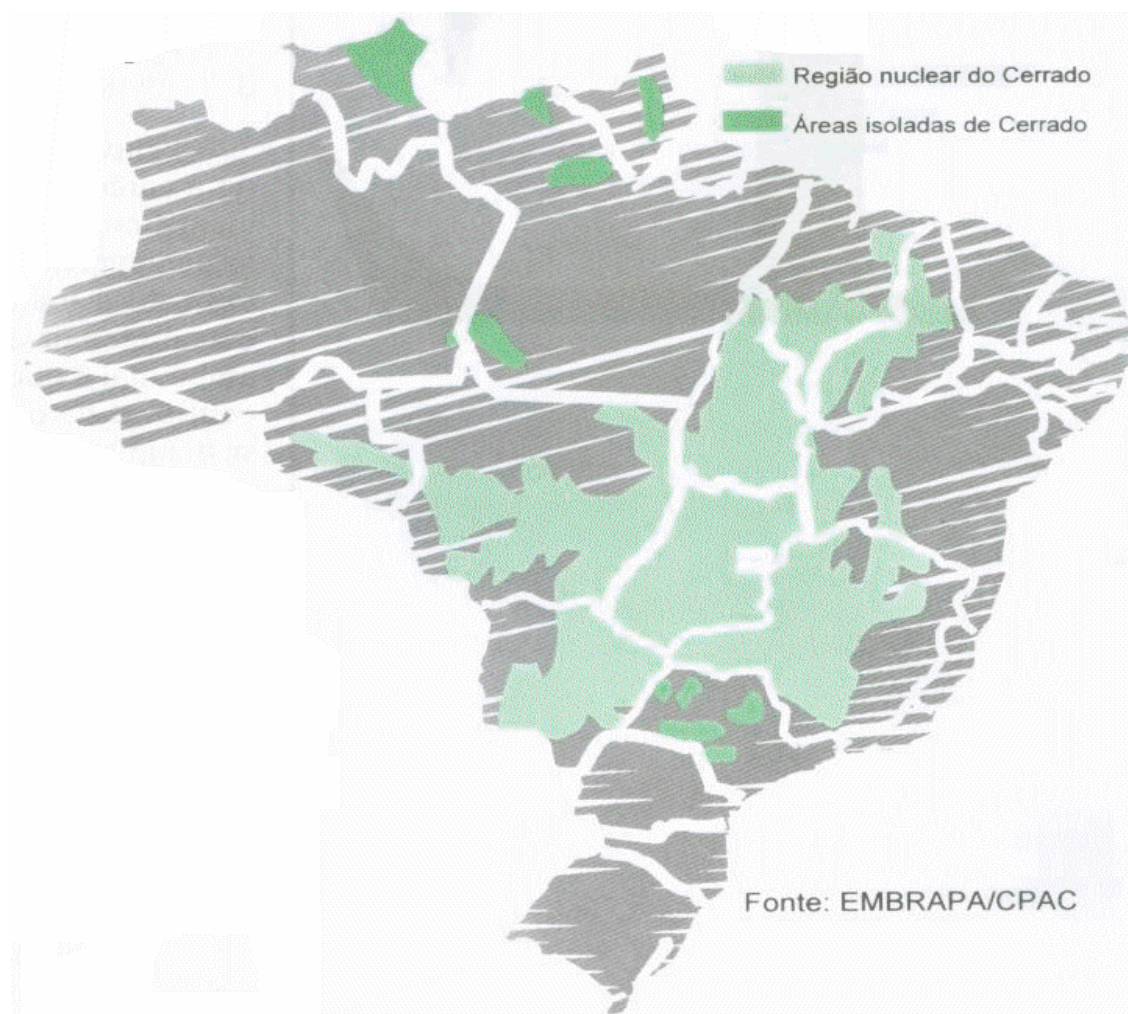


Figura 2 – Abrangência geográfica das áreas contínuas e isoladas do Cerrado no Brasil, antes do processo de ocupação antrópica - 1960. Fonte: WWF (1995).

Essa dinamização da economia regional acelerou os investimentos no setor terciário e na urbanização e, conseqüentemente, aumentou os problemas da estrutura fundiária em Goiás. A valorização dos patrimônios urbanos atraiu grandes parcelas do capital produtivo rural como investimentos especulativos. As atividades agrícolas que exigiam maiores investimentos de capital e tecnologia foram sendo cada vez mais substituídas pela pecuária extensiva de baixo custo. Tal tendência foi reforçada por uma política de subsídios agropecuários elitista, que incentivou o desenvolvimento econômico e social do Estado goiano.

O projeto de colonização se tornou possível através da infra-estrutura viária que permitiu a penetração de uma população rural migrante para o Centro-Oeste e a efetiva integração da região ao comércio nacional, promovendo a valorização das áreas ocupadas. As empresas colonizadoras, representantes do setor privado, promoveram

significativas transformações socioeconômicas e espaciais, a partir de uma política desenvolvimentista definida pelo poder público (ESTEVAM, 2004).

Na década de 1950, foi construída a Rodovia Belém-Brasília, primeira via de ligação que atravessava o Brasil Central no sentido sul-norte. A construção da malha rodoviária nas décadas de 1950 e 1960 favoreceu a periferia meridional, permitindo a evolução da bovinocultura menos extensiva, voltada para o mercado de São Paulo. Já a expansão agrícola das áreas mais ao norte e ao sudeste da região só tomou impulso após 1970. Na década de 1970 houve uma série de projetos governamentais que visavam à integração dos enormes vazios da Amazônia e do noroeste da região Centro-Oeste à economia nacional. A partir desse período, foram construídas várias rodovias-tronco, ligando essas regiões ao Centro-Sul do país (como as BR-020, 040, 060, 158, 163, 262, 267 e 364).

A mudança da capital do país para o Planalto Central, com a construção de Brasília, a partir de 1956, no Governo de Juscelino Kubsticheck, o projeto de integração nacional promovido pela construção de rodovias, interligando Brasília a todas as capitais estaduais, entre 1968 e 1980, integraram a região de Goiás ao tráfego rodoviário, criando condições para a expansão do sistema capitalista. Esses dois fatores foram responsáveis pela expansão agrícola mais recente no Cerrado, resultando, a partir da década de 1970, na expansão da agricultura comercial.

A construção de Brasília apresentou profundas mudanças econômicas e políticas para o Estado, ressaltando a aceleração do ritmo migratório, a ocupação de novas terras, a abertura de estradas, a expansão do mercado, a partir da integração aos centros sulinos, a criação de novos empregos. Soma-se a isso, as mudanças nos hábitos da população, uma produção canalizada exclusivamente para os mercados e uma redefinição quanto ao uso da terra e a lida com a mesma. O sistema de agregamento no cultivo começou a ser alterado, ao mesmo tempo que foram introduzidas as relações impessoais e contratuais de mercado. Entretanto, esse projeto desenvolvimentista incorporou uma parte muito pequena da população agrária, excluindo os pequenos produtores de gêneros alimentícios (CAMPOS, 1987).

O governo federal e os estaduais elaboraram programas e projetos de intervenção, de investimentos em infra-estrutura e/ou financiamento à produção. A partir de 1975, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), os programas federais apresentaram propostas mais objetivas e específicas de planejamento regional. Foi nesse contexto que surgiu o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO),

abrangendo 70% das áreas territoriais dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e 30% das áreas de Goiás e Minas Gerais. Essas políticas agrícolas genéricas criaram as condições necessárias para a expansão da agricultura através da abertura e ocupação da região do Cerrado.

As medidas de incentivo se assentavam no crédito subsidiado e na isenção de imposto de renda sobre as atividades agrícolas. As políticas e os programas governamentais de ação direta sobre a região foram o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), que ofereciam preços mínimos, subsídio a combustíveis para áreas isoladas e o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para as condições de solo e clima da região. O programa investiu na construção de estradas vicinais, eletrificação rural, rede de estocagem e comercialização, associada à infraestrutura básica existente, objetivando a modernização do setor agrícola.

Na produção agrária, foi incentivada a aplicação de várias técnicas de cultivo. Os subsídios do Banco Central viabilizaram o uso do calcário para a correção da acidez dos solos de Cerrado (adequação do pH voltada às práticas de cultivos). Seguem os incentivos para pesquisa e atividades agropecuárias e recursos para investimentos em tecnologia agrária e insumos modernos. O programa foi sustentado de 1975 a 1979, depois desse período, houve constantes cortes orçamentários. Em 1981, o crédito rural foi suspenso. Parte desses recursos foi destinada para investimentos de infra-estrutura e como crédito em projetos agropecuários.

Até a década de 1980, a economia goiana apresentava uma estrutura produtiva deficiente em termos de formação de capital e de infra-estrutura. Segundo Bertran (1988), as relações de troca estabelecidas organizavam-se marginalmente em relação ao mercado nacional, exportando matéria-prima e importando produtos industrializados e, ainda, apresentavam um desigual estágio de fixação da economia de mercado em relação a vários Estados brasileiros. As regiões, primeiramente ocupadas, apresentaram uma maior rigidez de estrutura produtiva, como o Nordeste Goiano, parte do Planalto Brasiliense e outros municípios esparsos, com origens nos séculos XVIII e XIX. Já o Sudeste, o Sul e o Sudoeste de Goiás, em que a ocupação se deu mais tardiamente, a rigidez das estruturas produtivas foi menor.

A fronteira agrícola abriu-se, definitivamente, para o Centro-Oeste, na década de 1980. Com a implantação do POLOCENTRO, houve a drenagem de recursos para o aproveitamento intensivo de extensas faixas de terras, destinadas, anteriormente, à

criação extensiva. No entanto, a expansão da fronteira agrícola no Estado de Goiás propiciou um desenvolvimento de caráter parcial, discriminador e incompleto, considerando que não foi viabilizado o acesso às técnicas, insumos agrícolas e sistemas de crédito aos pequenos e médios produtores rurais (CHAVES, 1998).

O POLOCENTRO foi criado através do Decreto 75.320, janeiro de 1975, sendo considerado o programa de maior impacto sobre a agricultura nas áreas do Brasil Central. Baseado na concepção de pólos de crescimento foi selecionado doze áreas de Cerrado que apresentavam certa infra-estrutura e bom potencial agrícola. As áreas selecionadas receberam recursos para investimentos em melhoria da infra-estrutura. Foi oferecido um generoso sistema de crédito subsidiado para os proprietários que desejassem investir na agricultura. O programa vigorou entre 1975 a 1982. O programa oferecia linhas de crédito fundiário, de investimentos e de custeio. As taxas de juros eram fixadas em níveis reduzidos, sem correção monetária e oferecia, também, longos períodos de carência. Como nesse período, a taxa inflacionária do mercado financeiro era alta, o crédito foi comparado a uma doação para seus usuários.

Segundo Labaig (1995, p. 54, grifo do autor), “o POLOCENTRO foi a **grande mãe** do processo de desenvolvimento capitalista da agricultura” na região dos Cerrados. Os potenciais beneficiários do programa foram os produtores rurais tradicionais (proprietários de médios a grandes estabelecimentos), pessoas físicas ou jurídicas e, ainda, as cooperativas, os órgãos públicos e os empresários que se dedicaram na atividade agropecuária, assegurando a expansão da agricultura comercial no Cerrado. Entre os projetos aprovados, as fazendas com mais de 200ha. (41,32alq.) e as fazendas com mais de 1000ha (206,61alq.) foram os empreendimentos beneficiados.

O programa fixou como meta que 60% da área explorada pelas fazendas fossem cultivadas com lavouras, sendo o restante destinado a pastagens plantadas. No início, o objetivo era incentivar a produção de alimentos. Mas, posteriormente, foram contempladas, também, as lavouras comerciais e as pastagens plantadas.

O investimento no desenvolvimento de tecnologias, que assegurasse o cultivo dos solos ácidos e menos férteis, nas áreas de Cerrado, possibilitou que a atividade se tornasse produtiva e rentável. As tecnologias e as pesquisas desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) estavam voltadas às necessidades dos médios e grandes produtores, às pessoas de certo nível educacional e que gozassem de um espírito empreendedor. É sob esse perfil e, através do crédito subsidiado, que se dá a expansão do plantio de culturas de maior rentabilidade.

Outro programa, que contribuiu para a expansão da agricultura moderna no Cerrado foi o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). Foi através desse programa que os agricultores experientes do Sul e Sudeste do país migraram para a região do Brasil Central. O programa foi implementado a partir de 1978, por meio de acordo de projeto e acordo de empréstimos internacional entre os governos do Brasil e Japão, mas não constituiu um programa governamental, sendo dirigido por executivos brasileiros e japoneses (PEREIRA, 2004).

O PRODECER expandiu-se para Goiás em 1985, oferecendo o crédito supervisionado. Os empréstimos fundiários foram concedidos para cobrir as despesas operacionais (aquisição de equipamentos, tecnologias e de subsistência da propriedade), sendo que o crédito era concedido a taxas de juros reais. Esse programa teve sua maior concentração em Minas Gerais. Em Goiás ficou mais restrito ao entorno de Brasília, gerando um grande impacto na implantação de irrigação por “Pivô Central”.

Tanto o PRODECER quanto o POLOCENTRO promoveram a expansão da atividade agrícola para além de suas áreas de abrangência, principalmente, nas áreas circunvizinhas. A partir de 1980, houve uma certa contenção do crédito rural e eliminação gradativa do subsídio, em função das pressões do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Diante disso, o governo procurou adotar medidas internas que sustentassem as áreas incorporadas na produção agropecuária, como preços mínimos diferenciados para cada região (diferencial de preços criado pelos custos de transporte) e demanda dos produtos cultivados com ajuda do PRODECER, por parte do governo. Segundo o WWF (1995), com base nos programas governamentais, a agricultura comercial constitui uma atividade econômica artificialmente rentável, uma vez que é contemplada por incentivos creditícios.

Nesse sentido, a partir da implantação de novos padrões tecnológicos de produção, o POLOCENTRO promoveu a inserção dos solos ácidos e topografia plana dos Cerrados no circuito da produção nacional e internacional de produtos agropecuários. A ‘abundância’ de terra tornava-a um meio de produção relativamente barato, mas a ‘construção’ do solo, como ‘limpeza’ das propriedades, correção e fertilização para cultivos (os solos apresentam uma fertilidade relativa e elevada acidez para as necessidades das novas culturas) exigiam um investimento de capital considerável. Os financiamentos eram concedidos a investimentos agropecuários de maior porte, como as lavouras comerciais de arroz, milho e soja. Essa política não interferiu de modo homogêneo nas

unidades de produção no Estado de Goiás, assim, não houve as mudanças necessárias que viabilizassem a modernização das pequenas e médias propriedades.

Contudo, a expansão da atividade agropecuária não se deu de maneira igual por todo Cerrado. Destacam-se três regiões que se diferenciavam pelo nível de estruturação da agricultura apresentada. Algumas sub-regiões se caracterizavam por uma agropecuária comercial moderna e, relativamente consolidada, abrangendo todo o Mato Grosso do Sul, sul de Mato Grosso, centro, sudoeste e sudeste de Goiás, Distrito Federal, região do Triângulo Mineiro e oeste de Minas Gerais. Outras regiões, por serem de expansão recente da fronteira agropecuária e apresentarem uma agricultura tradicional, lançavam mão de poucos recursos, podendo ser consideradas, em boa parte, como extensões da primeira região, abrangendo os municípios de Barra do Garça, Nova Xavantina, Canarana e Água Boa, em Mato Grosso e, áreas dos estados de Tocantins, Goiás Minas Gerais, e Bahia. A terceira sub-região foi caracterizada como área de agricultura pouco desenvolvida, com grande parte de seu território, ainda, não incorporado aos estabelecimentos agropecuários, abrangendo os Estados do Maranhão e Piauí e partes de Mato Grosso e Tocantins (WWF, 1995).

As formas de intervenção com resultado mais significativo no Cerrado foram a formação de pastagens plantadas e a lavoura comercial. As lavouras que se destacam na região são soja, milho, arroz, café, feijão e mandioca. A soja foi a cultura que mais se expandiu. A produção de soja era desprezível até a década de 1960, hoje ela representa cerca de um quarto da produção nacional de grãos (WWF, 1995), com expressiva representação na produção do município de Catalão.

O Brasil, na década de 1970, passa a ser o segundo produtor mundial de soja. Até 1972, o país foi importador de óleo de soja, após esse período passa a ser exportador, alterando os hábitos alimentares da população. A soja, a partir de 1960, adquire cada vez mais importância para a agricultura brasileira em seu processo de internacionalização. A soja em Goiás começa a ser produzida a partir de 1969. Contudo, sua expressão comercial ocorreu a partir de 1975, com a venda 'in natura' desse produto para o mercado do Sul e Sudeste do país. Essa cultura se adaptou perfeitamente nos Cerrados do Sudoeste e Sul de Goiás. O eixo Sul/Sudoeste do Estado representou o início da produção e se sustenta como o mais importante pólo de cultivo.

Paralelamente à expansão agropecuária, cresceu o uso de equipamentos e produtos defensivos químicos no Cerrado. Esse modelo de expansão agropecuária, apoiada na mecanização, refletiu sobre a mão-de-obra empregada. Segundo dados do WWF (1995),

entre 1970 e 1985, a área de lavouras expandiu 5,4% ao ano; a área em pastagens plantadas, 8,4% ao ano; o rebanho bovino, 5,5% ao ano; o uso de tratores, 13,6% ao ano; no que se refere à mão-de-obra empregada, o crescimento foi de, apenas, 2,7% ao ano. A expansão agropecuária no Cerrado, apoiada na incorporação de tecnologias numa concepção produtivista, trouxe acentuado aumento no uso de força mecânica e declínio relativo no emprego de mão-de-obra nas atividades agropecuárias.

Atualmente, a ênfase da economia goiana é a produção de grãos, principalmente, soja e milho e, para a produção de leite e carne. O Estado de Goiás ocupa lugar de destaque nessas atividades no contexto nacional. O Brasil dispõe de 15 milhões de hectares de Cerrado agricultável, dos quais 5 milhões estão em Goiás. Segundo dados da SEPLAN-GO (2003), a produção goiana de grão tem crescido acima da média brasileira. A média brasileira nas duas últimas safras foi de 2.570kg/ha, enquanto a produtividade do Estado foi de 3.072kg/ha, ou seja, 19,53% acima da média nacional. Goiás saltou do 6º lugar no ranking nacional em 1995 para o 4º em 2002, perdendo somente para Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Os produtos que mais se destacaram na agricultura foram soja, cana, milho e café.

A soja, no ano de 2002, apresentou uma produção de 5.405.589 toneladas, garantindo a 4ª colocação do Estado, no Brasil. A área colhida foi de 1.902.950ha, já em 1999 foi de 1.333.646ha, registrando um crescimento de 42,68%. Acredita-se que o aumento da produção e produtividade esteja relacionado às boas condições de cultivo (clima e solo favorável), às condições de infra-estrutura de transportes, à tecnologia empregada e à reposição de máquinas e equipamentos. A soja representa 55% da produção goiana de grãos. Segue, a produção dos demais produtos, como o algodão (2ª posição na produção nacional), o milho (5ª posição na produção nacional), a cana de açúcar (7ª posição na produção nacional), o arroz (8ª posição na produção nacional), o feijão e o café. Cabe destacar, ainda, o desempenho de outras culturas, como o sorgo, a laranja e o tomate (SEPLAN, 2003).

O Estado vem apresentando avanços importantes na atividade pecuária, opondo-se à realidade das grandes fazendas de criação extensiva de gado com baixa produtividade, que dominou o Estado até a década de 1980. A formação de pastagens plantadas e melhoradas permitiu o crescimento da bovinocultura na região. A pecuária goiana conquistou avanços importantes, posicionando o Estado entre os maiores produtores brasileiros. O rebanho bovino representa 10,8% do rebanho nacional. O Estado ocupa o 4º lugar no ranking nacional. O rebanho goiano permanece estável desde 1990. A

perspectiva, quanto a esse setor, é o aumento de produtividade mediante a profissionalização e modernização tecnológica da atividade, sem o aumento da área de pastagens (SEPLAN-GO, 2003).

Nesse sentido, a pecuária goiana representa em torno de 50% do valor bruto da atividade agropecuária, expressando sua importância na economia do Estado. Considera-se que o fato mais importante para o desenvolvimento do agronegócio goiano foi o reconhecimento recente, através da certificação internacional, de “Zona Livre de Febre Aftosa”, com vacinação do rebanho, o que veio potencializar, sobremaneira, a exportação da carne bovina.

A produção de leite no Estado, também, apresentou uma trajetória ascendente. A produção de leite goiana cresceu de 11,74% no período de 1999-2001. Goiás se tornou a 2ª bacia leiteira do país. No período de 1998 a 2001, as criações de aves e suínos apresentaram crescimentos significativos. A avicultura cresceu, entre 1999 e 2001, 21,27%. A criação de suínos também se encontra em plena expansão. O crescimento da suinocultura é atribuído à melhoria de investimentos realizados, à ampliação das instalações e ao aumento da produtividade. Todo esse aporte de crescimento decorre da instalação de empresas voltadas ao setor em Goiás, como Perdigão (aves e suínos), Nutrisa (aves), Laticínios (leite e derivados), entre outras.

Nesse contexto, a tendência, com a implantação da modernização das propriedades/produção, foi o aumento dessa concentração, promovendo o agravamento dos problemas sociais que essa região enfrenta através do aumento da concentração da propriedade e da renda. Em razão dos aspectos apresentados, destaca-se o caráter conservador, excludente e concentrador da modernização agrícola (MENDONÇA; THOMAZ JÚNIOR, 2003). A compreensão dos conceitos sobre a questão agrária e a questão agrícola torna-se importante para a análise do processo de modernização da agricultura brasileira. Para Graziano da Silva (1990),

[...] a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz. No equacionamento da questão agrícola, as variáveis importantes são as quantidades e os preços dos bens produzidos. Os principais indicadores da questão agrária são outros: a maneira como se organiza o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais; a produtividade das pessoas ocupadas no campo. (SILVA, 1990, p. 11).

Diante do caráter da modernização agropecuária em Goiás, torna-se importante ressaltar a essência estrutural desse processo. Segundo Graziano Neto (1986),

quando se fala em modernização da agricultura, geralmente, prevalece a tendência em reduzir esse processo apenas aos aspectos relacionados às modificações ocorridas na base técnica da produção, na substituição das técnicas agrícolas, tradicionalmente usadas por técnicas ‘modernas’, como o burro pelo trator, o estrume pelo adubo químico, a enxada pelo arado. Ou, ainda, é analisada, somente, a partir da evolução dos índices de utilização das máquinas e dos vários insumos agropecuários (análises das transformações técnicas).

No entanto, os novos conhecimentos técnico-científicos, destinados ao setor agrícola, refletiram na produtividade do trabalho e, também, nas relações sociais de trabalho. Os proprietários das fazendas foram substituindo, gradualmente, as relações de trabalho como a parceria, o arrendamento (expulsando os agregados) e incorporando a utilização do trabalhador volante (o bóia-fria). A forma de pagamento se torna cada vez mais assalariada e a organização da produção segue os modelos empresariais. O meio urbano, o mercado consumidor e de insumos agrícolas, as inovações tecnológicas orientam as condições da produção agropecuária.

Dessa forma, o meio urbano, gradualmente, responde às modificações em curso. A dinâmica populacional, através dos movimentos migratórios, contribuiu para o crescimento da população do Estado. A Tabela 1 apresenta esses dados. Bueno (2000) observa que os períodos de análise são diferentes (1970-80; 1980-91; 1991-96; 1996-2000) em decorrência dos diferentes anos censitários.

Tabela 1 - Estado de Goiás
Evolução absoluta e relativa da população - 1960 -2000

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	PERÍODO	CRESCIMENTO	
			CRESCIMENTO RELATIVO	TAXA GEOMÉTRICA CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL
1960	1.917.460	-	-	-
1970	2.933.024	1960-1970	52,96%	5,29%
1980	3.859.602	1970-1980	31,59%	3,15%
1991*	4.018.903	1980-1991	9,60%	0,96%
1996	4.501.538	1991-1996	8,92%	1,78%
2000	5.003.228	1996-2000	8,99%	2,24%

Fonte: Censos Demográficos: FIBGE - 1960, 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000. Org. MENDES, E. P. P.

Nota - * No ano de 1988, Goiás foi dividido com a criação do Estado do Tocantins, motivo da variação dos percentuais de crescimento.

Verifica-se que a população do estado apresentou um crescimento regular e decrescente, com uma média anual de crescimento geométrico de 2,24 % entre 1996 e 2000. Observa-se que na década de 1970 e 1980 houve um considerável incremento populacional, respondendo ao dinamismo da atividade agropecuário em curso. Após esse

período, a concentração e centralização dos recursos refletem sobre a dinâmica da população.

A reordenação da dinâmica econômica do Estado goiano/local faz parte do processo de expansão da dinâmica nacional, revelando os impactos das transformações orientadas pela política mundial de financeirização da economia sobre as estruturas mais frágeis e vulneráveis da sociedade. O conteúdo ideológico/prático do projeto de expansão se reproduz, gradativamente, através das políticas de integração do mercado nacional. As diferenças quanto ao grau de intensidade e de abrangência dos problemas sociais, agravados pela precarização das relações de trabalho, são creditados às particularidades locais inerentes a cada região. Nesse sentido, a pequena produção rural local/regional, com suas particularidades e especificidades, refletem a essência da estrutura espacial da economia nacional. O agravamento das condições de vida de produtores rurais, assentado no trabalho familiar, reproduz parte desse mesmo processo.

4.2 A importância da Lei de Terras para Goiás

A localização geográfica, a falta de atrativos econômicos para os colonos que se estabeleceram no Brasil, a partir do século XVI, e a precariedade dos meios de transportes e comunicação justificam o estabelecimento da estrutura fundiária assentada na grande propriedade extensiva em Goiás. Soma-se a esses fatores os estatutos que regulamentaram a posse da terra, como o Regime Sesmarial e, posteriormente, a Lei de Terras. O estatuto de 1893 favoreceu a legitimação das posses, a partir das necessidades de expansão de seus ocupantes.

A política de terras, iniciada em Goiás, após a publicação do Regulamento 1.318, de 30 de janeiro de 1854, apresentou poucos efeitos práticos durante todo o período imperial. Na região, predominava a posse, sendo considerada quase o único título de propriedade, e estas, muitas vezes, poderiam ser legitimadas. Alencar (1993) coloca que o Presidente da Província, Dr. Antero Cícero de Assis (em 1857) não possuía muitas informações, na capital, sobre a situação do município. Tanto as autoridades locais, provinciais como do Governo Central, desconheciam a realidade da situação fundiária nesse Estado.

Em 1850, foi criado o Registro Paroquial ou Registro do Vigário (Art. 13) como instrumento precário de cadastramento fundiário. Os párocos eram encarregados

de elaborar esse registro de terras nos chamados Cartórios Eclesiásticos. Tais registros não conferiam direitos jurídicos sobre a terra, porém em função da distância das áreas de monocultura de exportação, esse procedimento passou a constituir um meio legal de legitimação das posses. Em Goiás, os trabalhos de registros iniciaram-se em 1º de outubro de 1856 e encerraram-se em 1º de abril de 1860.

A falta de informações sobre as terras públicas e de uso particular impediu a demarcação das propriedades em Goiás, não havendo, também, a venda de terras devolutas em hasta pública. Para Alencar (1993), o desinteresse dos proprietários em adquirir mais terras através da via legal, o alto preço dessas terras (geralmente, acima dos preços de mercado), a ausência de fiscalização por parte das autoridades provinciais e do Governo Central e as dificuldades técnicas comprometeram a venda de terras públicas em Goiás. A Lei continuava sendo burlada e as terras devolutas simplesmente ocupadas, a partir das necessidades de expansão das atividades praticadas.

Em 1891, a responsabilidade sobre as terras devolutas situadas nas províncias foi transferida para os Estados da União. Na Capitania de Goiás, foi publicada a Lei de Terras n.º 28, de 19 de julho de 1893. Em 1897, esta Lei foi substituída por outra de n.º 134, de caráter mais minucioso, tendo longa vigência, mesmo sendo constantemente ignorada nos aspectos que comprometiam os interesses dos grupos representados pelo poder do Estado.

A Lei n.º 28, de 19 de julho de 1893, baseou-se na Lei de Terras de 1850, em que determinava que as terras devolutas, pertencentes a Capitania, fossem vendidas em hasta pública ou fora dela. Como o Governo local não tinha condições de assumir as despesas de medição, divisão e demarcação dos lotes - foi determinado que essas ficassem por conta do comprador. Quanto à compra, poderia ser feita à vista ou a prazo (Art. 5º, 6º, 7º e 8º), sugerindo uma diferença importante em relação à Lei de 1850, que estabelecia a venda à vista. Em Goiás, o Presidente da Província estava interessado na captação de recursos advindos da venda das terras devolutas, enquanto o governo imperial, representando os interesses dos cafeicultores do Rio de Janeiro, procurou impedir o acesso fácil do imigrante à propriedade. Esses fatores refletiram, sobremaneira, na estrutura social estabelecida na Capitania (ALENCAR, 1993).

Na opinião de Aguiar (2003), a venda de terras, em hasta pública, favorecia as pessoas que oferecessem mais dinheiro pela terra, em detrimento aos que já a ocupassem efetivamente. Quanto às posses, a Lei determinava que seriam legalizadas as posses mansas e pacíficas adquiridas por ocupação primária e registradas segundo o

regulamento n.º 1.318 (Art. 15). A legitimação das posses ocorria somente quando não tivesse nenhuma oferta de compra dessa mesma terra, restando a Capitania a opção de legalizar a pequena propriedade. No caso, a Lei Estadual conferia o valor de título ao Registro Paroquial, o que não era permitido pela Lei Imperial de 1854 - o Registro tinha fins, apenas, estatísticos e não conferia nenhum direito aos possuidores (Regulamento 1.318 - Art. 94).

A legitimação das posses foi limitada a uma área correspondente a seis quilômetros quadrados (Art. 15, § 1º), enquanto as terras devolutas a serem vendidas chegavam a 150km², conforme o sistema de prioridades estabelecido. Dessa maneira, a Lei favorecia a classe dominante, que poderia adquirir terras ou ampliar suas propriedades. Essa ocupação ocorria com a expulsão dos primeiros ocupantes da terra, que nela moravam e trabalhavam. Alencar (1993), com base nos Registros Paroquiais encontrados na Procuradoria Geral do Estado, afirma que mais de 80% das propriedades, em Goiás, excediam ao limite de áreas estabelecido por Lei.

A Lei nº 28 de 1893, não apresentava claramente a definição dos terrenos com direito à revalidação ou legitimação (Art. 14 e 15). Nas áreas onde se praticava a agricultura, era fácil a definição de cultura efetiva. Mas a Lei, ao determinar que as pastagens fossem equiparadas à cultura efetiva e, uma vez que nas áreas de campos existam currais e casas de telhas para moradia, dificultou o processo de reconhecimento das propriedades para legitimação. Isso porque as pastagens, para a pecuária extensiva, excedem às áreas em torno da sede da fazenda. As ocupações eram feitas, sobretudo, pelos grandes proprietários que estavam preocupados em constituir uma reserva de terras suficiente para as futuras espoliações hereditárias. Para assegurar o direito das posses, o ocupante doava uma parte para uma paróquia ou comarca na vizinhança, buscando aliados, e/ou empregava um bando particular de jagunços.

Essa Lei de 1893, também, determinava o privilégio de inviolabilidade e indivisibilidade para os estabelecimentos rurais de tamanho inferior a 12Km², sob o título de patrimônio alimentício familiar. No entanto, várias propriedades foram legitimadas, apresentando apenas a metade desta medida, considerada o limite.

Diante dos pontos falhos da Lei em vigor e da necessidade de organizar, detalhadamente, a questão fundiária, em 23 de julho de 1897 foi decretada uma nova Lei de Terras para Goiás, a Lei nº 134. Um dos incrementos apresentados foi conceder o privilégio de terras para a pecuária (Art. 23, 24 e 25). O incentivo à atividade pecuária mostra a importância que essa atividade representava para Goiás. As terras devolutas

poderiam, também, ser concedidas gratuitamente a empresas de colonização. As terras e benfeitorias reverteriam para o Estado no fim de um prazo máximo de 60 anos (Art. 26, § 4º). A Lei nº 134 apresentou todos os detalhes legais e técnicos referentes à medição e demarcação de terras, regulamentando os diversos aspectos da questão fundiária na Capitania de Goiás.

A Lei Estadual nº 134 divergia, fundamentalmente, da Lei Imperial nº 601 (Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra), ao apresentar a possibilidade de concessão gratuita de terras. A possibilidade do acesso das pequenas propriedades em Goiás não comprometia a mão-de-obra para as fazendas, como acontecia com os cafeicultores do sudoeste paulista em 1850. Assim no território goiano, a questão fundiária tornou-se um meio de aumentar as rendas públicas, através da venda e da exploração das terras ou pela cobrança de impostos.

Um dos fatores que impedia a regulamentação das propriedades goianas era o custo das tarefas de medição que, geralmente, excedia o preço do terreno e, também, os interesses da classe dominante local que se dedicava, geralmente, à pecuária extensiva. A exigência de legalização da propriedade fundiária representava um obstáculo à continuação da prática de apossamento. Essa situação revelava a incapacidade do Governo Imperial de fiscalizar a aplicação de suas políticas de terra e, conseqüentemente, as usurpações, as fraudes e as rivalidades continuaram a fazer parte da história agrária de Goiás.

A política de terras em Goiás beneficiou a classe latifundiária que, em sua maioria, havia obtido suas terras ilegalmente. A venda de terras, em hasta pública, efetivada a partir do maior lance, prejudicou àqueles que já cultivavam a terra - os chamados ocupantes. Nesse sentido, as práticas advindas da Lei de Terras, também, impediram o acesso legal de terras para os pequenos produtores, em geral o morador e o agregado. Em conseqüência, acentuou o desenvolvimento de um modelo concentracionista da propriedade fundiária, assentado na pecuária extensiva.

4.3 A conversão da economia rural agrária em economia urbana em Goiás (século XVIII ao XX)

Dentre as várias suposições, acredita-se que a ocupação/colonização de Goiás não teve, como móvel preponderante, apenas a exploração de ouro. Os seus exploradores iniciais, por volta de 1726 a 1770, lançaram mão de várias competências, como as atividades agrícolas, os criatórios e arregimentação e organização de mão-de-obra indígena em sua região de origem. Esses descobridores de Goiás eram oriundos da Vila Parnaíba e de Pitangui (MG). Os colonos migraram para as terras ‘virgens’ do território goiano, escolheram as terras mais férteis, tomando-as dos indígenas. Em um segundo momento, solicitavam o reconhecimento das autoridades régias sobre suas posses sesmarias, como se as mesmas fizessem parte de uma posse ‘mansa’ e ‘pacífica’ e sem prejuízos de terceiros.

Os colonos levavam de um a cinco anos para estabelecer seus marcos de posse, realizando construções de moradias rudimentares, roças de mantimentos e outras estruturas necessárias à sua fixação. A obtenção dos títulos³⁰ (Cartas de Sesmarias) assegurava o sustento para as suas numerosas famílias e para o cativo indígena. A Legislação das Sesmarias, a exemplo das demais regiões brasileiras, permitiu a ocupação do Centro-Oeste. Silva (1995) afirma que esses colonizadores, dos territórios centrais do Brasil, eram radicados em São Vicente (SP), homens de origem européia, principalmente portuguesa. Eram conhecidos e temidos pela sua experiência em expedições pelas várias regiões brasileiras (agentes da penetração), fazendo-se notar pela específica atuação na preia dos índios brasileiros, conjugada com a tomada de suas terras.

O início da ocupação das terras e do povoamento de Goiás ocorreu nas primeiras décadas do século XVIII, com a introdução da exploração do ouro, como atividade principal. Já em 1780, essa atividade encontrava-se em decadência. A população local, que não retornou para o litoral, dedicou-se a uma agricultura de subsistência e à formação das grandes fazendas para prática da pecuária extensiva.

Essa atividade era a mais viável economicamente para a região, por exigir, apenas, pastagens naturais, pouca mão-de-obra, instalações rústicas e reduzido investimento de capital. Os primeiros núcleos populacionais de Goiás foram constituídos

³⁰ As Cartas de Sesmarias eram concedidas pelos Capitães gerais e Governadores das Capitanias, posteriormente reconhecida pelo rei e o seu Conselho Ultramar, desde que cumprida todas as exigências de regularização. Eram documentos jurídicos legítimos que auferiam o direito de posse. Essa Instituição foi criada em Portugal em 1375, pelo Rei D. Fernando (SILVA, 1995).

por duas frentes colonizadoras, uma pelo sul, através dos bandeirantes paulistas que atravessaram o Rio Paranaíba e outra pelo norte, formada pelos migrantes da Bahia, Pará e Maranhão, que subiram pelo vale do Rio Tocantins.

A decadência do ciclo da mineração desencadeou fluxos e refluxos de correntes migratórias e de capital em escravos. O campo começa a ser povoado e as vilas despovoadas, sugerindo uma herança do sistema mercantil colonial, em que a decadência do sistema mercantil possibilitou o surgimento de uma nova economia agropecuária. Em Goiás, começou a produção de uma diversificada quantidade de produtos agrícolas exportáveis, fortalecendo as atividades comerciais. Para Bertran (1988), os interesses mercantis uniam-se à produção agropecuária, criando um sistema econômico verticalizado e concentrado nas mãos de um pequeno número de comerciantes e capitalistas. Essa situação desencadeou violentos conflitos entre comerciantes portugueses ‘adotivos’ e brasileiros ‘nativistas’, caracterizando o fim do Primeiro Império.

Os colonizadores tinham consciência de que o ouro representava um bem finito e a terra era um bem permanente. Prova disso, assenta-se no número de requerimentos e concessões de sesmarias expedidas nesse período, negando a visão tradicional de que, nessa fase inicial, a terra não teria valor. Para os colonizadores tinha valor, ainda que não refletisse o peso que tem hoje. Assim, Silva (1995) faz a o seguinte questionamento:

Então como explicar a posse de mais de uma gleba de terra por um mesmo sesmeiro, sendo que este obteve não apenas meia légua de terra por gleba como determinava um alvará disciplinador da concessão de terras em áreas minerais de 1732, e sim glebas com dimensões que oscilavam de duas a três léguas em localidades diferentes? (SILVA, 1995, p. 198).

A transição da economia mineradora para a agropecuária representa a inserção de Goiás ao sistema capitalista em desenvolvimento. Tais mudanças refletiram, também, na natureza do trabalho escravo empregado na mineração. A atividade motora dos espaços sub-regionais passa a ser, num primeiro momento, a agricultura e, posteriormente, a pecuária. A pecuária, considerada o setor produtivo de exportação, possibilitou as trocas intra-regionais em face de ser uma mercadoria auto-transportável, que abastecia marginalmente os sertões da Bahia e de Minas Gerais. Essa atividade não se desenvolveu na intermediação urbana, devido à extensão do espaço rural, o que proporcionou o desenvolvimento do escambo mercantil entre as fazendas.

As atividades agrícolas foram responsáveis pelas trocas intra-regionais e pela economia de subsistência, onde prevalecia o mercantilismo em todas as relações. O dinamismo desse setor agrícola agilizou a transformação socioeconômica entre a mineração e a pecuária. A produção agrícola promoveu a substituição das antigas importações de café, algodão, açúcar, arroz, aguardente e trigo. Desenvolveu-se, também, o setor artesanal para a transformação desses produtos, como a fiação, a tecelagem e os engenhos de cana-de-açúcar. Essas ocupações eram domésticas e secundárias e faziam uso de baixos recursos técnicos.

Em Goiás, a economia agrícola surge como um regime de transição entre a economia mineradora e a economia de exportação pecuária. A produção agrícola, tanto a comercial como a de subsistência, era destinada ao mercado inter-regional. A relação entre preço e custo de transporte dificultava a expansão mercantilista para outras regiões. No decorrer do século XVIII, os cuidados com a propriedade deixaram implícita sua preocupação em função da economia aurífera. No período posterior, não ocorreu os mesmos cuidados legais quanto à propriedade fundiária nas antigas regiões de mineração.

O acelerado processo de decadência da mineração fomentou uma rápida apropriação primária do espaço rural no Centro-Oeste. As atividades econômicas praticadas em Goiás, no século XIX, eram pouco expressivas, não havia um controle rigoroso da Coroa Portuguesa sobre a legitimação das posses. A maioria das sesmarias requeridas no século XVIII não cumpria as normas processuais vigentes exigidas pela Coroa. Havia estabelecimentos adquiridos através de concessões provisórias dos Governos locais. Geralmente, isso ocorria porque as demarcações legais das sesmarias impediam os fazendeiros de ultrapassar os limites legais de suas propriedades (BERTRAN, 1988).

Nas regiões não ocupadas com a lavoura de exportação, havia a possibilidade do apossamento puro e simples, dispensando qualquer formalidade. Geralmente, essas regiões, em função da distância da área litorânea, não interessavam aos senhores. Assim, a interiorização do povoamento assentou-se na posse. A atividade econômica predominante nessas regiões era a pecuária extensiva. As dificuldades com a burocracia da Coroa fomentaram a ocupação de grandes áreas. Posteriormente, a legalização dessas propriedades foi feita “através de ‘brechas’ na legislação: os cartórios locais aceitavam, por exemplo, os contratos de compra e venda dessas terras, que se tornavam, desta forma, **legalizadas**.” (ALENCAR, 1993, p. 25, grifo do autor).

Em meados do século XIX constatou-se a existência de muitas concessões de terras feitas em Goiás. A maioria dos moradores/fazendeiros tinha

estabelecido uma ocupação antiga e possuía, apenas, concessões feitas pelos antigos Governadores-Gerais, Capitães-Donatários, Provedores, dentre outros funcionários. Esses fazendeiros se apropriaram de áreas que não podiam cultivar, o que resultava em uma vizinhança separada por três a cinco ou mais léguas de distância, tornando comum a presença de taperas e propriedades totalmente abandonadas, desrespeitando o princípio básico da ocupação - o aproveitamento do solo. Todas essas particularidades justificam o rápido processo de ocupação fundiária de Goiás e, principalmente, a grande concentração fundiária e de capitais (recursos) que marcaram a sua história.

As dificuldades de exercer um controle efetivo sobre a apropriação/demarcação das propriedades propiciaram os abusos, como o tamanho excessivo dessas propriedades, impedindo que o requerente explorasse toda sua posse; a concentração de várias propriedades nas mãos de uma só pessoa, que requeria em seu nome, no de sua esposa e no de seus filhos, em datas e lugares diferentes e a compra e venda das terras doadas, herdadas ou apossadas, tornando-se um negócio lucrativo.

A decadência econômica em Minas Gerais e no Nordeste Brasileiro, regiões associadas a uma forte expansão demográfica e de ocupação antiga, fomentou contínuos deslocamentos populacionais para o Centro-Oeste, contribuindo para a ampliação do sistema econômico agrícola, pecuarista e comercial, desde o começo do século XIX. Em Goiás, as povoações que surgiram nesse período foram as de São Vicente do Araguaia (Araguatins), Pedro Afonso e Piabanha (Tocantínia) no norte, atual Estado do Tocantins e, nas áreas meridionais, Abadiânia, Bela Vista de Goiás, Capela dos Correias (Orizona), Santa Rita do Pontal (Pontalina), Corumbáiba, Pouso Alto (Piracanjuba), Porto de Santa Rita (Itumbiara), Abadia do Paranaíba (Quirinópolis) e São Sebastião da Pimenta (Itarumã). O aumento do número de fazendas é resultado da questão demográfica (espólio hereditário), das migrações e, sobretudo, do desenvolvimento da economia agropecuária.

Pessoa (1999) coloca que o desenvolvimento da atividade pecuária desencadeou uma intensa concentração de terras. Nesse contexto de ocupação da Província goiana, não existia um mercado consumidor de produtos alimentícios, a sociedade se caracterizava por uma economia rural. Somente a grande fazenda tinha condições de comercializar os seus excedentes (o gado era o principal produto). Essas propriedades eram compostas de um pequeno exército de sitiantes, vaqueiros, camaradas e jagunços vinculados ao proprietário por uma relação de dependência. O proprietário era a expressão de um coronel que centralizava e privatizava todos os poderes locais.

A política coronelística envolvia os diversos níveis de poder (federal, estadual e municipal). O coronel colocava-se enquanto mediador entre as instituições políticas e a população interiorana. Pessoa (1999) ressalta que, nesse período, o atraso era a forma privilegiada de controle. De um modo geral, supõe-se que as características essenciais do coronelismo em Goiás se estruturava no predomínio da vida rural sobre a urbana, na grande propriedade auto-suficiente, na produção de subsistência, na falta de meios de comunicação e na dispersão e isolamento da população goiana.

Os políticos goianos eram acusados de impedir o progresso em Goiás. Para Campos (1987) o lema era ‘quanto pior, melhor’. O baixo desenvolvimento econômico e cultural era a garantia de posse para os coronéis goianos. E assim, o atraso aconteceu não somente pela falta de recursos para financiar o desenvolvimento,

[...] mas principalmente, pela consciente barreira ao progresso que os principais chefes políticos estaduais formaram é que Goiás se manteve pobre, isolado e atrasado durante todo o período, situação essa que era garantia da manutenção do mando e do domínio imposto ao Estado e sustentado graças ao controle de toda a engrenagem política. (CAMPOS, 1987, p. 65).

A sociedade estruturada não apresentou uma rígida estratificação social, comparada às áreas litorâneas. A organização da produção assentava-se na relação entre o fazendeiro e os lavradores, a renda era destinada aos primeiros. A pecuária extensiva assegurou a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Os agregados recebiam uma parte das crias do gado, que cuidavam, como forma de pagamento (geralmente, era um bezerro a cada quatro, cinco, seis ou mais que nasciam). Segundo Brandão (1981), os vaqueiros vendiam o gado que recebiam para o próprio fazendeiro, cobrindo as compras feitas nos barracões das fazendas.

O revigoramento da ocupação e povoamento de Goiás deu-se com a expansão do transporte ferroviário pelo Triângulo Mineiro. Em 1917, os trilhos da Companhia Paulista chegaram às margens do Rio Grande, na fronteira entre os estados de Minas Gerais e São Paulo. A companhia construiu portos e estradas de terra o que facilitou o intercâmbio entre Goiás e Minas Gerais com São Paulo.

Até 1910, a agricultura goiana voltava-se às necessidades do autoconsumo local. O gado bovino representava uma das principais fontes de renda. O sul de Goiás contribuía com a exportação do fumo. À medida que ocorria melhoria dos meios de transporte dava-se a diversificação e o aumento da produção. O transporte de mercadorias em todo o sul de Goiás fazia-se em carros de bois e tropas de muares. Até a década de 1920, a ferrovia estendia-se por um pequeno trecho (176Km em território

goiano), da margem direita do Rio Paranaíba à margem esquerda do Rio Corumbá. Em 1921 deu-se a retomada dos trabalhos de construção da Estrada de Ferro Goiás. Segundo Bertran (1988), apenas os municípios de Catalão, Ipameri e Corumbá eram cortados pelos trilhos da Goiás Railway. Essa pequena área exportava arroz, boi gordo, fumo, charque, couro, suíno, toucinho e borracha.

Campos (1987) afirma que Goiás, em 1920, era um Estado agrário por excelência, não somente pela atividade pecuária, principal atividade econômica do Estado, mas também pela concentração da população na zona rural, 81,8% da população dedicava-se à atividade primária (agropecuária, mineração). E, apenas, 13,9% da população total do Estado tinha terra. O autor coloca que, pelo recenseamento de 1920, a terra em Goiás tinha pouco valor comercial (uma das mais desvalorizadas do Brasil), mas tinha o seu valor e sua posse indicando uma forma de domínio, uma presença do fazendeiro na política goiana.

[...] O Estado de Goiás tem uma inexpressiva população, dispersa em um vasto território (660.193km²); com uma grande maioria dela habitando no campo e com uma pequena parcela residindo em pequenas cidades ou em vilas - não se podendo, então, falar em meio urbano em Goiás, na época. Em vista disso, e pelo que tem sido descrito na literatura do poder local, que quase sempre coloca a variável urbanização como básica na superação de uma cultura política tradicional e da política coronelística, pode-se inferir que esta situação descrita vai facilitar o controle e a subordinação política da população goiana. (CAMPOS, 1987, p. 37).

A distância de Goiás em relação aos principais centros importadores onerava sua produção, inviabilizando sua comercialização. Geralmente, seus produtos encontravam mercado em ocasiões de demanda excepcional, como durante a guerra. Acrescenta-se o elevado custo do dia de trabalho pago às diversas empreitadas, que chegava a ser superior ao preço da terra, dificultando a continuação do processo produtivo agrícola, assentada no assalariamento, o que reforçava os mecanismos tradicionais de parceria e camaradagem, enquanto relações de trabalho predominantes no território Goiano. Para Estevam (2004), as relações socioeconômicas em Goiás, durante as primeiras décadas do século XX, permaneceram nos trâmites tradicionais até a década de 1960. A valorização das terras surge como reflexo da implantação das ferrovias que davam acesso a São Paulo, possibilitando a ampliação da demanda agrícola.

Em 1907/1912 a população goiana ia de 378.000 a 428.000 almas. Em 1920 atingia 512.000 habitantes. Nos vinte primeiros anos do século XX aumentara precisamente em 100%. Lentamente modificava-se o panorama regional goiano, gerado durante todo o século XIX a partir das fronteiras do Estado. De 1872 e antes até 1930 e além, as principais regiões em população do Estado seriam as de Catalão (extremo sul) e de Tocantinópolis (extremo norte) secundadas por Formosa, Itumbiara, e Morrinhos, regiões que atuavam como bolsas coletoras a um processo de migração por contigüidade, a partir das fronteiras de Minas, do

Maranhão e da Bahia. Imigração tipo rural-rural, ocupando os vazios deixados nas regiões fronteiriças de Goiás. (BERTRAN, 1988, p. 80).

O avanço da fronteira agrícola do Sudeste promoveu o crescimento e especialização da agropecuária em Goiás, a partir das primeiras décadas do século XX. A implantação de uma infra-estrutura de transporte, as mudanças político-institucionais após 1930 e a construção de duas capitais (Goiânia e Brasília) deram sustentação para a expansão da fronteira agrícola no Estado. Apesar da aparente autonomia da economia goiana, a especialização da produção agrária estava diretamente vinculada à demanda criada pela economia paulista, que fornecia produtos primários e representava um mercado para os produtos de uma indústria emergente (BORGES, 1996).

Goiás passou a substituir as rotas comerciais nordestinas integrando-se ao mercado brasileiro como produção marginal, em que o fator de produção mais atrativo era a própria terra. O sistema produtivo era pouco diversificado, apoiando-se na produção de arroz e na criação de gado. A construção de Goiânia, na década de 1930, e a divulgação política agrária de uma 'Marcha para o Oeste', aceleraram o processo de reorganização espacial. O projeto de colonização agrícola nacional de Goiás deixou marcas na estrutura local. A expansão do povoamento foi muito menos acentuada nas zonas centrais e ao norte do território goiano (ESTEVAM, 2004).

A integração de Goiás ao circuito do mercado brasileiro apoiou-se no sistema exportador ferroviário. Em 1935 chega até Anápolis a Estrada de Ferro Goiás, trazendo à região as demandas paulistas por produtos alimentícios, auxiliada por duas outras ferrovias - a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, que chegava até Barretos (SP), e a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, que ligava Campinas (SP) a Araguari (MG). A rede ferroviária proporcionou estreitamento da articulação inter-regional com São Paulo, convertendo o Triângulo Mineiro em entreposto mercantil e, ainda, incrementou a urbanização e fomentou a produção agrícola comercial, embora não tenha eliminado as relações tradicionais de trabalho. No entanto, o seu impacto sobre a expansão agrícola na região foi limitado, pois não se criou um sistema de estradas alimentadoras que permitisse a circulação interna da produção. Assim, a região manteve-se como fornecedora de gado de engorda até o início da década de 1950.

Com a construção das rodovias ocorreu a integração regional, possibilitando a formação de um complexo urbano/rural, que passou a consumir os excedentes agrários através do setor mercantil. O crescimento do comércio regional criou suportes para que a renda agrária passasse a ser absorvida pelo setor urbano. A partir da

década de 1920, foram implantadas medidas de natureza fiscal, dificultando as exportações de grãos *in natura* e um surto de máquinas de beneficiamento possibilitou a emergência de um pequeno setor industrial de produtos primários.

O dinamismo do processo de ocupação de Goiás possibilitou a conversão da economia rural agrária em economia urbana de base agrária. A crise internacional de 1929 promoveu a organização da produção, tendo como base uma economia primário-exportadora. Goiás foi, gradativamente, incorporado ao processo produtivo nacional, como fornecedor de gêneros alimentícios e matérias-primas e, principalmente, como absorvedor de excedentes populacionais de outras regiões do país.

Na região do município de Catalão as questões fundiárias não são e nem foram diferentes do contexto estadual. A ocupação se deu pela expansão de grandes fazendas para a criação extensiva de gado bovino, com baixo aproveitamento econômico das terras, que foram sendo esfaceladas pela cadeia vintenária. Recentemente, com a implantação de inovações na base técnica da agricultura, ocorreu novamente a concentração das terras, agora nas mãos de grupos empresariais que cultivam a terra para a produção de grãos, visando a exportação, em um processo crescente de exploração dos recursos naturais e humanos e, ainda, contribuindo para a expulsão do homem da terra e, assim, eliminando as condições para a produção familiar tradicional.

4.4 As transformações agrárias e a concentração fundiária em Catalão

As transformações do espaço agrário no município de Catalão são compreendidas como parte de um processo geral que vem ocorrendo no Brasil e no estado goiano e esse processo, a partir da década de 1980, propiciou a intensificação da concentração fundiária no município. A modernização da agricultura, entendida como um processo de mudanças de sua base técnica e das relações sociais de trabalho, fomentou a inserção do município no circuito de acumulação capitalista. O incremento de novas técnicas de produção e de equipamentos, no setor agropecuário, resultou na elevação da produção e da produtividade do trabalho. Paralelamente a essas mudanças assistiu-se à concentração da propriedade fundiária e a liberação de mão-de-obra familiar do meio rural.

As novas formas organizacionais e produtivas na agropecuária catalana surgiram como resultado da expansão da fronteira agrícola. Vivenciou-se, na década de 1980, com a expansão da soja nas áreas de chapada (relevo plano) do município, as bruscas

transformações espaciais. As áreas que apresentavam predomínio de vegetação natural e pecuária extensiva foram, num pequeno intervalo de tempo, modificadas. Carvoeiros se instalaram por meses nessas áreas de fronteira agrícola. As propriedades foram ‘limpadas’ cedendo lugar a uma nova paisagem. A produção de soja se expandiu pelas áreas do Cerrado, ganhando proporções consideráveis. As pastagens naturais foram substituídas pelas pastagens plantadas com outras variedades de forrageiras, os solos receberam uma cobertura de calcário. A vegetação de troncos tortuosos foi, gradativamente, eliminada.

As políticas agrícolas e programas governamentais, de ação direta sobre a região, criaram condições para inserção capitalista do espaço no Cerrado, como o crédito subsidiado e a isenção de imposto de renda sobre atividades agrícolas. Sobremaneira, destacam-se o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional (PRODECER-JICA) (PESSÔA, 1988; LABAIG, 1995; WWF, 1995).

Nessa perspectiva, o Estado assume papel crucial na expansão desse modelo de organização do espaço rural, possibilitando ou dificultando o acesso ao crédito, ao financiamento e à renda fundiária. A agricultura tornou-se uma atividade subordinada aos demais setores da economia, cumprindo um papel fundamental, uma vez que fornece gêneros alimentícios e matérias-primas para outros setores da economia.

Com base nos propósitos da nova política de integração, verificou-se o crescimento das áreas dos estabelecimentos agropecuários e a crescente utilização de insumos produtivos. Esse fenômeno é parte de um processo mais amplo, assegurando a passagem da agropecuária regional para um novo patamar técnico. Dessa maneira, as extensas áreas planas e agricultáveis do município atraíram migrantes de regiões que havia esgotado a oferta de terras disponíveis. Acrescenta-se que o preço de terras na região Centro-Oeste era inferior, comparado às regiões de origem dos empresários agrícolas.

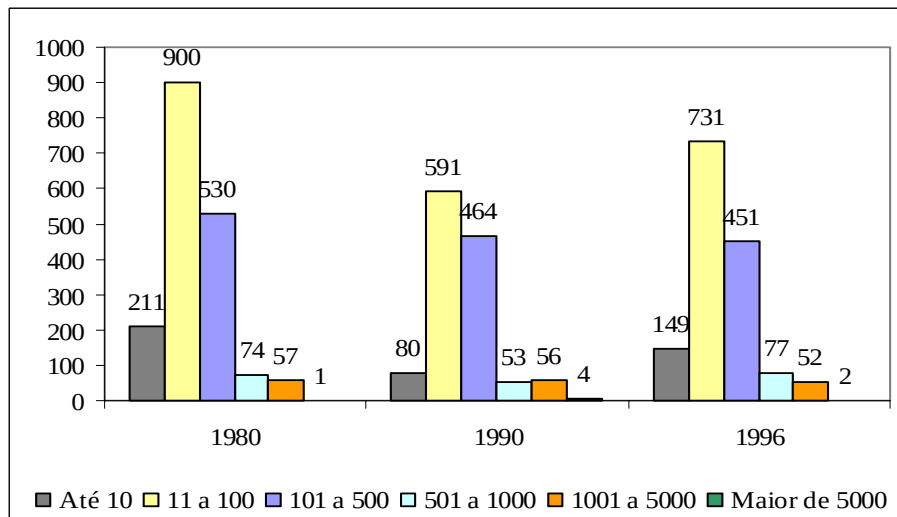
Assim, a expansão do capital monopolista do Centro-Sul (Macrorregião Sul e Sudeste) para o Centro-Oeste do Brasil respondeu pelo processo de ocupação da região do Distrito de Santo Antônio do Rio Verde³¹, no município de Catalão. A vinda de migrantes do Sul e Sudeste do Brasil para as áreas planas e agricultáveis do Distrito de Santo Antônio do Rio Verde favoreceu sua inserção no modelo produtivista capitalista. No início do século XX, esse Distrito ficava sob influência da região mineradora de Paracatu (MG).

³¹ O Distrito de Santo Antônio do Rio Verde localiza-se a Leste da sede administrativa do município.

A estrutura fundiária do município de Catalão apresentou consideráveis mudanças em um curto espaço de tempo. No período compreendido entre 1980 e 1996, foi registrada uma expressiva diminuição do número de pequenas propriedades rurais até 100ha (21%) e entre 100ha e 1000ha (13%) e um aumento de, cerca de 12% no número de estabelecimentos com área superior a 1000ha, que já respondiam pela maior parte das áreas rurais até final da década de 1970 (Gráfico 1).

Em 1980, apenas 4,8% do número total de estabelecimentos agrícolas ocupavam 43% da área total. Por outro lado, as pequenas propriedades, 53,9% dos estabelecimentos, ocupavam uma área de apenas 9,6% em relação à área total. Houve uma redução no número de estabelecimentos agrícolas com áreas de até 500ha. O número de estabelecimentos com até 10ha sofreu considerável redução. Já as propriedades acima de 500ha se mantiveram e/ou ampliaram. Ressalta-se que até 1970 não havia propriedades no município acima de 5000ha (MENDONÇA, 1998). Até o ano de 2003 havia apenas duas propriedades que ultrapassam essa extensão.

**Gráfico 1 - Município de Catalão:
Distribuição das propriedades rurais por área (ha) – 1980, 1990 e 1996**



Fonte: Censos Agropecuários: FIBGE – 1980, 1990 e 1996. Org. MENDES, E. P. P.

O recadastramento do INCRA em 1995-1996, conforme mostra a Tabela 2, confirma a tendência à concentração fundiária da Microrregião de Catalão. Os dados referentes ao agregado regional mostram que, na década de 1980, ocorreu uma redução de 14.754 unidades produtivas, com menos de 50ha (Tabela 2). Acredita-se que essas propriedades não encontraram condições de sobrevivência frente à imposição técnico-produtiva em curso. O município possui uma grande quantidade de pequenas propriedades

agropecuárias com menos de 100ha, que ocupam uma área total muito pequena. Um número reduzido de propriedades de 1000ha - a mais, respondendo por uma alta participação absoluta e relativa no conjunto das terras e essas poucas propriedades respondem pela produção de soja e milho no município (RIA – Empresa Ultrafertil).

**Tabela 2 – Município de Catalão:
Estrutura fundiária - número de estabelecimentos segundo a extensão – 1995-1996**

Grupo de área (ha)	Número de estabelecimentos	Área (ha)
menos de 1	4	3
De 1 a menos de 2	18	23
De 2 a menos de 5	55	217
De 5 a menos de 10	72	580
De 10 a menos de 20	160	2460
De 20 a menos de 50	306	10566
De 50 a menos de 100	265	19526
De 100 a menos de 200	264	37532
De 200 a menos de 500	187	59029
De 500 a menos de 1000	77	52111
De 1000 a menos de 2000	35	47838
De 2000 a menos de 5000	17	45997
De 5000 a menos de 10000	2	12833
Mais de 10000	0	-
Sem área	1	-

Fonte: FIBGE - INCRA – 1995-1996. Org. MENDES, E. P. P.

A modernização das atividades agrícolas, no município de Catalão, caracterizou-se como um processo geograficamente distinto. As áreas incorporadas pela agricultura comercial foram as de topografia plana (chapadões) e de baixos preços no mercado imobiliário. Geralmente, os primeiros proprietários dessas áreas subutilizavam suas fazendas com a criação extensiva de bovinos e com uma agricultura de subsistência nas áreas de solos mais férteis. Essas propriedades rurais, geralmente, eram superiores a 1000ha, ou seja, essas áreas desde o início de sua ocupação eram constituídas por grandes propriedades.

Um dos fatores que justificava a presença dessas grandes propriedades na região assentava-se na baixa produtividade (solos ácidos) e na qualidade das gramas forrageiras, que limitava o aumento do rebanho. A maioria desses proprietários possuía as terras, mas não tinha capital de investimento e desconhecia tecnologias viáveis para a melhoria da produtividade do trabalho. A vinda de migrantes (paulistas e sulistas) para o município criou a demanda pelas terras. A venda de parte ou de toda a propriedade representava a oportunidade de reunir, em um único negócio, um montante de capital.

Além de uma parcela considerável de trabalhadores rurais terem sido dispensados pelo incremento de inovações tecnológicas a partir de 1980, um número

significativo de proprietários com propriedades entre 50ha a 100ha venderam suas terras. Supõe-se que esses trabalhadores/produtores buscavam melhores condições socioeconômicas no espaço urbano. Um percentual de pequenos proprietários, freqüentemente à margem dos incentivos creditícios, associados a possibilidades de mudanças técnicas, não conseguiram elevar a produtividade do trabalho a partir das novas exigências estabelecidas sendo, forçados a migrar-se (RIA – Empresa Ultrafertil) (Tabela 3).

**Tabela 3 – Município de Catalão:
Evolução da população urbana e rural – 1960, 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000**

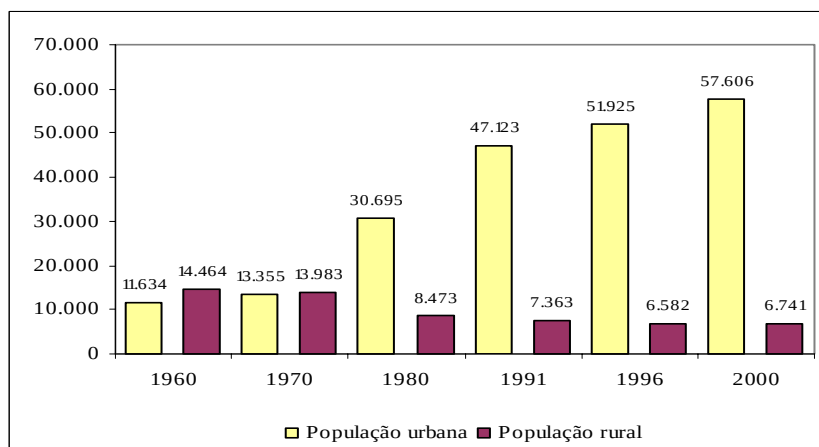
Anos	População urbana	Evolução da população urbana, em %		População rural	Evolução da população rural, em %	
		Período	Evolução		Período	Evolução
1960	11.634	-	-	14.464	-	-
1970	13.355	1960 a 1970	14,79	13.983	1960 a 1970	-6,56
1980	30.695	1970 a 1980	129,83	8.473	1970 a 1980	-22,74
1991	47.123	1980 a 1991	53,52	7.363	1980 a 1991	-4,92
1996	51.925	1991 a 1996	10,19	6.582	1991 a 1996	-7,10
2000	57.606	1996 a 2000	9,01	6.741	1996 a 2000	0,97

Fonte: Secretária do Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN-GO) - FIBGE – 1960, 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000. Org. MENDES, E. P. P.

As transformações nos processos produtivos rurais no Sudeste Goiano e o desenvolvimento de novas atividades urbanas, a partir da década de 1970, provocaram a saída de várias famílias e/ou de membros das famílias de pequenos produtores rurais para as sedes dos municípios à procura de novas fontes de rendimentos. Nota-se que a expansão do modelo produtivista contribuiu, significativamente, para a redução da população das áreas rurais, concomitantemente, assistia-se ao crescimento da população urbana.

Considerando os dados da Tabela 3 e o Gráfico 2, observa-se que, a partir de 1980, houve um constante declínio da população rural do município de Catalão, enquanto a população urbana se encontrava em franco processo de expansão. O crescimento absoluto da população urbana, verificada nesse período, pode ser atribuído à oferta de empregos em atividades de exploração de minérios e de construção civil de grande porte, como a construção da rodovia BR-050, da Hidrelétrica de Emborcação (CEMIG) na região Sudeste de Goiás, instalação do Distrito Mineroindustrial e ampliação da capacidade produtiva dos setores industriais, comerciais e de serviços e, principalmente, pela baixa remuneração do trabalho rural (RIA – Empresa Ultrafertil).

**Gráfico 2 – Município de Catalão:
Evolução da população urbana e rural 1960, 1970, 1980, 1991,
1996 e 2000**



Fonte: Secretária do Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN-GO) - FIBGE – 1960, 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000. Org. MENDES, E. P. P.

No início, alguns dos novos produtores/proprietários produziram arroz, feijão, milho (e, posteriormente, passaram a se dedicar mais ao cultivo de soja), o que provocou a redução da remuneração do trabalho dos pequenos e médios produtores da região. Assim, tornou-se necessário que esses pequenos produtores buscassem, também, o aumento da produtividade do trabalho como forma de compensar os baixos preços de seus produtos. Esse processo provocou a concentração da propriedade fundiária. Houve um aumento significativo da produção e da produtividade, que fez de um modo geral, baixar os preços dos produtos agrícolas no mercado (MOYA, 2000).

Esse processo desencadeou a substituição de uma parcela considerável de culturas tradicionais pelo cultivo de grãos, destinados à atender a demanda interna e externa. Essa política refletiu sobre a especialização da produção no interior de Goiás, direcionando a organização e ocupação do município de Catalão. A produção nas maiores propriedades, no município, desenvolve-se a partir do incremento planejado das inovações tecnológicas, especialmente a soja e o milho.

Excetuando, a produção realizada pelas empresas rurais e a produção de alho no município, o principal destino da produção catalana, ainda, é o consumo local, prevalecendo uma variedade de culturas, com destaque para o arroz, feijão, trigo, café, cana-de-açúcar, laranja, mandioca, abacate, abacaxi, tomate e grande variedade de hortaliças e legumes cultivados em escala comercial (Tabela 4).

A produção de alho começou a crescer em 1980, tornando-se mais intensa a partir de 1986. A demanda e o mercado estável garantiram o aumento do mercado

consumidor, exigindo a melhoria das técnicas de irrigação e profissionalização desse cultivo. O aumento da importação do alho chinês entre 1994 e 1996 fez cair o preço no mercado internacional, o que responde pela redução da área cultivada em Catalão. A comercialização do produto é feita *in natura* (alho em rama), tanto no comércio local, como no regional e no nacional (MENDONÇA, 1998). O uso de insumos químicos vem aumentando nos últimos anos, aproximadamente, 50% dos produtores de alho do município utilizam algum tipo de defensivo e de fertilizante, além desses insumos, eles utilizam das técnicas de irrigação. Aproximadamente 90% da produção de alho está localizada em áreas menores de 100ha (AGR/Catalão, 2004).

**Tabela 4 – Município de Catalão:
Culturas temporárias e permanentes - 1991, 1996, 2000 e 2004**

Gêneros produzidos	ANO							
	1991		1996		2000		2004	
	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)
Arroz	4.920	3.140	672	800	2.160	1.200	4000	2000
Cana-de-açúcar	4.000	100	8.000	200	10.000	250	4500	100
Feijão	2.640	1.470	3.750	1.900	3.464	1.700	3030	1300
Laranja	1.400	250	3.000	300	3.000	300	1200	100
Milho	18.000	4.500	56.300	11.500	66.000	11.000	78200	11300
Soja	52.000	21.000	70.000	33.000	129.000	48.000	189000	70000
Alho	2.800	700	2.000	400	2.250	500	1200	100
Café	100	200	100	200	640	550	1584	720
Mandioca	5.300	350	9.000	600	7.500	500	4200	600
Tomate	7.300	187	-	-	-	-	7200	120

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) - FIBGE / Estado de Goiás: 1991, 1996, 2000 e 2004. Org. MENDES, E. P. P.

As culturas de milho, soja, feijão e, mais recentemente, o trigo, contam com maior aplicação de técnicas de cultivo e uso intensivo de defensivos agrícolas. A produção destina-se ao Centro-Sul do Brasil e ao mercado externo. Os produtos como algodão, café e feijão estão vinculados a um estilo de ocupação que é determinado por São Paulo. A produção de cana-de-açúcar é utilizada para fabricação de aguardente, rapadura e açúcar mascavo, para consumo local e para ração na alimentação dos rebanhos bovinos, durante a estação seca (maio a outubro). O arroz de sequeiro é uma cultura tradicional do município.

Os dados da Tabela 5 e 6 sugerem o caráter parcial da modernização das atividades agropecuárias no município de Catalão (GO). Observa-se que em algumas propriedades/produção utilizam um percentual considerável de insumos e corretivos químicos e orgânicos e, em outras, a produção é mantida sob técnicas tradicionais de cultivo e de criação, apresentando baixa produtividade e competitividade. Contudo, percebe-se que mesmo de forma parcial e regional, as atividades agropecuárias praticadas no município se inserem no processo geral de expansão da produção capitalista.

**Tabela 5 – Município de Catalão:
Utilização de insumos na produção agrícola – 1995-1996**

Produto	Produtores que utilizam em %	Área (ha)
Adubo químico	27,48	98,553
Adubo orgânico	1,77	3,503
Calcário e outros	0,28	467,980
Mais de um tipo	47,98	131,991
Não usam	22,49	54,193
Total	100,00	756,220

Fonte: Censo Agropecuário - FIBGE (GO) – 1995 e 1996. Org. MENDES, E. P. P.

A Agência Goiana Rural de Catalão (2005) considera pouco expressivo o quantitativo de maquinário, meios de transporte para a produção e instrumentos agrícolas utilizados pela maioria dos produtores rurais da região. Esse quantitativo fica concentrado nos estabelecimentos rurais empresariais, uma vez que as unidades familiares, geralmente, não dispõem de tais recursos (Tabela 6).

**Tabela 6 – Município de Catalão:
Máquinas, meios de transporte e instrumentos agrícolas – 1995-1996**

Tipos de instrumento	Unidades
Máquinas para plantio	242
Veículos de tração animal	703
Máquinas para colheita	118
Caminhões	74
Utilitários	493
Reboques	122
Trator (menos de 10 cavalos)	20
Trator (10 a menos 20 cavalos)	15
Trator (20 a menos 50 cavalos)	44
Trator (50 a menos 100 cavalos)	333
Trator (100 a mais cavalos)	169
Total	2.333

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE (GO) - 1995 e 1996. Org. MENDES, E. P. P.

A modernização da agricultura, também, estendeu-se sobre as antigas propriedades, principalmente as que se dedicavam à atividade pecuária. O aumento da área plantada de gramíneas (predomina a *Brachiaria*) permitiu uma maior inserção de terras destinadas à atividade pecuária. A melhoria das pastagens e a prática da silagem proporcionaram um aumento quantitativo e qualitativo do rebanho, visto que no município prevalecia a pecuária extensiva de corte (Tabela 7), que ocupava extensas áreas de cerrado, mas com baixa capacidade de sustentação do gado. Na década de 1990, o uso da terra (área total dos estabelecimentos) elevou-se de 11% para 22%. Cerca de 75% da área total do município de Catalão é ocupada por pastagens, destacando a pecuária no contexto econômico do município, com um rebanho bovino de 135 mil cabeças (26.300 vacas de ordenha) e suíno de 13.100 cabeças (SEPLAN, 2003).

**Tabela 7 - Município de Catalão:
Dados gerais da produção animal e de leite - 1994, 1998 e 2002**

Espécie	ANO					
	1994		1998		2002	
	n. cabeças	Mil litros	n. cabeças	Mil litros	n. cabeças	Mil litros
Aves	464000	-	326000	-	430000	-
Bovinos	125000	-	131450	-	150500	-
Suínos	11700	-	11700	-	8300	-
Vacas ordenhadas	21000	-	26300	-	111030	-
Leite vendido	-	9940	-	22092	36500	-

Fonte: IBGE: Censo Agropecuário / Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN-GO) - 1994, 1998 e 2002. Org. MENDES, E. P. P.

Quase totalidade da produção de leite no município é encaminhada para a Cooperativa Agropecuária de Catalão Ltda (COACAL). Essa empresa beneficia metade da produção (queijo, manteiga, doces, entre outros), exportando percentual expressivo para São Paulo.

Na Microrregião de Catalão os maiores produtores de leite são os municípios de Catalão e Ipameri. A produção leiteira apresenta um crescimento relativo, principalmente nas propriedades acima de 100ha, localizadas próximos da sede do município. Supõe-se que o crescimento da produção leiteira no município esteja relacionado às dificuldades encontradas pelos pequenos e médios produtores, no mercado competitivo de lavouras tradicionais na produção de milho, arroz e feijão e, também, da disponibilidade e qualidade de terras desses produtores (AGR/Catalão, 2004).

Outro fator importante para a expansão da produção leiteira, deve-se a demanda da agroindústria processadora de leite no município e na presença de

financiamentos, como o Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO)³² e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)³³. Outra justificativa refere-se à pontualidade dos rendimentos. Apesar dos baixos preços pagos ao produtor, a produção de leite mantém uma tendência à estabilização.

As agroindústrias processadoras de leite na região e que se encontram sob inspeção federal são: Cooperativa Agropecuária de Catalão Ltda (COACAL) e Parmalat Indústria e Comércio Ltda com uma produção média/dia de leite que varia entre 20 e 300 mil litros (Tabela 8).

**Tabela 8 - Município de Catalão:
Estabelecimentos de produção dos derivados do leite por categoria e
capacidade industrial sob inspeção federal - 2003**

Estabelecimentos	Categoria	Capacidade (Lts/dia)
Cooperativa Agropecuária de Catalão	UB	20 a 50 000
Parmalat Brasil S/A – Ind. de Alimentos	UB	100 000 a 300 000

Fonte: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN-GO) - 2003. Org. MENDES, E. P. P.

Nota - UB: Usina de Beneficiamento.

Na heterogeneidade socioeconômica apresentada pela agricultura local/regional, constata-se a existência de realidades distintas submetidas a um mesmo processo de desenvolvimento - a uma mesma política agrícola. De um lado, o plano de desenvolvimento do setor rural, a chamada modernização da agricultura, apresentou políticas agrícolas e agrárias que favoreceram os grandes empreendimentos rurais, o setor chamado moderno. Enquanto, os pequenos produtores produzem alimentos básicos, com técnicas de cultivo, geralmente, tradicionais ou pouco modernizadas.

A agricultura local/regional consagra-se pela sua diversidade qualitativa e quantitativa. A modernização da agricultura promoveu uma intensa diferenciação e mesmo exclusão de segmentos sociais e produtos. As políticas agrícolas permitem o desenvolvimento de unidades produtivas modernas e capitalizadas, dotadas de um elevado emprego de tecnologia, defensivos químicos, maquinários e elevada produção e produtividade do trabalho, e, ao seu lado, se reproduz a pequena produção rural familiar, submetida a decisões imediatas derivadas do elevado grau de imprevisibilidade do processo produtivo e do mercado e cujo objetivo principal assenta-se na garantia de sua inserção ao mercado, assegurando assim sua sobrevivência.

³² O FCO foi criado em 1988.

³³ Lançado oficialmente pelo governo brasileiro em agosto de 1995.

4.5 Localização da área de estudo

A área escolhida para o estudo foi o município de Catalão. Essa região está localizada no sudeste do Estado de Goiás, compreendido entre os meridianos de 47°17' e 48°12' Long. W Grt. e os paralelos 17°28' e 18°30' Lat. S, abrangendo uma área de 3.777,6Km² (IBGE - Censo, 2000), que corresponde a 1,11% do território goiano. A Microrregião de Catalão integra-se à Mesorregião do Sul Goiano, conforme a atual divisão administrativa do IBGE de 1990 (Figura 3). As comunidades rurais, escolhidas para a pesquisa empírica, localizam-se na parte noroeste do município (Figura 4), distando, aproximadamente, entre 15Km a 35Km da sede municipal. O acesso às comunidades rurais se dá por estradas vicinais e, principalmente, pela BR-050, no sentido Catalão - Brasília. As comunidades eleitas para a pesquisa empírica foram: a Comunidade Coqueiro (aproximadamente 15Km da sede do município), a Comunidade Mata Preta (aproximadamente 15Km da sede do município), a Comunidade Cisterna (aproximadamente 35Km da sede do município) e a Comunidade Ribeirão (30Km da sede do município).



Figura 3 - Localização da Microrregião Geográfica de Catalão, Estado de Goiás - 2005.

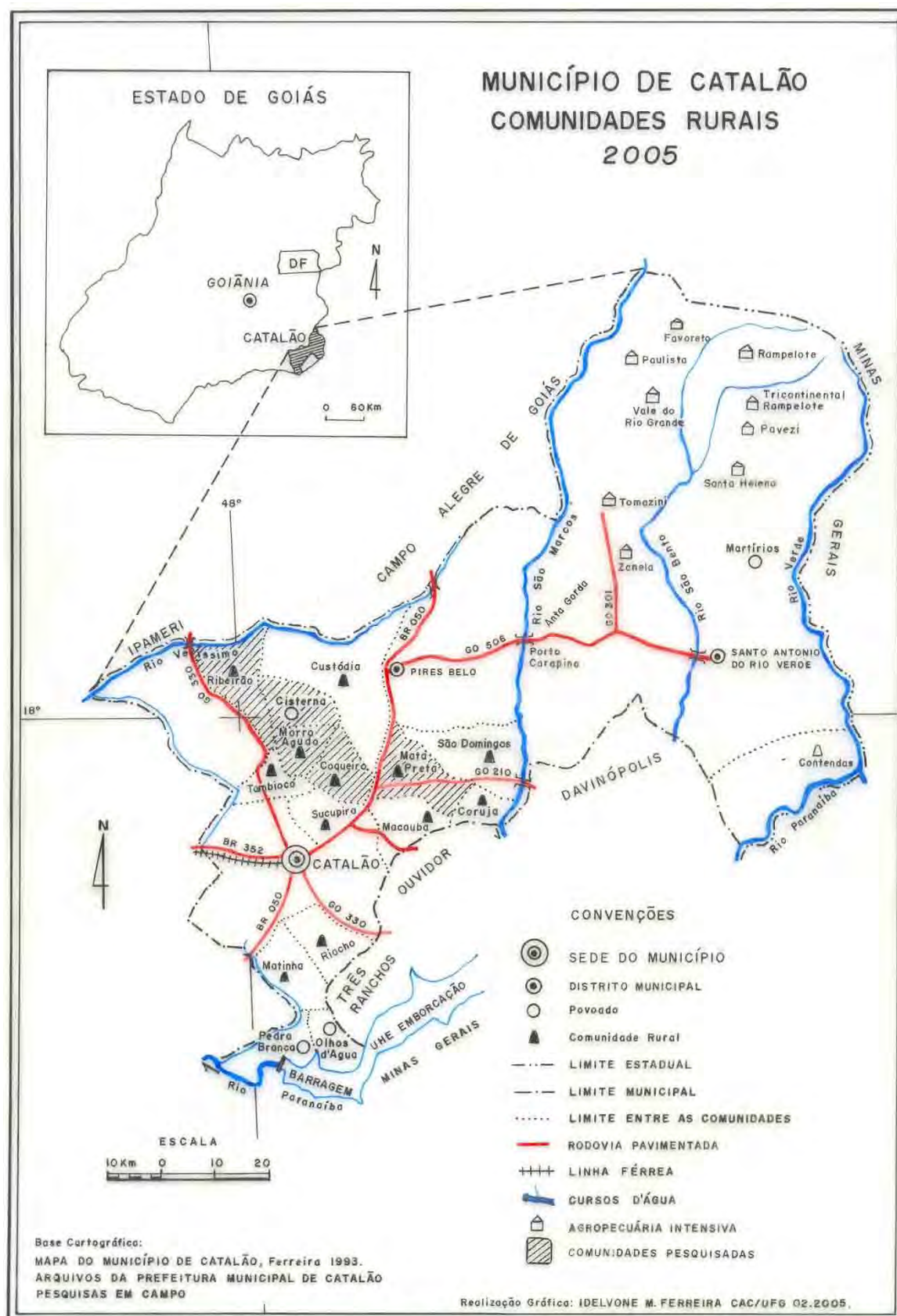


Figura 4 – Município de Catalão (GO): localização das comunidades rurais - 2005.

A sede do Município está localizada no eixo dinâmico, contando com ampla estrutura de transportes, com destaque para a rodovia BR-050 (com acesso a Brasília (DF) e São Paulo), as rodovias estaduais e a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), antiga Rede Ferroviária Federal, hoje utilizada exclusivamente para o escoamento da produção de minérios e de fertilizantes para a nova fronteira agrícola (Bahia, Mato Grosso e Goiás), através de um terminal ferroviário interligando Catalão, Araguari e Uberlândia (MG).

Dispõe, ainda, de aeroporto para aviões de pequeno e médio porte. A sede do município está distante, cerca de 100Km de Uberlândia (MG), interligada pela rodovia BR-050 (265 Km de Goiânia, Capital do estado de Goiás), pela rodovia GO-330 e a 300Km de Brasília (DF), pela rodovia BR-050 e, ainda pela BR-352 às cidades de Goiandira e Corumbáiba (FERREIRA, 2003). (Figura 5).

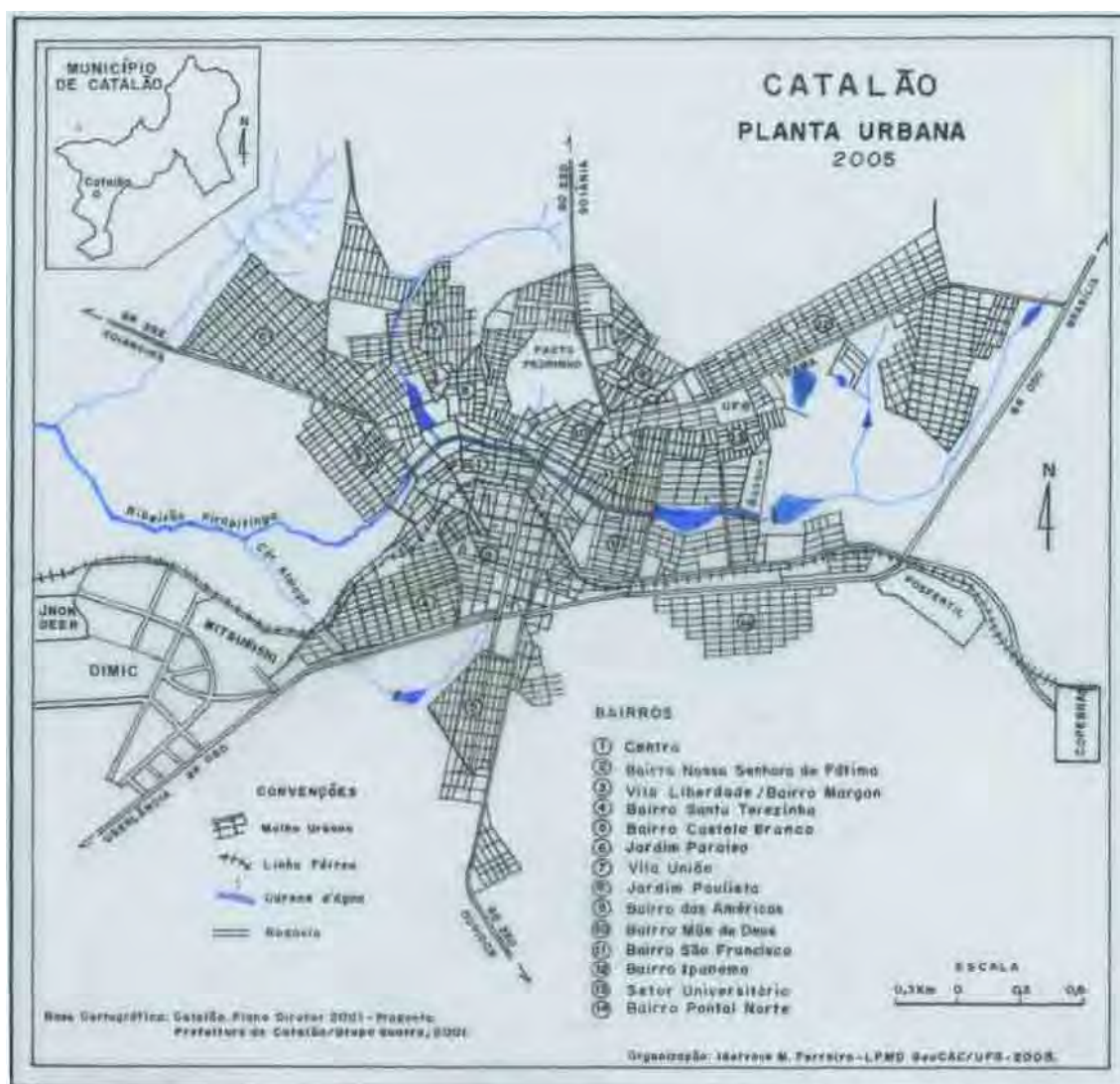


Figura 5 – Catalão (GO): Planta Urbana – 2005.

No seu contexto socioespacial, o município de Catalão possui três povoados: Olhos D'água, Pedra Branca e Cisterna, e dois distritos: Santo Antônio do Rio Verde e Pires Belo (Figura 4) (de acordo com o Censo Demográfico dos municípios do estado de Goiás - IBGE, 2000). O município de Catalão conta com 64.347 habitantes, sendo 57.606 habitantes na área urbana e, apenas, 6.741 habitantes na área rural. O município concentra, atualmente, 55,79% da população dos dez municípios de sua microrregião, apresentando um aumento percentual de 20,26% em relação a 1970 (SEPLAN, 2003).

4.6 Caracterização socioeconômica de Catalão

Embora não tenha sido área específica de garimpagem, a sua história está ligada à penetração dos bandeirantes para o interior do Brasil em busca de ouro e de índios, na primeira metade do século XVIII. Por volta de 1800 desenvolvem-se as atividades agropecuárias e mineradoras na região. Azevedo (1987) argumenta que

[...] quando Bartolomeu Bueno veio em 1772 em demanda dos sertões dos índios goyazes, passou pelo lugar em que está hoje edificada a próspera cidade de Catalão, tendo aberto o Porto Velho no Parahyba e plantado, nas proximidades da margem direita do ribeirão Ouvidor, um marco que ainda existe assinalando a sua passagem. Em 1736 quando o conde de Sarzedas veio a Goyaz, foi então assassinado, no sítio de Catalão, um capitão da companhia de infantaria que vinha de S. Paulo; mas só em 1810 é que começou a formar-se uma povoação em terreno pertencente á sesmaria do Ribeirão e logo em seguida doado a Nossa Senhora Madre de Deus, tendo 3.300m de comprimento e 2.000 de largura. Em 1828 já o povoado contava 5 casas de telhas, tempo em que começou a ser povoado por mineiros que vinham atraídos pela fama da doçura de seu clima e prodigiosa uberdade do solo e tão rápidos foram esses progressos que a lei provincial de 1 de abril de 1833 a elevou á categoria de villa, realizando-se a instalação a 12 de Fevereiro de 1834. Nessa ocasião Catalão desmembrou-se de S. Cruz, a que até então pertencera desde a sua fundação, para formar um município compreendendo os districtos de Vae-vem e Calaças. Pela lei provincial de 6 de julho de 1850 foi creada a comarca do Rio Parahyba tendo por séde a cidade de Catalão que foi elevada á cidade pela lei provincial de 20 de Agosto de 1859. (AZEVEDO, 1910/1987, p. 160).

A ocupação 'moderna' da área do Cerrado Goiano iniciou-se no Século XVIII pela região de Catalão, com a incursão de Bandeiras que promoveram um novo padrão de ocupação com a abertura e assentamento de povoados para a exploração de ouro e pedras preciosas. As incursões das Bandeiras, com a conseqüente descoberta de ouro em Goiás, promoveram um novo padrão de ocupação das áreas dos Cerrados, caracterizado por uma economia de subsistência, com pequeno excedente de produção e ênfase no lazer,

criando uma ‘cultura caipira’, que vigorou de forma praticamente inalterada durante dois séculos. Com a exaustão das minas, a região passou a ser explorada pela criação extensiva de gado e culturas de subsistência (FERREIRA, 2003).

As primeiras citações referentes à região da cidade de Catalão, remontam às expedições dos Bandeirantes que penetraram os “Sertões do Brasil Central”, na busca de riquezas, fazendo apenas descrições quanto à forma do relevo e hidrografia, como relata Azevedo (1987):

De 1866 a 1868 foram superficial e ligeiramente exploradas por alguns mineiros, procedentes da Bagagem³⁴, as cabeceiras do córrego do Garimpo no planalto do Chapadão, onde abundam extraordinariamente o ferro magnético, titânio, a cal e outros minerais; as margens do S. Marcos nas confluências do córrego do Segredo e ribeirão da Anta Gorda, sendo extraídos magníficos diamantes; as margens e foz do rio Verde, onde, a par de crescido número de pequenos diamantes, foi encontrado um esplêndido de 4 oitavos; o ribeirão Ouvidor cujas margens apresentam vestígios de mineração, sendo seu leito rico de formações diamantinas. A margem direita do Paranayba, além de reconhecidamente diamantina é aurífera, com auríferos e diamantinos são o rio Veríssimo e todos os seus afluentes, dignos de um estudo sério e cuidadoso. (AZEVEDO, 1987, p. 159-160).

Diante disso, vê-se que as primeiras interferências antrópicas planejadas na região de Catalão se deram em decorrência da exploração dos recursos minerais, tendo sido aprimoradas com a expansão da pecuária, da agricultura moderna e instalação de mineradoras que verticalizaram sua produção.

Acredita-se que o grande impulso no desenvolvimento socioeconômico do município, assim como do Sudeste Goiano, de maneira geral, iniciou em 1913, com a inauguração da ferrovia que serve ao município, sendo reativada na década de 1970 pelas empresas mineradoras. A ampliação da linha ferroviária para o centro de Goiás, em fins dos anos de 1920, possibilitou maior integração da economia regional no contexto estadual e nacional. Esse período coincide com a vinda dos primeiros colonos de origem portuguesa que iniciaram a ocupação das atuais comunidades rurais do município. Alguns chefes de famílias (paulistas e mineiros) vieram para trabalhar na construção da ferrovia e acabaram se fixando na região.

Uma ocupação mais intensiva aconteceu apenas nos anos de 1930, através da ligação ferroviária entre São Paulo (SP) e Anápolis (GO) e pela mudança da Capital do Estado para Goiânia, em 1934, reforçado por dois fatores mais recentes: a construção de Brasília, no final dos anos 1950 e a adoção de estratégias e políticas de

³⁴ Bagagem, atual cidade de Estrela do Sul (MG).

desenvolvimento e investimentos em infra-estrutura pelo Governo Federal, entre as décadas de 1960 e 1980, resultando na expansão da agricultura comercial a partir da década de 1970.

A ocupação do Centro-Oeste se intensificou a partir da década de 1960 com a implantação de grandes projetos agroindustriais e de uma infra-estrutura de estradas incentivada pela política desenvolvimentista do Governo Federal. Essas iniciativas promoveram mudanças significativas na paisagem natural do Sudeste Goiano. O município de Catalão integrado nesse processo, com a criação de projetos agroindustriais na região, como parte da estratégia de expansão dos Programas Nacionais de Desenvolvimento (PND), com aplicação de recursos pelas empresas privadas e pelo Governo Federal. Isso refletiu em investimentos, por parte do poder público, em infra-estrutura de energia elétrica e de transporte, permitindo a modernização da economia e a melhoria do nível de vida da maioria da população.

As medidas políticas de Juscelino Kubstichek, então presidente do Brasil, privilegiaram a importação de capitais, a política de interiorização e a construção da nova capital do país (Brasília). Essas medidas foram favoráveis à inserção do município de Catalão na economia nacional, através do transporte ferroviário e, principalmente, pela construção de rodovias. A construção da BR-050 (década de 1960) promoveu a ligação da sede do Governo Federal com o Centro-Sul. Essa rodovia atravessa o limite sul da área urbana de Catalão.

Na década seguinte, houve o asfaltamento da BR-050, constituindo um marco importante na vida de Catalão. Nesta mesma década, 1970, instalaram-se empresas mineradoras de beneficiamento e processamento de nióbio e fosfato. Essas empresas asseguraram o desenvolvimento socioeconômico e demográfico no município, que em 1980 foi novamente fomentado pela criação do Distrito Minerointustrial (DIMIC). Essas unidades resultaram de um plano estadual que criou diversos distritos industriais regionais, com o objetivo de favorecer o desenvolvimento econômico (agregar valor à produção mineral local) e reduzir a migração da população dessas regiões para a capital.

A partir desse contexto, inicia-se um processo de integração do território nacional, o que redefine a posição do Centro-Oeste na economia nacional. Esse processo foi chamado de modernização da economia brasileira (integração do território nacional), sendo viabilizado pela construção de infra-estrutura, pelas políticas creditícias e pelos incentivos de capitais internacionais.

Entre as décadas de 1970 e 1980, o processo de urbanização no estado de Goiás apresentou um crescimento significativo em números absolutos da população urbana, quase duplicando em termos relativos, enquanto a população rural apresentou um decréscimo. Contudo, essas proporções não aparecem com clareza, uma vez que representam, apenas, uma sazonalidade entre a população rural e urbana.

O crescimento econômico apresentado por Catalão, no período compreendido entre as décadas de 1970 e 1991, tornou-se fator de atração de habitantes de municípios próximos, de outras regiões do Estado e do país, com destaque para migrantes originários dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Tocantins e Distrito Federal. Em 1970, é relevante a participação de migrantes de outras regiões do país (38,69%) e do Estado (7,75%) no incremento populacional do Município. Em 1980, os migrantes de outras regiões do país já respondiam por 38,6% do total, enquanto 61,4% eram provenientes de outros municípios Goianos (MOYA, 2000).

No povoamento da região há presença de espanhóis, vindos de São Paulo e, posteriormente, em maior número, chegaram os portugueses. Os sírio-libaneses, que aqui chegaram, dedicaram-se às atividades comerciais (MOYA, 2000). A partir da década de 1970, a evolução da população no município e, principalmente, da cidade de Catalão, caracterizou-se como crescente. Encerrado o processo de fragmentação do território do município, iniciou-se a industrialização e modernização do campo.

Com a instalação, em Catalão, de indústrias de extração mineral, após 1970, ocorreu um processo de mudanças econômicas e sociais gradativas. Essa incorporação capitalista promoveu alterações significativas tanto no meio urbano quanto no meio rural. As empresas mineradoras Goiasfértil (hoje corresponde a Fosfértil) e Copebrás S.A. iniciaram a exploração das jazidas de fosfato, já a Mineração Catalão, a exploração do nióbio. No final dos anos de 1990 essas indústrias verticalizaram sua estrutura, passando também a beneficiar os produtos mineralizados, agregando valor comercial aos mesmos. O setor de mineração foi responsável pela criação de, aproximadamente, 2.000 empregos diretos no início do processo de implantação e funcionamento das mineradoras e um número muito maior de empregos indiretos em Catalão e, também, nos municípios vizinhos.

Recentemente, na década de 1990, instalaram-se duas montadoras, a Jonh Deere (Cameco do Brasil), montando colheitadeiras de cana e algodão, e a Mitsubishi Motors Corporation, montando veículos automotores e, instalou-se ainda, a ADM

(fertilizantes), exigindo a realização de obras de infra-estrutura energética para dar suporte a esse desenvolvimento. Essas atividades permitiram ao município um aspecto diferenciado em relação às cidades vizinhas.

O Distrito Minerio-Industrial de Catalão (DIMIC) localiza-se a 2Km da área central do município. O Distrito situa-se em uma área de 278ha às margens da BR-050, com acesso, também, às rodovias GO-330 e GO-504 e à Ferrovia Centro-Atlântica (FCA). Existe, ainda, o projeto de instalação do Distrito Químico e de Fertilizantes de Catalão (DIQUIC) entre os terminais rodo-ferroviários da Fosfertil e da Copebrás, com a instalação de Misturadoras de Fertilizantes (Fertibras, Araguaia, Heringer, Fertigran, entre outras) e infra-estrutura de transporte do DIMIC e da FCA.

No período compreendido entre 1997 e 2001, a Fosfertil investiu, aproximadamente, R\$ 75 milhões e, no período de 2002 a 2004, aproximadamente, R\$ 37 milhões. Já a Copebrás investiu cerca de R\$ 350 milhões em seu projeto de verticalização. Estima-se que o total de investimentos realizados pelas principais empresas, entre 1997 e o final de 2002, como a Mitsubishi, ADM, John Deere, Copebrás, Fosfertil atingiram o valor, aproximado, de R\$ 700 milhões (Prefeitura Municipal de Catalão, 2004) (Tabela 9).

**Tabela 9 – Catalão (GO):
Principais indústrias de mineração e capacidade instalada - 2004**

Município	Empresa	Produto	Capacidade instalada (ton/ano)
Catalão	Fosfertil	Concentrado fosfático	1.000.000
Catalão/ Ouvidor	Copebrás	Concentrado fosfático	1200.000
Catalão/ Ouvidor	Mineração Catalão	Liga ferro/nióbio	5.000

Fonte: Prefeitura Municipal de Catalão (2004). Org. MENDES, E. P. P.

De um modo geral, essas empresas promoveram consideráveis modificações no âmbito econômico, social e político no município, como a criação de novos bairros, a dinamização de seus setores econômicos (surgimento de novas atividades econômicas e a ampliação da prestação de serviços especializados e comércio) e a intensificação do intercâmbio na região com outros pólos econômicos do país e projetando o município no cenário econômico goiano.

Em conformidade com a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que elaborou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), baseado em índices relativos à ‘longevidade’ (esperança de vida ao nascer), ‘educação’ (número médio de anos de estudo e taxa de analfabetismo) e ‘renda familiar per

capta', aos quais são atribuídos pesos iguais, Goiás ocupa uma posição destacada em relação as outras unidades da federação.

Os dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) para os Estados brasileiros, demonstraram que Goiás superou duas posições, relativas a 1999 e 2002, passando do 9º para o 7º lugar. Em relação ao Estado, observa-se grande disparidade na posição ocupada pelos vários municípios goianos quanto ao IDH-M. Catalão vem melhorando sua classificação no ranking estadual e nacional. Entre 1991 e 2005, Catalão avançou da 11ª para a 3ª posição entre os municípios goianos, ocupando o 253º lugar entre os municípios brasileiros, o que o incluiu no seletor grupo dos 5% com a melhor qualidade de vida (SEPLAN-GO, 2003).

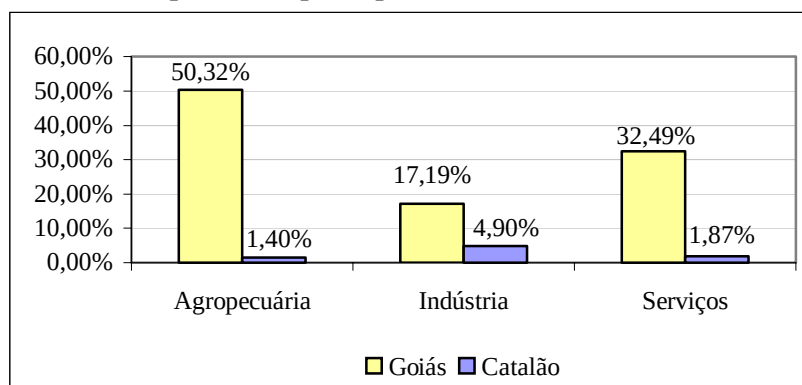
Catalão conta com duas instituições de ensino superior, o Campus de Catalão da Universidade Federal de Goiás (CAC - UFG), oferecendo os seguintes cursos: Ciência da Computação, Educação Física, Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia. A outra instituição é o Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC), que oferece os cursos de Administração, Comércio Exterior, Direito, Marketing, Pedagogia e Sistema de Informação Gerencial.

A cidade possui mais de 2.340 empresas voltadas para o comércio e para os serviços, entre elas 961 estabelecimentos de comércio varejista responsáveis por um número significativo de empregos e por expressiva arrecadação de impostos. Os produtos mais comercializados são fertilizantes, rochas fosfáticas, ferro-nióbio e produtos agropecuários. Conta, ainda, com as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil, Bradesco, CEF, Banco Itaú, Banco Mercantil do Brasil, HSBC Bank Brasil e Banco do Povo (Prefeitura Municipal de Catalão, 2004).

O Governo Estadual desenvolve um programa de incentivo fiscal à produção industrial – 'O Produzir'. Enquanto a Prefeitura Municipal de Catalão isenta as empresas que se estabelecem no município do pagamento de ISSQN e de imposto predial por um período de até cinco anos.

Em termos de arrecadação de ICMS no Estado, em 2000, Catalão ocupava o 7º lugar e em 2002 ocupava o 4º lugar. A arrecadação desse imposto vem crescendo em ritmo acelerado, entre 1999 e 2001 de R\$ 17.703.000,00 foi para R\$ 47.384.000,00 em números absolutos. Catalão no ano de 2000, com 4,9%, ocupou o 3º lugar em participação no setor industrial, em nível de Estado, como mostra os Gráficos 3 e 4 (SEPLAN-GO, 2003).

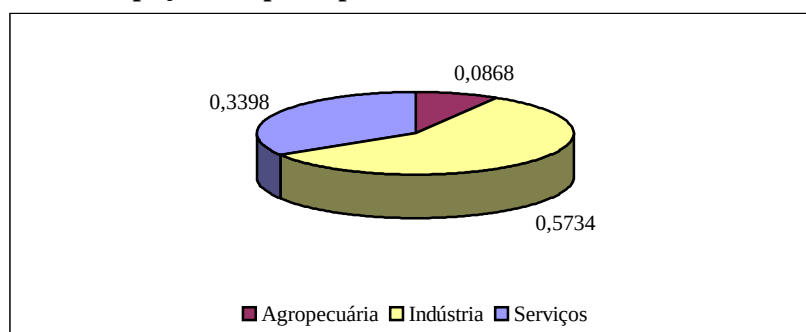
**Gráfico 3 – Goiás e município de Catalão:
Participação das principais atividades no PIB – 2000**



Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN/FIBGE - Contas Regionais/Municipais - 2003.
Org. MENDES, E. P. P.

O dinamismo econômico apresentado pelo município resultou em uma estrutura bastante diversificada na agropecuária, mineração, indústria, comércio e serviços. Atualmente, Catalão é o terceiro município economicamente mais importante do Estado, constituindo pólo regional atrativo para investimentos públicos e privados significativos realizados, principalmente, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e do Programa de Incentivos à Industrialização do Governo Estadual - O Produzir.

**Gráfico 4 – Município de Catalão:
Participação das principais atividades no PIB – 2000**



Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN/FIBGE - Contas Regionais/Municipais - 2003.
Org. MENDES, E. P. P.

Catalão faz parte de um processo de ocupação disseminado pelo Brasil, iniciado nos séculos XVIII e XIX, através da expansão mineradora e criação extensiva de gado e, recentemente, está inserido na expansão da modernização da agricultura com o advento da utilização das áreas do Cerrado para a produção intensiva de grãos para o mercado nacional e internacional. Sua inserção econômica se dá pela política nacional de ocupação do território, vinculada as facilidades dos acessos viários para a chegada de

máquinas, insumos, escoamento da produção, acesso a recursos financeiros e uma mentalidade operacionalmente empresarial.

A dinâmica socioespacial do município de Catalão é reflexo das políticas econômicas nacional e regional. A economia catalana apresenta uma diversidade de investimentos urbanos e rurais. No setor agropecuário, como uma tendência geral da inserção da agricultura na dinâmica do capitalismo, as inovações nos processos produtivos rurais promoveram uma intensa diferenciação entre os segmentos sociais ligados a esse setor. As políticas agrícolas permitem o desenvolvimento de unidades produtivas modernas e capitalizadas e, ao seu lado, reproduzem formas sociais de produção, representada pelos pequenos produtores rurais que não podem ser compreendidas, a partir do aspecto formal que se reveste a economia capitalista. É sob esse contexto que examinaremos, na quinta seção deste trabalho, a inserção sócio-econômica, política e cultural das unidades de produção rural familiar no município de Catalão.

Sendo assim, o trabalho empírico será tratado sob esse enfoque. As comunidades rurais pesquisadas no município de Catalão são entendidas como um fenômeno local que se relaciona e depende para sua produção/reprodução dos fatores externos. Os 'lugares' não constituem uma realidade isolada, independente, podem apresentar as peculiaridades que são, em geral, condições de sua existência, mas não sobreviveriam ou existiriam sem relacionar-se e sofrer as conseqüências do mundo externo. As estratégias de reprodução são criadas a partir de sua experiência de vida e de trabalho e objetivam recriar cotidianamente sua identidade e as condições de sobrevivência frente aos novos desafios.

5 A INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA DA PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CATALÃO



Comunidade Mata Preta – Catalão (GO): demão na colheita do arroz. abr. 2005.

5 A INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA DA PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CATALÃO

[...] A exploração familiar não é [...] um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade. Em um mesmo lugar e em um mesmo modelo de funcionamento, as explorações dividem-se em diferentes classes sociais segundo suas condições objetivas de produção (superfície, grau de mecanização, nível técnico, capacidade financeira). Por exemplo, em uma mesma comunidade, as explorações do tipo Camponês podem ser mais ou menos importantes [...] (Lamarche, 1993)

O trabalho empírico procurou conhecer e descrever as condições sócio-econômicas e culturais da produção rural familiar em Catalão (GO), analisando a forma de inserção socioespacial desses produtores no município, através de laços econômicos e vínculos sociais, estabelecendo a relação da problemática dos pequenos³⁵ agricultores no Brasil. Nesse sentido, procurou-se, primeiramente, definir o local que representaria a amostra - o estudo de caso -, a partir de um conhecimento teórico-metodológico sobre a produção rural familiar no Brasil e, principalmente, sobre as particularidades local/regional dessa expansão agrícola.

O objetivo deste capítulo é analisar as principais características das formas familiares de produção no município de Catalão (GO), assim como sua inserção no mercado, destacando as instituições e órgãos de apoio. Dessa forma, são apresentados os aspectos sociais, econômicos e culturais em que se insere essa produção, principalmente os aspectos que permitem verificar a diversidade presente no próprio objeto, como o tamanho da propriedade e da família, produção, comercialização, força de trabalho, tecnologia, assistência técnica, financiamento e organização dos produtores. A realidade das unidades de produção rural estruturadas no trabalho familiar em Catalão apresenta uma diversidade de situações atribuídas, principalmente, a um conjunto de fatores interdependentes. Esses fatores orientam suas inserções locais e regionais de forma diferenciada.

³⁵ Utiliza-se o termo ‘pequeno produtor’ com base nos critérios estabelecidos pelo PRONAF – “deter, sob qualquer forma, no máximo quatro módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor ou, no máximo seis módulos, quando se tratar de pecuária familiar.” Os pequenos produtores, pesquisados do município de Catalão, pertencem ao **Grupo C** (possuem renda bruta até R\$ 14.000,00 por ano) e **D** (renda bruta entre R\$ 14.000,00 e R\$ 40.000,00 por ano). No município de Catalão, o **Grupo D** não ultrapassa 20 mil reais de renda bruta por ano. O Manual de Crédito Rural (MCR, 1997) classificava os produtores em miniprodutor (renda bruta inferior a R\$ 7.500,00 por ano); pequeno produtor (renda bruta anual que fica entre R\$ 7.500,00 e R\$ 22.000,00); médio e grande produtor (renda bruta anual acima de R\$ 22.000,00). (AGR, 2005).

A partir das características e definições sobre as unidades familiares de produção rural, apresentadas, principalmente, pelos autores Chayanov (1974); Woortmann e Woortmann (1997); Lamarche (1993); Wanderley (2001); Tedesco (2001) e pelo Relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), estabeleceu-se o eixo norteador deste trabalho. Assim, essas unidades produtivas apresentam centralidade dos meios de produção; trabalho e gestão assegurados diretamente pelos proprietários (divisão das atividades por sexo e idade); ênfase na diversificação da produção de gêneros alimentícios e multiplicidade de atividades; produção para o mercado e para o auto-consumo (complementação dos rendimentos); valorização dos recursos naturais e culturais (valores e tradições que constituem o patrimônio sociocultural); uso do trabalho assalariado complementar (necessidade estrutural); associação dos rendimentos agrícolas e não-agrícolas (aposentadoria, pensão, trabalho temporário fora da propriedade); subordinação imediata às condições externas (imprevisibilidade do processo produtivo: oscilações climáticas, pragas e doenças e, principalmente instabilidade de mercado), determinando as estratégias de reprodução e área total menor ou igual a quatro módulos fiscais de terra.

A identificação de ocorrência geográfica dos produtores estudados no município de Catalão (GO) dá-se em pequenas aglomerações mais ou menos concentradas e apresentam um alto índice de parentesco. Em função dessa realidade, adota-se a terminologia local – as comunidades rurais - utilizada pelos profissionais e órgãos que trabalham a questão no município e pela definição de Brumer et al. (1993). A autora apresenta uma importante ressalva quando afirma que a população do campo – a agricultura familiar – não se constitui verdadeiramente em comunidade rural, no sentido antropológico do termo, mas uma forma de “[...] associação do meio rural com o núcleo urbano que a integra. [...] A cidade (ou **município**), sede da comunidade, preenche não somente suas funções propriamente urbanas, mas também outras funções de caráter indiscutivelmente rural. [...]” (BRUMER et al. 1993, p. 180, grifo dos autores).

A organização de um referencial teórico possibilitou identificar e representar os fenômenos socioeconômicos e culturais responsáveis pela produção/reprodução rural familiar na economia brasileira e compreender suas particularidades regionais, principalmente no município de Catalão (GO)³⁶. Assim, a organização da amostra surgiu como uma necessidade de avaliar a aplicação das proposições teórico-metodológicas

³⁶ A pesquisa foi realizada nas comunidades rurais: Coqueiro, Mata Preta, Ribeirão e Morro Agudo/Cisterna.

recentes e as condições reais em que os estabelecimentos, no município, assentados no trabalho familiar, reproduzem-se.

Nesse sentido, o papel da fundamentação teórica é subsidiar a interpretação da realidade percebida, uma vez que a realidade é sempre mais complexa que qualquer formalização teórica da atividade do pesquisador. A metodologia eleita pela pesquisa realizou-se no âmbito de um conjunto de referências teóricas, orientada, por sua vez, por pressupostos epistemológicos. As proposições teórico-metodológicas permitiram o conhecimento de concepções e representações de segmentos sociais, como seu modo de vida, permitindo a relação com o fenômeno estudado.

5.1 A trajetória da pesquisa empírica

A partir do recorte teórico-metodológico, realizou-se o trabalho de campo. Primeiramente, foram feitas as visitas de sondagem e, em seguida, iniciaram-se as Entrevistas (que foram gravadas e escritas) com os Técnicos da Agência Goiana Rural³⁷ (Roteiro A); com os Agentes Comunitários de Saúde (Roteiro B), que conhecem todas as sedes/propriedades/famílias; com os moradores mais antigos da região, por serem conhecedores da história do lugar (Roteiro C) e com os Presidentes das Associações de Pequenos Produtores (Roteiro D). Essas visitas permitiram o estabelecimento de uma relação amigável e, principalmente, de confiança com os produtores, favorecendo o acesso às informações sobre o universo de vivência da produção rural familiar no município. Buscou-se investigar a heterogeneidade de situações socioeconômicas entre os produtores das comunidades rurais. Assim, procurou-se estabelecer uma amostra que contemplasse essa divergência.

A definição da amostra de produtores deu-se a partir das informações obtidas nos órgãos e instituições consultadas. O instrumento básico de coleta de dados foram os roteiros de entrevistas, contendo informações no âmbito socioeconômico e cultural. O levantamento de dados qualitativos foi feito na Agência Goiana Rural (AGR), na Secretaria Municipal de Obras de Catalão, Administração Municipal, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - Posto Catalão), Secretaria Municipal de Saúde de Catalão, Secretaria Municipal da Agricultura e aporte do Laboratório de Produção de Material Didático (CAC/UFG), estabelecendo a delimitação geográfica da

³⁷ Agência Goiana Rural (AGR) - Unidade Catalão, Fone: (64) 3441-3575 ou (64) 3441-3071.

área de amostragem e o levantamento do número de propriedades/sedes.

A pesquisa de campo foi realizada no município de Catalão, nos anos de 2003, 2004 e 2005, nas seguintes comunidades rurais: Comunidade Coqueiro (38 sedes/residências), Comunidade Mata Preta (64 sedes/residências), Comunidade Ribeirão (72 sedes/residências) e Comunidade Morro Agudo/Cisterna (79 sedes/residências), sendo aplicados respectivamente, quinze, dezesseis, dezessete e trinta e um Roteiros de Entrevista com os Produtores Rurais (Anexo D), ou seja, a amostra representa 31% do total das sedes/residências das comunidades rurais eleitas para o estudo. Foram aplicados, ainda, 40 Roteiros de Entrevistas com os filhos dos Produtores Rurais (Anexo E) e seis com as famílias dos trabalhadores rurais de origem baiana³⁸ - Capim Grosso (Anexo F) que moram há mais de dez anos na Vila Açucena, na Comunidade Morro Agudo/Cisterna e 16 entrevistas com os moradores mais antigos das comunidades.

Primeiramente, foram realizadas as visitas de sondagem e a aplicação de pré-testes para o trabalho de campo com os proprietários/produtores, visando o levantamento de informações sobre a área de pesquisa e testagem da viabilidade dos roteiros e, assim, estabelecer a delimitação geográfica da área e o quantitativo de moradores/sedes a serem entrevistados. Diante dos objetivos propostos pela pesquisa, foram entrevistados moradores nascidos e criados na região, que forneceram importantes informações sobre as relações de trabalho e sobre os aspectos do grau de parentesco existentes entre os moradores das comunidades rurais. A escolha dos entrevistados, para a sondagem dos roteiros, representa uma estratégia previamente estabelecida, visto que os mesmos são moradores antigos e conhecedores dos valores, tradições, costumes (patrimônio sociocultural) e, também, da cadeia hereditária dos moradores do lugar.

Em seguida, foi feita a escolha prévia dos produtores que fizeram parte da amostra. Não foram encontradas grandes dificuldades, excetuando, o tempo destinado à aplicação dos Roteiros de Entrevista, em média duas a três horas por roteiro. Essa acessibilidade é creditada aos técnicos da Agência Goiana Rural (AGR) que comunicaram e esclareceram aos Presidentes das Associações de Pequenos Produtores os objetivos de nossas visitas e, ainda, o auxílio de uma acompanhante - P. M. S. Duarte (nascida e criada na Comunidade Coqueiro) - filha de uma família muito conhecida na região.

Todos esses procedimentos contribuíram no sentido de amenizar os receios e as desconfianças dos produtores por estarem fornecendo informações. Mesmo

³⁸ Famílias que vieram do estado da Bahia para trabalhar no município de Catalão.

assim, uma minoria se negou a dar qualquer informação. As informações dividiram-se em factuais (sexo, idade, tamanho da família, tamanho da propriedade, estado civil, série escolar, renda, religião e outros) e em opinativas (suposições, valores, organização política, dentre outros).

As entrevistas foram feitas nos finais de semana, por ser o dia em que as famílias tinham maior disponibilidade e reuniam-se várias gerações - os filhos, as noras, os genros, os netos, dentre outros familiares e duravam uma tarde ou todo o final de semana. O interessante foi perceber que os próprios familiares desconheciam boa parte da história de suas famílias e de sua região, o que ampliou e enriqueceu os questionamentos e os 'causos'. Esse espaço constituiu um momento muito importante para a compreensão da riqueza sociocultural do lugar e, principalmente, como essas famílias utilizavam seu tempo, o ritmo de vida e como se inseriam na ordem social como um todo.

Essas entrevistas com os moradores mais antigos das comunidades (Anexo C) exploravam informações sobre a origem das primeiras famílias do lugar, a relação das famílias/sobrenome mais numerosas, as primeiras atividades implantadas, os meios de transporte, o modo como as famílias viviam, o que e como produziam, as festividades religiosas, a relação do fazendeiro com a cidade, as relações de trabalho (filhos e agregados). As entrevistas constituíram um diálogo informal, sendo transcritas e gravadas em fitas cassetes.

Dessa forma, buscou-se a constituição da história do lugar através de fontes orais e documentais. Todas as informações sobre as comunidades rurais do município de Catalão que se encontram neste trabalho foram obtidas através dos roteiros de entrevistas e entrevistas feitas junto às instituições e órgãos competentes, aos Agentes Comunitários de Saúde, aos Presidentes das Associações de Pequenos Produtores, aos produtores, aos seus filhos e, também, junto aos poucos trabalhadores rurais da região.

Finalizando a etapa das visitas de sondagem e já realizada parte das entrevistas, iniciou-se o trabalho definitivo de campo. O roteiro de entrevista com os produtores rurais (Anexo D) foi aplicado junto ao chefe da família da unidade produtiva, explorando informações, como os dados sobre a família e sobre a propriedade, a produção, a comercialização, a força de trabalho, o uso de tecnologias e recursos, a assistência técnica, o financiamento, a organização dos produtores e as perspectivas enquanto produtor rural.

Os roteiros de entrevista aplicados com os filhos dos produtores rurais (Roteiro E) tiveram como finalidade conhecer efetivamente as condições e perspectivas de

vida dos jovens (homens e mulheres) que residem no meio rural, principalmente no que se refere às atividades rurais e não rurais praticadas, a sua contribuição na unidade produtiva, as perspectivas de continuarem nessas unidades enquanto sucessores, as possibilidades de diversão e lazer, suas necessidades imediatas de consumo, as principais dificuldades cotidianas encontradas e, ainda, confirmar, em parte, as informações fornecidas pelos pais. Geralmente os filhos homens conhecem detalhadamente a contabilidade da unidade produtiva e são mais desprendidos nas entrevistas, constituindo-se em importantes informantes nas pesquisas realizadas.

Os roteiros de entrevista com os produtores rurais e os demais roteiros utilizados encontram-se em anexo. As informações quanto ao número total das sedes/residências foram obtidas com os Agentes Comunitários de Saúde de cada comunidade rural (Roteiro B) e na Secretaria de Saúde do Município. Foram entrevistados quatro agentes comunitários de saúde, L. O. Arruda (Comunidade Morro Agudo/Cisterna, que trabalha há seis anos como Agente de Saúde), M. S. de O. Santos (Mata Preta, trabalha há cinco anos), R. dos Santos (Coqueiro, trabalha há 6 anos) e A. K. A. de Oliveira (Ribeirão, trabalha há 7 anos). E também, para uma maior compreensão analítica do objeto, foi realizada a produção de um documentário fotográfico. Em síntese, somou-se um total de 150 pessoas que foram entrevistadas e/ou participaram diretamente, colaborando para a realização deste trabalho.

Diante da complexidade das situações apresentadas pela produção rural familiar, tornou-se importante ressaltar o aparente caráter da uniformidade afigurada por esses produtores. Assim, o uso do termo ‘unidade de produção rural’ procura enfatizar justamente a diversidade de situações vivenciadas por esse segmento de produtores. Existem vários elementos que diferenciam as unidades de produção rural familiar entre si, como o tamanho da família e da propriedade, o número de trabalhadores e consumidores (crianças, idosos e portadores de alguma deficiência), os recursos financeiros, o uso de tecnologia, o gerenciamento, a produtividade do trabalho, a formação escolar, a relação com o mercado, o acesso ao crédito, dentre outros fatores. Entretanto estas peculiaridades em questão não comprometem as características gerais atribuídas à produção rural familiar.

Nesse sentido, a preocupação principal assentou-se na busca de comunidades rurais que tornassem possível a percepção das peculiaridades de inserção da produção rural familiar no município de Catalão. Um município conhecido pela presença de grandes grupos (transnacionais) que dominam a exploração mineral no Brasil, pelas modernas e grandes propriedades que produzem, em especial, a soja e milho e pelas

generosas receitas fiscais. Todavia os produtores de gêneros alimentícios, que abastecem o mercado local e áreas próximas, como as Centrais de Abastecimento (CEASA) de Uberlândia (MG), ainda são compreendidos como atividade acessória, pois não são contemplados, efetivamente, pelas políticas públicas do município de esclarecimento quanto à acessibilidade e busca de novas orientações junto às instituições financeiras e/ou de fomento de tecnologias, fatores que comprometem o aumento da produtividade e a qualidade sanitária dos produtos produzidos.

Considerando os problemas enfrentados por esse segmento, são apresentados, no decorrer deste capítulo, os principais fatores responsáveis pela reprodução do patrimônio sociocultural das unidades de produção familiar em Catalão, como a origem das propriedades e a transmissão do patrimônio, o uso da terra, a assistência técnica e financeira, as características do grupo familiar, os aspectos sociais dos produtores, a organização do trabalho, a importância das feiras livres para as comunidades rurais e as formas de organização social.

5.2 A constituição da história através da reprodução do patrimônio sociocultural

Ao elaborar um referencial teórico, procura-se também reconhecê-lo no mundo real. Esse novo universo de representações - construído através do cotidiano dos moradores das comunidades rurais com a simplicidade de pessoas comuns, de pessoas que fazem a história - é incorporado num conjunto de idéias sistematizadas, nas quais a teoria, o ponto de vista do pesquisador e o objeto se unem, tornando-se eternamente vivas. Nessa perspectiva, a teoria é o caminho para conhecer e compreender os mundos manifestos e suas representações. Aqui, cabe ainda outra ressalva, por maior que seja o envolvimento do pesquisador com seu objeto de pesquisa, por mais criteriosos que sejam seus procedimentos de análise, as verdades produzidas, ainda, assim, serão parciais.

Desse modo é que se apresenta o universo de uma vida simples e de muito trabalho, em que o trabalho, a terra e a família fazem parte de sua história. Uma história ou uma memória, que pode ser semelhante a várias outras ocorridas nesse imenso país, porém, essa é especial. É especial para as comunidades rurais, é especial porque é narrada e vivida pelas famílias que a protagonizam.

Segundo os moradores da Comunidade Coqueiro, como o Sr. G. T.

Correia (78 anos), o Sr. A. J. Duarte (69 anos) e sua esposa, Sra. M. T. Duarte (63 anos), conhecida por Dona 'Mariinha', o Sr. W. J. Duarte (65 anos) e sua esposa M. A. Duarte (65 anos) e o Sr. B. C. da Silva (58 anos), os primeiros moradores da Comunidade Coqueiro fixaram-se no local, aproximadamente, no final do século XIX (1899). As principais famílias citadas foram as do Sr. Francisco José Duarte, que veio de Portugal (era Feitor de Ferrovia/SP); havia uma outra família de Duarte que veio de Minas Gerais, a do Sr. Albino Arcanjo Duarte, Sr. Antônio Lopes, Sr. Josias Tomé, Sr. Manoel Carlos da Silva, Sr. João Silvestre Vieira, Sr. João Arcanjo, Sr. Reinaldo Tobias, Sr. João Tomé Correia entre outras famílias. Segundo os moradores das demais comunidades (Morro Agudo/Cisterna, Ribeirão e Mata Preta), a ocupação de sua região teve início, praticamente, no mesmo período e com um número expressivo de famílias de origem portuguesa. Essas pessoas vieram em busca de terras de boa qualidade e com preço acessível.

Na Comunidade Cisterna, foram entrevistadas a Sra. M. S. Arruda (72 anos), a Sra. O. M. Honório (87 anos), a Sra. M. de F. Honório (57 anos) e a Sra M. M. Arruda dos Santos (36 anos). Na Comunidade Mata Preta foram entrevistados o Sr. A. M. Duarte (73 anos), Sra. M. de Lourdes (57 anos), o Sr. C. J. do Nascimento (60 anos), Sr. C. R. Duarte (57 anos). Na Comunidade Ribeirão foram entrevistados o Sr. O. J. Ribeiro (77 anos) e sua esposa Sra. O. S. Ribeiro (75 anos). As principais famílias citadas na Comunidade Cisterna foram Arruda, Rodrigues, de Paula, Camargo e Sucena. Na Comunidade Ribeirão foram Limírio, Ribeiro, Cassiano Martins, Duarte (Roque) e Coelho. Na Comunidade Mata Preta foram Alves, Santos, Martins e Camilo Alves.

Naquela época, as famílias eram grandes, os produtores ao nomearem algumas famílias contemporâneas a dos seus pais, salientaram que a menor família de seu conhecimento era composta por cinco, seis filhos. Era comum a existência de famílias com oito, dez, quatorze filhos. O Sr. O. J. Ribeiro (Comunidade Ribeirão, jul. 2003), por exemplo, vem de uma família de onze irmãos e teve dez filhos. Considerando os exemplos das famílias citadas, daria uma média de nove filhos por família. O tamanho das famílias influenciava, também, nas construções habitacionais. Algumas dessas casas, remanescentes de um período em que as famílias eram grandes, foram reformadas, outras demolidas e até mesmo abandonadas (Figura 6).



Figura 6 - Comunidade Coqueiro - Catalão (GO): casa construída no início do século XX.
Autor: I. M. Ferreira, jan. 2001.

Em termos de habitação rural, em geral as casas construídas tinham as paredes altas; as janelas de madeira eram grandes, permitindo uma boa ventilação; o piso era de assoalho; as portas dos quartos davam para a sala de visita e para a sala-copa, de maneira a aproveitar todo o espaço da construção. As cozinhas eram separadas por uma área livre, área de circulação. A maioria das construções era feita pelos próprios moradores/proprietários, auxiliados pelos vizinhos, geralmente os irmãos. A casa onde reside atualmente o Sr. Ribeiro (Comunidade Ribeirão, construção de meados do século XX), foi construída pelo seu avô, até mesmo o serviço de carpintaria. A residência do Sr. A. M. Duarte (Mata Preta, ago, 2003) é do início do século XX (1902).

As pessoas que não fossem da família não tinham acesso ao corpo da casa, pois o costume era receber todas as visitas na cozinha. Os porões das casas eram utilizados (e ainda são) para estocar os gêneros alimentícios. “Era um tempo de muita fartura. As tuias (caixas pesadas de madeira ou de adobe com tampa) ficavam sempre cheias” (G. T. Correia, Comunidade Coqueiro, jul. 2003). O feijão às vezes era guardado em balaio de palha de milho ou taquara de taboca³⁹ revestidos de argila e estrume de gado. O Sr. O. S. Ribeiro (Comunidade Ribeirão, jul. 2003) diz que havia muita fartura, as famílias produziam muito e faziam estoque. Toda família tinha casa de despejo. “Hoje se

³⁹ Taboca é uma espécie de bambu da Família das Gramíneas, típica da região do Cerrado, usada para confecção de utensílios e esteiras.

tiver estoque é assaltado.”

Os filhos, desde pequenos (com idade de seis anos), começavam a ajudar os pais. O trabalho na terra fazia parte de sua educação. Para o Sr. O. Ribeiro (Comunidade Ribeirão) as famílias eram mais controladas e os “filhos obedeciam aos pais e não tinham tempo para aprender o que não presta.” Os filhos homens, à medida que adquiriam força e habilidade com as ferramentas, acompanhavam os seus pais. As filhas ajudavam as mães nas atividades domésticas. Esses produtores afirmam que aos nove anos de idade, entre cinco, seis horas da manhã tomavam o seu café, calçavam as botinas (quando tinham) e acompanhavam o seu pai e os ‘companheiros’ para o trabalho (capina, plantio, colheita, manutenção de cercas).

Saíam ao alvorecer e voltavam ao pôr-do-sol, o que correspondia a, aproximadamente, dez, doze horas de trabalho diário. Os filhos, no decorrer da semana, moravam nos ranchos/chocha (o esteio era feito de madeira - aroeira ou angico -, ripava com madeira branca e cipó ou com taboca, a cobertura era de capim macega) que ficavam nas roças. O café da manhã era uma refeição reforçada (arroz, feijão, carne guardada na manteiga e alguma ‘mistura’ produzida no quintal). “O trabalho era pesado, na base da enxada”. Ainda hoje é comum os trabalhadores fazerem essa refeição reforçada antes de irem para as roças.

Ao se referirem à sua infância, argumentaram que o modo das pessoas viverem, naquele tempo, era muito diferente. A família era mais unida. Os filhos tinham muito respeito pelos seus pais e havia união entre os irmãos. Todos na família ajudavam um ao outro, “não havia tanto interesse como hoje. As pessoas não precisavam de muito para viver, era uma vida simples e de muito trabalho. Hoje ninguém quer nem mesmo se casar se não tiver uma boa condição, uma boa casa, móveis bonitos e todas essas outras coisas que dão conforto.”

As mulheres casadas enfrentavam muitas dificuldades, como buscar água nos córregos e lenha (o fogão a lenha era aceso ao amanhecer e utilizado até o final do dia para aquecer a água dos banhos) para as necessidades da casa; cultivavam as hortaliças; socavam o arroz na mão (com o tempo essa atividade passou a ser feita pelos monjolos movidos a água); cuidavam dos filhos, faziam o polvilho, a farinha de mandioca; teciam (descaroçavam o algodão, cardavam, preparavam o fio e o tingiam, teciam o tecido de algodão); às vezes costuravam para toda a família, cozinhavam para a família e para os ‘companheiros’. Eram oferecidas quatro refeições por dia e todas as despesas de alimentação ficavam por conta do proprietário das terras.

Os chamados ‘companheiros’ eram os agregados que moravam nas fazendas. O agregado pedia permissão para construir seu rancho, com material improvisado, doado pelos fazendeiros, ou quando existia uma pequena casa desocupada na propriedade, essa era cedida à família do agregado. Trabalhavam, também, do nascer ao pôr-do-sol, junto com o patrão e recebiam a ‘féria’ no final do dia.

O pagamento era feito com produtos, como 1 kg de toucinho salgado ou 1 litro de banha de porco ou 1 kg de rapadura ou $\frac{1}{2}$ quarta⁴⁰ de arroz com casca ou $\frac{1}{2}$ quarta de feijão ou $\frac{1}{2}$ quarta de café em coco ou fumo, e outros produtos. O Sr. O. J. Ribeiro mostrou uma caderneta de anotações que foi de seu pai e apresentava esses valores. Era na realidade, uma tabela de preços, por produto, equivalente a um dia de serviço, incluindo os que o fazendeiro comprava na cidade (sal, querosene, remédios). Para se ter uma base comparativa, um dia de serviço poderia ser pago com um quilo de toucinho salgado ou com meia quarta de arroz com casca, o que corresponderia, a mais ou menos quatro litros de arroz limpo.

O principal produto usado para o pagamento dos companheiros era o toucinho salgado (que resulta no torresmo e na banha de porco). Os fazendeiros o preparavam para que pudesse ser estocado por um mês ou mais; o consumo era grande. Assim, abriam o toucinho até a pele e salgavam, em seguida, forravam caixotes de madeira ou jacás feitos de taquara de bambu com palhas de milho ou de banana e colocavam o toucinho disposto em camadas, alternando palhas e toucinho salgado, sendo a última camada de palha.

Os agregados podiam cultivar o seu quintal (plantando mandioca, bananeira e hortaliça, produtos que não exigissem gastos) e cultivavam roças de arroz, milho e feijão a meia com o proprietário ou trabalhavam por dia e, também, podiam trabalhar para o vizinho. Faziam todo tipo de serviço. Nem todos os agregados trabalhavam por dia para o dono da fazenda. “Esses trabalhadores dependiam dos fazendeiros. O fazendeiro cuidava de todos.” Alguns produtores acrescentaram que enquanto os agregados estavam na propriedade eles - os agregados - tinham fartura.

Os proprietários produtores, também, contavam com os chamados mutirões⁴¹ ou demão, que eram realizados aos sábados, tanto para o plantio, capina e/ou colheita, como para limpeza dos regos d’água. As mulheres, as fiandeiras e tecedeiras,

⁴⁰ Medida equivalente a 20 litros.

⁴¹ O mutirão não é propriamente um socorro, um ato de salvação ou um movimento piedoso; é antes um gesto de amizade, um motivo para folgança, uma forma sedutora de cooperação para executar rapidamente um trabalho agrícola (CANDIDO, 1998, p. 69).

reuniam-se para fiar (ou seja, fazer os fios do algodão) e depois se reuniam, novamente, para tecer o tecido de algodão. Os mutirões contavam com vários trabalhadores da vizinhança, a maioria era parente. As mulheres cuidavam das refeições que eram servidas no decorrer do dia. No final do dia, o fazendeiro oferecia uma festa, com direito a canto, dança, sanfona, violão e pandeiro. Os produtores recordam dos ‘cantos de embolada’ que ocorriam nessas ocasiões.

Acrescenta-se que também era feita a ‘treição’⁴². Quando um vizinho percebia que alguém estava precisando de alguma ajuda, convocava os outros moradores da comunidade e vários trabalhadores (proprietários, companheiros) da vizinhança que se juntavam para realizar o serviço necessário. No final do dia faziam a tradicional festa.

Para essas pessoas os mutirões valiam a pena. Muita gente se reunia e trabalhava como se fosse para ganhar o dia, fazendo o serviço bem feito. Os trabalhadores começavam cedo, à tarde a tarefa já estava concluída. O fazendeiro arcava com as despesas de alimentação, pinga e pagode. Todos trabalhavam e, no final do dia, se divertiam. Hoje, segundo os produtores, já não compensa para o fazendeiro. “As despesas são altas e o trabalho é mal feito.”

Para manter a propriedade e a família, os produtores cultivavam café, cana-de-açúcar, arroz, feijão e processavam pinga, rapadura e açúcar de forma (mascavo), criavam porcos e outros produtos para venderem na cidade. O Sr. G. T. Correia (Comunidade Coqueiro) diz que na propriedade de seus pais chegavam a criar mais de quarenta porcos. Os fazendeiros, suas famílias e os agregados, raramente vinham para a cidade. A viagem era muito difícil e cansativa. Geralmente, quando os fazendeiros vinham para Catalão comercializar sua produção, saíam cedo da propriedade com o carro-de-boi cheio e ‘posavam’ nas proximidades da chamada Lagoa Paquetá, que corresponde hoje ao Bairro Ipanema, área urbana de Catalão. Na manhã seguinte, entregavam o seu produto a um atacadista (comerciante já conhecido), faziam suas compras (querosene, sal, tecido, calçado, remédios e outros) e retornavam para sua propriedade, o consumo era pouco.

As estradas que ligavam as propriedades rurais a Catalão eram precárias, a maioria constituía caminhos abertos a enxidão. Em 1971, o Governo Federal começou a trabalhar a estrada que deu lugar, em 1973 à Rodovia BR-050. Os ‘caminhos’ de circulação entre as propriedades também eram muito ruins. Assim, as pessoas utilizavam tanto as carroças, o cavalo como o carro-de-boi para fazerem seus passeios, ou mesmo para

⁴² A traição é uma terminologia regional utilizada para significar o caráter de surpresa da demão/mutirão (CANDIDO, 1998, p. 69). Na Comunidade Coqueiro essa forma de trabalho é denominada como ‘treição’.

trocar algum produto produzido em sua propriedade com as de outros produtores da região.

Esses produtores contam que na época de seus pais (na sua infância), havia movimento de pouco dinheiro, as necessidades também eram poucas, “as pessoas não ficavam comprando tanta porcaria, nem remédio as famílias compravam.” Os proprietários não tinham ilusão, pelevavam para conservar tudo que tinham para deixar para os seus filhos. A mercadoria produzida pelo produtor rural sempre foi barata, mas tinha comprador. Um só atacadista ou ‘armazenista’ comprava toda sua produção (arroz, feijão, café, fardos de toucinho - revestido com palha de milho ou de buriti⁴³ - bananas, farinha de mandioca, polvilho, rapadura, açúcar mascavo, aguardente) e a dos seus vizinhos. “As pessoas viviam do plantio e do que vendiam. Não havia tanto imposto como hoje e tantas outras despesas.”

As maiores propriedades chegavam a quarenta, cinquenta, oitenta, cem alqueires⁴⁴ de terra⁴⁵. Como as famílias eram compostas por muitos filhos verificou-se, através da pesquisa de campo, que as propriedades sofreram um processo considerável de espoliação hereditária. Assim, a maioria dos filhos ficou impossibilitada de assegurar seus rendimentos, principalmente os filhos homens que migraram para as cidades buscando condições de sobrevivência. Nesse período, a maioria das filhas se casava com os rapazes da região, permanecendo no meio rural. Porém, esses jovens enfrentavam um mercado de trabalho competitivo, devido a sua precária formação escolar. As cidades, também apresentavam sérios problemas quanto à oferta de empregos e geração de renda.

Quanto aos aspectos culturais destaca-se a religiosidade. Os moradores das comunidades rurais do município eram/são, praticamente, todos católicos praticantes. Isso explica as festividades religiosas organizadas na região até hoje. As famílias das comunidades organizavam suas festas, no decorrer do ano, uma em homenagem a São Sebastião e a São José e a outra, em homenagem a Santo Antônio e ao Divino Espírito Santo. Esses eventos lhes permitiam reunir para rezar e para rever os amigos, os parentes e os compadres. Elas ocorriam de maio a agosto.

As primeiras festas religiosas eram realizadas nas casas. Todos os moradores da comunidade aceitavam fazê-la, “não se sabe de nenhuma recusa.” A festa ocorria durante nove dias, no período noturno. Primeiro, rezavam o terço (a novena de nove dias) e depois seguiam as festividades do dia. O dono da casa contava com a ajuda

⁴³ Palmeira típica dos subsistema de Veredas, *Mauritia-vinifera*.

⁴⁴ Alqueire é uma unidade de medida de superfície agrária utilizada em Goiás, equivalendo a 4,84 ha.

⁴⁵ O módulo fiscal do INCRA de Catalão é de 40 ha (SEPLAN-GO, 2003).

dos ‘juizados’ que se responsabilizavam por várias tarefas, como a reza, o café, os jogos e o leilão. Havia vários juízes eleitos para cada dia da festa. O ‘juizado de bandeja’, por exemplo, era representado pelas senhoras que organizavam uma mesa bem diversificada de alimentos (biscoitos, pratos salgados).

Já as senhoritas eram convidadas como ‘juizado de cesto’ (doavam uma bandeja, uma prenda com um prato típico da região). No último dia, os ‘mordomos’ levantavam as bandeiras dos santos. A festa religiosa reunia de cinquenta a cento e cinquenta pessoas da vizinhança. As famílias iam a pé, a cavalo e carroça que era o meio de transporte mais utilizado para circulação interna.

A segunda festa religiosa era realizada na Capela, que ficava no Tombador (na zona da Mata Preta), onde se localiza o atual cemitério. Também durava o período de nove dias de novena e sua organização era semelhante à primeira festa já descrita. Tanto o terreno da antiga Capela como a do cemitério foram doados pelo Sr. Francisco José Duarte e pelo Sr. Joaquim Cândido. Em 1957, a Capela foi transferida para o Coqueiro⁴⁶, local onde se encontra até hoje. A justificativa apresentada foi que a capela ficava em uma área isolada. Recentemente, as festas foram unificadas. A homenagem foi estendida aos quatro Santos. Muitas famílias da comunidade se esforçam para manter a tradição, ajudando a organizar a festa e incentivando os jovens a participarem.

Essa festa religiosa, organizada pelos festeiros eleitos pela própria comunidade, favorece o encontro da vizinhança dispersa da comunidade, de várias famílias de outras comunidades rurais e, também, de famílias da cidade. É feita nos meses de maio a junho, no pátio da Igreja dos Coqueiros (Figura 7). As famílias da comunidade organizam as missas, a procissão, os leilões e também a decoração do ranchão, que é erguido especialmente para as festividades. Todas as demais comunidades organizam suas festas, alternando as datas entre elas.

Hoje essas festas reúnem várias famílias da comunidade e da região circunvizinha, chegando a ter, no final de semana, mais de 800 pessoas. No decorrer da semana, participam da festa de 50 a 200 pessoas. Para o Sr. Arcanjo, tanto a festa da Comunidade Coqueiro como das outras comunidades tornaram-se menos religiosas. “Hoje não tem festa de religião. É só festa de exploração. Tem boteco, venda de bebida, tem leilão e tem que ter conjunto para tocar.”

⁴⁶ A Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo, que se localiza ao lado da Igreja do Coqueiro, é responsável pelo ensino de alfabetização à 4ª Série da 1ª fase do Ensino Fundamental.



Figura 7 - Comunidade Coqueiro - Catalão (GO): atual Igreja dos Coqueiros. Autor: I. M. Ferreira, jul. 2003.

Existem outras festas que são preservadas nas comunidades, como a Folia de São Sebastião (Mata Preta), a Fogueira de São João e a Encomenda de Almas na Semana Santa. A Folia de São Sebastião ocorre de 17 a 20 de janeiro. Cada ano a festa ocorre em uma casa diferente. Alguns participam da festa há mais de quinze anos. O festeiro escolhido ganha um ramalhete de flores. O festeiro oferece o ‘poso’, o transporte, as refeições e o cigarro. São treze foliões que percorrem todas as casas. Alguns moradores acompanham os foliões pelas demais sedes/propriedades. O carregador da bandeira organiza as visitas e os cantos e pede prendas – o que as pessoas quiserem doar, como bezerro, arroz, galinha, porco, dinheiro, feijão, farinha, queijo, ovos, de tudo. A comunidade aprecia essa festa e todos participam. “A festa é católica, por devoção, não de interesse e nem é política.”

A Encomenda de Almas é feita durante três dias na Semana Santa, de quarta a sexta-feira, das 20 a 1h. Essa tradição tem mais de cem anos. O Sr. A. M. Duarte (Mata Preta) conta que os encomendadores de alma (grupo formado por seis a doze pessoas) ao chegarem nas sedes tocam a matraca e o berra-boi⁴⁷ na porta da casa dos moradores - “está ocorrendo a desordem - é só para alertar o morador, ele não precisa se levantar.” O grupo visita todas as casas. Primeiramente, eles fazem todo ano o levantamento de todas as casas por cada vertente e cada dia eles fazem um setor.

⁴⁷ Instrumentos rústicos usados para produzirem sons guturais.

Os moradores só podem abrir as portas após os rezadores terminarem as rezas - não podem abrir a porta antes porque os rezadores atiram pedras. Os antigos encomendadores de almas da região contavam que os moradores que saíam de suas casas para acompanhar os rezadores - depois deles já terem partido da sede - acabavam vendo as almas vestidas de branco atrás dos rezadores. Alguns ficavam com muito medo e voltavam para as suas casas, porém, o Sr. Arcanjo disse que ele mesmo nunca viu nenhuma alma!

O Sr. Arcanjo conta a estória de uma senhora que viveu há mais de cem anos na Mata Preta, a Dona Maria Colodina. Diziam que ela tinha o costume de verificar se suas vacas estavam na porta de sua casa. Certa vez, passaram os encomendadores de almas e as vacas ficaram agitadas. No dia seguinte, a senhora saiu a comentar que teria sido visitada pela ‘mula sem cabeça’. Diz a lenda que a mula sem cabeça não podia ver as unhas, nem os olhos - se não ela sairia dando coices.

A Festa da Fogueira de São João é realizada no dia 24 de junho. Os festeiros convidam os familiares e amigos, em média oitenta a cem pessoas da comunidade participam. A festa representa uma tradição das famílias desses produtores e eles se sentem na obrigação de mantê-la. Para a Sra. L. O. Marques (Comunidade Ribeirão, jul. 2003) esse costume iniciou-se com seus avós - são votos das famílias, pedindo que seus filhos nasçam com saúde. Primeiro é rezado o terço⁴⁸, em seguida acende a fogueira, levanta a bandeira e começam a fazer os “Batizados de Fogueira de São João.” Para o batizado é preciso um casal para ser os padrinhos e uma pessoa para representante de São João Batista - que representa a criança, é o momento mais importante do culto.

O casal que será padrinho e o representante devem se ajoelhar em frente à fogueira com um prato esmaltado de cor branca, cheio de água e com uma vela acesa no centro. As três pessoas devem rezar um Pai Nosso, uma Ave Maria, uma Santa Maria, o Credo e, por último, uma Salve Rainha. Em seguida, o representante e depois os padrinhos colocam o dedo na água do prato, depois nas cinzas da fogueira e deve fazer o sinal da cruz com a água três vezes na testa da criança, pronunciando o nome do afilhado - eu te batizo em nome do Pai e do Filho, do Espírito Santo e de São João Batista (é a saudação da bênção entre padrinho e afilhado). A água do prato deve ser lançada na água corrente ou no pé do mastro de São João. E, por último, é servida a comida típica dessa data, ao som das sanfonas e violões.

Através dos relatos dessa gente, do conhecimento de suas tradições,

⁴⁸ Reza típica da religião Católica, que é composto pelas seguintes orações: Credo, Pai-Nosso, Ave-Marias, Glória, 1º e 2º Mistérios e Salve Rainha.

verifica-se que os pequenos produtores rurais, de um modo geral, não estão isolados. Ao contrário, possuem uma vida sociocultural rica. Nessas comunidades rurais observa-se que cada família mora em suas terras/sedes. Os filhos que se casam e não têm condições de adquirir, através da compra, uma outra propriedade, constroem suas casas nas propriedades dos pais, ou simplesmente se apropriam da antiga sede da fazenda, que passa a lhes pertencer sob concessão verbal de uso.

As primeiras economias são utilizadas para a compra de suas próprias terras, mas é uma situação comum os pais demarcarem um ‘pedaço’ de terras para seus filhos homens. O casamento dos filhos, a constituição da família é um ritual sagrado para essas pessoas. As famílias estabelecem uma organização de vizinhança, cria-se um sentimento de localidade e identificação. Esses aspectos conferem às famílias, de uma determinada comunidade rural, uma identidade geográfica e social. Sempre quando se referem a um morador de outra comunidade, acrescentam: ‘é a filha do Sr. Joaquim dos Coqueiros’, por exemplo.

Os pequenos produtores não restringem suas relações aos domínios da comunidade a que pertencem. Eles conhecem a região circunvizinha e várias outras realidades socioeconômicas. Essa constante circulação é assegurada, principalmente, pelas atividades econômicas (no meio rural e na cidade), pelas práticas religiosas e visitas a familiares. As famílias ainda hoje se reúnem, também, para fazer as novenas, percorrendo as casas das famílias da comunidade. O fator econômico caracteriza o principal elemento da sociabilidade da população que se encontra no meio rural.

A cidade de Catalão, também, cumpre algumas funções importantes para essas comunidades, à medida que presta serviços administrativos e burocráticos (relativo ao exercício dos direitos e deveres da sociedade como um todo), de educação e de saúde. Os casamentos são realizados na sede paroquial. As festas e eventos importantes, como a Festa do Rosário e a Exposição Agropecuária de Catalão, atraem a população rural. Outra função diz respeito à educação. Hoje, a maioria dos adolescentes e jovens se dirige à cidade para estudar, principalmente, para o ensino médio e, uma minoria, para o ensino superior, em veículos que fazem um percurso diário de ida e volta em linhas estabelecidas, patrocinados pelo poder público municipal.

Os pequenos produtores, também, dirigem-se à cidade para comercializarem o excedente de sua produção e comprarem os produtos que não produzem. Nesse sentido, a dinâmica socioespacial incorpora todos os segmentos sociais em um mesmo processo. A socialização e seus problemas atingem mais intensamente uns

segmentos que outros, promovendo constantes mudanças e adaptações às novas configurações organizacionais. A importância do setor produtivo para a sociedade determina seu grau de inserção na dinâmica da acumulação do município.

5.3 Características socioeconômicas da produção rural familiar no município de Catalão

O maior consenso entre os vários estudiosos da questão da produção rural familiar reside na proposição que a agricultura, de um modo geral, na última década, no Brasil, está enfrentando muitos problemas, principalmente no que se refere à remuneração do trabalho do pequeno produtor rural e o preço dos insumos agrícolas em geral, ou seja, um processo chamado de transferência setorial de renda (AMIN; VERGOPOULOS, 1986). As novas estratégias produtivas, para alguns, representa a possibilidade de permanecerem na terra, para outros, é a sua sentença.

Através do incremento de novas tecnologias e defensivos houve a elevação da produtividade do trabalho o que assegurou o rebaixamento dos preços dos gêneros alimentícios para as famílias urbanas, sustentando vários planos econômicos de governos, principalmente, a partir da década de 1990. Em contrapartida, o aumento da produtividade agrícola provocou o rebaixamento gradativo dos preços, comprometendo, muitas vezes, até mesmo os custos de produção da unidade produtiva e da família. A alternativa para compensar os baixos preços é elevar, ainda mais, a produtividade [ciclo vicioso], diversificar a produção e buscar meios de eliminar os intermediários.

Esse processo tem sido responsável pela imposição de um perfil empresarial de produtor que tenha condições de sobreviver frente às constantes mudanças impostas pela dinâmica do mercado consumidor. Todas as atividades demandam por um complexo padrão de racionalização da produção, em que prevalece a necessidade de um cálculo preciso entre a produção e os custos. Nessa perspectiva, exige-se que a gestão da propriedade rural familiar enquadre-se nos moldes de uma empresa.

Diante desse contexto, os produtores, de um modo geral, têm procurado diversificar sua produção e comercializar diretamente parte da mesma como estratégia de assegurar os rendimentos necessários para sustentar sua família e manter sua propriedade. As feiras livres existentes no município viabilizam esse mecanismo. No entanto, os maiores problemas assentam-se na dificuldade de fortalecer as organizações de pequenos

produtores, criadas pela iniciativa conjunta da Agência Goiana Rural, Secretaria da Agricultura e Sindicato Rural de Catalão. Assim, a organização, tanto para a produção quanto para a comercialização, emerge como um caminho para melhorar os rendimentos desses produtores.

5.3.1 A terra, a família e o trabalho como unidade de produção e consumo

Verifica-se uma produção agrícola diversificada no município, em que uma das justificativas pode ser atribuída à sua disposição topográfica e cobertura pedológica (FERREIRA, 1993, 2003). Essa distribuição reflete, também, sobre os segmentos de produtores (agricultura empresarial moderna e pequena produção familiar) e produção na região. As pequenas propriedades rurais se reproduzem enquanto residuais de um tradicionalismo marcante na história brasileira (LAMARCHE, 1993). Esses estabelecimentos rurais caracterizam-se pelo predomínio do trabalho familiar, ou seja, a família é responsável pela administração e gerenciamento das atividades e também pela maioria do trabalho realizado na propriedade.

Cada membro da família, pai, cônjuge, filhos e qualquer outro membro (forças marginais e não transferíveis) possuem seus deveres e obrigações diárias. Na realidade, há sempre muito trabalho para todos e os maiores problemas dizem respeito à remuneração do grupo familiar, ao baixo valor agregado aos produtos agrícolas, assegurando uma baixa renda agrícola aos membros da família, o que tem promovido a diminuição da população rural.

A diversificação da produção de gêneros alimentícios é um meio de assegurar a reprodução familiar. Tanto na agricultura empresarial moderna quanto na familiar, parte da produção, como hortaliças, grãos e criação de animais destinam-se ao consumo da unidade produtiva e outra parte para o mercado. Entretanto, para as unidades familiares, a produção para o próprio consumo é uma prioridade. A produção destinada à satisfação das necessidades do grupo familiar representa um meio efetivo de rendimentos, sendo visto como indispensável a sua reprodução. Brumer et al. (1993) diz que a diversificação é uma prática desejável para os pequenos produtores, evitando os riscos relacionados à dependência de uma única fonte de recursos, mas essa diversificação depende dos recursos desses produtores.

As famílias das unidades produtivas familiares moram no meio rural, porém, é uma realidade cada vez mais comum que parte da família trabalhe e estude nas cidades, como forma de complementar a renda familiar. A aposentadoria é outra renda não agrícola comum nas famílias rurais entrevistadas, representando 23,71% da amostra⁴⁹. Existe uma tendência em curso que aponta para o envelhecimento dessa população rural. Outra informação que confirma essa realidade refere-se à idade média dos chefes de família, 42,97% estão na faixa etária entre 45 e 72 anos⁵⁰.

O trabalho prático se estrutura em torno do comportamento econômico, técnico e organizacional dos agricultores. Nesse segmento encontramos uma riqueza cultural, como tradições festivas, devoção aos Santos (predomínio da religião católica), valorização da família e dos costumes do lugar, enfim, um modo de vida preservado através de gerações. Nessas propriedades vivem homens simples, cuja história é construída à margem da realidade e das idéias dominantes, lutando para sobreviverem e resistirem às dificuldades de todo dia.

No entanto, essa população se encontra influenciada pelo processo de urbanização da cultura. Essas transformações podem ser observadas no modo de viver, na educação escolar (os conteúdos dos livros didáticos auxiliam nessa educação acultural), no vestuário e na alimentação (enlatados, refrigerantes, balas, bolachas e outros). O amplo consumo dos diversificados produtos ofertados na cidade é limitado pelos ganhos, principalmente, da população jovem - público alvo da cultura urbana.

Diante da heterogeneidade socioeconômica apresentada pela agricultura local/regional constata-se a existência de realidades distintas submetidas a um mesmo processo de desenvolvimento - a uma mesma política agrícola. De um lado, o plano de desenvolvimento do setor rural, a chamada modernização da agricultura, apresentou políticas agrícolas e agrárias que favoreceram os grandes empreendimentos rurais, o setor chamado moderno. A produção desse setor, geralmente, possui mercado - interno e externo - garantido preços que asseguram o lucro médio, enquanto os pequenos produtores são relegados à produção de alimentos básicos, caracterizando o setor denominado tradicional ou pouco modernizado. Essas unidades produtivas apresentam baixa produção/produktividade - comparada aos empreendimentos essencialmente capitalizados -, uma vez que são pequenos produtores de subsistência que praticam a policultura e boa parte de sua produção/trabalho é destinada ao consumo familiar.

⁴⁹ Informações obtidas pela pesquisa de campo (2003) e na Secretaria Municipal de Saúde de Catalão (2005).

⁵⁰ Informações obtidas pela pesquisa de campo (2003) e na Secretaria Municipal de Saúde de Catalão (2005).

Dessa forma, procurou-se justificar por que nosso primeiro contato profissional, objetivando a seleção da amostra com os pequenos produtores rurais familiares, as primeiras observações e curiosidades foram marcadas por uma análise preconceituosa⁵¹, uma atitude inerente à natureza humana. Como herdeiros de uma cultura capitalista e uma análise racional-prática, desencadeou-se a estruturação de várias indagações. Entre elas três se destacaram: como conseguiram/conseguem sobreviver? Qual a qualidade de vida dessas pessoas? Quais são as perspectivas para esse segmento de produtores? As respostas no início eram vagas. Essa forma de organização socioeconômica, moral e cultural fugia a nossa percepção do que vem a ser econômica e socialmente viável para sobrevivência dessa população (produção/mercado/renda).

Algumas propriedades visitadas nas comunidades rurais estudadas estavam mal cuidadas, as residências (e os próprios moradores) davam a impressão de abandono e precariedade, as reformas das residências e demais estruturas eram de materiais improvisados e mal feitas. A impressão é que, à medida que as coisas vão deteriorando, os consertos vão sendo feitos na base da improvisação, sem maiores cuidados e com materiais nem sempre adequados.

As fruteiras no pomar estavam doentes e morrendo e não havia sinais de reposição e/ou cuidados. As condições de higiene eram precárias. Nesse momento, foram retomadas as afirmações de um dos técnicos da AGR - Catalão, que foi presciente na sua descrição técnica quanto à atual situação dos pequenos produtores rurais no município. Porém, no final de sua fala ponderou que “se a situação continuar dessa forma as comunidades rurais, em um futuro próximo, irão se tornar um **abrigo de velhos**” (informação verbal, set. 2004, grifo nosso).

Várias jovens famílias, constituídas recentemente, não tinham condições de construir suas próprias casas e se mudavam para alguma residência abandonada, em precárias condições de uso, que tinha sido de seus avós ou outro familiar. A situação sugere, comportamentos de comodismo ou falta de iniciativa, como o pouco cuidado com os quintais (limpeza e podas das fruteiras e arbustos), a ausência de formação de novos pomares e hortas caseiras (em algumas residências/propriedades, os proprietários já residiam ali há anos e não havia nenhuma fruteira no quintal), a falta de manutenção das

⁵¹ Para Maldonato (2004, p. 36), “Não há dúvida: toda pré-compreensão é um preconceito. Nossa tradição é por inteiro uma rede de preconceitos. Mas o preconceito não é julgamento falso, algo intimamente negativo. Sempre julgamos, necessariamente, desde um ponto de vista limitado e antes ainda de termos compreendido a fundo a questão. Ninguém está isento de preconceitos [...]”

cercas de arame e colchetes⁵² nos arredores da casa, as próprias pequenas reformas e cuidados com as casas que poderiam ser feitas. Porém, o que se verifica é a improvisação e o desdenho com os móveis e com as demais construções.

Essa situação foi verificada com maior frequência em propriedades, cujos moradores eram mais velhos e moravam sozinhos⁵³, justificando o quadro apresentado. Os filhos, que não conseguem um meio de renda e/ou não recebem salários pelos serviços prestados na propriedade dos seus pais, procuram trabalhos em outras propriedades como diaristas e continuam morando com seus pais ou migram para a cidade, buscando trabalho e/ou estudo e retornam diariamente ou nos finais de semana. Outros migram, definitivamente, para as cidades. Essas situações foram verificadas no município. Geralmente, os filhos que moram na cidade, nos períodos da produção de polvilho, da farinha de mandioca, do açafrão e plantio de alho, retornam para auxiliar os pais. A produção pode ser para o consumo anual da família e, também, para o comércio. Esse é mais um aspecto - procura de rendimentos - que reforça a tendência da migração de parte da população jovem.

Nesse momento, foi retomada, também, a descrição de Kautsky (1972) sobre a existência dos pequenos camponeses franceses, no período de 1880. Esse autor discorre sobre os principais aspectos da população rural, destacando a baixa escolaridade/instrução dos produtores e dos seus filhos, o trabalho sobre-humano (elevadas jornadas de trabalho), o processo de embrutecimento do trabalhador, a miséria, vestígios de relações patriarcais, o trabalho acessório, a baixa divisão social do trabalho, o pouco aperfeiçoamento nas atividades, a demanda irregular para seus produtos, a baixa remuneração do trabalho da família (os filhos e as filhas não recebem salário de seus pais e, muito menos as esposas).

Kautsky (1972) ressalta, ainda, uma quantidade considerável de privações proporcionadas pela prática de economizar tudo que ganham. Nesse sentido, o autor enfatiza que a avareza torna-se sórdida e foram vários os relatórios da Comissão Parlamentar Agrária que descrevem sobre a vida e o trabalho dos proprietários e dos arrendatários das pequenas explorações. Para o autor

[...] parecem ter perdido a faculdade de gozar e, desde que possam economizar um vintém, todo o prazer, toda a doçura da vida lhes é indiferente. 'Não têm um livro, um jornal, nas paredes nem um quadro ou gravura em madeira, não têm

⁵² Abertura feita na cerca de arame para possibilitar a passagem ou não.

⁵³ Constatou-se que em 10% das propriedades das comunidades rurais há moradores que vivem sozinhos (com idade entre 46 e 86 anos) e em 39% vivem o casal ou o pai e um dos filhos homens (com idade entre 45 e 72 anos). (Secretaria Municipal de Saúde de Catalão, 2005).

uma peça de porcelana, um ornamento, um móvel bonito, um relógio, o orgulho da quinta inglesa. É impossível imaginar uma vida tão atrasada, tão completamente desprovida de qualquer encanto. Murmura-se pelo mínimo vintém que é preciso dar pelas coisas mais indispensáveis. O resultado é uma existência baixa, miserável, abominável, cujo único ideal é amealhar o maior número possível de vinténs no pé da meia'. (KAUTSKY, 1972, p. 151, grifo do autor).

No entanto, em outras propriedades visitadas nas comunidades rurais do município de Catalão, os produtores demonstravam maior preocupação com as suas casas, higiene, quintais e pomares. Suas casas eram equipadas com vários eletrodomésticos (como geladeira, televisão, forno elétrico, aparelhos de som e outros). Havia preocupação com a decoração e arrumação de suas residências, o bem estar, o conforto de seus filhos. Os galinheiros, os chiqueiros, o paiol e outras construções - mesmo sendo simples - eram arrumadas e limpas. A horta caseira bem cuidada. Os quintais chamavam a atenção pela organização, pelo cuidado e pela beleza - uma harmonia quase bucólica.

As construções eram simples e rústicas, mas feitas com capricho e cuidados. Os membros da unidade produtiva trabalhavam em conjunto e era assegurada uma renda de acordo com o trabalho individual de cada um. Assim, cada membro dizia ter suas economias e planos de investimentos. Geralmente, as propriedades que demonstraram maior equilíbrio e organização empresarial estabeleciam uma maior integração com o mercado. Predominam as propriedades com produção diversificada para o mercado (produção de hortaliças, leite e outros, como farinhas, doces e quitandas). Essa realidade representa, menos de cinquenta por cento das propriedades/sedes visitadas.

Diante desse contexto, pode-se afirmar que uma parte desses produtores será gradativamente eliminada, uma vez que não apresentam estratégias produtivas que possam contornar esse quadro negativo de descapitalização na qual se encontram. Segundo a teoria econômica clássica prevalece, em todos os setores da economia de mercado, uma tendência à concentração e centralização de recursos e capitais. Porém, diante da sobrevivência dessa categoria de agricultores no decorrer da história brasileira, supõe-se, a existência, na agricultura, de certos mecanismos de controle externo que assegurem uma exceção à regra (AMIN e VERGOPOULOS, 1986). No entanto, isso não quer dizer que essas unidades não estejam sujeitas a um processo de concentração. Acreditamos que os dois casos descritos acima refletem esse processo.

A própria incapacidade de gestão e/ou a ausência de sucessores em alguns estabelecimentos rurais, no município, apresentam indicativos de uma reorganização socioespacial. Supõe-se que somente os produtores que se adequarem às

novas exigências de mercado, adotando novas estratégias produtivas, potencializando os próprios recursos que dispõem na unidade, terão condições de permanecer no campo. Lamarche (1993) e Wanderley (2001) consideram evidente que as estratégias de reprodução, diante das condições modernas de produção, em grande parte, assentam-se na valorização dos seus recursos. Essas medidas asseguram a reprodução do patrimônio sociocultural.

Uma das medidas adotadas para reduzir os custos de produção tem sido a substituição da produção de grãos, como arroz e feijão, por cultivo que exijam uso de menos insumos externos, maiores rendimentos e menos concorrência. Assim, os pequenos produtores têm investidos na produção de hortaliças para o mercado (tomate, repolho, pepino branco, principalmente o alho) e/ou criação de gado leiteiro, a lida é essencialmente solitária, pesada e quase sempre na base da enxada. O leite é ordenhado manualmente (o uso da ordenha mecânica constitui uma exceção nessas comunidades), a produção de queijo mineiro segue a tradição. As atividades no campo iniciam-se cedo, entre 5 e 6 horas e finaliza ao anoitecer, procurando aproveitar o máximo possível o dia. Alguns trabalhadores (o proprietário produtor e seus filhos) não tinham tempo de ir almoçar em casa.

A atividade agrícola concilia um período de trabalho intenso, seguido de um período de subocupação. Alguns produtores aproveitam esse período de subocupação dedicando-se a outras culturas, aos serviços de manutenção e/ou prestação de serviços em outras propriedades, aumentando a sua renda. A horticultura é um exemplo dessa situação. Os horticultores têm procurado apresentar uma oferta regular, tanto em quantidade, quanto em qualidade e variedade. Provavelmente, esse é um dos fatores que viabilizam sua sobrevivência. Os seus ganhos, geralmente, não permitem a contratação de um funcionário em regime fixo de trabalho.

Em outras unidades, produz-se, de segunda a sábado, farinha de mandioca e polvilho, para abastecer o comércio local. Há também preparo de farinha de milho, conservas (pequi, pimenta, jurubeba), licores de frutas da estação, doces em calda e pedaços, geléias de mocotó, queijos, requeijão e várias quitandas. Essa produção é comercializada, principalmente, nas feiras locais e em outras cidades próximas, junto com as hortaliças, aves e ovos. O mercado para produção artesanal/caseira tem crescido, assegurando uma demanda regular e, principalmente, uma renda específica para as mulheres.

Tem sido cada vez mais freqüente a presença da produção do meio rural

do município nos supermercados e panificadoras da cidade. Está ocorrendo uma valorização do ‘campo’ - produtos mais naturais e saborosos. Os produtores afirmam que tudo que trazem para a cidade vendem, com uma vantagem, conseguem uma maior agregação de valor, comparada aos produtos *in natura*. E as mulheres conseguem assegurar seus próprios rendimentos - situação restrita a uma minoria.

De modo geral, os produtores têm afirmado que tudo que produzem tem mercado, o maior problema refere-se aos preços. Ressaltaram, também, que o produto precisa ter qualidade, ser visualmente bonito, bem embalado e ter um preço competitivo. Eles acrescentaram que aumentou a concorrência, contudo se o seu produto assegura qualidade, os clientes são regulares e, ainda trazem outros. A produção para o mercado, também, segue a tradição das receitas de suas famílias.

Porém, nem todos os pequenos produtores têm conseguido encontrar estratégias que permitam sua sobrevivência. As novas formas organizacionais e produtivas que intensificam as transformações nos processos de trabalho atingem bruscamente essas unidades produtivas, cuja produção e vida assentam-se em uma organização tradicional e, às vezes, conservadora. A dificuldade em aceitar e se adaptar a essas mudanças não se refere, apenas, às questões tecnológicas e exigências de mercado, mas, também, às questões culturais.

Supõe-se que certos indivíduos se prendam a um certo saudosismo, às lembranças e experiências de um passado comprimido no presente como meio de garantir sua identidade e buscar suas raízes ou mesmo buscar identificar-se com o lugar, a casa, os objetos e com a experiência cotidiana comum como expressão de um forte vínculo social com o lugar em que se vive e manter um sentido palpável de continuidade. Provavelmente, essa reação pode ser interpretada como uma incapacidade/resistência ou mesmo traços de um sentimento valioso de pertencimento ao lugar, dificultando sua adaptação diante de tantas transformações que impedem qualquer sentido firme de continuidade e estabilidade perante um contexto de relações sociais e econômicas dinâmicas.

O que, nas reflexões de Santos e Silveira (2001), seria a requalificação das relações humanas diante da empiricização do tempo pela construção técnica dos espaços na era das sociedades globalizadas. Todas as formas de representações estão submetidas ao desafio do tempo de giro e da dissolução das representações e dos valores tradicionais historicamente adquiridos. Entretanto, a dialética da evolução dos tempos da efemeridade provocou a reação de sentimentos e tendências opostas. Quanto maior o sentimento de desconstrucionismo, tanto maior a necessidade de produzir algum tipo de

verdade ‘sólida’, hábitos mais seguros e valores mais duradouros que possam resistir.

A sobrevivência dos pequenos produtores rurais, seu modo de vida e suas representações defrontam-se com as novas exigências e padrões de produção, impondo a necessidade de estratégias reprodutivas. A vida simples das famílias rurais revela um dos mundos manifestos como resultado de uma espacialidade construída por interesses divergentes. Nesse sentido, o estudo das comunidades rurais exige considerar as relações que interligam as famílias e os valores contidos nessa relação. A compreensão da reprodução das unidades de produção familiar é buscada através das relações de parentesco, a multifuncionalidade de tarefas, as formas de cooperação e solidariedade entre parentes e vizinhos e demais particularidades inerentes à sua própria estrutura. Esse trabalho é possibilitado pela constituição - pelas gerações dessas famílias - das descrições feitas sobre o seu passado, o que lhes confere uma identidade própria.

Tudo isso quer dizer, em síntese, que são bem diversas as combinações entre os vários tipos de atividades econômicas e vínculos sociais que permitem a sobrevivência dessa população. Esse conjunto integrado de elementos assegura a reprodução das unidades de produção rural familiar, caracterizando o ponto de partida desse trabalho. Os fatores apresentados constituem a construção de uma vida, de toda uma história que conjuga terra, trabalho, família e cotidiano. Procuram descobrir e inventar caminhos para continuarem na terra. A terra, para esses produtores, encerra mais que o significado de meio de produção, é um meio de sobrevivência, é a sua história de vida.

5.3.2 A origem das propriedades e a transmissão do patrimônio familiar

As famílias pioneiras migraram para a região no início do século XX, favorecidas pela construção da Rede Ferroviária Federal. O objetivo dessas famílias centrava-se em desmatar a sua propriedade e estabelecer condições para plantar e criar aves, suínos e um pequeno rebanho de bovinos, possibilitando o sustento familiar. Nesse período, as necessidades de consumo das famílias eram poucas e boa parte de suas necessidades era obtida no próprio estabelecimento. Essa situação começou a mudar à medida que as relações entre o rural e o urbano foram se estreitando.

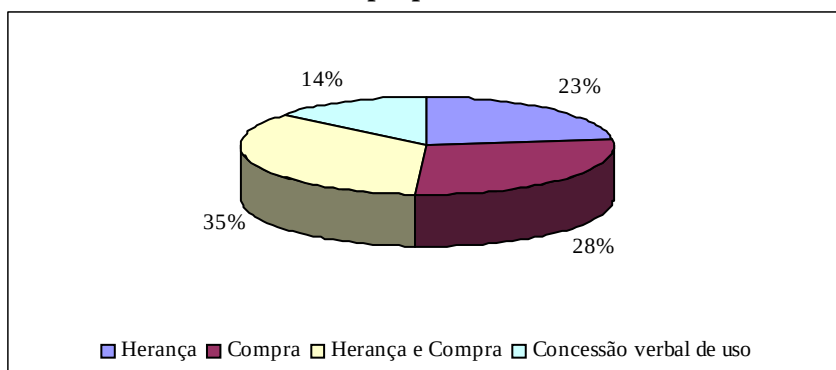
O grau de parentesco entre os produtores das comunidades rurais Coqueiro, Morro Agudo/Cisterna, Mata Preta e Ribeirão é significativo. Os casamentos realizados entre as famílias pioneiras das comunidades rurais asseguram a reprodução da

relação de vizinhança. Houve um reduzido número de entrevistados em que a família (o casal) tivesse somente seus pais e irmãos como únicos parentes na comunidade onde reside. Geralmente, as sedes dos estabelecimentos dos familiares, das comunidades estudadas, encontram-se próximas uma das outras. Na verdade, esse fenômeno foi predominante nas comunidades pesquisadas.

Esse fato favoreceu o levantamento da amostra, possibilitando a escolha através do tamanho do estabelecimento, da família e dos investimentos em recursos técnicos na unidade, revelando um grau de heterogeneidade socioeconômica entre os produtores familiares. Com poucas exceções, os irmãos, os tios (compadres, primos e pais) formam a vizinhança. Os novos herdeiros possuem um grau de parentesco mais abrangente, resultado da união entre as várias famílias pertencentes a uma mesma comunidade rural ou mesmo de comunidades vizinhas. Sobremaneira, esse contexto justifica por que a maioria dos produtores pesquisados adquiriu a maior parte de sua propriedade fundiária através da herança.

Considerando a pesquisa de campo (Gráfico 5) constatou-se que a principal forma de acesso à propriedade foi por meio da herança paterna, conciliada com a compra de outra parcela (35%), permitindo o aumento da propriedade herdada, que nem sempre faz divisas com a propriedade que possui. Um percentual menor, entre os pesquisados, possui propriedade proveniente, exclusivamente, da compra (em média 28%). Outro meio de acesso à propriedade é através do uso comum da terra, em que os pais cedem parte de sua propriedade para seus filhos morarem e produzirem. Um percentual de 14% em média de proprietários das comunidades Coqueiro, Ribeirão, Morro Agudo/Cisterna e Mata Preta conta, apenas, com a concessão verbal de uso feita pelos pais, ou seja, em um mesmo estabelecimento foram encontradas mais de uma família em sedes distintas e com áreas produtivas definidas em um mesmo estabelecimento. Um percentual menor, em torno de 23%, permanece, apenas, com a propriedade que herdou de seus pais.

Gráfico - 5
Comunidades Rurais Coqueiro, Ribeirão, Morro Agudo/Cisterna
e Mata Preta em Catalão (GO):
Formas de acesso à propriedade fundiária - 2003.



Fonte: Pesquisa de campo (2003). Org. MENDES, E. P. P.

A partir da análise dos roteiros quanto à produção e rendimentos e das análises feitas durante as visitas (observação de campo), acredita-se que as propriedades foram adquiridas por meio da herança paterna, conciliada com a compra de outra parcela (35%) e as propriedades provenientes, exclusivamente, através da compra (em média 28%) vêm apresentando melhores estratégias de produção e rendimentos, enquanto as propriedades que contam apenas com a concessão verbal de uso feita pelos pais (14%) e as propriedades que permanecem apenas com a propriedade que herdou de seus pais (23%) apresentam rendimentos baixos, provocando o assalariamento temporário do chefe da família e de seus filhos ou mesmo a migração dos filhos, geralmente os mais jovens.

Quase sempre, as propriedades fundiárias são transmitidas para seus herdeiros em vida, assegurando a continuidade do patrimônio sociocultural. A crescente dificuldade verificada pelos jovens produtores, em adquirir terras, faz com que, à medida que os filhos homens se casam, os pais lhes concedam uma parcela de terra para morar e trabalhar, assegurando a permanência de parte dos filhos na propriedade, ao mesmo tempo pode criar uma situação que comprometa a reprodução dos mesmos através da redução da área disponibilizada para cultivo e a diminuição dos rendimentos da família.

Os pais acreditam que os filhos possuem condições de superar essas dificuldades, uma vez que declararam que o início de sua vida matrimonial e independente não foi fácil. A maioria desses produtores afirmou ter adquirido terras, além das que herdaram, ao longo de suas vidas, através de muito trabalho e economia. O trabalho, o esforço e a honestidade são sempre exaltados por esse segmento como a maior virtude do homem.

Todavia, a disposição para o trabalho e o esforço desses jovens não têm sido suficientes para assegurar sua permanência no campo. A intenção dos filhos em continuar a profissão paterna choca-se, na maioria dos casos, com o reduzido tamanho das propriedades familiares e a baixa remuneração do trabalho. Conforme os critérios de transmissão do patrimônio, privilegia-se os filhos homens que aprendem desde cedo a profissão dos pais. Prevalece a tendência dos filhos homens, após o falecimento dos pais, comprarem as pequenas parcelas de terras subdivididas entre os herdeiros. Sobre a questão da transmissão do patrimônio, Brumer et al. (1993, p. 191) colocam duas questões “[...] a primeira consiste em determinar quem, entre os numerosos herdeiros, assumirá a sucessão do patrimônio familiar; a segunda refere-se aos mecanismos de transmissão das explorações de uma geração a outra.”

Os jovens que dão continuidade à profissão dos pais, geralmente, são os filhos homens mais velhos que adquiriram conhecimento e experiência de gestão do estabelecimento, conhecendo as principais técnicas produtivas, o acesso ao mercado e os canais de créditos. Isso significa que a continuidade da profissão paterna encontra-se vinculada ao conjunto de conhecimentos tácitos e não formais adquiridos pelos filhos no decorrer de sua educação (família e trabalho). Os filhos mais jovens encontram dificuldade em assegurar seus próprios rendimentos junto à unidade produtiva dos pais, migrando para as cidades em busca de oportunidade de rendimentos através de emprego e para continuarem seus estudos.

Em combinação permanente com os fatores externos, a compreensão dos mecanismos de sobrevivência dos estabelecimentos rurais revela que o conhecimento prático, a experiência dos produtores e a adoção de novas estratégias têm viabilizado a reprodução dessas unidades, a partir da possibilidade de geração de rendimentos. Assim, a constituição do patrimônio está vinculada às estratégias produtivas adotadas, exigindo uma diversidade de competências enquanto alternativa econômica que assegure uma integração positiva e/ou possível à economia local e regional. Sua permanência no patrimônio depende do investimento em atividades que apresente uma certa estabilidade e rentabilidade. Esse objetivo justifica as estratégias econômicas adotadas. As atividades para fins comerciais aliam-se as de autoconsumo, complementando os rendimentos familiares.

Torna-se necessário ressaltar que as atividades de autoconsumo constituem, também, parte dos rendimentos. A produção de parte de suas necessidades alimentares no estabelecimento, como principalmente polvilho, farinhas, queijo, leite,

ovos, frangos, suínos, quitandas, doces, hortaliças, feijão, mandioca, dentre outros contribui, significativamente, para a elevação da renda. Acredita-se que sem a produção destinada ao autoconsumo, a reprodução dessas unidades produtivas provavelmente seria comprometida.

Constata-se a presença de uma minoria de proprietários que não são descendentes das primeiras famílias a colonizar a região. São proprietários que adquiriram uma limitada propriedade através de herança de algum parente distante e conseguiram aumentá-la através da compra de outra parcela de terra, geralmente das irmãs ou de outro parente (produtores idosos) cujo imóvel não tem sucessores.

Já os que trabalham na terra, pela concessão verbal de uso, são nascidos e criados nas comunidades. A maioria das famílias vive, ainda hoje, na propriedade em que nasceu. Esses proprietários/produtores resistem às dificuldades, enquanto trabalhadores fixos em regime familiar de produção. Trata-se, na verdade, de um segmento de produtores familiares que sobrevivem do seu trabalho e não da apropriação do trabalho não pago. No entanto, o fato de serem donos da terra e de não serem vinculados a uma relação contratual formal de trabalho não os transformam em capitalistas.

A análise da origem das propriedades e do processo de transmissão do patrimônio permite verificar a intensidade da espoliação hereditária. A espoliação do patrimônio familiar, verificada a cada sucessão de geração, contribui para o processo de expropriação de muitos jovens e famílias do campo. Para Costa (2004), praticamente toda a produção de gêneros alimentícios (leite, arroz, feijão, mandioca, batata, suínos, hortaliças e outros) é proveniente de pequenos estabelecimentos rurais familiares. Entretanto, a instabilidade dos preços e do mercado, aliado ao baixo capital de manutenção desse segmento de produtores, tem impedido a ampliação do estabelecimento rural familiar. A limitada disponibilidade de terras das famílias rurais e a baixa remuneração do trabalhador rural tornam-se fatores principais de exclusão de muitos jovens produtores.

5.3.3 O uso da terra e a diversificação da produção

Uma das questões fundamentais para a caracterização do que definimos como unidade de produção rural familiar assenta-se na relação estabelecida entre o proprietário e sua família com a terra - com a propriedade. A partir dessa compreensão, buscou-se valorizar todas as relações sociais e culturais criadas em torno da família, pais e

filhos. Praticamente, em todas as propriedades visitadas nas comunidades rurais, Coqueiro, Ribeirão e Morro Agudo/Cisterna, o trabalho e a gestão do processo produtivo são assegurados diretamente pela família. O trabalho assalariado, quando utilizado, é apenas complementar ao familiar.

Durante a realização da pesquisa de campo, encontramos apenas três estabelecimentos com áreas reduzidas (menos de um alqueire de terras - uma na Mata Preta, uma no Morro Agudo/Cisterna e uma no Ribeirão) que eram de propriedade de profissionais liberais. Nessas propriedades, o caseiro tomava conta dos afazeres (cuidados com a casa, o pomar e algumas cabeças de gado leiteiro). Essas propriedades foram transformadas em uma opção de lazer para as famílias passarem os finais de semana.

A nova organização apresentada por esses estabelecimentos de finais de semana e o vestígio das construções anteriores sugere a destruição dos equipamentos residenciais e produtivos previamente existentes no estabelecimento, como casa, chiqueiro, curral, paiol e outros. Provavelmente, os novos proprietários não encontraram mais utilidade para esse conjunto de equipamentos e serviços coletivos em virtude da nova função social da unidade. Essa é uma realidade e uma amostra do que acontece quando os agricultores familiares são substituídos por indivíduos que não compartilham da tradição do lugar e não são agricultores. Porém, esse modelo de propriedade constitui uma exceção na região.

Em combinação com uma produção diversificada para o mercado e para o autoconsumo - como criação de bovinos, suínos, aves, leite, ovos, queijos, farinhas, polvilho, doces, quitandas, rapadura, açúcar mascavo, licores, açafrão, mel, aguardente, pimenta, jurubeba, guariroba, cereais, hortaliças, mandioca, milho e outros - são construídas as estratégias de sobrevivência do estabelecimento rural e da família. Essa variedade de produtos ofertados ameniza os problemas frente às irregularidades de mercados e aos baixos preços dos produtos agrícolas, principalmente, quando comparado aos preços dos insumos agrícolas, que são ajustados conforme a cotação do dólar. No entanto, o preço, por exemplo, das farinhas (mandioca e milho), polvilho, mel, aguardente, rapadura foram mantidos por período de aproximadamente um ano (AGR - Catalão, informação verbal, set. 2004).

As comunidades rurais pesquisadas apresentam as mesmas diferenças socioeconômicas e as diversas estratégias de reprodução, como troca de dia de serviço, produção a meia e pagamento por dia de serviço entre as unidades produtivas que compõem cada comunidade. Em cada unidade produtiva prevalecem determinadas

atividades comerciais que se destacam conforme, principalmente, a disponibilidade de terra e os recursos, podendo-se afirmar que existe uma certa especialização (supõe-se que esteja ligado às tradições de família). Assim, tem-se as hortaliças, a produção de farinhas, polvilho, doces, a produção do queijo mineiro e a produção de leite dentre outros.

Nas propriedades com maior extensão predomina o sistema integrado agricultura/pecuária e a pecuária leiteira. A produção de hortaliças é a atividade predominante nas comunidades, como a produção de alho, pepino branco (absorvido totalmente pela demanda local), tomate, repolho (o mercado local não absorve - grande parte é comercializada no CEASA/Uberlândia-MG). Segundo os produtores e os donos de frutarias, o consumo de verduras aumentou consideravelmente nos últimos cinco anos. Para os donos de frutarias, o aumento da demanda por parte da população urbana é atribuído às diversas matérias jornalísticas e de revistas especializadas sobre dietas com baixas calorias, saúde e corpo saudável.

Quanto à introdução do cultivo do alho, em 1980, e sua conseqüente expansão no município, houve incentivos creditícios oficiais para a cultura. Obrigatoriamente, a produção era acompanhada pelos técnicos, previsto no contrato. Assim, mesmo os produtores que não recorriam ao financiamento procuravam adequar sua produção, segundo as orientações feitas pelos técnicos da EMATER, hoje Agência Goiana Rural (AGR).

A contribuição dessa relação, entre os técnicos da AGR/Catalão e os pequenos proprietários, assenta-se na iniciativa apresentada pelos produtores (mesmo os que não utilizam financiamento) em recorrer ao escritório da AGR/Catalão, sempre que encontram dificuldades no cultivo e/ou quando enfrentam algum problema, como, por exemplo, doenças e pragas na produção. A maioria dos produtores reconhece a importância dessas orientações, mesmo porque a produção de hortaliças, principalmente a cultura do alho exige muitos cuidados no controle de pragas, várias fases de adubação e técnicas de cultivo, ou seja, a produção requer planejamento e acompanhamento regular e apresenta custos elevados.

Em razão disso, os produtores preferem não arriscar, qualquer novidade ou dúvida recorrem imediatamente aos profissionais, seja da AGR ou das casas comerciais nas quais adquirem os insumos, contando com a presença de agrônomos que conhecem a região. Trata-se de uma mudança de atitude frente às necessidades de sobrevivência impostas pela dinâmica socioespacial. Segundo os produtores de hortaliças mais velhos da região, no seu tempo não havia necessidade de consultar os agrônomos e, também, não

havia tantas pragas, tantos defensivos químicos e variedades de marcas. Hoje, a cada novo ciclo de produção surge um tipo novo de praga e um novo produto para combatê-las, exigindo mais do que a experiência e o conhecimento que possuem.

Nesse sentido, os pequenos produtores, para sobreviverem, têm recorrido a uma multiplicidade de estratégias produtivas e competências, que variam de acordo com o tamanho da propriedade, a mão-de-obra disponível e dos recursos financeiros que possuem. Essas estratégias são apresentadas conforme a demanda do mercado e as possibilidades de rendimentos estáveis.

Como forma de melhor analisar a multiplicidade de estratégias praticadas pelos pequenos produtores familiares, nas comunidades estudadas, suas estratégias de reprodução e as principais dificuldades enfrentadas, foi feita a divisão dos produtores em quatro sistemas produtivos, a partir da identificação da produção comercial dominante na unidade produtiva. Assim, tem-se a Produção Diversificada de Subsistência, a Produção Integrada Agricultura/Pecuária, a Produção Leiteira e a Produção Agrícola Comercial (Tabela 10).

As propriedades com uma área muito reduzida praticam uma **Produção Diversificada de Subsistência**. Esses produtores procuram diversificar a produção, buscando satisfazer suas necessidades de consumo (arroz, feijão, milho, hortaliças, mandioca, açafrão, leite, suínos e aves) e comercializam um pequeno excedente (polvilho, farinhas, ovos, frangos). Assim, as suas necessidades têm que se adequar a esses pequenos rendimentos somados, geralmente a uma renda extra (aposentadoria e serviços prestados). Os seus fregueses (mercado consumidor) são, geralmente, as frutarias, os pequenos empórios, supermercados, panificadoras, casas de biscoitos caseiros e, principalmente, os feirantes e os vizinhos.

**Tabela 10 - Comunidades Rurais em Catalão (GO):
Coqueiro, Ribeirão, Morro Agudo/Cisterna, Mata Preta
Diferenciação da produção/produtores - 2003.**

Diversificação de atividades Agropecuárias	Tamanho médio das propriedades (há)	Relação número de proprietários e renda exclusiva da terra (%)*		Outras rendas (%)				Total (%)		Renda bruta média***
				Aposentados		Outras atividades				
		%	Nº**	%	Nº**	%	Nº**	%	Nº**	
Produção Diversificada de Subsistência	31,63	1,38	1	8,33	6	13,90	10	23,61	17	582,00
Produção Integrada Agricultura/Pecuária	143,82	15,27	11	12,50	9	6,95	5	34,72	25	1356,25
Produção Agrícola Comercial	40,27	19,45	14	1,38	1	9,73	7	30,56	22	936,96
Produção Leiteira	44,77	4,17	3	2,77	2	4,17	3	11,11	8	945,00

Fonte: Pesquisa de campo (com 79 produtores, 2003). Org. MENDES, E. P. P.

Notas: * Corresponde ao quantitativo (%) dos produtores pesquisados que sobrevivem de atividades exclusivas produzidas em sua propriedade.

** Corresponde ao número absoluto de produtores entrevistados.

*** Os valores declarados pelos produtores não são totalmente confiáveis. Há um grande receio em apresentar esta informação.

Os produtores com idade a partir de 60-65 anos contam com uma outra fonte de renda, a aposentadoria. Já os produtores mais jovens, que não contam com esse tipo de renda extra, precisam assalariar-se, temporariamente, como forma de complementar a renda familiar. Geralmente, são esses produtores e seus filhos que trabalham, temporariamente, em outras propriedades na região ou em outras atividades não-agrícolas. Acreditamos que essa inter-relação entre os produtores menos sucedidos com os produtores mais estáveis reduz a possibilidade de migração, beneficiando ambos os segmentos.

Essa interdependência é estabelecida entre os produtores das comunidades. Os produtores de subsistência precisam dos demais produtores da região para se reproduzirem, enquanto os produtores que possuem uma parcela maior de terras e melhores rendimentos precisam recorrer ao trabalho externo e, de preferência, dos trabalhadores experientes da região.

Esses produtores representam o segmento que enfrenta maiores dificuldades e privações na região. Como em qualquer outro setor produtivo, há sempre um segmento que não consegue acompanhar as exigências impostas pelo mercado (gestão, produção e oferta estável, melhoria da produção, aumento de produtividade, incremento de

novas técnicas de cultivo), sendo, assim, submetido a um processo de exclusão social e econômica. Supõe-se que a reprodução da maioria desses produtores seja assegurada pelos rendimentos extra, como aposentadorias e/ou assalariamento de membros da família, uma vez que sua renda bruta, proveniente da comercialização de um pequeno excedente produtivo, é baixa. No entanto, é preciso considerar que a produção para autoconsumo, também, é uma estratégia de complementação de renda agrícola e deve constar em sua contabilidade.

Além das atividades praticadas em suas propriedades para autoconsumo, trabalham, às vezes, em regime de parceria, cultivando pequenas roças. Há casos, nas comunidades, de parcerias com mais de vinte anos. Tal segmento de produtores dedica-se mais às atividades prioritárias para sua sobrevivência, (produção para autoconsumo) em sua propriedade e/ou em parceria, do que à produção destinada para o mercado.

A principal atividade comercial praticada por esse segmento de produtores é a produção de farinha, principalmente de mandioca e polvilho doce. Essa opção econômica assenta-se na forma rústica de agregar valor ao produto. É uma atividade estritamente familiar e remunera melhor o produtor. O trabalho é cansativo, porém, afirmam que não falta mercado. É uma cultura que eles sabem trabalhar e não demanda muito custo em função do baixo consumo de insumos externo. A tendência, se os preços se mantiverem estáveis e não desestimular o produtor, é a dedicação de várias famílias exclusivamente a essa atividade. O preço da quarta de polvilho (20 litros) em 2002, era em média de R\$ 20,00 a R\$ 30,00. Em 2003-2005 foi para R\$ 50,00 a R\$ 70,00. O preço da farinha de mandioca apresentaria essa mesma média de preço.

A produção é simples, buscam a mandioca (da própria lavoura ou a meia com o vizinho) que é descascada manualmente e ralada com ralador elétrico adaptado. A massa é prensada para retirar o excesso de líquido e em seguida é torrada em tachas grandes e rasas. O produto é empacotado e distribuído. A produção do polvilho segue praticamente o mesmo processo, após ralar a massa de mandioca, a mesma é lavada em um tecido fino para se extrair a fécula que é depositada em vasilhames/latões plásticos para sedimentar o polvilho. Em seguida, o polvilho é colocado para secar ao sol (2 a 3 dias), peneirado e embalado. (Figura 8).



Figura 8 - Comunidades Coqueiro e Ribeirão - Catalão (GO): produção de polvilho.
 Autor: Ferreira, I. M. jul. 2003.

Houve a instalação de uma indústria de farinha de mandioca, farinha de milho e polvilho, no Distrito de Pires Belo⁵⁴, porém está produzindo abaixo de sua capacidade produtiva por falta de matéria-prima. A justificativa é a grande demanda de transporte, onerando o produtor para as distâncias maiores e o preço pago pela mandioca. Assim, os produtores preferiram processar a produção nas próprias propriedades (AGR/Catalão, set. 2004).

Os produtores de subsistência desenvolvem uma agricultura diversificada com poucos recursos, tecnologia, disponibilidade de terra e mão-de-obra (a maioria dos filhos destes produtores migrou). A maior parte de sua produção destina-se ao autoconsumo. Desenvolve-se a criação animal, também para o consumo. Quando precisam de trabalho extra, para limpeza de regos d'água, capina e plantio recorrem à demão, pois não teriam condições de pagar mão-de-obra extra. O uso da prática da demão é freqüente, apenas, entre esse segmento de produtores. Porém, a maioria dos produtores afirmou que esta prática está desaparecendo na região, porque o trabalho/tarefa não é bem feito, a despesa com alimentação é alta e, em um segundo momento, teriam que deixar o seu

⁵⁴ Pires Belo foi transformado em Distrito de Catalão pela Lei Municipal 1.594, de 26 de fevereiro de 1997, distando 30 km da sede municipal (ver Figura 3).

serviço para trabalhar em outra propriedade. Assim, eles preferem a troca de dias de serviço. Nesse sentido, observa-se que essa prática tornou-se uma necessidade funcional. Trocam serviços com aqueles que acreditam na qualidade do trabalho, caracterizando o que Tedesco (2001) denomina de vínculos domésticos e trabalhos multivariados.

Para preparar o solo, os proprietários contam com a oferta dos serviços da Prefeitura Municipal de Catalão. O problema é que todos precisam arar o solo no mesmo período. Assim, os produtores que podem pagar, recorrem a serviços particulares e os que não podem, utilizam o trabalho manual e de tração animal (os arados). Utilizam insumos químicos, como corretivos de solo (pH), fertilizantes e defensivos químicos. Contudo, o nível técnico disponibilizado é precário. A produção diversificada de subsistência representa um meio para se adaptar à pequena área e aos poucos recursos de que dispõem.

Em síntese, parte desse segmento de produtores corresponde à mão-de-obra disponível nas comunidades, representando os trabalhadores temporários, também produzem em regime de parceria e trocam dias de serviços. Como a maioria desses produtores encontra-se em condições financeiras precárias, torna-se comum a prática de uma produção, estritamente, para o autoconsumo. Dessa maneira, as demais necessidades são supridas pelos recursos auferidos em atividades realizadas em outras atividades, representando, assim, o segmento mais propício à migração.

Considerando os produtores pesquisados, 23,61% do segmento produção diversificada de subsistência, apenas 1,38% desse quantitativo sobrevivem dos rendimentos gerados, exclusivamente, em sua propriedade, 8,33% contam com a aposentadoria. 13,90% dos proprietários assalariam-se temporariamente. O tamanho médio das propriedades é 31,63 ha. A aposentadoria configura uma renda extra que complementa os recursos gerados pelo estabelecimento (produtos para o autoconsumo e a comercialização do pequeno excedente). Dos 23,61% dos produtores de subsistência, 22,23% contam com uma renda complementar (aposentadorias e outras atividades remuneradas). A média de rendimentos é de R\$ 582,00 bruto, como mostrou a Tabela 10.

A **Produção Integrada Agricultura/Pecuária** concilia a atividade produção de leite com a agricultura comercial e de auto-consumo. A produção de leite é a principal atividade dessas propriedades. A produção é destinada, em geral, para a Cooperativa Agropecuária de Catalão Ltda (COACAL). Os principais produtos agrícolas, eleitos para o mercado são o alho, a mandioca e, ainda, produzem o milho para o consumo produtivo na forma de silagem. Geralmente, todos os produtores que representam esse segmento optam em produzir, exclusivamente, o alho para comercializar. A produção para

o auto-consumo é reduzida, não havendo excedente produtivo. Esses produtores estabelecem uma relação mais intensa com o mercado. É comum a prática da parceria, tanto na produção de gêneros alimentícios quanto de alho enquanto estratégia de reprodução social.

O trabalho temporário disponível na comunidade, ou mesmo no núcleo urbano, é constantemente utilizado. Esses produtores afirmam que os trabalhadores da região conhecem melhor o serviço e, também, os gastos com o deslocamento de trabalhadores da cidade são maiores, porque o proprietário tem que pagar suas despesas de transporte (vinda e ida) todos os dias. Existem proprietários que empregam o mesmo trabalhador, praticamente, o ano todo. Esses trabalhadores temporários fazem todo o tipo de serviço, (ordenha, queijo, capina, plantio, colheita, reparos de cerca). A limpeza de pastos na região é feita por empreito (pagamento por tarefa).

As pastagens, geralmente, são formadas artificialmente. Usa-se o calcário para corrigir a acidez do solo e uma elevada quantidade de insumos químicos, como fertilizantes e defensivos. A maioria desses produtores recorre ou já recorreu a financiamentos, seja para comprar gado ou para plantio de culturas, principalmente para produzir o alho. Assim, utilizam ou já utilizaram as linhas especiais de crédito como o Fundo Constitucional para o Centro-Oeste (FCO) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Esse segmento conta esporadicamente com assistência técnica para a produção do alho e, principalmente, para o melhoramento do rebanho. Todos os fornecedores de leite das comunidades pesquisadas se encontram filiados à Cooperativa Agropecuária de Catalão Ltda (COACAL), que coloca à disposição um veterinário para assistência técnica. Os produtores pagam, apenas, as despesas de transporte dos profissionais disponibilizados.

A maioria desses produtores que possui equipamentos de irrigação para a produção do alho busca aproveitar os equipamentos no período seco, com isso têm diversificado a produção. Eles têm plantado pequenas áreas de melancia, milho verde, feijão e outros. Essa produção auxilia na complementação dos rendimentos da unidade familiar. Nesse período seco inicia-se a colheita do que já plantaram no período das águas e, assim, contribui para a ocupação de mão-de-obra familiar. A atividade leiteira contribui, também, na ocupação da mão-de-obra (tratar do gado, controlar o suplemento no cocho e ordenha).

Considerando os produtores pesquisados, 34,72% do segmento da Produção Integrada Agricultura/Pecuária, apenas 15,27% desse quantitativo sobrevivem da

renda exclusiva de sua propriedade, 12,50% são aposentados e 6,95% possuem outras fontes de renda. Esse segmento de produtores possui as maiores propriedades fundiárias na comunidade, em média 143,82 ha, e apresentam um número proporcionalmente elevado de proprietários que possuem uma outra fonte de renda. Estima-se que sua renda seja em média de R\$ 1356,25 bruto⁵⁵, o que lhes permite uma melhor condição de vida. Há também a comercialização anual do gado excedente (6 a 10 cabeças), pois os proprietários controlam o tamanho do rebanho, evitando, assim, o pagamento de aluguel de pasto.

Na categoria da **Produção Leiteira**, praticamente, todo o produto é destinado para a Cooperativa Agropecuária de Catalão Ltda (COACAL) que beneficia metade do leite adquirido (queijo, manteiga, doces, entre outros), exportando percentual significativo para São Paulo e Brasília. Parte desses produtores concilia o comércio de leite com a produção de queijos e doces. Existe um número razoável de casas comerciais que fazem biscoitos caseiros (quitandas) em Catalão, utilizando esses produtos, além dos restaurantes, supermercados, pamonharias, hotéis e feiras, que também os utilizam.

Essa diversidade de atividades e competências são meios encontrados pelos pequenos produtores de assegurar os rendimentos necessários para sua sobrevivência. Esse tipo de produtores, também, recorre ao emprego de trabalhadores temporários da região e ao empreito para limpeza dos pastos, mas empregam um número menor de trabalhadores assalariados, comparado ao segmento Produção Integrada Agricultura/Pecuária.

Cabe ressaltar que a produção para o autoconsumo nesses estabelecimentos é secundária e diversificada, porém não há excedente para ser comercializado. Para esse segmento, a produção do milho é essencial, sendo utilizada para o consumo produtivo, através da estocagem de alimento para o gado, pela prática da silagem e para aves e suínos. A produção de leite tem mercado certo, constituindo um negócio mais seguro. Acrescentam que quando a produção reduz, no período da seca (maio-outubro), o queijo alcança um valor razoável e o leite mantém o mesmo preço. Verifica-se que hoje, com o uso generalizado da silagem e das pastagens cultivadas e melhoradas, a queda da produção do leite, no período da seca, é bem menor (Figura 9).

Já a comercialização de queijo caipira na região tem enfrentado vários entraves sanitários. O queijo produzido já não é mais aceito pela Vigilância Sanitária. Segundo a avaliação técnica (AGR/Catalão, set. 2004), o leite para a produção de queijo

⁵⁵ Valor equivalente a 5 salários mínimos em jul. 2003.

teria que ser pasteurizado, produzido em um ambiente vedado, instalações em recipientes adequados e adoção de condutas de higiene. Geralmente, as condições encontradas nas propriedades rurais são bem adversas às recomendadas pela Vigilância Sanitária. Por enquanto, a fiscalização tem feito ‘vistas grossa’, frente ao problema da comercialização do produto nas feiras, supermercados, acredita-se, porém, que seja uma questão de tempo para a ação dos vigilantes.



Figura 9 - Comunidade Ribeirão - Catalão (GO): produção integrada agricultura/pecuária leiteira. Em destaque, a ordenha mecanizada. Autor: I. M. Ferreira, jul. 2003.

Outro problema é o alto custo das instalações do equipamento necessário e sua manutenção. O processamento de 60, 70, 80 litros de leite diário tornaria a atividade antieconômica. A solução se esbarra em outro entrave - a organização cooperativa ou agregação de pequenos grupos de produtores. Segundo a avaliação técnica, teriam que se reunir entre 5 a 6 produtores para construir as instalações e processar o seu leite de modo economicamente viável, Mas considerando a experiência dos mesmos, desde o ano de 2000, na tentativa de fortalecer as Associações de Pequenos Produtores de cada comunidade rural, é difícil apresentar um quadro positivo para um futuro próximo (AGR/Catalão, set. 2004).

A partir do momento que a legislação sanitária for aplicada, no que se refere à higiene e controle desses produtos, muitos produtores terão parte de seus rendimentos comprometidos. Essa situação reflete a dinâmica de mercado, e a resposta

desses produtores a essas exigências definirá sua sobrevivência. Provavelmente se o produtor não se adaptar, será mais uma categoria em vias de extinção.

As principais reivindicações desses produtores referem-se às políticas creditícias que contemplem suas necessidades, como a melhoria da qualidade do rebanho, a formação de pastagens e a aquisição de equipamentos (ordenhadeiras mecânicas, tratores). Os produtores queixam-se do preço do leite (em média R\$ 0,50 o litro em jul. 2003, deve-se considerar a quota dos fornecedores), mas consideram essa atividade mais segura. Eles argumentam que o leite tem mercado seguro, “bom ou ruim, tem consumo e acerto pontual.”

Esse é o segmento de produtores que mais recorre às linhas de crédito. O Fundo Constitucional para o Centro-Oeste (FCO) já foi a principal linha de crédito utilizada por eles. Hoje, os produtores recorrem aos recursos do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). A procura maior de capital é para melhoria das condições de pastagem e a aquisição de animais. Segundo as exigências sanitárias e racial, o produtor deve adquirir animais que apresentem um padrão racial superior ao que já possuem em seu plantel, porém, os técnicos da AGR/Catalão (set. 2004) informam sobre as dificuldades em avaliar o que é pior ou melhor em relação ao que eles já possuem para poder liberar o financiamento para a aquisição dos novos animais.

Essas características valem, também, para o PRONAF, cujos recursos podem advir do FCO, que apresenta as mesmas exigências. As atividades mencionadas são as principais para as quais se buscam financiamentos e prevalece uma maior procura, constituindo uma situação estável. Desde 1996 e 1998 houve um aumento de solicitação desses recursos para aquisição de animais para a produção de leite. Nesse período esperava-se uma maior remuneração do trabalho do produtor, porém, as expectativas foram frustradas.

Na verdade, vários produtores tiveram prejuízos, porque o preço do leite não acompanhou o custo de produção, principalmente, de insumos, como fertilizantes, medicamentos e ração para manutenção desses animais. Esses produtores ficaram sem condições de manter a fertilização das pastagens para obter o bom nível de produtividade desses animais. Eles, também, não tiveram condições de produzir suplementação para esses animais no período seco. Nesse período, os técnicos da AGR/Catalão incentivaram o uso da cana forrageira como suplementação alimentar para os animais. Essa opção constitui uma das mais baratas para a região, devido a seu alto nível de produção de matéria seca por área.

A produção de leite tem gerado uma série de discussão em função do nível do produtor. Acredita-se que vão se manter na atividade os produtores mais profissionalizados. A tendência é que os pequenos produtores abandonem, gradativamente, a atividade à medida que eles encontrem uma nova alternativa ou não consigam mais sustentar a situação de baixa remuneração do trabalho. Atualmente, em uma pequena propriedade rural destinada à produção de leite, sobrevivem aqueles que trabalham com a família, produzindo de 100 a 200 litros de leite, ou seja, o trabalho do produtor e sua família deve ser suficiente para atender à necessidade de mão-de-obra da unidade produtiva, porque se depender da necessidade de contratar mão-de-obra externa, a atividade se torna inviável.

Esses produtores podem produzir até 400 litros de leite/dia, porém, quando os cálculos forem feitos, muito provavelmente os 200 litros de leite (a preço de mercado/médio/ano) não pagariam a mão-de-obra contratada. Essa realidade justifica por que os técnicos da AGR/Catalão não têm incentivado o aumento deste tipo de produção. Outra questão refere-se a aquisição de vacas/raças de alto potencial. Os técnicos da AGR/Catalão não incentivam à aquisição desses animais uma vez que os mesmos exigem uma alimentação muito especializada, além de apresentarem doenças características de uma raça mal adaptada ou não adaptada ao perfil de produtores não especializados. Assim, o incentivo à criação desses animais seria desastroso. É aconselhável que os produtores da região se dediquem à criação de animais que apresentem maior potencial de adaptação e, dessa forma, apresentem, também, maior possibilidade de rendimentos.

Os produtores desse segmento, em geral, não contam com a comercialização de produtos agrícolas, o que reforça o grau de especialização e mercantilização da produção. Esses produtores têm na atividade pecuária sua principal fonte de renda. O tamanho médio das propriedades é de 44,77 ha. Entre os entrevistados (11,11% da amostra) 4,17 sobrevivem somente do trabalho na propriedade, 4,17% conciliam outras atividades, 2,77% são aposentados. O excedente produtivo mais comercializado é o gado. Anualmente, fazem uma seleção e vendem os bezerros machos, as vacas mais velhas e/ou que produzem pouco leite. Sua renda, em média, é de R\$ 945,00 bruto (jul. 2003).

Os produtores, que se apóiam na **Produção Agrícola Comercial**, procuram diversificar a produção hortícola: pepino branco, pimentão, tomate, repolho, alho, milho, açafrão, cará, mandioca e, ainda processam alguns produtos, como farinha de mandioca, farinha de milho, polvilho, açafrão entre outros produtos (Figuras 10 a 13). Suas

propriedades são, geralmente, pequenas (em média 40,27 ha - corresponde a um módulo fiscal do município). Assim, alguns desses produtores arrendam terras dos seus vizinhos. Apesar de existirem propriedades com maiores extensões, estas se encontram carentes de tecnologia, recursos e mão-de-obra (geralmente são as propriedades que não possuem sucessores).



Figura 10 - Comunidade Coqueiro - Catalão (GO): cultivo de feijão e, ao fundo, repolho (com uso de irrigação). Autor: I. M. Ferreira, jul. 2003.



Figura 11 - Comunidade Morro Agudo/Cisterna - Catalão (GO): cultivo de alho. Autor: I. M. Ferreira, jul. 2003.



Figura 12 - Comunidade Coqueiro - Catalão (GO): cultivo de palmito pupunha. Autor: I. M. Ferreira, jul. 2003.



Figura 13 - Comunidade Mata Preta - Catalão (GO): cultivo de feijão, ao fundo, alho e milho. Autor: I. M. Ferreira, jul. 2003.

A rotação de culturas e o descanso de parcelas de terras do estabelecimento constituem uma prática comum na região (possibilita a durabilidade dos recursos). Essa prática assegura o descanso do solo, amenizando a perda de nutrientes e o desgaste natural da área de plantio. O pagamento dos arrendamentos, exceto dos produtos hortícolas, é feito com a própria produção, como o arroz, o feijão e, principalmente, o

milho. A diversificação da produção tem em vista a instabilidade dos preços e a demanda de mercado. Segundo os entrevistados, um meio encontrado para evitar a queda dos rendimentos é variar a produção, não plantando muito de uma única espécie de hortaliça, pois o ‘enchimento’ do mercado compromete a comercialização.

A história da agricultura representa as dificuldades enfrentadas por gerações de produtores, quando a produção é farta na região os preços baixam, comprometendo a reposição dos custos de produção. Quando a produção é baixa os preços se elevam. E não há como prever ambas as situações, porque a agricultura depende dos ciclos biológicos e climáticos. Além disso, as novas tecnologias, as melhorias das espécies cultivadas promovem a elevação da produtividade (elevação da produção por área de cultivo) e a elevação da produção (aumento da área de cultivo), provocando uma queda constante do preço dos produtos. No entanto, a alternativa é procurar elevar a produtividade para compensar a queda de preços.

Assim, a melhor opção, segundo a experiência desses profissionais é produzir um pouco de cada espécie de produto, no decorrer de todo o ano, como forma de compensar a queda dos preços de determinados produtos. Uma minoria desse grupo de produtores também processa parte da produção, buscando agregar valor. Os que dispõem de uma gleba pequena de terras procuram trabalhar com outros produtores, em regime de parceria. Nessas unidades produtivas é comum a associação de irmãos no trabalho, em regime de parceria. Outros contam, apenas, com o trabalho dos filhos, e os que não possuem mão-de-obra suficiente na família, recorrem à contratação de trabalho temporário. Prevalece, não apenas nesse segmento, a troca de dias de trabalho entre os produtores, buscando reduzir os custos de produção. As relações de produção presentes são bem diversificadas. Predomina uma multiplicidade de estratégias que visam a assegurar sua reprodução.

A prática da horticultura exige uso de muito trabalho, como preparo do solo, adubação, produção de mudas, plantio, limpeza constante da área, pulverização (Figura 14) e colheitas periódicas que asseguram a padronização do tamanho, a qualidade do produto e uma oferta regular. Os agricultores procuram fazer e transplantar as mudas em períodos diferentes, buscando atender à demanda de mercado. Todos os cuidados, despendidos no cultivo de hortaliças, exigem um trabalho assíduo, constante, porém, pouco remunerado (como regra geral).



Figura 14 - Comunidade Ribeirão - Catalão (GO): cultivo de cebola. Em destaque, ao fundo, pivô central. Autor: I. M. Ferreira, jul. 2003.

A irregularidade na oferta da produção, justificada pela falta de tradição de cultivo da maioria de produtores - de contrato, regularidade e de exigências - vem sendo gradativamente superada. Isso se deve à ampliação de mercado que, conseqüentemente, tem criado a possibilidade de assegurar rendimentos. Diante desse quadro favorável, os produtores/feirantes estão estudando a possibilidade de fundarem/organizarem uma associação ou cooperativa (informação verbal, dez. 2004).

Acredita-se que esse é um dos caminhos para a melhoria dos produtos hortigranjeiros. A oportunidade de comercializar sua própria produção, sem a presença de qualquer intermediário, representa a possibilidade de aumento da remuneração do trabalho de toda a família. Os produtores de um modo geral sempre afirmam que não falta mercado para a produção de qualidade. A produção que excede à demanda do mercado local tem sido comercializada com a CEASA de Uberlândia (MG), que dista 100 km de Catalão (GO).

Com a introdução da produção de alho no município (a partir de 1980), os produtores começaram a utilizar as orientações de profissionais qualificados na prática desse cultivo. Essa prática aprimorou a sua experiência (conhecimento e prática). Essa nova dinâmica foi introduzida pelas exigências estabelecidas através do financiamento, exigindo que os produtores seguissem as recomendações de profissionais. O convívio com os técnicos que trabalham na região estimulou os produtores a melhorarem suas técnicas de

cultivo, adubação (de base e cobertura) e manejo de solo.

A produção de alho (cultura de inverno) é bastante difundida nas comunidades. O alho é considerado como uma cultura alternativa. A partir do momento que é retirada a cultura da estação das águas até o início do período chuvoso seguinte, inicia-se o cultivo do alho. Tornou-se uma prática tradicional os produtores destinarem seu equipamento de irrigação e sua área dedicada para esse cultivo, representando meio de sustentação/complementação de rendimentos. Segundo os produtores, o alho possibilita uma melhor remuneração do trabalho comparada a outras atividades.

Praticamente todos os produtores das comunidades, do menor ao maior estabelecimento, cultivaram e/ou cultivam alho junto às demais atividades desenvolvidas nas explorações. Assim, a receita gerada pelo comércio do alho soma-se à renda da propriedade. Os produtores utilizaram esses rendimentos para a melhoria de suas condições de vida e para aumentar a capacidade produtiva da unidade.

Entretanto, todos os produtores pesquisados (2003) reduziram a área de cultivo, uma vez que o preço do alho tem sofrido quedas constantes. Para os produtores, isso tem ocorrido em função do aumento da produção e da produtividade na região e, principalmente, da concorrência com alho argentino e chinês que apresentam melhor qualidade. Conforme os dados da SEPLAN-GO (2003), constantes da Tabela 11, houve uma redução da área plantada em Catalão a partir do ano de 1999, se comparada às médias dos anos anteriores. Quanto à produtividade, houve um aumento assegurado pelas novas variedades de alho (variações do grupo *Lavínia* - Embrapa) e emprego de tecnologia.

**Tabela 11 – Município de Catalão (GO):
Produção de alho - 1980, 1991, 1996, 1999 e 2001 - 2004**

Ano	Área (ha)		Produção (t)	Rend. Médio (kg/ha)	Preço Médio (R\$/t)
	Plantada ou a Plantar	Colhida ou a Colher			
1980	-	-	206	-	-
1991	700	700	2800	-	-
1996	400	400	2000	-	-
1999	350	350	1750	-	-
2001	250	250	1500	6000	1200,00
2002	250	250	1500	6000	1200,00
2003	300	300	3600	12000	900,00
2004	100	100	1200	12000	1300,00

Fonte: SEPLAN-GO: FIBGE - 1980, 1991, 1996, 1999, 2001-2004. Org. MENDES, E. P. P.

O cultivo do alho necessita de solos férteis e de grande disponibilidade

de água para favorecer a irrigação, justificando o maior cultivo em determinadas áreas (Comunidade Cisterna). Uma das restrições quanto à produção de hortaliças diz respeito à disponibilidade/limitação de água. As espécies foleosas representam um problema para esse segmento de produtores.

O alho é comercializado no mercado local e, principalmente, em Inhumas (GO) e Brasília (DF) e, em menor escala, nos Estados de São Paulo e Paraná. Os compradores são responsáveis pelo transporte do produto (informação verbal, 2003). A média do preço do alho, no ano de 2003, para o *Gigante Rosa* foi de R\$ 0,90 a R\$ 1,00/kg e em 2004 R\$ 1,80 a R\$ 2,20/Kg, para o *Shonan* R\$ 2,00 a R\$ 4,00/kg, considera-se a classificação do produto/qualidade, o que torna o seu preço variável. A qualidade do alho *Gigante Rosa* foi superada pelo alho *Shonam* (grupo de sementes provenientes de variações de espécie *Lavínia* – Embrapa) que exige maiores investimentos para plantio, como o choque térmico para germinação. Porém, enquanto essa variedade manteve os preços de comercialização de 2002-2003, as demais variedades apresentaram uma queda de preço entre 20 a 30% (AGR/Catalão, maio. 2004).

A cultura de alho envolve o emprego de muitos trabalhadores temporários, principalmente para o plantio (março a maio) e para a colheita (setembro e outubro). Geralmente, a tarefa é realizada entre 2 e 4 dias o que depende do tamanho da área cultivada (em média ½ha a 6ha) e do número de trabalhadores contratados (em média 4 – 15 trabalhadores)⁵⁶. Nos últimos anos, a forma de contrato usual é o empreito. Nessa fase, os produtores recorrem ao excedente de trabalhadores volantes disponíveis na periferia da cidade de Catalão, porque nesse período, todos os trabalhadores das comunidades estão ocupados com o seu plantio e, posteriormente, com a limpeza e colheita em suas propriedades, não sendo possível a troca de dias de serviço ou a demão entre eles, justificando o grande emprego de trabalho externo. A limpeza da área cultivada (alho) é feita pela mão-de-obra familiar, exceto quando a área cultivada é muito grande.

Contudo, torna-se necessário ressaltar que o trabalho contratado não substitui o trabalho familiar, apenas complementa um ciclo de existência da família. Sem o uso do trabalho externo não seria possível o cultivo dessa cultura. O emprego de trabalho de terceiros é avaliado a cada ciclo produtivo, uma vez que o valor gasto com o pagamento de salários representa a redução do rendimento familiar. Nesse sentido, Wanderley (2001) considera que a utilização do trabalho assalariado pelos produtores familiares não

⁵⁶ No ano de 2005 os trabalhadores volantes que plantam alho cobraram R\$ 60,00 por dia de serviço.

transforma esse segmento de produtores em empresários rurais.

A presença de lavouras de milho é generalizada nas comunidades da região. O milho é produzido em todas as propriedades pesquisadas, sendo destinado para a criação de aves, suínos e bovinos e para a produção de farinha. Além de ser destinado ao consumo produtivo, o milho verde é comercializado nas feiras, frutarias e CEASA de Uberlândia, já o milho em grão, depois de seco, é comercializado na própria comunidade.

Os agricultores não dispõem de equipamentos sofisticados e técnicas modernas de cultivo. A maior reivindicação, desse setor, assenta-se no apoio através de assistência técnica e melhores preços para seus produtos. Produzem com recursos próprios, não gostam de endividar-se, em função da própria instabilidade da atividade. Um exemplo dessa situação foi a aquisição do equipamento de irrigação. Todo o equipamento de irrigação por aspersão giratória foi sendo adquirido aos poucos, com os próprios recursos dos agricultores. Segundo alguns produtores, os equipamentos que possuem, foram comprados, com muita economia, ao longo dos últimos dez anos.

Para esses produtores, a aquisição do equipamento, através de seus recursos, é mais seguro. O preço dos produtos de hortalica é instável no mercado (os preços no mercado local é ditado pela CEASA de Uberlândia) e o risco de perda de parte ou de toda produção, por disseminação de pragas e variação climática, é grande. Soma-se a isso os poucos recursos disponíveis desses agricultores. Assim, qualquer fatalidade poderia comprometer a reprodução dessas unidades produtivas e de suas famílias.

Considerando essas variáveis, a maioria dos produtores entrevistados prefere produzir de acordo com seus próprios recursos e caso tenham prejuízos, pelo menos, não ficam endividados. A remuneração do trabalho é baixa, comparada ao trabalho dispendido (realidade compartilhada pelos demais produtores familiares). Os elementos que comprometem o retorno financeiro dos horticultores são os elevados investimentos em insumos agrícolas (adubos, defensivos/agrotóxicos) e demais equipamentos e transporte para os centros consumidores. Como os preços de seus produtos são baixos, precisam buscar meios de elevar a produção e a produtividade do trabalho e, também a diversificação para continuarem no campo.

O principal destino da produção dessas comunidades rurais é o mercado local, exceto algumas culturas, como alho, milho, tomate e repolho. A produção é caracterizada pela grande variedade de culturas cultivadas em escala comercial, absorvendo significativo contingente de trabalhadores. Embora a cultura de alho tenha apresentado queda de produção a partir de 1999, ainda assim, representa uma opção

significativa de renda para os produtores da região.

Esses produtores (Produção Agrícola Comercial) representam 30,56% dos entrevistados e 19,45% dos produtores sobrevivem da atividade exclusiva em sua propriedade, cerca de 1,38% desse quantitativo são aposentados e 9,73% desenvolvem outras atividades paralelas à sua produção. Considerando o tamanho médio das propriedades 40,27 ha, esse segmento constitui o grupo de produtores relativamente mais produtivo. Com os seus poucos recursos e terra disponível e com um apoio creditício ínfimo, a maioria dos produtores (19,45) desse segmento conseguem sobreviver da renda de sua propriedade (em média R\$ 936,96 bruto mensal).

A renda dos pequenos produtores assegura a reprodução de sua família e de sua propriedade. A economia de seus recursos financeiros é feita à base do seu sacrifício e de sua família, possibilitando-lhes a aquisição de insumos agrícolas como estratégia garantir sua integração no mercado, atender às exigências, competir com outros produtores e resistirem à expropriação. O que está em questão não é simplesmente a luta para assegurar maiores rendimentos, mas a reprodução do patrimônio sociocultural. São proprietários e trabalhadores fixos que ganham o equivalente a um salário⁵⁷, pois o que recebem, como produtores, cumpre o papel de salário - sua reprodução enquanto trabalhador rural. Esses produtores não vivem da apropriação do trabalho de terceiros, mas do produto de seu trabalho.

Diante do exposto, observa-se que as comunidades rurais definem-se pela homogeneidade das características socioculturais, morais, étnicas, costumes, valores e pela heterogeneidade econômica, composição do grupo doméstico, tamanho da propriedade, recursos técnicos e gestão, assegurando a reprodução de formas particulares de produção e de sociabilidade que se renovam diante das novas exigências da agricultura moderna. Contudo, ainda enfrentam os antigos problemas, como a demanda irregular de mercado, os altos preços dos insumos agrícolas e os baixos preços de mercado para seus produtos. Assim, prevalece uma multiplicidade de mecanismos praticados pelos produtores, resultando em estratégias de reprodução dessas unidades familiares. O objetivo maior é adequar seu sistema produtivo às necessidades de reprodução social. Nesse ramo, como em qualquer outra atividade, os desafios são sempre uma realidade cotidiana.

⁵⁷ O salário mínimo brasileiro em 2003 correspondia a US\$ 96,00.

5.3.4 O nível técnico e a política de crédito

A introdução da produção do alho, no início da década de 1980 promoveu mudanças consideráveis para a produção rural familiar do município, como assistência técnica mais efetiva e regular, acesso ao crédito, cultivo irrigado e melhor remuneração do trabalho. O rendimento proporcionado pela comercialização do alho - comparado a outros produtos cultivados, como arroz, feijão, milho, mandioca e outros, e a produção suína e leiteira - era superior aos demais, permitindo maior remuneração do trabalho. Dessa forma, os pequenos produtores da região ampliaram as áreas cultivadas e, através de recursos técnicos e creditícios, elevaram a produtividade do trabalho (crescimento horizontal e vertical). Mas como regra geral a produção agrícola nas comunidades não apresenta o incremento de equipamentos e tecnologias sofisticadas, como tratores e ordenhadeiras mecânicas e outros recursos.

Na verdade o que importa ressaltar é a relação entre o aumento de rendimentos e a qualidade de vida desse segmento de produtores. Esse aumento de renda assegurou um processo de transformação socioeconômica em cadeia. Todas as atividades produtivas foram melhoradas e, principalmente, houve a ampliação do cultivo irrigado na região. A partir de 1999, conforme já apresentado, a área destinada à produção de alho foi reduzida, em função da queda do preço. Na Comunidade Cisterna, principal região produtora de alho no município, existe um número maior de produtores que destinam uma maior área para este cultivo (média entre 2 a 6ha). Em segundo lugar vem a Comunidade Coqueiro. Essas comunidades constituem uma amostra significativa dos produtores que recorrem ao crédito, quando comparada às demais comunidade do município (AGR/Catalão, 2003).

Segundo os produtores, a maior aquisição feita, no período de melhores rendimentos, foi o equipamento de irrigação. Hoje, a produção de modo geral faz uso de irrigação (milho, alho, tomate, pepino, feijão, melancia e outros) durante o ano todo. Os produtores mantêm seu equipamento de irrigação e sua área dedicada para o cultivo de alho e para o cultivo de outras hortaliças.

A produção de alho tem sido praticada há mais de vinte anos na região. Uma parcela desses produtores melhorou a qualidade de sua produção, outros, porém, têm promovido o 'pioramento' ou regressão das variedades. Alguns produtores vendem o alho de melhor qualidade e guardam o de qualidade inferior para plantio, o que promove a

degeneração da produção. Uma das alternativas para diagnosticar esse problema é a aquisição de sementes híbridas. Um percentual desses produtores apresenta uma certa resistência à compra dessas sementes, uma vez que seus cálculos contemplam os custos iniciais e não o resultado final - a produtividade e a qualidade da produção.

Recentemente, os produtores da região têm adquirido sementes de outras regiões, principalmente da região sul do Brasil. No entanto, isto pode estar gerando um problema, pois esses produtores adquirem essas sementes dos compradores/intermediários de alho sem saber de sua procedência, não se sabe de nenhum controle sanitário ou mesmo acompanhamento técnico, podendo, dessa forma, trazer doenças que não existem, ainda, na região, como a ‘podridão branca’, comum na região Sul. As principais doenças do cultivo de alho na região são o ácaro, em função da questão climática e a mancha púrpura ou alternaria (AGR/Catalão, set. 2004).

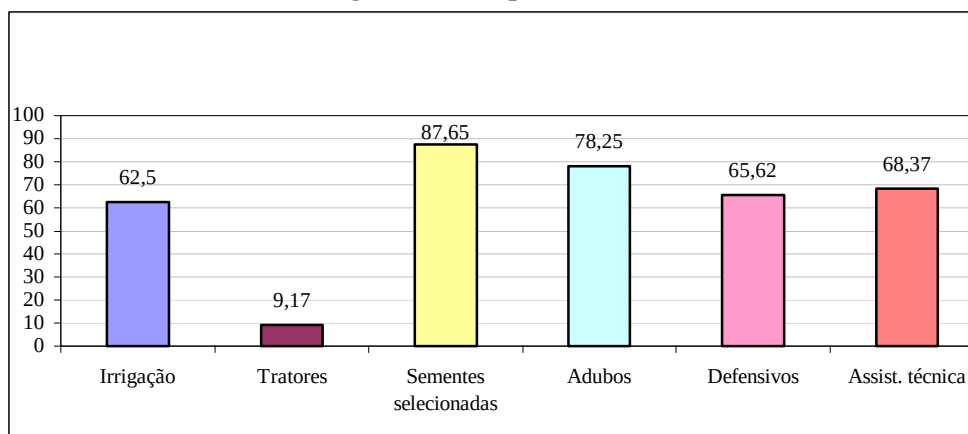
Os produtores iniciaram o cultivo de alho no município com a variedade *Gigante Rosa (Lavínia - Embrapa)* é uma variação da *Lavínia*, ou seja, é híbrida, tendo sido introduzida no município, em 1999, pela iniciativa dos próprios produtores da região. Acredita-se que 40% dos produtores substituíram as variedades *Amarante* e *Lavínia* pela *Lavínia - Embrapa*, o que assegura uma produção de melhor qualidade e melhor rendimento. Em 2002, foi introduzida a variedade *Shonan*, um insignificante número de produtores do município (em média 1%) cultiva essa nova variedade em função das exigências técnicas. A maior limitação apresentada, além do custo da semente e transporte, seria a preparação da semente. As sementes têm que ser armazenadas em câmeras frias por 40 a 50 dias, devendo ser controladas a umidade, temperatura e ventilação. E o produtor, após a retirada da semente da câmara fria, tem cinco dias para o plantio, após esse período a qualidade da germinação/produção pode ser comprometida.

Dentre os pesquisados, 62,5% possuem equipamento de irrigação. A maioria dos produtores comprou esse equipamento com a venda de gado, outros adquiriram com o próprio rendimento do alho e cultivo de espécies hortaliças. Alguns produtores acrescentaram que o equipamento de irrigação foi comprado aos poucos. Segundo eles, os que possuíam melhores condições financeiras levaram menos tempo para comprá-lo. Acrescenta-se que esses produtores adquirem equipamentos de irrigação, geralmente, usados e com preços menores, não havendo negociações, em termos de prazos, para pagamento e, muito menos, financiamento para compra dos mesmos. Não há financiamento disponível para a compra de equipamentos usados, por não apresentarem garantia.

A irrigação utilizada, pela quase totalidade dos produtores, é a por aspersão convencional acionada através de bomba a motor movido pela eletricidade ou a óleo diesel, sendo considerada uma tecnologia inadequada, em função da distribuição irregular de água no perfil do solo. Por ser uma região de terras altas, o adequado seria o pivô central ou a micro aspersão. Porém, a situação está longe de encontrar as condições ideais, pois os produtores já possuem seu próprio equipamento e a introdução de um novo equipamento significa elevado investimento, bem como a necessidade de obtenção do termo de Outorga para o uso da água nos pivots.

O aumento da produtividade do trabalho na região tem sido assegurado, também, pelo uso de sementes selecionadas para o plantio, como o milho (BR-106, BR-201, BR-205), o arroz e hortaliças. Quanto ao alho, a maioria dos produtores utiliza as variedades do grupo *Lavínia* - Embrapa. Entre os produtores 87,65% utilizam sementes selecionadas, como mostra o Gráfico 6.

Gráfico - 6
Comunidades Rurais Coqueiro, Ribeirão, Morro Agudo/Cisterna
e Mata Preta em Catalão (GO):
Utilização de insumos agrícolas, maquinário e assistência técnica- 2003



Fonte: Pesquisa de campo (com 79 produtores, 2003). Org. MENDES, E. P. P.

O consumo de insumos produtivos, como adubos, fertilizantes químicos e defensivos químicos é generalizado pelos produtores das comunidades pesquisadas o que responde por um investimento, relativamente, elevado, atendendo, mesmo que parcialmente, às exigências de modernização do setor. Entre os produtores pesquisados, 78,25% utilizam adubos, como o NPK (Nitrogênio, Fósforo e Potássio) a partir das seguintes formulações: 4-14-8, para áreas novas/iniciais, 4-30-16 e 20-5-20 associados com Sulfato de Amônia para as áreas mais trabalhadas. Essa maior concentração pode

baratear os custos. Cerca de 65,62% dos produtores pesquisados utilizam algum tipo de defensivo, como acaricida, inseticida/acaricida, fungicida, tríplice, herbicida (Gráfico 6).

Esses produtores têm abusado da prática de adubação, tanto de base quanto de cobertura. Eles fazem a adubação sem realizar a análise de solo, o que provavelmente pode redundar em um desperdício de investimento, uma vez que essa prática não assegura o aumento da produtividade, visto que não sabem as reais necessidades de correção do solo. Outra crítica feita pelos técnicos da região (AGR/Catalão, set. 2004) diz respeito ao uso abusivo de corretivos pelos produtores. Um dos exemplos utilizados foi o uso de uréia na cultura do alho, chegando até 700 kg, 800 kg por ha.

Essa quantidade é considerada excessiva, comprometendo a qualidade do alho e, ainda, pode comprometer a qualidade da água local, uma vez que um quantitativo desses corretivos percola para os mananciais. Ainda não foi feita análise da água para avaliar o grau de contaminação, mas os moradores da região mostram-se receosos quanto ao consumo da água local. Essa prática vem se repetindo sem controle, pois os produtores acreditam que esse consumo excessivo assegura o aumento da produção, porém o mesmo não se pode dizer quanto à qualidade. Essa prática pode estar ainda provocando um desequilíbrio ambiental.

O uso de defensivos exige muito cuidado para seu manuseio, como equipamentos apropriados e um destino para as embalagens, evitando maiores agressões ao ambiente. O recolhimento das embalagens é de responsabilidade dos técnicos da Defesa Sanitária em conjunto com os fornecedores locais de defensivos. Acredita-se que as medidas são aplicadas mais em função da quantidade de embalagens depositadas nas áreas de produção que pela necessária conscientização. Os pequenos produtores adquirem uma pequena quantidade, alguns litros de defensivos, não tendo, portanto a preocupação de encaminhar os recipientes para os locais de origem.

Não é raro encontrar embalagens depositadas ao ar livre pelas áreas de lavouras e, também, é comum o registro de pequenos acidentes, como intoxicações. No decorrer do trabalho de campo (ago. set, 2003) foi observado o depósito de embalagens reunidas em determinados locais das áreas de lavouras. Acrescenta-se, ainda, que os produtores não têm utilizado os equipamentos apropriados para fazerem a pulverização, nem mesmo adotado medidas simples de segurança para aplicação dos defensivos, como uso de camisas de manga longa, botas de plásticos, luvas e máscaras (Figura 15).



Figura 15 - Comunidade Coqueiro - Catalão (GO): pulverização manual de hortaliças. Em destaque, agricultor sem equipamento de proteção adequado. Autor: I. M. FERREIRA, dez. 2000.

Acredita-se que a tendência em curso - verificada durante a pesquisa - é o produtor criar um lugar específico para depositar os recipientes (Figura 16). O problema maior refere-se à falta de cuidado com esse depósito (local vedado, sem acesso de animais, sem possibilidade de acesso aos curso d'água e a não penetração dos resíduos no solo). Diante dos cuidados requeridos, existe a preocupação quanto aos danos que pode vir a ocorrer cabendo aos órgãos de apoio a responsabilidade técnica, não apenas de como fazer produzir mas, também, assegurar o retorno para o produtor (produção financiada), e promover a educação do mesmo em termos de danos ambientais.



Figura 16 - Comunidade Morro Agudo/Cisterna - Catalão (GO): local de depósito de embalagens de defensivos. Autor: I. M. FERREIRA, abr. 2005.

Pelo exposto, a introdução do cultivo de alho em 1980 não apenas introduziu o uso de cultivos irrigados, acesso a financiamento e melhor remuneração do trabalho, como também aproximou os produtores de uma assistência técnica mais efetiva. Cerca de 68,37% dos pesquisados contam com assistência técnica, seja das casas comerciais ou da AGR/Catalão. Mesmo aqueles produtores que não recorrem diretamente aos técnicos procuram informações com os produtores que seguem as instruções de um profissional, ou seja, indiretamente as modificações foram e são introduzidas nas práticas produtivas. Acredita-se que essas medidas são responsáveis pela permanência de vários jovens no meio rural.

Entretanto cabe, ainda, outra ressalva, deve-se considerar que essa assistência técnica, ainda é muito precária. De acordo com as entrevistas, as visitas dos técnicos são eventuais, sem acompanhamento sistemático das etapas de produção (preparo do solo, plantio e estágios de desenvolvimento das espécies plantadas). Os produtores, geralmente, recorrem apenas ao técnico da AGR/Catalão e das casas comerciais onde adquirem os insumos, raramente algum produtor procura assistência técnica particular. A assistência técnica despendida pelas cooperativas também é precária. Alguns produtores dizem que não confiam nos profissionais mas também não recorrem a particulares.

Alguns produtores são mais resistentes e desacreditam nas orientações dos técnicos, argumentando que os mesmos fornecem uma informação que sugere o incremento muito grande de produtos. Eles argumentam que “todo agrônomo possui casas

comerciais de produtos agropecuários” e reforçam que nasceram e foram criados na roça, e sabem o que fazer. Essas informações sugerem um perfil de produtores resistentes às mudanças. Porém, na prática, não é o que se observa na produção. Vários estabelecimentos começaram a experimentar o plantio direto⁵⁸ (evita o processo erosivo do solo), as áreas de lavouras estão bem cuidadas e as pastagens formadas. Geralmente, os pecuaristas da região procuram a AGR/Catalão antes de (re) formarem suas pastagens.

Quanto a outros equipamentos, foram citados: a carpideira e o arado de tração animal, o desintegrador, triturador e ensiladeira (esses equipamentos são de uso generalizado) e tratores (atende às necessidades da unidade e prestação de serviço). Os proprietários que possuem os tratores vendem serviços para os demais produtores das comunidades. No ano de 2000, a EMATER e a Prefeitura Municipal de Catalão adotaram um programa de contratação dos tratores das comunidades rurais, para prestarem serviços nas mesmas. Os produtores pagavam uma pequena taxa pelos serviços.

O projeto assegurava a re-inserção da mão-de-obra do lugar, mas não houve continuidade, foram várias as reclamações tanto dos produtores como dos tratoristas, principalmente, quanto ao favoritismo a alguns em detrimento de outros. A partir de 2001, a Prefeitura colocou à disposição os serviços gratuitos para os pequenos produtores, não atendendo a tempo e a contento às necessidades dos mesmos, uma vez que a demanda era superior à capacidade de prestação de serviços disponibilizados.

Esse problema foi resolvido no final do ano de 2002, quando a Prefeitura Municipal de Catalão ampliou sua frota de maquinários para atender aos pequenos produtores da região. A Secretaria Municipal de Agricultura (informação verbal, nov. 2004) informou que a Prefeitura de Catalão adquiriu, em 2002, um conjunto de máquinas (8 tratores) e colocou-as à disposição dos pequenos produtores da região. Os prestadores de serviço na área abrangida pela mecanização agrícola na região fizeram reclamações, no período do trabalho de aplicação dos Roteiros de Entrevista (jul./ago. 2003), no sentido de que perderam campo de trabalho.

Os tratoristas existentes nas comunidades rurais e que prestavam serviços para a região afirmaram que foram muito prejudicados pela oferta de tratores colocados à disposição dos pequenos produtores pela Prefeitura Municipal de Catalão (informação verbal, jul. 2003). Esses tratoristas afirmam que essa medida prejudicou os trabalhadores, reduzindo uma das poucas oportunidades de emprego no campo. Dessa forma, acreditam

⁵⁸ Plantio diretamente sobre a palha sem que haja o gradeamento do solo.

que a medida tomada pela administração municipal ampliou o emprego urbano, em detrimento ao do meio rural. Segundo a versão dos tratoristas, ao contratar terceiros, a prefeitura de Catalão reduziria seus gastos com manutenção e aquisição de maquinários. Na região, o preço da hora de serviço/trator da Prefeitura, em 2003, era de R\$ 15,00 e de particulares R\$ 40,00.

No entanto, é preciso considerar que o número de tratoristas na zona rural, que prestam serviços, é mínimo e o número de produtores beneficiados pelos tratores disponibilizados pela Secretaria Municipal de Agricultura é considerável o que anula os interesses dos primeiros. A AGR/Catalão informou que a disponibilização de maquinário pela Prefeitura não promoveria desemprego significativo. As solicitações dos serviços para os produtores da comunidade são feitas pelos presidentes das Associações de Pequenos Produtores, que são os representantes dos associados.

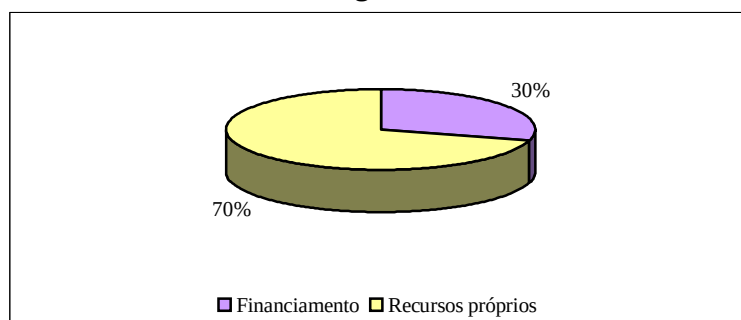
O benefício de ter um bom serviço para o produtor na hora certa, da maneira correta e tecnicamente viável, favorece a vida do produtor. O serviço disponibilizado pela Secretária Municipal de Agricultura, provavelmente, é de melhor qualidade, se comparado aos serviços prestados no meio rural. A Cooperativa Agropecuária de Catalão (COACAL), também, tem um conjunto razoável de máquinas para atender aos produtores associados da região (700 associados). Para a AGR/Catalão (2004) esse quantitativo de maquinário é considerado satisfatório para atender às comunidades rurais do município, desde que seja bem distribuído. O milho, por exemplo, é uma cultura altamente sensível em época de plantio, se passar do mês de novembro, começa a ter decréscimo de produtividade a partir de cada dia, cada semana que passa desse período.

No que se refere aos financiamentos agrícolas, um percentual de 30% do produtores pesquisados, principalmente de alho e produção leiteira, recorre ao financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), recebendo assistência técnica da AGR/Catalão (Gráfico 7). Os recursos do PRONAF hoje atendem, quase que totalmente, ao pequeno produtor, ficando o crédito normal de custeio do Banco do Brasil, com 8% de juros ao ano, praticamente voltado para o médio e grande produtor que não se enquadram nesse programa.

Os recursos do PRONAF atendem prioritariamente aos agricultores familiares inseridos nos diversos grupos (dependendo da renda bruta anual). Os juros do PRONAF variam de 1,15% a 7,25% ao ano, dependendo da classificação do contratante do empréstimo (AGR/2004). Em média, a taxa de juro é de 4% ao ano, mas existem algumas

variações. No caso de investimento é de 4% ao ano, mais 25% de redução/rebate dos encargos financeiros, como bonificação de adimplência, ou seja, se o produtor pagar em dia ganha 25% de redução, assim o juro de 4% cai para 3%.

Gráfico - 7
Comunidades rurais Coqueiro, Ribeirão, Morro Agudo/Cisterna
em Catalão (GO):
Uso de crédito agrícola - 2002 - 2003



Fonte: Pesquisa de campo (2003). Org. MENDES, E. P. P.

Os valores liberados variam de R\$ 500,00 a R\$ 36.000,00, dependendo de sua destinação (custeio ou investimento) e do porte do contratante. Geralmente, o recurso é disponibilizado por grupos de produtores - A e B destinado aos assentados da reforma agrária; C e D destinado a posseiro, arrendatário, meeiro ou proprietário. A diferenciação de grupos de produtores constitui uma inovação proposta no ano de 2003-04.

As fontes de recursos provêm do Orçamento Geral da União, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO). O agente financeiro é o Banco do Brasil e os projetos são elaborados pela Agência Rural e empresas privadas. As atividades do PRONAF são realizadas em forma de parceria entre instituições públicas e privadas. Além dos órgãos representativos do setor produtivo, fazem parte também as Prefeituras Municipais, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, Comissões Territoriais, associações e cooperativas e assentados da reforma agrária. Em nível nacional, o programa é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em Goiás está sob responsabilidade da Secretaria Estadual da Agricultura, no âmbito da Superintendência de Agricultura Familiar/Secretaria Executiva do PRONAF.

Segundo Sérgio Luiz⁵⁹, para obter o empréstimo o produtor familiar precisa apresentar a Declaração de Aptidão (DAP), documento que comprova o

⁵⁹ SÉRGIO LUIZ. Produção familiar avança. **O Popular**, Goiânia, 26 fev. 2005. Agricultura, Suplemento do Campo, p. 12.

enquadramento do agricultor e assentado ao programa, com emissão para a unidade familiar, gratuitamente. Em Goiás, as entidades credenciadas para a emissão do DAP são o Incra, Agência Rural, Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Goiás (Faeg), por meio de seus sindicatos rurais.

Os critérios de utilização da linha de crédito subsidiada oferecida pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) são: 1) explorar a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro, concessionário da reforma agrária, pescadores artesanais, extrativista, silvicultores e aquícultores; 2) residir na propriedade ou em local próximo; 3) ter no trabalho familiar a base da exploração do estabelecimento; 4) deter, sob qualquer forma, no máximo quatro módulos fiscais⁶⁰ de terra, quantificados conforme a legislação em vigor ou, no máximo, seis módulos, quando se tratar de pecuária familiar; 5) ter renda familiar gerada com a exploração agropecuária e não-pecuária no estabelecimento de 30% a 80% do valor de acordo com a classificação no grupo⁶¹.

A destinação de recursos do PRONAF, no ano de 2004, para o Município de Catalão (AGR, set. 2004) seria para o grupo C (crédito de R\$ 3.000,00), porém o perfil desse produtor dificultou a solicitação de crédito. Esse segmento nunca teve acesso a nenhuma linha de crédito. Esse segmento representa o pequeno produtor rural com uma renda bruta anual de até R\$ 14.000,00 ou até R\$ 1.000,00 de renda bruta por mês. Geralmente, esse é o tipo de público que não possui tradição em solicitar empréstimo [o percentual de produtores pesquisados que recorrem ao crédito comprova a afirmativa]. Enquanto o grupo D (crédito de R\$ 18.000,00), com R\$ 14.000,00 a R\$ 40.000,00 de renda bruta anual, havia feito solicitação de recursos. Assim, o recurso no ano de 2004 foi disponibilizado para o grupo D, sendo que em uma semana todo o recurso disponível foi solicitado pelos contratantes.

A AGR/Catalão (set. 2004) informou que há bastante recurso disponível, principalmente para o custeio agrícola, mas os produtores estão encontrando dificuldades em conseguir, junto ao agente financeiro, a liberação desses recursos. A situação sugere que não está havendo empenho por parte do agente financeiro para a liberação desses recursos. Assim as dificuldades encontradas pelo pequeno produtor pautam-se, também, na burocracia que os agentes financeiros têm exigido para poder assinar a liberação.

⁶⁰ O módulo fiscal para Catalão é de 40 ha.

⁶¹ SÉRGIO LUIZ. Produção familiar avança. **O Popular**, Goiânia, 26 fev. 2005. Agricultura, Suplemento do Campo, p. 12.

Isso acaba gerando uma gama muito elevada de exigências, sobrecarregando esses produtores, como o difícil acesso às agências bancárias, cartórios e organismos que trabalham com o crédito, seja a Agência Rural ou o Sindicato Rural. As exigências, em termos de garantias, têm afastado o produtor desse tipo de crédito, enquanto na verdade, o acesso a esse recurso deveria representar um meio de elevar a produção, juntamente com o acesso à tecnologia, à capacitação, entre outros projetos. Até o momento, a maioria desses programas tem-se demonstrado incipiente diante da realidade da maioria dos produtores. Existem também vários entraves que dificultam a iniciativa externa em aglomerar esses produtores para realização de cursos de capacitação e atualização. A maioria dos produtores não tem como se afastar de suas atividades em sua propriedade.

Por outro lado, Carneiro (2005)⁶² salienta outra questão que deve ser considerada. A extensão rural e a assistência técnica, embora tenham respondido com competência à responsabilidade de ajudar no desenvolvimento e no crescimento socioeconômico de pequenos produtores, hoje estão abandonadas. O fato é que se verifica

a ausência de sustentação financeira para a assistência técnica e a extensão rural, com o conseqüente abandono de uma estrutura gigantesca (no caso de Goiás, a Agenciarrural). Para ficar só em um exemplo, o governo federal está direcionando volume expressivo de recursos para a agricultura familiar (R\$ 9 bilhões), mas não há assistência técnica, fundamental nesse tipo de projeto. [...] O setor chama por revitalização. (CARNEIRO, 2005, p. 4).

Consta-se que o maior empecilho quanto à melhoria da renda dos produtores rurais familiares do município, considerando que essa melhoria é possibilitada através do aumento da produtividade do trabalho, recai sobre os poucos recursos financeiros que dispõem e a assistência técnica precária. Soma-se a isso, as dificuldades em comercializar sua produção. Outro fator agravante recai sobre a comercialização. Os produtores encontram-se desorganizados, conseqüentemente, ocorre a desestruturação do processo comercial, ficando à mercê dos compradores (AGR/Catalão, set. 2004). A questão não se resume, simplesmente, no fato de produzir, mas estabelecer um mercado seguro para os produtores da região. Isso justifica a opção de alguns produtores pela pecuária leiteira, em que a estabilidade e a rentabilidade oferecidas pelo mercado tornam-se fatores atrativos. A implantação de granjas é uma opção secundária, pois os produtores da região encontram dificuldades de convênios e de aquisição de tecnologia, pois não possuem nenhuma tradição.

⁶² CARNEIRO, L. Extensão rural e agronegócio. **O Popular**, Goiânia, 28 out. 2005. Agricultura, Suplemento do Campo, p. 4.

Assim, pode-se afirmar que os pequenos produtores da região não foram inseridos na cadeia produtiva dos complexos agroindustriais, a jusante. Eles, também, não adotam tecnologia de ponta em função de seu alto custo, desconhecimento e risco. Além disso, não fazem nenhum investimento se não tiverem certeza do retorno dessa atividade (aversão ao risco). Como seus recursos são escassos e o único imóvel que possuem são as terras, qualquer maior imprevisto compromete indiscutivelmente a conservação do patrimônio e eles, mais do que ninguém, têm consciência dessa situação.

Diante dessas particularidades, como a baixa renda do setor agrícola, a falta de acessibilidade ao crédito e a precária assistência técnica, que dificulta o aumento da produtividade agrícola e, conseqüentemente, a melhoria de suas condições socioeconômicas, destaca-se a ausência de políticas agrícolas efetivas capazes de gerar ações afirmativas para esse setor. Essa situação é agravada, em nível local, pela ineficiência das organizações que os representam.

5.3.5 As estratégias de reprodução familiar

Como exposto anteriormente, as comunidades rurais em estudo pertencem ao município de Catalão (GO). Essas propriedades caracterizam-se pelo predomínio de pequenas propriedades, trabalho familiar na gestão e nas atividades do estabelecimento, utilização da troca de dias de trabalho, demão, ausência de contratação de trabalhadores em regime fixo, dentre outros. Os produtores das comunidades rurais pesquisadas representam uma amostra da diversidade de características e estratégias de reprodução, apresentadas pela produção rural familiar no Município. As desigualdades econômicas, o tamanho das propriedades, a força de trabalho doméstico disponível, o uso de tecnologia, os recursos e o perfil do produtor justificam as diferentes estratégias produtivas dessas unidades familiares e sua maior ou menor inserção no mercado.

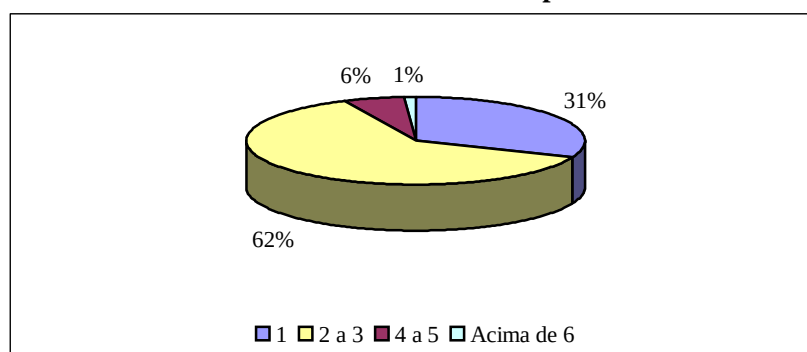
Todas as pequenas propriedades pesquisadas são administradas pelos próprios donos que, juntamente com a família, executam a maioria das atividades agrícolas. A propriedade constitui uma unidade de produção e de consumo, com o predomínio de baixo uso de recursos tecnológicos. Os pequenos proprietários recorrem ao emprego de trabalhadores temporários, principalmente, para o cultivo de alho, o que mostra a sazonalidade do emprego no campo, no município de Catalão. As oportunidades de trabalho são condicionadas, diretamente, pela sazonalidade da agricultura. As áreas são

cultivadas mais pela tradição do trabalho desses agricultores que pelas orientações técnicas, com exceção do alho.

Deve-se considerar que algumas propriedades são mais capitalizadas que outras, conforme mostrou a divisão dos produtores pela atividade comercial principal. As diferenças socioeconômicas entre as unidades sugerem uma relação de interdependência, entre os produtores da região, gerando uma organização social e cultural complexa. Essas relações não são, estritamente, econômicas, como a parceria, a troca de dias de trabalho, a demão e o arrendamento. Geralmente, os arrendamentos são pagos com a própria produção, exceto os produtos da horticultura.

Relacionado ao tamanho das famílias dos produtores rurais, observou-se que houve uma redução comparada aos seus antecessores. Atualmente, a composição média das famílias das comunidades é de dois a três filhos (62% das famílias das comunidades pesquisadas - Gráfico 8). Esses dados representam um fator limitante no que diz respeito à disponibilidade de mão-de-obra na família. De outro lado, ameniza o problema do esfacelamento das já pequenas propriedades. A composição das famílias nas gerações anteriores era bem maior, em média, nove filhos por família, o que contribuiu para o acentuado fracionamento das propriedades originais.

Gráfico - 8
Comunidades Rurais Coqueiro, Ribeirão, Morro Agudo/Cisterna e
Mata Preta em Catalão (GO):
Taxa média de filhos nas famílias dos produtores - 2005



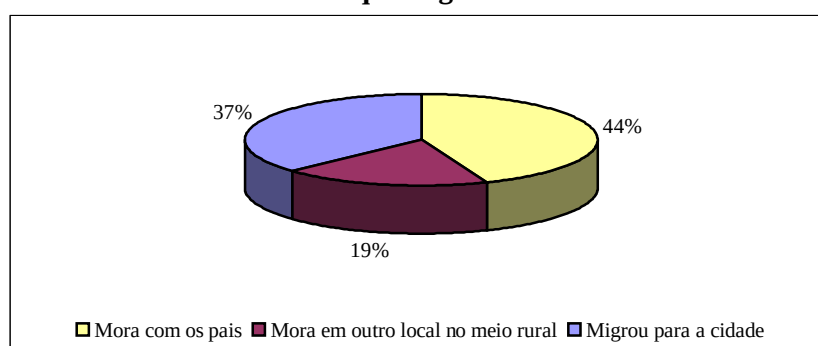
Fonte: Pesquisa de campo (2003) e Secretaria Municipal de Saúde de Catalão (2005)⁶³. Org. MENDES, E. P. P.

A alta composição dos grupos familiares, apresentada pelas primeiras gerações das comunidades e, também, a permanência de todos os seus membros,

⁶³ Os dados da Secretaria Municipal de Saúde de Catalão (Sistema de Informação de Atenção Básica - 2005) referem-se a 253 sedes/propriedades.

principalmente dos filhos homens nas propriedades dos pais, tem comprometido a sobrevivência de um percentual de produtores. Algumas propriedades se tornaram muito pequenas, expropriando parte da família (37%) para a cidade (Gráfico 9). Nem todos os filhos que herdaram parte das terras dos pais conseguiram comprar mais uma gleba de terra e anexar à sua herança. Hoje as comunidades estudadas vivem a sua quinta geração de produtores.

Gráfico - 9
Comunidades Rurais Coqueiro, Ribeirão, Morro Agudo/Cisterna
e Mata Preta em Catalão (GO):
relação entre os filhos dos produtores que moram no meio
rural e os que migraram - 2003



Fonte: Pesquisa de campo (2003). Org. MENDES, E. P. P.

Os novos proprietários (herdeiros) e suas famílias que conseguiram aumentar suas propriedades gozam de melhores condições de vida. Atualmente, as famílias dos produtores mostram preocupação com a educação e o futuro de seus filhos, o que refletiu na redução considerável da composição média das famílias (2 a 3 filhos), além de outros fatores de ordem cultural, religiosa e uso de métodos contraceptivos.

Os filhos dos agricultores, que representam a nova geração, estão vindo estudar em Catalão. Uma minoria já cursa o ensino superior e não mostra interesse em continuar no meio rural. Essa opção é tomada a partir da impossibilidade de todos os seus membros (pai, mãe e filhos) se tornarem produtores familiares, considerando o atual tamanho da propriedade e a baixa remuneração do trabalho. Segundo os dados obtidos na pesquisa de campo, 34,88% dos jovens (filhos de produtores) afirmaram que querem se mudar do meio rural, enquanto 65,12% afirmaram que não gostariam e/ou não desejam se mudar da propriedade (Tabela 12).

**Tabela 12 - Comunidades Rurais em Catalão (GO):
Coqueiro, Ribeirão, Morro Agudo/Cisterna e Mata Preta
População jovem - perspectivas de permanência - 2003**

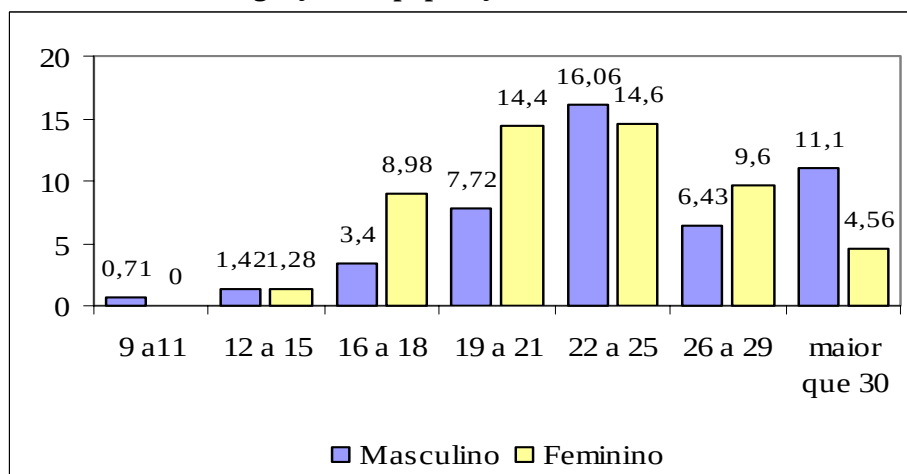
Idade	Não desejam permanecer			Desejam permanecer			Total
	Homens	Mulheres	Subtotal	Homens	Mulheres	Subtotal	
9 a 11	2,32	2,32	4,65	6,98	2,32	9,30	13,95
12 a 15	2,32	2,32	4,65	4,65	6,98	11,63	16,28
16 a 18	-	18,6	18,6	13,96	13,96	27,92	46,52
19 a 21	-	6,98	6,98	4,65	4,65	9,30	16,28
22 a 25	-	-	-	-	-	-	-
26 a 29	-	-	-	2,32	2,32	4,65	4,65
Acima de 29	-	-	-	-	2,32	2,32	2,32
Total	4,65	30,23	34,88	32,56	32,56	65,12	100

Fonte: Pesquisa de campo (com os filhos dos produtores, sendo aplicados 40 roteiros -2003). Org. MENDES, E. P. P.

Verificou-se na pesquisa que os casamentos estão sendo realizados mais tardiamente (após os 20 anos) e o número médio de filhos também diminuiu. A maioria dos jovens com idade acima de 16 anos que ainda não encontraram meios de rendimentos migraram em busca de novas oportunidades de rendimentos e para continuar seus estudos na cidade. De um modo geral, na realização da pesquisa, observou-se a presença de poucos jovens trabalhando nas unidades produtivas. Um percentual de aproximadamente 37% dos filhos dos produtores migrou para a cidade, enquanto os filhos mais velhos encontram dificuldades em abandonar o que já conseguiram, mesmo porque o trabalho na terra faz parte de sua educação. O objetivo da realização dessa amostra foi verificar as condições de sucessão do patrimônio e as possibilidades dos filhos dos produtores em continuar no campo e, também, investigar seus valores e conhecimentos.

Na faixa etária entre 26 e 29 anos de idade, as migrações de homens (6,43%) e mulheres (9,6%) apresentaram uma redução, comparada a faixa etária entre 19 e 25 anos de idade (homens 24,32%, mulheres 29%). Na faixa etária acima de 30 anos de idade, foi registrado um sensível aumento de migrações, principalmente dos homens (11,1%) enquanto para as mulheres foi de 4,56%. Supõe-se que nessa faixa de idade, o aumento do percentual das migrações dos homens seja em busca de emprego (rendimentos), principalmente nas empresas mineradoras do município. Essa é uma idade difícil para procurar uma nova profissão na cidade (tanto para os homens quanto para as mulheres), uma vez que todo seu conhecimento e experiência são estabelecidos na sua relação com a terra. Acima dessa faixa etária não foram registradas migrações (Gráfico 10).

Gráfico - 10
Comunidades Rurais Coqueiro, Ribeirão, Morro Agudo/Cisterna
e Mata Preta em Catalão (GO):
Migrações da população em % – 2005



Fonte: Pesquisa de campo (2003) e Secretaria Municipal de Saúde de Catalão (2005).
 Esses dados referem-se a 253 propriedades. Org. MENDES, E. P. P.

Os filhos mais jovens entre 16 e 18 anos (8,98% mulheres e 3,14% homens) e entre 19 e 21 anos (14,40% mulheres e 4,72% homens), principalmente as mulheres não vêem possibilidade de continuar no campo, em função, principalmente, dos baixos rendimentos, do interesse em continuar seus estudos e do lugar que ocupa na unidade produtiva. Esses jovens que estão estudando acreditam que, na cidade, terão maiores oportunidades de emprego e melhores rendimentos, comparado ao campo.

Há poucos jovens na região, eles vêm nos finais de semana, para as festas e nos feriados. Tem muitas crianças e adolescentes (em média 60, com idade entre 1 a 14 anos). A partir de 15 anos eles vão estudar na Escola Técnica de Urutaí (GO). Muitos não levam os estudos a sério e abandonam o Curso. Os que se dedicam, dificilmente retornam. Os que não estudam são os que ficam. (L. O. A. Agente de Saúde, Comunidade Cisterna, jul. 2003).

A facilidade de acesso e incentivo à educação escolar é uma realidade recente no meio rural. Esses jovens almejam conquistar independência financeira, e como essa possibilidade é remota na unidade produtiva, eles são obrigados a procurar outra ocupação. Supõe-se que pelo fato dos filhos homens acompanharem seus pais desde criança (geralmente a partir dos dez anos) eles acabam dando continuidade às atividades na propriedade junto com o pai e, também, existe a oportunidade de assalariar-se temporariamente em outras propriedades, justificando o maior número de migrações de mulheres.

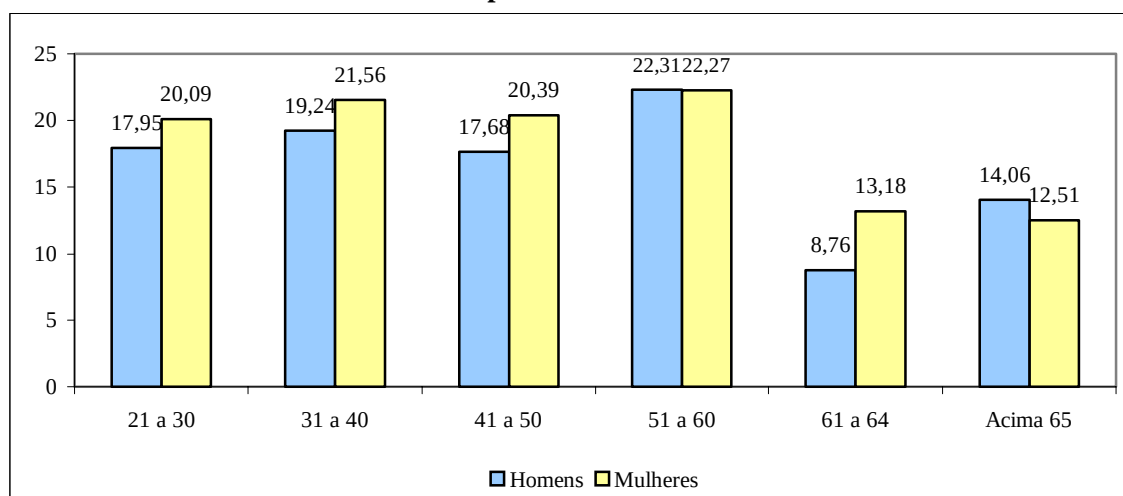
A oferta de trabalho para mulheres no meio rural é quase inexistente. Os

serviços ofertados restringem-se a trabalhos domésticos e com os feirantes, mas são serviços requisitados com pouca frequência, uma a duas vezes por semana e são pouco remunerados. Durante o trabalho de campo verificou-se que em apenas três residências visitadas mantinha-se uma funcionária regular para auxiliar nos serviços domésticos. O dia de serviço de um homem, custa em média entre R\$ 15,00 e R\$ 25,00, enquanto o de uma mulher é em média R\$ 15,00 a R\$ 18,00 (AGR/Catalão, 2004).

A faixa etária dos chefes de família encontra-se entre 21 e 61 anos (Gráfico 11). Essa média aproxima-se da média apresentada pela Confederação Nacional da Agricultura, que é 46 anos (LIMA, 2001). Esses dados do CNA revelam o envelhecimento do produtor rural. A pesquisa no município de Catalão também confirma essa tendência, cuja média de idade do produtor rural nas comunidades rurais pesquisadas é de 51 anos (Tabela 13). Os filhos jovens que optaram em permanecer na unidade produtiva junto aos pais representam uma possibilidade de continuidade da profissão - sucessão do patrimônio -, pois o tamanho médio das famílias, seguindo uma tendência geral, também, diminuiu. Na Tabela 13 utilizou-se da média apresentada por outros municípios do Estado, como meio de estabelecer uma comparação. Observe que as médias apresentadas pelas comunidades rurais do município de Catalão são semelhantes aos demais municípios do Estado de Goiás.

Gráfico - 11

**Comunidades Rurais Coqueiro, Ribeirão, Morro Agudo/Cisterna e Mata Preta em Catalão (GO):
Idade média dos produtores rurais em % – 2005**



Fonte: Pesquisa de campo (2003) e Secretaria Municipal de Saúde de Catalão (2005 – foram consideradas 253 propriedades/sedes das comunidades). Org. MENDES, E. P. P.

Tabela 13 - Composição média das famílias nos municípios selecionados- 1997 e 2005

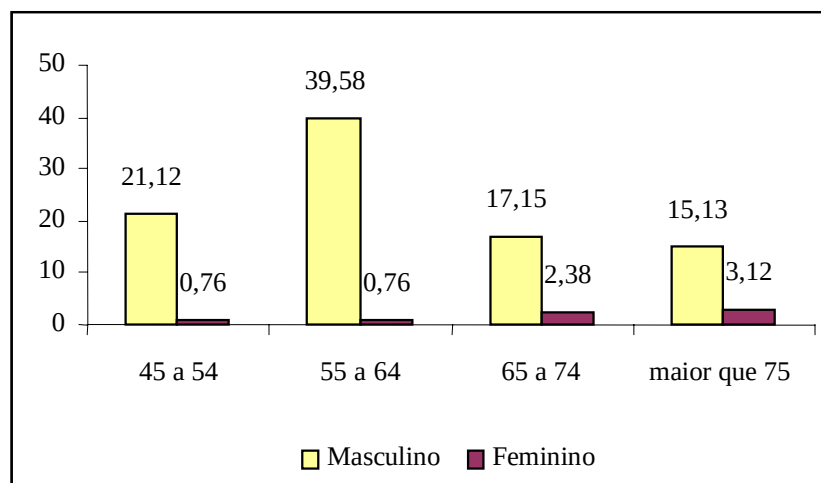
Município	Idade (pai)	N. filhos	Filhos <12 anos	Filhos >12 anos
Formosa	51	5,3	1,6	3,7
Goiás	50	3,9	0,7	3,2
Itapuranga	46	4,3	0,6	3,7
Orizona	49	4,6	0,8	3,8
Porangatu	50	4,8	0,7	4,1
Rio Verde	44	3,1	1,0	2,1
Catalão*	51	3,3	0,4	2,9

Fonte: Caume (1997, p. 32)⁶⁴ e *Pesquisa de campo (2003) e Secretaria Municipal de Saúde de Catalão (2005). Org. MENDES, E. P. P. **Nota:** Os dados de Catalão (GO) referem-se às Comunidades Coqueiro (38 sedes/propriedades), Morro Agudo/Cisterna (79), Mata Preta (64) e Ribeirão (72).

Geralmente, os rapazes, filhos de produtores, empregam-se em outros pequenos estabelecimentos que possuem uma melhor condição financeira e pouca mão-de-obra disponível e/ou os proprietários já estão idosos (e sozinhos) e precisam contratar trabalho externo (Gráfico 10). Nas propriedades relativamente maiores, as famílias também precisam, em determinados períodos do ano, contratar mão-de-obra. Nem sempre esses jovens trabalham para complementar a renda familiar mas para adquirem bens materiais de suas necessidades como roupas, calçados, computador, aparelho de som e outros produtos (urbanização cultural).

Gráfico - 12

Comunidades Rurais Coqueiro, Ribeirão, Morro Agudo/Cisterna e Mata Preta em Catalão (GO):
Propriedades administradas pelo proprietário e o cônjuge ou pelo proprietário e seu filho em % – 2005



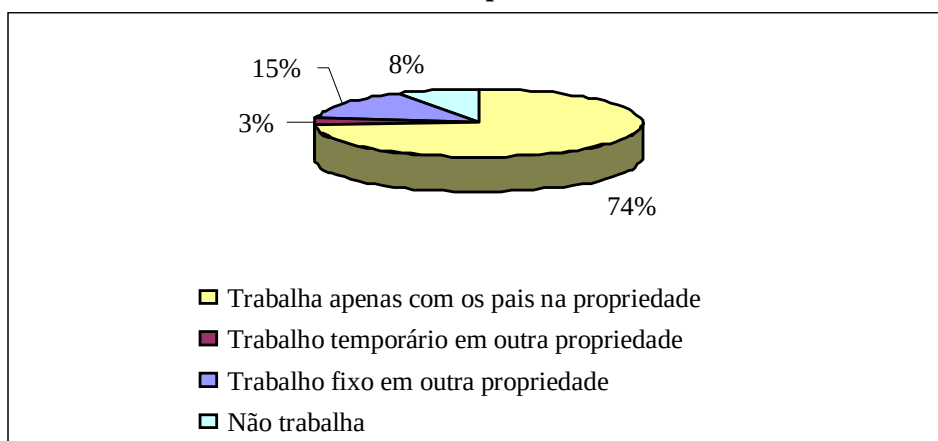
Fonte: Pesquisa de campo (2003) e Secretaria Municipal de Saúde de Catalão (2005). Org. MENDES, E. P. P.

⁶⁴ CAUME, D. J. **A agricultura familiar no estado de Goiás**. Goiânia: UFG, 1997. 71 p. (Quiron).

A principal situação sugerida pelo Gráfico 12 é a confirmação da diminuição da população rural e o conseqüente envelhecimento dos produtores. De 253 propriedade/sedes das comunidades rurais pesquisadas, em 42,97% os proprietários estão com idade acima de 45 anos. Nesse grupo, em 21% das propriedades moram o proprietário e seu cônjuge e em 10,62%, o proprietário e o filho. Em 10,67% das propriedades moram apenas os proprietários (homens 8,55% e mulheres 1,5%). Esses produtores correspondem a 85% da população aposentada das comunidades rurais.

Essas propriedades representam um grupo de produtores que, geralmente, necessitam de mão-de-obra extra. A relação de trabalho, estabelecida entre os jovens e os pequenos proprietários, dá-se pela forma contratual informal. Eles trabalham por dia ou por tarefa. Durante o ano letivo, trabalham, apenas, meio período (e recebem proporcionalmente), mas o empregador não os contrata durante o ano todo, uma vez que a oferta de trabalho, no meio rural, é irregular. Verificou-se que, em função das despesas para registrar o trabalhador (regulamentação da legislação trabalhista), não foi constatado nenhum caso em que esses jovens tivessem Carteira de Trabalho assinada, ou mesmo, direito a férias proporcionais e ao décimo terceiro salário (Gráfico 11).

Gráfico - 13
Comunidades Rurais Coqueiro, Ribeirão, Morro Agudo/Cisterna
e Mata Preta em Catalão (GO):
Atividades dos filhos dos produtores em % – 2003



Fonte: Pesquisa de campo (2003). Org. MENDES, E. P. P.

A maior oferta de trabalho, destinada aos filhos dos produtores nas comunidades rurais, refere-se ao plantio, limpeza, colheita e preparo das tranças das ramas de alho, auxílio na ordenha, limpeza de pastos, preparo da silagem e às atividades geradas pelos feirantes, como preparar açafrão, aguardente, polvilho e farinha de mandioca (moer,

peneirar, pesar e embalar) e também abater e limpar os frangos caipiras. Há os funcionários que ajudam a colher e a encaixotar os produtos oriundos de hortaliças. São várias as atividades provenientes da produção e do preparo dos produtos para a comercialização nas feiras locais. O trabalho externo dos produtores e seus filhos é visto como um meio de complementar os rendimentos da família.

5.3.6 O nível de escolaridade e condições de vida dos produtores

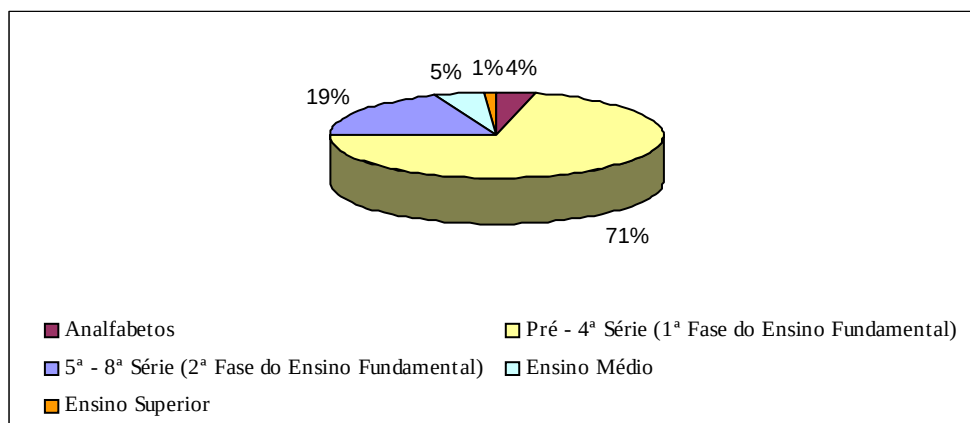
O grau de escolaridade dos produtores pesquisados é considerado baixo. Segundo os produtores com mais de 60 anos que vivem nas comunidades, não havia escolas da rede pública de ensino no campo. Os proprietários que possuíam melhores condições financeiras contratavam um professor particular da cidade que passava a morar, temporariamente, em sua própria residência até que seus filhos, parentes mais próximos e vizinhos fossem alfabetizados. Geralmente, as despesas eram divididas entre as famílias. As aulas eram ministradas em um cômodo improvisado na própria residência. Havia casos em que os fazendeiros construíam um cômodo específico para as aulas. Os pais auxiliavam o professor com a disciplina. Assim, os pais asseguravam a alfabetização de seus filhos (aprendiam a ler e escrever e a fazer as quatro operações da matemática).

Num segundo momento, surgiram as escolas primárias multisseriadas (da alfabetização a 4ª série do Ensino Fundamental – antigo primário), o que explica o percentual elevado de produtores com apenas o “Ensino Primário”. Na década de 1990 foi estendido para a zona rural o ensino correspondente a Segunda Fase do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série)⁶⁵. Apenas 19% dos entrevistados cursaram até a 8ª série e 5% estão cursando ou já terminaram o Ensino Médio, conforme mostra o Gráfico 14.

⁶⁵ A Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo foi criada pela Lei n.º 081/91.

Gráfico - 14

**Comunidades Rurais Coqueiro, Ribeirão, Morro Agudo/Cisterna
e Mata Preta em Catalão (GO):
Escolaridade dos produtores – 2003**



Fonte: Pesquisa de campo (2003). Org. MENDES, E. P. P.

A Tabela 14 apresenta uma situação interessante. Provavelmente em função das dificuldades de transporte nas décadas anteriores, os homens, que hoje estão com idade acima de 40 anos, tiveram a oportunidade de estudar um pouco mais que as mulheres. Em um segmento social marcado por fortes traços de uma cultura patriarcal é comum que o papel das mulheres nas famílias rurais seja reduzido às atividades domésticas. Por mais que os filhos homens iniciassem sua formação muito cedo, no trabalho nas roças com seus pais (7 a 10 anos), eles gozavam de maior liberdade. Essa realidade demonstra outra tendência na atualidade, devido as dificuldades que as jovens moças enfrentam para encontrar uma ocupação remunerada no meio rural, elas encontraram um incentivo para darem continuidade a seus estudos.

**Tabela 14 - Comunidades Rurais em Catalão (GO):
Coqueiro, Ribeirão, Morro Agudo/Cisterna e Mata Preta
Escolaridade dos filhos dos produtores - 2003**

Escolaridade dos filhos dos produtores - 2009														
Idade	Homens						Mulheres						Total	
	Escolaridade						Escolaridade							
	I	II	III	IV	V	n.	I	II	III	IV	V	n.	n.	%
5 a 6	2	-	-	-	-	2	3	-	-	-	-	3	5	2,16
7 a 10	7	-	-	-	-	7	3	-	-	-	-	3	10	4,32
11 a 14	2	8	-	-	-	10	-	11	-	-	-	11	21	9,10
15 a 20		5	10	3	2	20	-	2	23	-	3	28	48	20,78
21 a 30	8	6	17	1	4	36		4	20	-	13	38	74	32,04
31 a 40	5	13	6	-	1	25	6	5	12	-	-	23	48	20,78
Acima de 40	7	2	2	-	-	11	5	7	2	-	-	14	25	10,82
Total	111						120						231	100

Fonte: Pesquisa de campo (2003). Org. MENDES, E. P. P.

Obs.: I Pré-escolar a 4ª série – Primeira Fase do Ensino Fundamental, II 5ª a 8ª série – Segunda Fase do Ensino Fundamental, III Ensino Médio, IV Curso Técnico e V Curso Superior. Não foi registrado nenhum analfabeto na amostragem.

A baixa escolaridade, apresentada pelos produtores pesquisados (71% contam com a formação primária), é reflexo da deficiência da rede pública de ensino na zona rural e, também pelos valores da época. Essa situação é agravada pela localização das escolas. Hoje, os jovens que querem continuar seus estudos, no ensino médio, são obrigados a vir para a cidade, o que contribui para a migração desses jovens.

Quanto às condições de moradia, também verificamos uma certa diferenciação entre os agricultores familiares. As condições de vida dos produtores constituem uma realidade intrigante. A maioria deles não demonstra preocupação com o conforto de uma construção habitacional mais moderna, mas deve-se considerar que cada realidade constrói suas próprias necessidades. Dentre as propriedades visitadas, foram encontradas vários tipos de residências (como já descrito na seção 5.2), algumas em estado precário de conservação, considerando os seguintes quesitos: paredes de adobe com reboco solto e sem pintura, telhados danificados, pisos rústicos (piso batido ou cimentado grosso). Uma maioria, no entanto, representa construções típicas do meio rural (casas simples com janelas, piso cimentado, sem forro, banheiro na parte externa das casas), mas estão em bom estado de conservação. Outras representam construções mais modernas (casas forradas, piso de cerâmica, banheiro no interior das residências), representando o menor percentual de habitações no meio rural (Figuras 17, 18 e 19).

Algumas das residências mais antigas, construídas de adobe não estão em boas condições de uso. Geralmente, correspondem às residências de produtores idosos ou de filhos que se casaram recentemente e não possuem condições financeiras para construir sua própria casa. Esses filhos de produtores cercam parte da propriedade do pai, ocupando alguma construção que era utilizada para armazenar equipamentos ou mantimentos e passam a morar e trabalhar. Tais habitações padecem de boas condições de salubridade.



Figura 17 - Comunidade Coqueiro - Catalão (GO): habitação rural. Autor: I. M. Ferreira, abr. 2005.



Figura 18 - Comunidade Ribeirão - Catalão (GO): habitação rural. Autor: I. M. Ferreira, abr. 2005.



Figura 19 - Comunidade Morro Agudo/Cisterna - Catalão (GO): habitação rural.
Autor: I. M. Ferreira, jan. 2005.

A maioria dos chefes de família não demonstra preocupação com a estrutura física da casa, mas com o conforto através da aquisição de carros (predominam as picapes) e eletrodomésticos, enquanto que para as mulheres, uma casa nova e confortável representa um de seus maiores desejos. No início do trabalho de campo, a primeira impressão que se teve é de desconforto, que é amenizada com o conhecimento do interior das residências e, principalmente, com respeito às suas necessidades e prioridades.

Todas as casas visitadas possuem água encanada. O abastecimento das casas vem de cursos d'água e, principalmente, das cisternas. Em algumas propriedades são utilizadas as bombas hidráulicas para obtenção de água mas na maioria das residências o processo é feito pela declividade natural do terreno. No caso da Comunidade Coqueiro, a água dos cursos d'água possui um gosto desagradável, provavelmente pela alta concentração de óxidos de ferro e alumínio presentes no solo. Essa comunidade localiza-se numa área de ocorrência mineral, sendo rica em nióbio e em outros recursos minerais (fosfato e terras raras), o que compromete a qualidade da água nessa região (FERREIRA, 1993). Existe, porém, um outro problema que é generalizado nessas comunidades, é o fato destas áreas serem muito produtivas, justificando o elevado uso de agrotóxicos. Esses dois fatores justificam a opção dos moradores pelo consumo doméstico de água proveniente das cisternas.

Entre 1972 e 1973, os técnicos da EMATER (hoje AGR/Catalão)

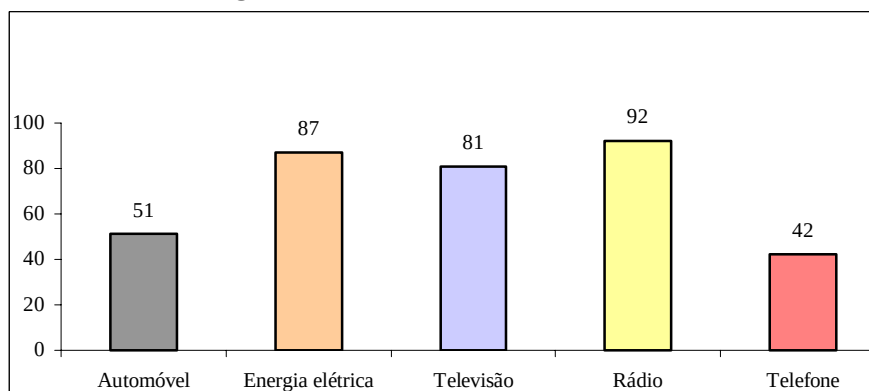
realizaram um programa com o objetivo de incentivar os proprietários a construírem “privadas” (fossa negra) e a consumirem água filtrada (95%). Forneceram as lajes, os filtros e até mesmo o cloro. Hoje, à medida que os moradores vão instalando energia elétrica em suas residências, constroem também os banheiros. A maioria das casas possui fossas (82%), resultado de uma política dos próprios moradores. Os produtores mais esclarecidos demonstraram preocupação com as crianças, relatando que depois que essas medidas foram implantadas houve menos problemas com os casos de verminoses.

As comunidades não possuem um posto de atendimento médico. Segundo os moradores pesquisados, somente a partir do ano de 2000, a Secretaria Municipal de Saúde de Município de Catalão disponibilizou os Agentes de Saúde para as comunidades rurais. Esses agentes avaliam as condições de saúde principalmente da população idosa encaminhando-os, quando necessário, para fazerem uma consulta médica na sede do município. Sempre que seus moradores precisam desse tipo de atendimento, recorrem ao Agente de Saúde responsável pela comunidade, que fazem o encaminhamento para as consultas e exames nos Postos de Saúde de Catalão ou na Santa Casa de Misericórdia (Hospital).

A maioria dos entrevistados utiliza o Sistema Único de Saúde (SUS). Eles se queixam das dificuldades encontradas quando precisam de atendimento médico. Para eles é muito difícil se ausentar da propriedade, pois não contam com mão-de-obra disponível para assumir seu trabalho na sua ausência e nem sempre podem pagar por essa mão-de-obra. Outro problema diz respeito a deixar as sedes sozinhas, os roubos domésticos no meio rural estão muito freqüentes.

A partir do plano de expansão das linhas de eletrificação rural do programa do Governo Estadual, verifica-se que 87% das propriedades possuem energia elétrica. Algumas das propriedades pesquisadas, que não contam com a instalação de energia elétrica, utilizam baterias automotivas, como recurso alternativo. À medida que os produtores instalam redes para energia elétrica em suas residências, eles adquirem vários utensílios e aparelhos eletrodomésticos. Os meios de comunicação mais utilizados são o rádio e a televisão (Gráfico 15). Os meios de transporte o carro (51%), ônibus (40%), carroça (16%), moto (8,3%), cavalo (5,6%) e bicicleta (3,6%). Os dois últimos são utilizados para transporte interno.

**Comunidades Rurais Coqueiro, Ribeirão, Morro Agudo/Cisterna e Mata Preta em Catalão (GO):
Automóvel, energia elétrica, televisão, rádio e telefone em % - 2005**



Fonte: Pesquisa de campo (2003) e Secretaria Municipal de Saúde de Catalão (2005). Org. MENDES, E. P. P.

Em relação às oportunidades de lazer, não há muita opção. As festas religiosas são as mais citadas, ocorrendo de maio a outubro nas Comunidades circunvizinhas (Coqueiro, Ribeirão, Sucupira, Macaúba, Mata Preta, Morro Agudo/Cisterna, Morro Agudo/Custódia, Lagoinha, São Domingos - e a Festa do Rosário e a Exposição Agropecuária em Catalão). Seguem o futebol nos campos improvisados ou nas quadras de esportes, geralmente, situadas ao lado das igrejas ou das escolas rurais. As outras atividades de lazer mencionadas foram banhos de rio, piqueniques, assistir à televisão, ouvir música, andar de bicicleta, jogar voleibol e pamonhadas. As senhoras gostam de fazer novenas no decorrer do ano. As visitas aos familiares aos domingos também constituem uma atividade de lazer.

5.3.7 As características do trabalho familiar

Em todas as propriedades pesquisadas, predomina o emprego da mão-de-obra do grupo familiar na realização das atividades (gestão e operações produtivas na propriedade). Enquanto os pais podem contar com seus filhos jovens para ajudar nos serviços demandados pelas explorações, esporadicamente, eles precisam de mão-de-obra extra-familiar. Os filhos, a partir de dez ou doze anos, começam a ajudar seus pais. Os filhos homens acompanham os pais nas atividades na propriedade, trabalhando com o gado, plantio, colheita, capina e serviços de manutenção. Já as filhas, ajudam as mães nos serviços domésticos da casa, cuidando das criações e também da horta. Os pais que possuem filhos, ainda pequenos, com idade inferior a doze anos ou que seus filhos

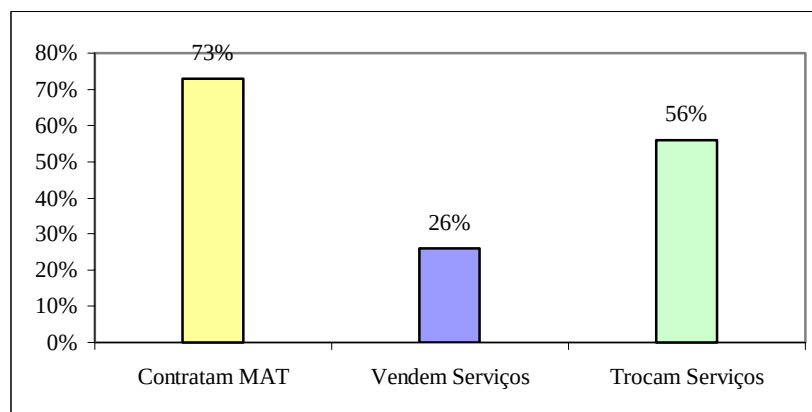
casaram-se, precisam recorrer aos trabalhadores temporários. Porém, à medida que os filhos crescem surgem maiores necessidades de rendimentos eles, também, passam a assalariar-se ou migram para as cidades para estudar e/ou trabalhar ou se casam.

A maioria dos trabalhadores temporários, que presta serviços aos proprietários das comunidades, pertence à região de origem. São trabalhadores homens, com idade entre 16 e 50 anos. Eles recebem de R\$ 15,00 a R\$ 25,00 por dia trabalhado, livre de despesas (dez. 2004). Somente no período do plantio e da colheita do alho (março a maio e setembro a outubro) que a mão-de-obra disponível nas comunidades torna-se insuficiente. O número de trabalhadores temporários envolvidos com a produção do alho depende do tamanho da área cultivada. Essa atividade envolve homens, crianças e mulheres com idades diversificadas (de 14 a 50 anos). Nesse sentido, o uso do trabalho externo nas propriedades familiares recobre várias situações.

As propriedades maiores, representadas pelos segmentos produtivos: *Produção Integrada Agricultura/Pecuária* e *Produção Leiteira* recorrem freqüentemente à prestação de serviços de terceiros, os chamados trabalhadores temporários e aos empreitos (contratação por tarefa: limpeza de pastos, construção de cercas, plantio e colheita de alho), serviços prestados anualmente. Na *Produção Integrada Agricultura/Pecuária* prevalece a contratação de trabalho em relação as demais formas de trabalho. No segmento *Produção Agrícola Comercial*, predomina o uso das fontes suplementares de mão-de-obra pela prática de trocar dias de serviços e o pagamento por dia de trabalho. Na *Produção Leiteira*, também, é comum a prática de troca de dias de serviços.

Os proprietários que compram serviços não têm condições de executar sozinhos o trabalho demandado em suas propriedades, não tendo, assim, disponibilidade para trocar serviços. As propriedades dotadas de maiores recursos tecnológicos não recorrem às relações de trabalho assentadas em vínculos pessoais e/ou culturais. À medida que as propriedades vão se capitalizando, as relações de trabalho tornam-se mais econômicas. Assim, deve-se considerar as diferenças quanto à disponibilidade de terra e recursos entre os proprietários das comunidades para, assim, compreender suas estratégias de reprodução (Gráfico 16).

Gráfico - 16
Comunidades Rurais Coqueiro, Ribeirão, Morro Agudo/Cisterna e
Mata Preta em Catalão (GO):
Contratação de mão-de-obra assalariada temporária (MAT), venda e
troca de serviços em % - 2003



Fonte: Pesquisa de campo (2003). Org. MENDES, E. P. P.

Nos segmentos *Produção Diversificada de Subsistência* é comum seus proprietários prestarem serviços na zona rural para os demais segmentos de produtores (Produção Integrada Agricultura/Pecuária, Produção Agrícola Comercial e Produção Leiteira). Em suas propriedades pratica-se a troca de dias de serviços e a demão para realizar as atividades que exigem maior dispêndio de trabalho. A demão foi verificada apenas neste segmento de produtores.

A demão é utilizada, principalmente, para limpar os regos d'água, plantio, colheita e limpeza de roças, sendo, geralmente, praticadas aos sábados (utilizado somente pelos produtores de subsistência 23,61%) (Figura 20). Enquanto a troca de serviços depende da disponibilidade/interesse dos produtores, a demão é um tipo de ajuda ao próximo, prestada pelos vizinhos. A troca de dias corresponde à compra de serviços, em que o pagamento é o compromisso da retribuição de trabalhado quando for requisitado. Alguns dos produtores que trocam serviços participam da demão. A maioria dos produtores que troca serviços também vende serviços (trabalho temporário). Para Wanderley (2001) essas relações culturais de trabalho constituem um momento de socialização entre os produtores, permitindo atender às necessidades produtivas.

No entanto, essa relação não se refere, apenas, à ajuda mútua, reciprocidade ou caridade, mas de relações definidas entre empregador e empregado, mesmo quando realizadas entre parentes. Para alguns autores a caridade, a ajuda e a reciprocidade são características fundamentais no processo de reprodução desse segmento de produtores e esses sentimentos nobres estariam na sua prática comunitária cotidiana

(WOORTMANN, 1995), porém, essa experiência não pode ser generalizada somente a esses elementos. Observa-se que os proprietários com maior recurso financeiro aproveitam das condições precárias de seus vizinhos e/ou compadres e/ou parentes, propondo emprego na condição de diarista – geralmente, com jornadas de trabalho maiores comparadas aos trabalhadores recrutados na periferia da cidade - e produção a meia (arroz, feijão, milho, polvilho, farinha de mandioca, entre outros produtos), mas também deve-se considerar que essa relação beneficia ambos os lados.



Figura 20 - Comunidade Mata Preta - Catalão (GO): *demão* na colheita de arroz. Autor: I. M. Ferreira, abr. 2005.

Dessa forma o estabelecimento de um vínculo socioeconômico entre aqueles produtores/trabalhadores que vendem serviços e aqueles que contratam serviços, pois ambos precisam um do outro, caracteriza uma relação de interdependência. Entre os produtores pesquisados, 26% prestam serviços em outras propriedades como diarista. Essa é uma das estratégias encontradas pelos pequenos produtores do segmento *Produção Diversificada de Subsistência* para complementar seus rendimentos. Os proprietários que possuem melhores condições financeiras utilizam os trabalhadores diaristas (73% dos entrevistados contratam serviços esporadicamente). Na produção de hortaliças ocorre tanto a compra como a troca de serviços (representa 30,56% dos entrevistados). Em apenas 10% dos estabelecimentos é comum a presença de mão-de-obra extrafamiliar, praticamente o

ano todo. Geralmente, o pagamento é diário, outras vezes o acerto é feito aos sábados. Eles trabalham, em média, mais de oito horas por dia, não possuem Carteira de Trabalho assinada, não têm direito a férias remuneradas e nem recebem o décimo terceiro salário.

Na Comunidade Morro Agudo/Cisterna, maior área produtora de alho do Município, foi registrada uma situação interessante. Como no final da década de 1980 até 1992 foi uma época muito promissora para os produtores de alho, a partir de 1990, várias famílias de origem baiana vieram para essa comunidade em busca de trabalho, iniciando o povoamento de uma vila rural (Vila Açucena) que começou a ser construída em 1993. Outra novidade foi a introdução do trabalho feminino no meio rural. As mulheres de origem baiana trabalham praticamente o ano todo nas lavouras, esse exemplo não convenceu as mulheres da região.

Nesse sentido, constata-se que a família é a base de trabalho da unidade familiar. Porém, a contratação de mão-de-obra, pelo pagamento diário ou a troca de dias de serviço e, ainda a *demão*, fazem parte das necessidades de produção desses estabelecimentos. Deve-se considerar que a soma de dinheiro gasta no pagamento de salários para esse segmento de produtores representa uma redução dos rendimentos da família e são utilizados, apenas quando necessários. O uso de mão-de-obra temporária na agricultura estruturada no trabalho familiar caracteriza uma necessidade inerente à própria atividade agrícola, ao ciclo produtivo natural. O período de plantio e colheita ocorre em um curto espaço de tempo e o atraso pode comprometer a homogeneidade da produção ou a perda da colheita, principalmente no que se refere às hortaliças.

Cada atividade agrícola apresenta suas especificidades, impondo seu ritmo, caso isso não seja respeitado corre-se o risco de perder todo o serviço. Considerando esse quadro, prevalece a combinação da troca de trabalho e da contratação temporária de trabalhadores. Assim, as diferenças entre os produtores das comunidades, quanto à disponibilidade de terras e recursos e a opção produtiva, condicionam suas estratégias de produção familiar. No entanto, essa heterogeneidade não anula a importância dos vínculos de proximidade e das relações de confiança por eles gerados. Essas relações são entendidas como fontes decisivas para seu desenvolvimento.

5.3.7.1 O trabalho das mulheres da Vila Açucena

Os produtores das comunidades rurais Morro Agudo/Cisterna, ao discorrerem sobre a necessidade do trabalho temporário nas lavouras de alho, que exige numerosa mão-de-obra, principalmente, para o plantio - reduzindo nas demais etapas, como preparação do solo (coberturas, adubação), capina, controle da irrigação, limpeza do alho -, destacaram a importância das trabalhadoras “baianas” da Vila Açucena (Figura 22). Alguns produtores disseram que elas inovaram o papel da mulher na Comunidade Moro Agudo/Cisterna, pois elas trabalham nas roças, papel que até o momento era exclusivo dos homens. Para esses produtores “elas são diferentes das goianas que não trabalham de jeito nenhum nesse tipo de serviço - trabalho braçal - a não ser que estejam acompanhando os seus maridos em suas roças, preferem as atividades domésticas, quando é necessário trabalharem fora” (informação verbal, jul. 2003).

Segundo os produtores rurais o trabalho dessas mulheres ‘baianas’ chega a superar em eficiência e qualidade o trabalho dos homens. São mulheres dispostas, alegres, bem humoradas e muito trabalhadoras. Dizem que elas não ‘enrolam’ no trabalho e o serviço é bem feito, o mesmo, segundo os produtores, não se pode dizer dos trabalhadores trazidos da cidade. Como a Vila situa-se na comunidade, é vantajoso para os produtores da região contratarem-nas, reduzindo as despesas com o transporte de trabalhadores temporários recrutados na periferia da cidade de Catalão (GO).



Figura 21 - Comunidade Morro Agudo/Cisterna - Catalão (GO): Vila Açucena. Autor: I. M. Ferreira, abr. 2005.

Mas, afinal, quem são essas mulheres ‘baianas’? Por que vieram para o município de Catalão? Tudo começou com as dificuldades encontradas pela família baiana de M. S. Santos⁶⁶ (36 anos, jul, 2003) em conseguir emprego em Capim Grosso, município de Jacobina (BA), na década de 1990. Assim sua família migrou para Bom Jesus (GO), onde também não conseguiram nada e acabaram retornando. Em seguida, seu cunhado, que trabalhava para um fazendeiro em Bom Jesus, dono de uma propriedade na região de Cachorro Sentado, no município de Catalão (GO), informou sobre o largo emprego de mão-de-obra na produção de alho neste município.

Em um segundo momento, outros parentes e amigos também migraram para Catalão em fevereiro de 1993. Ao chegarem ao município instalaram-se em moradias improvisadas - rancho de folha, construído pela sua família - local cedido por M. Raimundo (a área foi doada para a Prefeitura de Catalão pelo Sr. N. Margon - já falecido). Todos moravam e trabalhavam juntos (parentes, vizinhos e amigos), sob condições ínfimas de higiene.

Esses trabalhadores esperavam que o lugar fosse melhor, houve um certo estranhamento [situação compreensível, uma vez que essas pessoas não conheciam ninguém na região e, ao chegarem, encontraram condições precárias de moradia e, ainda, a não identificação com o lugar ou mesmo o sentimento de perda de uma vida, de uma história - mesmo que difícil - deixada para trás]. No entanto, o consolo veio com a oferta de serviço na região. A oferta de trabalho na região tem sido estável “querendo trabalhar não faltava serviço, até crianças, a partir de seis anos, eram alocadas, trabalhavam ao lado de seus pais – plantando alho, limpando as roças, arrancando e debulhando o alho.”

As ‘baianas’, geralmente, não trabalham em serviços domésticos e suas atividades estão diretamente ligadas à produção de alho, que duram de 5 a 6 meses no ano. Nesse período, as mulheres chegam a trabalhar de segunda a segunda, com uma jornada de trabalho excessiva (Figura 23). No período do plantio, iniciam as atividades às 5h e terminam às 18h, 19h, depois dessa fase a jornada de trabalho pode ser reduzida, das 7h às 16h30min. Preferem levar sua própria comida, tomam café às 8h, têm uma hora para o almoço e quando o serviço é muito nem sempre sobra tempo para lanche à tarde. Em algumas lavouras, o proprietário oferece as refeições, porém, o pagamento por dia, de R\$ 20,00 para as mulheres (e de R\$ 20,00 – R\$ 25,00 para homens) é reduzido para R\$ 14,00 a R\$ 15,00. Dessa forma, elas preferem levar sua própria alimentação - o ‘bóia-fria’.

⁶⁶ Informações obtidas em 13 de julho de 2003, através de aplicação de seis roteiro de entrevista e duas entrevista na Vila Açucena com as trabalhadoras ‘baianas’.



Figura 22 – Comunidade Morro Agudo/Cisterna – Catalão (GO): limpeza do alho. Autor: I. M. Ferreira, jul. 2003

Chama a atenção a elevada jornada de trabalho dessas mulheres, trabalham na lavoura - serviço braçal, são donas de casa, esposas e, acima de tudo, mães. No período em que estão nas lavouras, os filhos ficam sozinhos em casa. Não há registro de nenhum tipo de acidente doméstico, todavia, essas mães demonstram preocupação, pois a Vila Açucena se situa numa área bem movimentada, junto a uma estrada vicinal.

O emprego da mão-de-obra infantil foi reduzido com o Programa da Bolsa Escola, implantado em 2000. A própria escola solicitou a bolsa para as crianças (de seis a 16 anos) no valor de R\$ 15,00 mensais. Os pais foram orientados pelos professores para não levarem as crianças para trabalharem, deixando o tempo livre para o estudo. Hoje, as crianças auxiliam, apenas, os seus pais.

Verifica-se a criação de uma demanda de mão-de-obra pela pequena produção rural no município. Essa demanda ocorre, principalmente, pela produção de alho. É uma cultura que exige muito trabalho e cuidados assíduos, justificando o emprego de trabalho externo. A oferta de trabalho gerada foi responsável pela criação de uma vila rural. Vários trabalhadores de origem baiana estão se tornando parceiros dos pequenos produtores da região.

5.3.8 As formas de organização social dos produtores

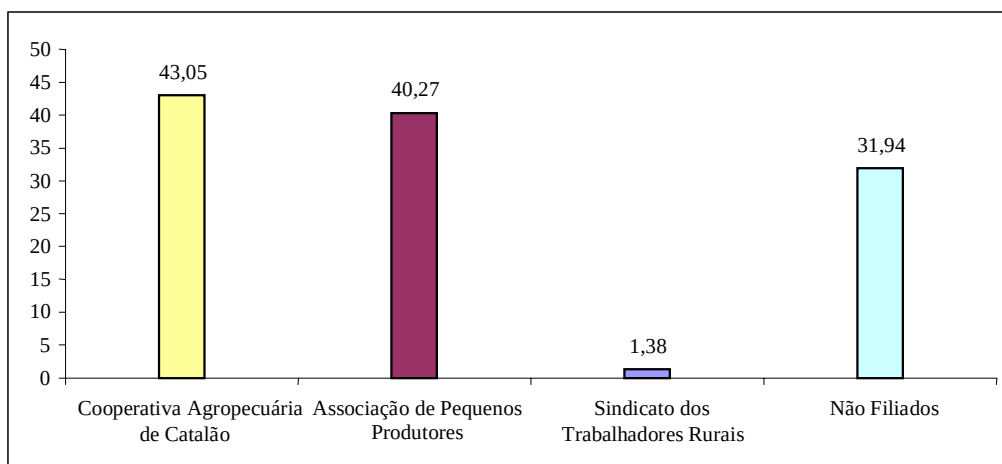
Procurou-se analisar as formas representativas de organização como sindicato, associação e cooperativas em que os produtores encontram-se vinculados e a importância dessas instâncias para os pequenos produtores. Parte-se do pressuposto que os pequenos produtores organizados em associações terão melhores condições para atender as exigências do mercado e, assim, comercializar sua produção. Sua organização e profissionalização é condição necessária para sua sobrevivência em espaços comerciais cada vez mais competitivos.

Segundo a maioria dos produtores, essas instâncias nada têm feito pelos pequenos produtores. Apenas alguns dos produtores do segmento pecuaristas fizeram considerações a favor da Cooperativa Agropecuária de Catalão Ltda (COACAL). De acordo com esses produtores, a COACAL comercializa a ração, as vacinas e o combustível com um preço mais acessível, auxilia no preparo da silagem, oferece crédito nas compras em um dos supermercados da cidade, cede o trator, oferece um plano de saúde, e coloca um veterinário à disposição. Os serviços (trator, silagem) são realizados, praticamente, a preço de mercado, mas o pagamento é parcelado.

O veterinário da cooperativa divulga informações sobre o melhoramento do gado, equipamentos e discute sobre a qualidade da produção dos associados. Quando os associados enfrentam algum problema com o rebanho, eles solicitam a visita do veterinário credenciado. As despesas de transporte são por conta dos proprietários. Outros produtores acrescentam que ‘nada sai de graça’, caso a quota do leite não cubra as compras/serviços dos associados, a diretoria cobra juros muito altos e as informações são precárias. Assim, ao avaliar o nível de organização dos produtores, nas comunidades, constatou-se que 68,06% estão filiados a alguma forma de organização (Gráfico 17).

A sindicalização é praticamente inexistente. Segundo os produtores, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais não foi estruturado para atender aos pequenos produtores. Sua contribuição restringe-se à realização da contabilidade da propriedade.

Gráfico - 17
Comunidades Rurais Coqueiro, Ribeirão, Morro Agudo/Cisterna e Mata Preta
em Catalão (GO) :
Formas de organização social - 2003



Fonte: Pesquisa de campo (2003). Org. MENDES, E. P. P.

As Associações de Moradores foram fundadas, a partir do ano de 1999, conforme documentação pesquisada, sendo poucos os produtores associados. Segundo os Presidentes destas associações, as comissões eleitas têm buscado a disponibilidade de maquinários para arar e gradear o solo. A maior resistência observada entre os entrevistados em associar-se a essas instituições é a dificuldade quanto ao acesso a qualquer tipo de benefício.

Destaca-se que enquanto ‘Associação de Moradores’ os produtores não têm direitos a qualquer benefício e incentivos institucionais, em detrimento as ‘Associações de Produtores’ que são reconhecidas pelos órgãos institucionais e com direito a receber financiamentos e incentivos. Assim, a partir de 2001, as Associações de Moradores foram substituídas pelas Associações de Pequenos Produtores. Uma das mais significativas associações da região, a Associação dos Produtores de Alho de Catalão (ASPAC), criada em agosto de 1990, encontra-se desativada desde 1996.

Os produtores consideram importante a existência de instituições regulamentadas de associação e cooperação entre os produtores e uma organização que os represente, porém, não mostram interesse em participar, discutir e trocar informações. Essa situação revela um grau de despolitização dos produtores das comunidades do município, 31,94% dos produtores afirmaram não pertencerem a nenhum tipo de organização e o restante não sabe dizer qual é a sua função.

Desta forma, não existe nenhuma organização no município destinada a atender aos interesses e às especificidades da pequena produção familiar. Como mostra as

situações evidenciadas, o auxílio externo despendido a esse segmento de produtores rurais do município é inexpressivo, na verdade eles estão por sua própria conta. Sua reprodução pode ser atribuída às estratégias econômicas que permitiram sua integração positiva à economia local e regional.

Uma parcela significativa de produtores é totalmente dependente de terceiros que comprem sua produção e a comercializa. Assim, ele fica sempre com a menor parcela dos rendimentos. As organizações, de um modo geral, objetivam estabelecer uma comercialização direta – agricultura para o consumidor. Assim seus rendimentos seriam sensivelmente elevados.

Nesse sentido, as feiras livres expressam a possibilidade do produtor comercializar diretamente sua produção com, não menos importante, a aproximação entre o produtor e o consumidor, promovendo uma relação de confiança. A organização é essencial. Se não existir essa organização, os produtores familiares vão enfrentar situações cada vez mais difíceis, mesmo lançando mão de novas estratégias. A organização e a profissionalização tanto para a produção quanto para a comercialização representa uma possibilidade de aumentar os rendimentos, evitando, assim, o processo de expropriação em curso na região.

5.3.9 A importância das feiras livres para as comunidades rurais de Catalão

A feira é uma oportunidade para os produtores comercializarem, diretamente, seus produtos, aumentando a possibilidade de agregar valores. Vários produtores vêm na feira um meio de complementar sua renda. Mesmo aqueles produtores que não participam dessa atividade encontram-se, indiretamente, envolvidos. Os horticultores, por exemplo, destinam parte de sua produção para os feirantes da região e, também, os produtores de subsistência, que vendem seu pequeno excedente (galinha, polvilho, farinha de mandioca, açafrão, queijo, e outros produtos), criando uma demanda de mercado e de mão-de-obra na região.

Os produtores trazem uma variedade de produtos para comercializar nas Feiras locais, como o açafrão, hortaliças, alho, milho, feijão, guariroba (palmito), carne de porco, frango caipira (vivo ou abatido), queijo, leite *in natura*, ovos, farinhas de mandioca e milho, polvilho, quitandas, requeijão e uma variedade de doces de leite e de frutas de época.

Os produtos comercializados nas feiras possuem boa aparência. As hortaliças são frescas e limpas. Os produtos elaborados, como doces, licores e biscoitos são bem feitos (existem proprietários que há mais de 20 anos fazem doces para comercializar). Quanto ao preço, não apresenta muita diferença em relação ao comércio local, como nas frutarias, nos supermercados e nas panificadoras, a diferença assenta-se na qualidade. A preferência pelo consumo dos produtos das feiras é verificada pelo movimento nessa localidade. O interessante é que os seus fregueses mais fiéis são, geralmente, as pessoas com um melhor poder aquisitivo. É comum encontrar, até mesmo, os donos de frutarias fazendo compras para o seu consumo. Os próprios feirantes tornam-se consumidores. (Figuras 23, 24, 25 e 26).



Figura 23 - Feira da Praça Duque de Caxias - Catalão (GO): hortaliças comercializadas. Autor: I. M. Ferreira, jul. 2004.



Figura 24 - Feira da Praça Duque de Caxias - Catalão (GO): variedade de produtos comercializados (doces, biscoitos e outros produtos). Autor: I. M. Ferreira, jul. 2004.



Figura 25 - Feira da Praça Duque de Caxias - Catalão (GO): aguardente e polvilho doce, ao fundo, guariroba (palmito). Autor: I. M. Ferreira, jul. 2004.



Figura 26 - Feira da Praça Duque de Caxias - Catalão (GO): comercialização de frango caipira. Ao fundo, ovos, aguardente, entre outros produtos. Autor: I. M. Ferreira, jul. 2004.

Os produtores que freqüentam a feira conseguem obter uma renda média entre R\$ 800,00 e R\$ 3.500,00 líquida mensal⁶⁷. Esses produtores/comerciantes procuram levar uma grande variedade de produtos para serem comercializados, mas nem todos os produtos levados para a feira são produzidos por eles mesmos. Os pequenos produtores que não possuem carro próprio e nem condições para diversificar sua produção, tornam-se fornecedores de um pequeno excedente. Outros produzem uma quantidade significativa de produtos de hortaliças, visando abastecer os feirantes das comunidades, o comércio local e o CEASA de Uberlândia (MG).

A Feira criou uma demanda interna na comunidade por produtos como hortaliças, frango caipira, suínos, queijos, farinhas de mandioca e milho, polvilho e outros produtos. Para os pequenos produtores, que fornecem uma pequena quantidade de mercadoria, como: queijos, polvilho e frangos caipiras, essa demanda tornou-se uma oportunidade para venderem seus produtos reunidos e com um mercado certo. E para os produtores que fornecem uma quantidade maior é mais um mercado para a sua produção.

Aqueles feirantes, que vendem doces, preparam o seu produto durante

⁶⁷ Após a realização dos cálculos em conjunto com um dos produtores, em que fez-se sistematicamente o cálculo da diferença entre o custo de produção e o preço de comercialização, entre outras situações (a contradição do valor de rendimentos declarado pelos filhos), percebeu-se que uma grande maioria de produtores havia declarado seus rendimentos abaixo do valor real (a situação é compreensível).

toda a semana. Como a produção é artesanal, o trabalho é pesado e demorado. Os doces são feitos diariamente, conforme a natureza de cada um. Os frangos e a carne suína são preparados no sábado e levados em refrigeradores para a feira de domingo. Existem outras feiras realizadas às terças-feiras e às sextas-feiras, porém a mais importante é a de domingo. As hortaliças são preparadas na madrugada de domingo (começam a trabalhar às 3h para dar tempo). Os produtos de horta, menos perecíveis, são colhidos no final da tarde de sábado. O queijo é feito no decorrer da semana. Parte do alho produzido na região é estocado para ser comercializado nas feiras.

O polvilho e a farinha de mandioca são feitos nos meses de abril a agosto. Os feirantes estocam o produto (produzido e/ou comprado) para comercializar o ano todo, porque possuem fregueses cativos. O açafrão é colhido e preparado nos meses de junho e julho e também é estocado. Um dos produtores, que produz licores (de pequi, amora, jenipapo, jabuticaba, acerola), utiliza as frutas de época e a aguardente de produção própria. A produção, tanto de licores como dos doces, segue as recomendações da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que, através de seus projetos, incentivou o aproveitamento dos recursos locais, como meio de elevar a renda dos pequenos produtores. Hoje, os trabalhos de extensão da AGR/Catalão foram consideravelmente reduzidos.

Observa-se que uma parte considerável da população consumidora, do município, dá preferência aos produtos produzidos artesanalmente, como o polvilho, as farinhas de mandioca e milho, o açafrão e os doces. Os produtores de doces também vendem seus produtos para as frutarias, supermercados, panificadoras e diretamente para o consumidor. Essas atividades têm assegurado uma complementação da renda da produção familiar através de uma agregação de valor e eliminação dos intermediários, representando uma estratégia de sobrevivência.

Os aspectos apresentados nesta seção abarcam questões contempladas na explicação teórica sobre a permanência e reprodução das unidades familiares no campo, enquanto unidade de produção, de convívio e de consumo (TEDESCO, 2001; WANDERLEY, 2001). As evidências empíricas sobre os aspectos sócio-culturais e econômicos mostram a importância dos trabalhos multivariados e as várias competências desses produtores. As estratégias adotadas e as formas de racionalidade possíveis enfrentam os desafios das situações de imprevisibilidades inerentes às condições naturais de cultivo e, principalmente ao dinamismo do processo produtivo. Diante desse contexto, as tendências da agricultura encontram-se vinculadas a um cenário de transformações

rápidas, impondo a esses produtores o desafio constante de superação. É justamente esse dinamismo socioespacial que constitui os principais problemas da produção rural, estruturada no trabalho familiar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Caraíba do Cerrado (*Tabeluia aurea*) – Catalão (GO), jul. 2003.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abordagens teóricas que emergiram com a crise da agricultura no final da década de 1980 deram um novo enfoque para a agricultura estruturada no trabalho familiar. O deslocamento do eixo central de estudo das relações de trabalho para a diversidade e diferenciação de relações, que caracterizam a produção rural familiar, permitiu o conhecimento e a valorização desse segmento da agricultura. Mais que isso, colocou em discussão o problema da concentração da propriedade da terra (e seu uso) e a necessidade de aumentar a produção destinada ao abastecimento satisfatório de toda população. Diante destas questões, reconhece-se a importância do desenvolvimento da produção rural familiar, para a sociedade e para a agricultura como um todo. Nossas considerações assentam-se na importância dos mecanismos e estratégias que viabilizam as formas familiares de produção no campo, particularmente, no município de Catalão (GO), inseridas numa conjuntura local/regional/nacional desfavorável a sua existência, caracterizando sua sobrevivência enquanto um ato de resistência e de luta para continuar na terra.

As políticas agrícolas e agrárias adotadas pelos sucessivos governos conservadores, atreladas aos interesses das oligarquias nacionais e/ou internacionais, asseguraram a reprodução do latifúndio, das monoculturas e da exploração do trabalho rural. As transformações estruturais possibilitaram a reposição e a recriação das condições de expansão do sistema, enquanto modo capitalista de produção. Assim, o projeto de integração territorial das demais regiões do país, como a região Centro-Oeste, reproduziu, no espaço agrário, as características gerais das políticas em curso, a partir da expansão da fronteira agrícola.

Nas décadas de 1970 e 1980 foi implantado o projeto de integração territorial da Amazônia e do Noroeste da região Centro-Oeste, assegurando a expansão da fronteira agrícola. Essa política foi estabelecida a partir do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO, 1975-1982) e o Programa Nipo-brasileiro de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER, 1987), promovendo a formação de pastagens plantadas e a formação de lavouras comerciais. As principais mudanças assentaram-se nas transformações das relações sociais de trabalho (elevado emprego de trabalho temporário assalariado), no padrão tecnológico adotado, na distribuição espacial da produção, nas relações intersetoriais e na política de subsídios. Diante desse processo de exclusão de

produtores e regiões, houve o agravamento das condições sociais no campo.

A produção agrícola no município de Catalão (GO) insere-se nesse contexto, cujos mercados tornam-se cada vez mais exigentes (qualidade e preço) e os recursos dos pequenos produtores mais escassos.

Dentre os principais problemas verificados na produção rural familiar, no município de Catalão, destacam-se: a desigualdade nos mecanismos de troca, a partir do baixo valor monetário atribuído a seus produtos e alto o preço dos insumos agrícolas; o acesso restrito aos recursos tecnológicos e o limitado investimento de capitais; as elevadas jornadas de trabalho; a fragmentação da propriedade pela herança; a incapacidade de assegurar a todos os membros da família a sobrevivência enquanto produtores rurais; o baixo poder organizacional; a ausência de programas e medidas de amparo efetivo, técnico e financeiro que contemplem as necessidades desse segmento, considerando o seu papel local/regional e, principalmente, as taxas elevadas de migrações e o envelhecimento do produtor rural. Entretanto, essas variáveis abordadas apresentam diferenças quanto ao nível de intensidade de uma unidade produtiva para outra nas comunidades rurais trabalhadas.

As propriedades das comunidades rurais pesquisadas - Coqueiro, Ribeirão, Morro Agudo/Cisterna e Mata Preta - definem-se como unidade de produção e consumo. Nesse sentido, o gerenciamento e a execução da maioria das atividades na propriedade cabem à família. São policultores, elegendo os produtos mais valorizados para o mercado e o que não é comercializado é consumido pela própria família, complementando o seu orçamento. Sua produção destina-se ao mercado local e centros próximos. É comum entre os produtores beneficiamento rudimentar de parte de sua produção como meio de agregar valor ao seu produto. Assim, sua inserção no mercado é fundamental para a economia familiar.

Os baixos preços de mercado para seus produtos é resultado da própria política de governo, principalmente após a década de 1990 pela modernização parcial no setor. Os cultivos tradicionais, como arroz, feijão, mandioca, milho e produção de leite, dentre outros produtos, são destinados ao consumo direto das populações urbanas, impossibilitando a agregação de valor. E como sua produção é pequena e suas necessidades são prementes, necessitam comercializar rapidamente a safra (em função da descapitalização do setor), não podendo esperar a possibilidade da melhoria de preços no mercado, mesmo porque não teriam local adequado para armazenar a produção. E, ainda, alguns produtos, como as hortaliças, são perecíveis, devendo ser comercializados imediatamente após a colheita. A escolha da produção fundamenta-se em produtos que

exigem poucos recursos tecnológicos e investimentos de capitais. De outro lado, geralmente cultivam produtos que exigem muito trabalho e cuidados assíduos, não estabelecendo, assim, uma competição direta com a agricultura empresarial moderna.

A finalidade do trabalho familiar e de suas estratégias é a satisfação de suas necessidades familiares, sua reprodução enquanto unidade sociocultural. Dessa forma, a propriedade da terra é vista como fundamental para a sobrevivência desses produtores, assegurando a recriação de sua identidade rural. A necessidade de mais terras para ampliar os limites da propriedade representa uma possibilidade de evitar que parte de seus membros seja expulsa. Porém, nas propriedades pesquisadas houve uma sensível redução do tamanho médio das propriedades⁶⁸ (entre 31ha – 143ha), comparadas às gerações antecessoras (entre 100ha – 300ha). Como apresentado na pesquisa, 35% dos herdeiros conseguiram aumentar suas propriedades e 28% adquiriram novas propriedades. O restante dos pequenos produtores sobrevive da propriedade que herdou de seus pais. Como a espoliação por herança foi grande, até a terceira geração desses produtores, o tamanho das propriedades foi reduzido, dificultando a sobrevivência de parte dos filhos dos produtores. Hoje a média de filhos por família corresponde a 2 e 3 filhos.

Constatou-se que 37% dos filhos mais jovens dos produtores (entre 16 e 25 anos) migraram para a cidade com o objetivo de estudar e trabalhar. Conseqüentemente, verificou-se uma quantidade considerável de propriedades (42%), em que geralmente os pais (ou o pai e o filho mais velho) moram e trabalham, contando com auxílio dos filhos (ou da família), apenas nos finais de semana, nos feriados e no período de férias escolares e/ou do trabalho. Acrescenta-se, ainda, que em 49% os proprietários dessas unidades - em relação a este grupo de produtores (23% em relação ao total das propriedades que somam 253 unidades) - contam com uma renda extra (aposentadoria). Essa tendência revela as dificuldades que esses produtores têm enfrentado para assegurar rendimentos a todos os membros da família e comprova o processo de envelhecimento do produtor rural. A média de idade do produtor rural no município de Catalão é de 51 anos.

A combinação entre diferentes técnicas revela a diversificação de atividades agrícolas e, às vezes, de criação animal (bovinos, suínos e aves) praticadas no estabelecimento e que permitem uma segurança frente às condições instáveis de preço e mercado para sua produção. Essa diversificação implica, respectivamente, em trabalho

⁶⁸ O módulo Rural INCRA para o município de Catalão é de 40ha.

intensivo estendido a toda a família e, ao mesmo tempo, impõe uma diversidade de competências (pequenas lavouras, criação de animais, silagem, produção de polvilho, temperos, farinhas, doces, queijos e serviços de manutenção, como limpeza de pastos, retoque de cercas, construções rústicas e demais infra-estruturas).

Nesses estabelecimentos pesquisados predominam uma multiplicidade de relações de trabalho, como a meação, o trabalho familiar, a parceria, a troca de dias de serviços e, em menor escala, o assalariamento e a ‘demão’. Os resultados mostram que é significativo o contingente de famílias que recorrem ao trabalho extrafamiliar mas, geralmente, não ultrapassam 60 dias de serviços por ano. Predomina, em todos os segmentos, a troca de dias de serviços. A questão da mão-de-obra é essencial para a sobrevivência do estabelecimento.

Uma parcela expressiva de produtores concilia as jornadas de trabalho em sua propriedade com as atividades fora dela, assegurando a complementação de seus rendimentos. Assim, a exploração do trabalho, também, pode ocorrer nos domínios da própria comunidade rural, visto que as diferenças econômicas entre as unidades produtivas são propícias para a realização da exploração da força de trabalho local, principalmente o doméstico e o infanto-juvenil. Essas diferenças econômicas podem ser confirmadas pelas estratégias produtivas adotadas que se diversificam em função do tamanho da propriedade, dos recursos financeiros, do nível técnico, resultando numa relação de interdependência, como compra, venda e troca de serviços.

De outro lado, prevalecem, no meio rural, determinadas relações que, em larga medida, refletem sobre uma maior afetividade e amizade entre as pessoas (relação de vizinhança). Provavelmente esse comportamento seja explicado pela formação de valores estabelecidos pela convivência familiar e pela necessidade de relações de colaboração no trabalho – a troca de dias de serviço e/ou auxílio em atividades que exigem muito esforço físico. A formação do indivíduo, os princípios de colaboração e solidariedade são estabelecidos na família, no trabalho e nas demais relações, uma vez que a rotina desses trabalhadores assenta-se no trabalho pesado.

Outro fator importante consiste em sua subordinação às decisões ou orientações do mercado. Os produtores não escolhem o que produzir ou como produzir, cabe ao mercado impor as condições. Mesmo contando com poucos recursos humanos, econômicos e técnicos, procuram meios que valorizem o potencial disponível em suas propriedades, como qualidade do solo/produção, escolha do produto e disposição para o trabalho como único meio de assegurarem a comercialização. Aqui reside o maior

problema, trabalham muito [essa é uma questão indiscutivelmente presente], porém, há ausência, na maioria dos casos, de qualquer planejamento, como: O que produzir? Como produzir? Quanto produzir? Qual a demanda do mercado? Qual a oferta local? Quem será o comprador? Qual o preço médio de mercado? Qual a relação entre os custos de produção (insumos, trabalho) e o preço de mercado?

A produção rural familiar encontra-se desamparada de qualquer apoio regular eficaz seja de ordem política seja tecnológica. A prática dos programas assistencialistas não tem conseguido assegurar autonomia econômica para esse segmento e muito menos promover a formação de gerenciamento da produção e/ou fomentar pesquisa de alternativas diferentes, reduzindo sua dependência dos insumos de alto custo. Assim como também não há organização de um sistema comercial para seus produtos. Essa situação tem propiciado uma intensa especulação e exploração de seu trabalho. Diante disso, os prováveis benefícios advindos do crédito e da tecnologia são anulados. O predomínio de comportamentos de caráter cultural, aliado ao grau de instrução dos produtores, representa uma dificuldade quanto à adoção de novas técnicas de cultivo que permitam um aumento da produtividade, redução de custos e melhoria na qualidade da produção, uso do crédito (PRONAF) e da dificuldade de se aderirem em qualquer forma de organização social, objetivando a valorização de seus recursos e comercialização.

Assim, o problema das desigualdades no Brasil é ainda muito grave, histórico e cada vez mais complexo. Os dados estatísticos da FAO/INCRA (1996) indicam que na região Centro-Oeste, em particular, esse quadro é alarmante. As políticas agrícolas e agrárias tradicionais não respondem enquanto ações afirmativas no sentido de promover a redução das distorções e da precariedade estrutural no meio rural. As políticas vigentes fomentam práticas de cunho conservador e paternalista através dos vários programas sociais que são abandonados a cada nova gestão.

Esse tipo de ação não surte efeito estável no meio rural, ao contrário, reforça uma mentalidade e uma postura cômoda, assentada no consumo do mínimo possível, referindo-se não somente à alimentação, habitação e saúde, mas também, às pequenas ostentações que asseguram um mínimo de conforto e bem estar, tanto nas atividades agrícolas como nos serviços domésticos. No entanto, acredita-se que cabe às políticas agrícolas o principal papel em apresentar e promover ações afirmativas, reduzindo a precariedade e a insegurança das famílias rurais. As particularidades dos estabelecimentos familiares, como os vínculos de proximidade e as relações de confiança e

cooperação estabelecidas entre as famílias, respondem como fonte decisiva de desenvolvimento. É exatamente todo esse universo de valores que se perde com o esvaziamento demográfico, econômico, cultural, moral e político da produção rural familiar.

Dessa forma, pode-se afirmar que os agricultores familiares da sociedade contemporânea sobrevivem, frente aos novos desafios, lançando mão do conhecimento e da experiência que aprenderam a usar ao longo de sua formação e de sua existência. Toda essa experiência de vida e de trabalho reflete, também, sobre os vínculos de proximidade e das relações de confiança construídas entre as famílias rurais. Acredita-se que esses vínculos sócio-afetivos podem tornar-se fonte decisiva de desenvolvimento. As estratégias de sobrevivência/resistência conciliam os recursos disponíveis na unidade de produção, como a constituição do patrimônio fundiário, a ocupação dos membros da família em atividades no estabelecimento ou fora dele, as relações de trabalho informais (troca de dia de serviço) entre parentes e vizinhos, a intensidade do trabalho, dentre outros. Porém, a principal preocupação assenta-se na qualidade de vida dessas famílias, principalmente, com relação à geração de jovens produtores que estruturam sua existência sob condições de privações e insegurança quanto ao seu futuro.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Campinas: UNICAMP, 1992. 275 p. (Estudos Rurais, 12).
- _____. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. 2. ed. Porto Alegre, UFRGS, 1994. p. 94-104.
- _____. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** – ABRA, Campinas, v. 29, n. 1, 2 e 3, p. 49-68, jan/ago. 1999.
- _____. Agricultura familiar e novas oportunidades à terra. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, p. A-3, 30 nov. 2000. (Série Trajetória).
- AGUIAR, M. A. A. **Terras de Goiás: estrutura fundiária (1850-1920)**. Goiânia: UFG, 2003. 237 p.
- ALENCAR, M. A. G. **Estrutura fundiária em Goiás: consolidação e mudanças (1850/1910)**. Goiânia: UCG, 1993. 180 p. (Teses Universitárias).
- ALENTEJANO, P. R. R. O lugar da agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro dos anos 90. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 167, p. 21-31, jan./fev. 1997.
- _____. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. cap. 4, p. 149-178.
- ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 214 p.
- ALVES, G. **Dimensões da globalização: o capital e suas contradições**. Londrina: Práxis, 2001.
- AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Tradução Beatriz Resende. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 179 p. (Pensamento crítico, v. 15).
- AMORIM FILHO, O. B. A evolução do pensamento geográfico e a fenomenologia. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n. 21 e 22, p. 67-87, jan/dez. 1999.

ANDRADE, L.; FARIAS, T. A. A história agrária no Brasil: discussão simplificada. **Candeeiro**, Sergipe, v. 9 e 10, p. 59-62, out. 2003.

ANJOS, F. S.; ESTRADA, E. M. As novas formas de cooperação na agricultura familiar brasileira: o caso dos condomínios no estado de Santa Catarina. **Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 16, n. 1, p. 5-36, 2001.

ANUÁRIO estatístico do estado de Goiás. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional/Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. Goiânia: SEPLAN-GO, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação - referências - elaboração**: NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002. 22 p.

_____. **Informação e documentação - apresentação de citações em documentos**: NBR 105020. Rio de Janeiro, 2002. 04 p.

_____. **Informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação**: NBR 14724. Rio de Janeiro, 2002. 06 p.

ATLAS da História do Mundo. São Paulo: **National Geographic**, 2004.

AZEVEDO, F. F. S. **Anuario historico, geographico e descriptivo do Estado de Goyaz para 1910**. Brasília: SPHAN, 1987. 240 p. (Edição Fac-Similar).

BALLESTEROS, A. G. El estado a finales del siglo XXI. In: SOUZA, A. J. **Milton Santos**: cidadania e globalização. Bauru: AGB, 2000, p. 101-105.

BARBOSA, J. C.; CHAUL, N. F.; GOMEZ, L. P. **História política de Catalão**. Goiânia: UFG, 1994. 288 p. (Documentos goianos, 26).

BASTIDE, R. **Brasil, terra de contrastes**. São Paulo: Difusão Européia de Livro, 1973.

BECKER, B. K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E. et al. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 271-307.

BENAKOUCHE, T. Tecnologia e sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. **Cadernos de Pesquisa**, Florianópolis, n. 17, 22 p. set. 1999.

BERGAMASCO, S. M. P. P. Caracterização da agricultura familiar no Brasil, a partir dos dados da PNAD. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2-3, p. 167-177, maio/dez. 1995.

BERTRAN, P. **Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: CODEPLAN, Goiânia: UCG, 1988. 148 p.

BITTENCOURT, L. B. Agricultura familiar em Goiás: estratégias de sobrevivências. In: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO PROJETO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL EM AGRICULTURA - APIPSA, 5. , 1995, Goiânia. **Anais...** Goiânia: APIPSA, UFG, 1995. p. 98-109.

BIZZERRIL, M. X. A. O cerrado nos livros didáticos de geografia e ciências. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 192, p. 56-60, abr. 2003.

BLUM, R. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. cap. 2, p. 57-106.

BORGES, B. G. A expansão da fronteira agrícola em Goiás. **História Revista**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 37-55, jan./jun. 1996.

BOURDIEU, P. **Questions de sociologie**. Paris: Éditions du Minuit, 1980. p. 22-24.

BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Graal, 1981. 181 p.

_____. **Partilha da vida**. São Paulo: Cabral, 1995. 265 p. (Cultura, Educação e Ambiente no Vale do Paraíba, 1).

BRUMER, A. et al. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (Coord.) **Agricultura familiar**. Tradução Ângela M. M. Tigiwa. Campinas: UNICAMP, 1993. p. 179-234. (Coleção Repertórios).

BRUMER, A.; ARISTIMUNHO, E. S. Terra e produção: estratégias desenvolvidas por pequenos produtores modernizados face aos limites da escassez de terra. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2 e 3, p. 58-69, maio-dez. 1995.

BUENO, E. P. **A segregação sócio-espacial: a (re) produção de espaços em Catalão-GO**. 2000. 227 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

CABRAL, D. C. Madeireiros do Brasil colonial. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 212, p. 16-19, jan/fev. 2005.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**: uma análise nacional e regional. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000. v. 1, 189 p.

_____. **O novo rural brasileiro**: uma análise estadual-Nordeste. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000. v. 2, 156 p.

_____. **O novo rural brasileiro**: uma análise estadual Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000. v. 3, 218 p.

_____. **O novo rural brasileiro**: políticas públicas. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000. v. 4, 176 p.

CAMPOS, F. I. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: UFG, 1987. 116 p.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 8. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998. 284 p.

CANGIANI FILHO, E. **Dicionário rural**. Goiânia: Scala Gráfica, 2004. 264 p.

CARDOSO, C. F. S. História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. In: _____. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 13-94.

_____. Propriedade da terra e técnicas de produção nas colônias escravistas da América Latina e das Antilhas no século XVIII. In: _____. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 111-132.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 150 p.

CARNEIRO, L. Extensão rural e agronegócio. **O Popular**, Goiânia, 28 out. 2005. Agricultura, Suplemento do Campo, p. 4.

CASSETI, V. Pesquisa em geomorfologia. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 2, n. 2, p. 08-22, set. 1999.

CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. C. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353 p.

_____. **Brasil: questões atuais da reorganização do território.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 470 p.

CAUME, D. J. **A agricultura familiar no estado de Goiás.** Goiânia: UFG, 1997. 71 p. (Quiron).

CHAVES, M. R. **A devastação legal do cerrado e a produção do carvão vegetal em Catalão-GO.** 1998. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Tradução Rosa María Rússovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 342 p.

CONWAY, G. (Org.). **Uma agricultura sustentável para a segurança alimentar mundial.** Tradução Eric Sabourin; Vanice Dolores Bazzo Semid; Wilson Schmidt. Brasília: EMBRAPA – SPI, 1998. 68 p. (Agricultura Familiar, 2).

CORBUCCI, R. Agricultura familiar e crise: quadro contemporâneo. In: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO PROJETO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL EM AGRICULTURA – APIPSA, 5. , 1995, Goiânia. **Anais...** Goiânia: APIPSA, UFG, 1995. p. 39-43.

COSTA, E. V. **Da senzala à colônia.** 3. ed. São Paulo: UNESP, 1998. 570 p. (Biblioteca básica).

COSTA, J. B. Agricultura familiar, é possível ser feliz no campo. **Mundo Jovem**, Porto Alegre, n. 348, p. 12-13, jul. 2004.

COSTA, V. M. H. M. A modernização da agricultura no contexto da constituição do complexo agroindustrial no Brasil. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 1992, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM/DGE, 1992. p. 2-26

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, H. (Org.). **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no mercosul.** Santa Maria: UFSM, 2003. p. 157-194.

CUNHA, E. **Os sertões.** 13. ed. São Paulo: Francisco Alves, 1936.

DAVID, C.; CORRÊA, W. K. A política agrária e as transformações na agricultura brasileira - de 1960 aos dias atuais. **Geosul**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 23-44, jan/jun. 2002.

DELGADO, G. C. Mudança técnica na agricultura: constituição do complexo agroindustrial e político tecnológica recente. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília: EMBRAPA, v. 2, n. 1, p. 79-97, jan./abr. 1985.

_____. A agricultura familiar e política no Brasil. Situação atual e perspectiva. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 5-35, set./dez. 1994.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural**: uma abordagem ilustrada. Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná, 2002. v. I-II.

DEGASPARI, S. D.; VANALLI, T. R.; MOREIRA, M. R. G. **Apostila de normalização documentária**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2004. 32 f. (Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação).

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. et al. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.

DIDONET, A. D. Agricultura familiar e sustentabilidade. 2003. Disponível em: <<http://www.sectec.go.gov.br/artigos-publicacoes.htm>>. Acesso em: 5 abr. 2003.

DINIZ, J. A. F. Agricultura e geografia agrária. In: _____. **A geografia da agricultura**. São Paulo: Difel, 1984. cap. 1, p. 19-34.

DOWBOR, L. **A formação do capitalismo dependente no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. 213 p.

EMBRAPA. **Pesquisa e desenvolvimento**: subsídios para o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira. Brasília, 1998. 40 p. (Agricultura Familiar, 1).

ESTANISLAU, C. F. **Dicionário rural**. Goiânia: Scala Gráfica, 2004. 264 p.

ESTEVAM, L. A. Agricultura tradicional em Goiás. In: PEREIRA, A. A. (Org.). **Agricultura de Goiás: análise e dinâmica**. Goiânia: UCG, 2004. p. 25-47.

EZZELL, C. Tempo e cultura. **Scientificamerican Brasil**, São Paulo, n. 5, p. 86-87, out. 2002.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 1-12, jan./ago. 1999. (ABRA).

FERREIRA, D. A. O. **Mundo rural e geografia**. geografia agrária no Brasil: 1930-1990. São Paulo: UNESP, 2002. 462 p.

FERREIRA, I. M. **As relações morfoopedológicas em formação superficiais de cimeira.** O exemplo do Complexo Dômico de Catalão-GO. 1993. 154 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. **O afogar das veredas:** uma análise comparativa espacial e temporal das veredas do Chapadão de Catalão (GO). 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

FERRI, M. G. Histórico dos trabalhos botânicos sobre o cerrado. In: SIMPÓSIO SOBRE O CERRADO, 1963, São Paulo. Anais... São Paulo: EDUSP, 1963.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala:** formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

_____. **Sobrados e mocambos.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998. 248 p. (Ciências Sociais, v. 23).

_____. **Prefácio à nova economia política.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 137 p. (O Mundo, Hoje, v. 15).

GARCIA JR, A. R. **Terra de trabalho:** trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 236 p. (Coleção Estudos Sobre o Nordeste, v. 8).

GASPAR, J. **Globalização e reordenamento do território na Europa.** In: GONÇALVES, N. et al. Os lugares do mundo: a globalização dos lugares. Salvador: UFBA, 2000. p. 111-126.

GASQUES, J. G.; VILA VERDE, C. M. Novas fontes de recursos, propostas e experiências de financiamento rural. In: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO PROJETO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL EM AGRICULTURA – APIPSA, 5. , 1995, Goiânia. **Anais...** Goiânia: APIPSA, UFG, 1995. p. 23-38.

GEORGE, P. **Geografia rural.** São Paulo: DIFEL, 1982. 252 p.

GOLDMANN, L. **Lês sciences humaines et la philosophie.** Paris: Denoel, 1966. p. 39-61.

GOMES, H.; TEIXEIRA NETO, A.; BARBOSA, A. S. Espaço geográfico da produção. In: _____. **Geografia:** Goiás-Tocantins. 2. ed. Goiânia: UFG, 2004. cap. IV, p. 189-223.

GONÇALVES, J. S. **Mudar para manter**: pseudomorfose da agricultura brasileira. São Paulo: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1999. 373 p.

GONÇALVES NETO, W. A questão agrária brasileira: vinte anos de debate (1960-1980). In: _____. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 51-113

_____. **Estado e agricultura no Brasil** (1960-1980). São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 51-113.

GORENDER, J. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. 2. ed. Porto Alegre: 1994. p. 15-45.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 115 p. (Primeiros Passos, 18).

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-82, maio. 1997.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 238 p.

GRAZIANO DA SILVA, J.; KAGEYAMA, A. As estratégias sociais dos agricultores. A produção camponesa e o desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil. In: SEMINÁRIO SOBRE A AGRICULTURA BRASILEIRA NOS ANOS 90: DESAFIOS E PERSPECTIVAS, 1. , 1989, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 1989. p. 160-178.

GRAZIANO DA SILVA, J.; KAGEYAMA, A. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP: 1996. cap. 1, p. 1-40.

GRAZIANO DA SILVA, J.; SILVA, A. G.; DEL GROSSI, M. E. Ocupações rurais não-agrícolas (ORNAs) como estratégia de desenvolvimento local: o pólo de confecção do município de Ceará - Mirim no Rio Grande do Norte. **Economia ensaios**, Uberlândia, v. 16, n. 1, p. 37-62. 2001.

GRAZIANO NETO, F. Modernização da agricultura e questão agrária. In: _____. **Questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. cap. 1, p. 17-78.

GRAZIANO NETO, F. Recolocando a questão agrária. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. 2. ed. Porto Alegre, UFRGS, 1994. p. 238-254.

GRAZIANO NETO, F. A (difícil) interpretação da realidade agrária. In: SCHMIDT, B. V.; MARINHO, D. N. C.; ROSA, S. L. C. **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. 78. ed. Brasília: UnB, 1998. p. 153-170.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 362 p.

_____. **Quatro séculos de latifúndio**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 255 p.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 301-312. (Os Pensadores).

HARNECKER, M. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. Tradução Edson Bini e Armandina Venâncio. 43. ed. São Paulo: Global, 1980. 296 p.

_____. **O capital: conceitos fundamentais**. Tradução Edson Bini; Armandina Venâncio. São Paulo: Global, 1978. 205 p.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. Tradução Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1993. 339 p.

HELD, D.; MCGREW, A. **Prós e contra da globalização**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 107 p.

HENGEL, G. W. F. A fenomenologia do espírito. In: _____. **Hegel: vida e obra**. Tradução Henrique C. de Lima Vaz. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 289-459. (Pensadores).

HESPANHOL, A. N. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-oeste brasileiro à economia nacional. **Agricultura, cidade e análise regional**, Presidente Prudente, n. 22, p. 07-26, 2000.

HESPANHOL, R. A. M. **Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente**. 2000. 354 f. (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

HESPANHOL, R. A. M. O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar – PRONAF: uma avaliação preliminar. **Agricultura, cidade e análise regional**, Presidente Prudente, n. 22, p. 41-59, 2000.

HESPANHOL, R. A. M. A inserção econômica e social da produção familiar na região de Presidente Prudente. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n. 23, p. 229-245, 2001.

HESPAÑOL, R. A. M.; COSTA, V. M. H. M. Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente. In: GERARDI, L. H. O.; MENDES, I. A. (Org.). **Do natural, do social e de suas interações**: visões geográficas. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP; AGETEO, 2002. p. 157-172.

HESSEL, R.; FELTRIN, A. Do campo de batalha para os negócios. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 3 out. 2002. Série Trajetória, p. A-8.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 220 p.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Tradução Waltensir Dutra. 21. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 313 p.

IANNI, O. **A sociedade global**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. 193 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Levantamento sistemático da produção agrícola**. Goiânia, 1999-2004.

_____. **Censo demográfico**. Municípios do Estado de Goiás. Goiânia: IBGE, 1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 1998 e 2000.

KAGEYAMA, A. O subemprego agrícola nos anos 90. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 83-98. 1997.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. **A estrutura da produção no campo em 1980**. São Paulo: Perspectivas, 1989/90. p. 55-71.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução João Antunes. Lisboa: Portucalense, 1972. 2 v.

KONDER, L. **O que é dialética**. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 87 p. (Primeiros Passos).

KORSCH, K. **Marxismo e filosofia**. Tradução Antônio Souza Ribeiro. Porto: Edições Afrontamento, 1966. p. 63-133.

KOSIK, K. Dialética da totalidade concreta. In: _____. **Dialética do concreto**. Tradução Célia Neves; Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 09-54.

LABAIG, H. C. Agricultura e cooperativismo em tempos de crise. In: ENCONTRO

REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO PROJETO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL EM AGRICULTURA – APIPSA, 5. , 1995, Goiânia. **Anais...** Goiânia: APIPSA, UFG, 1995. p. 44-63.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução Ângela M. N. Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993. v. 1, 336 p. (Coleção Repertórios).

_____. **Agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução Frédéric Bazin. Campinas: Unicamp, 1998. v. 2, 348 p. (Coleção Repertórios).

LAMBERT, J. **Os dois brasis**. Rio de Janeiro: INEP/Centro de Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1959.

LÊNIN, V. H. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**: novos dados sobre as leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

_____. **O desenvolvimento de capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIMA, E. S. Agricultor é velho e ganha pouco. **O Popular**, Goiânia, 21 jan. 2001. Caderno de Economia. p. 7.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. **História da agricultura brasileira**: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981. 170 p.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 263 p.

LOPES, E. S. A. História dos movimentos sociais no campo em Sergipe: uma abordagem preliminar. **Candeeiro**, v. 9 e 10, p. 63-75, out. 2003.

LOUREIRO, M. R. G. L. **Terra, família e capital**. Formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1987. 182 p.

LOWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 99-219.

LUKÁCS, G. **Histoire et conscience de classe**. Paris: Edições de Minuit, 1960. p. 77-193.

MALDONATO, M. Não sabemos que não sabemos. **Scientific American Brasil**, São Paulo, n. 21, p. 32-37, fev. 2004.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **O cativo da terra**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986. 157 p.

_____. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: HUCITEC, 2000. 210 p. (Ciências Sociais, 43).

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Tradução Reginaldo Sant' Anna. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 2 v.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista do partido comunista**. Tradução V. I. Lenine. Moscou: Edições Progresso, 1987. 70 p.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 181 p.

MENDES, E. de P. P. **A produção familiar em Catalão (GO)**: a Comunidade Coqueiro. 2001. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

_____. A questão agrária e a polêmica da agricultura familiar. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XII. , 2000, Florianópolis. **Resumos...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. p. 376-377.

_____. A pesquisa em ciências humanas e o materialismo histórico-dialético. **Espaço em Revista**, Catalão, n. 1, p. 57-66, jan/dez. 2001/2002.

_____. A trajetória da modernização agrícola brasileira: setor agroindustrial. In: ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA, VIII. , 2003, Cidade de Goiás. **Resumos...** Cidade de Goiás: Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária “Cora Coralina”, 2003. p. 58.

MENDES, E. de P. P. A trajetória da modernização agrícola brasileira: setor agroindustrial. In: ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA, VIII. , 2003, Cidade de Goiás. **Anais...** Cidade de Goiás: Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária “Cora Coralina”, 2003. 1 CD-ROM.

MENDES, E. de P. P.; HESPANHOL, R. A. M. Questões teóricas-metodológicas da produção rural familiar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, V. , 2003, Florianópolis.

Anais... Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 1 CD-ROM.

MENDES, E. de. P. P. A Comunidade Coqueiro em Catalão (GO): a terra a família e o trabalho como tema de estudo. In: SEMANA DE GEOGRAFIA, I. , 2003, Catalão. **Anais...** Catalão: Universidade Federal de Goiás – Campus de Catalão, 2003. 1 CD-ROM.

_____. Questões teóricas-metodológicas da produção rural familiar. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n. 26 a 29, p. 113-132, 2002/2003.

_____. A produção rural familiar em Catalão (GO): o significado da comunidade coqueiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, VI. , 2004, Goiânia. **Anais...** Goiânia: Universidade Federal de Goiás. 2004. 1 CD-ROM.

MENDONÇA, M. R. **A questão regional e o campesinato**. A alhicultura em Catalão-GO. 1998. 233 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

MENDONÇA, M. R.; THOMAZ JÚNIOR, A. A reestruturação do capital e a modernização da agricultura no sudeste de Goiás. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n. 26 a 29, p. 173-188, 2002/2003.

MESQUITA, H. A. **A modernização da agricultura**: um caso de Catalão. 1993. 180 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

MIORIN, V. M. F. **Modo de produção e organização do espaço agrário**: uma abordagem teórico-metodológica. 1988. 256 f. Tese (Doutorado em Geografia, Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Rio Claro.

MONTEIRO LOBATO, J. B. **O sítio do pica-pau amarelo**. São Paulo: Brasiliense, 1939.

_____. **Jeca tatuzinho**. 32. ed. Rio de Janeiro: Bloch, 1961. 12 p.

_____. **Urupês**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1975. v. 1, 155 p.

MORAES, A C. R. **Geografia**: pequena história crítica. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1985. 138 p.

MOREIRA, R. Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço do trabalho. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. II, n. 16, p. 4-8, 2000.

MOREIRA, R. J. Relação entre a acumulação industrial e a agricultura brasileira após os anos 50. In: _____. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad; UFRJ/CPDA, 1999. p. 11-36.

_____. Tecnologia, relações sociais e condições de vida dos trabalhadores rurais. In: _____. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad; UFRJ/CPDA, 1999. p. 73-84.

_____. A pequena produção e a composição orgânica do capital. In: _____. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad; UFRJ/CPDA, 1999. p. 101-118.

_____. Agricultura familiar e assentamentos rurais: competitividade, tecnologia e integração social. In: _____. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad; UFRJ/CPDA, 1999. p. 157-180.

_____. Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. In: _____. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad; UFRJ/CPDA, 1999. p. 181-197.

MOTA, D. M. Agricultura e flexibilidade do trabalho em tempos recentes de globalização. **Candeeiro**, v. 9 e 10, p. 76-81, out. 2003.

MOYA, G. L. C. **Subsídios à regionalização e classificação funcional das cidades: o caso de Catalão-GO**. 2000. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2000.

NASCIMENTO, C. A. Pluriatividade e serviço doméstico remunerado. **Economia ensaios**. Uberlândia, v. 16, n. 1, p. 63-90, 2001.

_____. **Feudalismo e propriedade fundiária**. São Paulo: UNESP. SE/Secretaria da Cultura, 1989. p. 210-226.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2 e 3, p. 21-36, maio/dez. 1995.

NOGUEIRA, M. E se não tivesse havido escravos negros no Brasil? **Super Interessante**, São Paulo, n. 197, p. 48-79, fev. 2004.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática: 1986. 88 p.

_____. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. 2. ed. Porto Alegre, UFRGS, 1994. p. 45-67.

_____. A agricultura brasileira. Transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. 2. ed. São Paulo: USP, 1998. p. 465-534. (Didática, 3).

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976. p. 6-77. (Seleções Cebrap, 1).

OLIVEIRA, L. Que é geografia. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 11, n. 21 e 22, p. 89-95. jan/dez. 1999.

OLIVEIRA, R. D. Com a palavra: repensando o cotidiano. **Nova Escola**, São Paulo, n. 170, p. 16-19, mar. 2004.

OLIVEIRA, V. **As populações meridionais do Brasil**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1920.

OLIVEIRA, V. **A evolução do povo brasileira**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.

O POPULAR. Agricultura familiar terá R\$ 7 bilhões para safra. **O Popular**, Goiânia, 29 jun. 2004. Economia, p. 14.

PAIVA, M. Pecuária: mais bois no confinamento. **O Popular**, Goiânia, 19 ago. 2000. Suplemento do Campo, p. 6-7.

PÉCLAT, G. T. S. C. “A marcha para o oeste”: uma análise sobre as fontes de informações orais acerca da região de Guaraíta – Goiás. In: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO PROJETO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL EM AGRICULTURA – APIPSA, 5. , 1995, Goiânia. **Anais...** Goiânia: APIPSA, UFG, 1995. p. 203-213.

PEREIRA, A. A. (Org.). **Agricultura de Goiás**: análise e dinâmica. Goiânia: UCG, 2004. 970 p.

_____. Programas especiais de desenvolvimento agropecuário. In: _____. **Agricultura de Goiás**: análise e dinâmica. Goiânia: UCG, 2004. p. 428-452.

PEREIRA A. O. A lógica do PRONAF. Ampliação e perpetuação das desigualdades regionais. **Agricultura, cidade e análise regional**, Presidente Prudente, n. 22, p. 27-40, 2000.

PESSOA, J. M. **A revanche camponesa**. Goiânia: UFG, 1999. 351 p.

PESSÔA, V. L. S. **Ação do estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba-MG**. 1988. 237 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

_____. A agricultura familiar e as estratégias de sobrevivência na virada do milênio. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 2, n. 2, p. 36-41, set. 1999.

PETRELLA, R. **Los limites ala competitividad**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes/Editoril Sudamericana, 1996. 211 p.

PETRONE, M. T. S. **O imigrante e a pequena propriedade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. 89 p. (Tudo é História).

PICAZO, J. G. Alho: mercado é estável. **O Popular**, Goiânia, 3 fev. 2001. Suplemento do Campo, p. 3.

POOL, I. S. et al. Os efeitos sociais do telefone. In: Clarke, A. C. et al. **O telefone: ontem, hoje e amanhã**. Tradução Itamar Faul. Brasília, TELEBRAS, 1979. p. 09-20.

PRADO JÚNIOR, C. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. In: _____. **A questão no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 15-85. (1. ed. 1979).

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 390 p.

_____. **História econômica do Brasil**. 39. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. 364 p.

PRADO, R. Os achados do descobrimento. **Nova Escola**, São Paulo, n. 127, p. 10-17, nov. 1999.

PRIMAVESI, A. **Agricultura sustentável: manual do produtor rural**. São Paulo: Nobel, 1992. 142 p.

QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato brasileiro**. Ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976. 242 p.

RANGEL, I. M. **A questão agrária brasileira**. Recife: CONDEPE, 1962. p. 9-71.

RANGEL, I. M. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 266 p.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL. Fábrica de fertilizantes do terminal rodoviário da Ultrafertil. Catalão, 2004. 120 p.

RESENDE, I. Em defesa da produção agrícola. **O Popular**, Goiânia, 11 jan. 2001. Opinião. p. 10.

ROSA, S. L. C. Os desafios do PRONAF. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2 e 3, p. 185-192, maio/dez. 1995.

ROSA, J. G. **Grande sertão**: veredas. 36. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. 538 p.

SALGUEIRO, T. B. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Território**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 39-53, jan./jun. 1998.

SANFELICE, J. L. Pesquisas e ciências humanas no Brasil: soluções e/ou impotências. **Quaestio**, Sorocaba, SP: UNISO. v. 1, n. 1, p. 10-15, maio. 1999.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 163 p.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec. 1994. 190 p.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 308 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471 p.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e pluriatividade. In: _____. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 165-194. (Série Estudos Rurais).

_____. Teoria social, capitalismo e agricultura familiar. In: _____. **A pluratividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. cap. 1, p. 21-72.

_____. Agricultura familiar e pluriatividade. In: _____. **A pluratividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. cap. 2, p. 73-110.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução da agricultura familiar. In: _____. **A pluratividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. cap. 5, p. 177-228.

SCHREINER, J. M. Novo fôlego para a agricultura familiar. **O Popular**, Goiânia, ano 16, n. 810, 23 ago. 2003. Suplemento do Campo, p. 4.

SCHULTZ, T. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO; SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E INFORMAÇÃO. **Goiás em dados 2003**. Goiânia: SEPLAN, 2003. 186 p.

_____. **Índice de desenvolvimento econômico - índice de desenvolvimento social**: dos municípios goianos - 2000. Goiânia: SEPLAN, 2003. 78 p.

SÉRGIO LUIZ. Produção familiar avança. **O Popular**, Goiânia, 26 fev. 2005. Agricultura, Suplemento do Campo, p. 12.

SERRA, E. A reforma agrária e o movimento camponês. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XI. , 1992, Maringá. **Anais...** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 1992. v. 2, p. 108-138.

SILVA, E. J. Ocupação/colonização de Goiás: sesmarias – 1726/1770. Uma proposta de estudo. In: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO PROJETO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL EM AGRICULTURA – APIPSA, 5. , 1995, Goiânia. **Anais...** Goiânia: APIPSA, UFG, 1995. p. 185-202.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. Campinas: UNICAMP, 1996. 373 p. (Coleção Repertórios).

SILVA, A. M.; PINHEIRO, M. S. F.; FREITAS, N. E. de. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos**: projetos de pesquisa, monografias, dissertações e teses. 4. ed. Uberlândia: EDUFU, 2004. 158 p.

SILVA, L. O. Na terra, as raízes do atraso. **História Viva**, São Paulo: Ediouro, n. 1, p. 72-77, nov. 2003.

SILVA, S. Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo. In: PINSKY, J. **Capital e trabalho no campo**. São Paulo: HUCITEC, 1979. p. 7-24. (Coleção Estudos Brasileiros, 7).

SILVEIRA, M. R. **Logística e transporte ferroviário no sudoeste do Brasil**. 2002. (Texto inédito).

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 2. ed. São Paulo:

Contexto, 1998. 139 p.

SINGET, P. Introdução: capital e trabalho no campo. In: PINSKY, J. **Capital e trabalho no campo**. São Paulo: HUCITEC, 1979. p. 1-6. (Coleção Estudos Brasileiros, 7).

SODRÉ, N. W. **Introdução à revolução brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

SPOSITO, E. S. A questão do método. In: _____. **Contribuição à metodologia de ensino do pensamento geográfico**. Presidente Prudente: Texto, 2000. p. 19-68. (Primeira Parte).

_____. Território, logística e mundialização do capital. In: SPOSITO, E. S. (Org.). **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: UNESP/FCT; GAsPERR, 1999. p. 99-113.

SPOSITO, M. E. B. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas espaciais. In: DAMIANI, A. L. et al. **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 83-99.

STACCIARINI, J. H. R. **Soja**: uma “pequena” rede geográfica “sem fim” dentro da agricultura do município de Catalão-GO. Presidente Prudente: UNESP, 1999. 14 p. (Inédito).

STIX, G. Tempo real. **Scientific American Brasil**, São Paulo, n. 5, p. 50-53, out. 2002.

SZMERECSENYI, T. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990. 102 p.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. 405 p.

_____. Contratualização e racionalidade familiar. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. cap. 3, p. 107-148.

UELZE, R. **Logística empresarial: uma introdução à administração dos transportes**. São Paulo: Pioneira, 1974. 293 p. (Biblioteca Pioneira de Administração e Negócios).

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. Delimitando a agricultura familiar. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2 e 3, p.

128-141, maio/dez. 1995.

_____. Agricultura familiar e sustentabilidade. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XX. , Caxambu. **Anais...** Caxambu: UNICAMP, 1996. 21 p.

_____. A tímida política agrária. **Ciência Hoje**, São Paulo, v. 24, n. 141, p. 26-31, ago. 1998.

_____. Nem tudo é urbano. **Ciência e Cultura**, São Paulo, n. 2, p. 26-29, abr/maio/jun. 2004.

VITÓRIA, C. D. Logística já é um negócio invejável. **Gazeta Mercantil**, São Paulo. 3 out. 2002. Série Trajetória, p. A-8.

WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2 e 3, p. 37-57, maio/dez. 1995

_____. Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento. In: BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: UFPR, 1999. cap 1, n. 42, p. 53-90.

_____. A agricultura e os agricultores familiares na região Centro-Oeste do Paraná. In: BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: UFPR, 1999. cap 2, n. 42, p. 91-104.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. cap. 1, p. 21-56.

WOORTHMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. Herdeiros do sul e sitiante do nordeste. São Paulo: Hucitec, Brasília: EDUnB, 1995. 336 p.

WOORTHMANN, E. F.; WOORTHMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: EDUnB, 1997. 192 p.

WWF (World Wildlife Foundation). **De grão em grão o cerrado perde espaço: Impactos do processo de ocupação**. Brasília: WWF/Fundação Pró-Cerrado, 1995. 66 p.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

CAMPUS DE CATALÃO

Pesquisa de Doutorado FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente

ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTA AGÊNCIA GOIANA RURAL

Entrevistado: Engenheiro Agrônomo Vilmar Eustáquio da Silva

Função: Extensionista Rural / AGR

Data: 23/06/2003.

Fone: (0xx64) 411-4366, Fax (0xx64) 441-3071

- 1 Qual é o perfil do Produtor Rural Familiar do Município de Catalão (GO)?
- 2 Quais são os principais problemas verificados neste segmento?
- 3 Quais são as principais estratégias de reprodução destes produtores?
- 4 Qual é a sua avaliação da produção rural familiar nestes últimos anos?
- 5 Em que momento, a produção do alho começa a se destacar no município? E quais outros produtos também se destacam?
- 6 Que fatores contribuíram para isso?
- 7 Quantos produtores se dedicam a essa atividade no município?
- 8 Que variedades cultivam e que produtividade obtêm? É satisfatória tecnicamente?
- 9 Qual é a área média das propriedades que se dedicam a essa(s) atividade(s)?
- 10 Hoje a produção de alho tem sido expressiva na geração de renda? () SIM () NÃO
- 11 Existe (m) outro (s) produto (s) comercialmente expressivo (s)?
- 12 Qual é o destino da produção?
- 13 No caso da comercialização para o consumo da população (município), quais os principais compradores?
- 14 Como são estabelecidos os preços de comercialização?
- 15 Como é o transporte e o acondicionamento do(s) produto(s)?
- 16 O pequeno produtor recorre a financiamentos? () SIM () NÃO
Quais os órgãos financiadores?
- 17 Qual é o grau de tecnificação do produtor?
- 18 Os Produtores utilizam sementes selecionadas, defensivos ou outro tipo de recurso técnico?
- 18.1 Sementes:
- 18.2 Defensivos:
- 18.3 Quais são os mais perigosos? Por quê?
- 18.5 Utilizam equipamento de segurança?

18.6 O que os produtores fazem com as embalagens desses produtos?

18.7 Adubos:

18.8 Qual é o tipo de irrigação utilizada na região? É a mais adequada para a produção?

18.9 De que forma os produtores têm adquirido esse equipamento?

21 Toda a assistência técnica ao produtor é feita pela Agência Rural? () SIM () NÃO
Por quê?

22 Quanto à organização do produtor? Existe alguma Associação ou Cooperativa que o represente? Qual o seu papel?

23 E quanto à competitividade no mercado - questões referentes à qualidade do produto, como classificação e padronização (continuidade, volume, escala, frequência)?

24 Que tipo de mão-de-obra é utilizada? Há predomínio de mão-de-obra não assalariada?
() SIM () NÃO

25 As esposas, produtoras rurais, possuem alguma fonte de renda?

26 Qual o grau de instrução, da maioria, dos produtores rurais no município?

26.1 Este fator interfere no desenvolvimento deste segmento de produtores?

27 Quais as culturas que apresentaram aumento da produção em 2001 e 2002? Por quê?

28 Como ficou a produção de alho com o fim da política de importação *antidumping* em 2001?

29 Existem muitos produtores que estabelecem contratos com indústrias processadoras?

() SIM () NÃO Por quê?

Observações:

A Agência Rural do estado de Goiás está vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Org. Estevane de Paula Pontes Mendes
Profª Assistente do Curso de Geografia,
Campus de Catalão/UFG.

Fone: (64) 441-1505. E-mail: iemendes@ibest.com.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS DE CATALÃO**

Pesquisa de Doutorado FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente / Ano 2003

ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O AGENTE DE SAÚDE

- 1 Comunidade Responsável:
- 2 Onde reside?
- 3 Há quanto tempo?
- 4 Qual o seu papel / trabalho junto à Comunidade?
- 5 Quantas famílias / moradores há na Comunidade?
- 6 Quais são as condições sanitárias do lugar?
- 7 Há muitos idosos?
- 7.1 Quais são suas condições de vida?
- 8 Nº de emprego não agrícola/idade desses trabalhadores>
- 8.1 Tipo de atividade?
- 9 Quais são os principais problemas observados?

Org. Estevane de Paula Pontes Mendes
*Profª Assistente do Curso de Geografia,
Campus de Catalão/UFG.*

Fone: (64) 441-1505. E-mail: iemendes@ibest.com.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS DE CATALÃO**

Pesquisa de Doutorado FCT/UNESP – Presidente Prudente / Ano 2003

**ANEXO C - ENTREVISTAS COM MORADORES MAIS ANTIGOS DAS
COMUNIDADES RURAIS EM CATALÃO (GO)**

Nº _____

Data: _____ / _____ / 2003.

1. Nome do produtor, idade:
2. Nome da esposa, idade:
3. Origem das famílias:
4. Há quanto tempo está na propriedade?
5. Tamanho da propriedade e como a adquiriu?
6. Quando sua família migrou para o lugar e de onde vieram seus antecessores ?
7. Como surgiu a Comunidade?
8. Quais as famílias mais tradicionais da Comunidade (sobrenome)?
9. Por que vieram para este lugar (o que procuravam)?
10. Qual a origem do nome do lugar?
11. Quais as construções mais antigas?
12. Como as famílias eram organizadas (deveres, obrigações, afetividade)?
13. Qual era o papel da mulher na família?
14. Quem ficava na propriedade dos pais, após o casamento (filhos/filhas)?
15. Como era organizado o trabalho?
16. Havia agregados? Qual era sua relação com o proprietário das terras? O que produzia? Qual o horário de trabalho? Forma de pagamento? Como eram suas residências?
17. Qual o tamanho médio das famílias?
18. Qual o tamanho médio das propriedades?
19. O que produziam? O que comercializava e com quem (onde)? Como era feito o transporte?
20. O que compravam do comércio local?
21. Havia mutirões/demão? Tipo de serviço realizado?
22. Como era a Ensino formal (nº de alunos, salas de aula multi-seriadas)?
23. Tradições
 - 23.1 Religiosidade (religião predominante, missas, novenas/terços)
 - 23.2 Eventos tradicionais do lugar.
 - 23.3 Festas (era/é importante para reunir as famílias do lugar?)
 - 23.4 Santos homenageados/data
24. Onde era realizados os enterros?
25. Saúde (agente Comunitário de Saúde):
26. Energia elétrica, condições sanitárias:
27. Cuidado com os idosos da comunidade:
28. Principais problemas na Comunidade:

Org. Estevane de Paula Pontes Mendes
Profª Assistente do Curso de Geografia,
Campus de Catalão/UFG.

Fone: (64) 441-1505. E-mail: jemendes@ibest.com.br

2 Quantidade comercializada: () diariamente () semanalmente () mensalmente () anualmente

3 Preço alcançado (2002/2003):

4 O produtor possui transporte próprio: () SIM () NÃO

4.1 Em caso negativo, quem faz o transporte e qual o seu custo.

5 O produtor tem acesso às informações sobre o mercado (demanda, preços, exigências do consumidor)? () SIM () NÃO

6 Como obtém essas informações?

7 Existem problemas para a comercialização? () SIM () NÃO. Por quê?

IV DADOS SOBRE A FORÇA DE TRABALHO

1 FAMILIAR

N.º de pessoas:

Grau de parentesco, faixa etária e sexo: () filhos () irmãos () esposa

() 10-15 () 16-21 () 22-27 () 28-33 () 34-39 () 40-50 () Outros

Período do ano em que trabalham:

Tipo de serviço que realizam:

Período do ano:

2 ASSALARIADO PERMANENTE

N.º de pessoas:

Faixa etária e sexo:

Origem:

Forma de contratação:

Forma de pagamento:

Tipo de serviço que realizam:

3 ASSALARIADO TEMPORÁRIO

N.º de pessoas:

Faixa etária e sexo:

Origem:

Forma de contratação:

Forma de pagamento:

Período do ano em que trabalham:

Tipo de serviço que realizam:

4 OUTRAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Tipo:

N.º de pessoas:

Faixa etária e sexo:

Origem:

Período do ano em que trabalham:

Tipo de serviço que realizam:

V DADOS SOBRE A TECNOLOGIA E A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

1 Utiliza sementes selecionadas? () SIM () NÃO

() milho () alho () feijão () hortaliças

2 Possui irrigação? De que tipo?

() SIM () NÃO () aspersão convencional

3 Como adquiriu o equipamento? () de terceiros/usado () novo

4 Possui máquinas e equipamentos próprios? Quais?

() SIM () NÃO.

5 Faz adubação? Que tipo?

() SIM () NÃO () 4-30-16

() uréia () 4- 14-8 () 25-20 Outros

6 Utiliza defensivos? Que tipo e para que finalidade?

() SIM () NÃO.

7 Como é feita a pulverização?

() bomba costal (manual)

() outros

8 Utiliza: () máscaras () luvas () outros equipamentos de segurança

9 Faz ou já fez análise do solo? () SIM Quando: () NÃO

10 Faz correção do solo? () SIM () NÃO

11 O produtor utiliza curva de nível ou outra forma de conservação do solo?

() SIM () NÃO

VI DADOS SOBRE A ASSISTÊNCIA TÉCNICA

1 Conta com assistência técnica?

() SIM () NÃO Quais órgãos?

2 Como é feita a assistência técnica?

VII DADOS SOBRE FINANCIAMENTO

1 O produtor utiliza para suas atividades:

() Recursos próprios

() Financiamentos () SIM () NÃO

Instituição:

Juros (%) ano

Por quê: _____

VIII DADOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES

1 É filiado à:

() Associação Qual (is)?

() Sindicato Qual (is)?

() Cooperativa Qual (is)?

Por quê? _____

2 Qual a importância dessa entidade para a produção?

3 Quais são as perspectivas do produtor para a atividade?

Observações:

- Famílias Tradicionais
- Origem das Primeiras Famílias (descendentes/tradicionais)
- Religiosidade
- Eventos Culturais.

Org. Estevane de Paula Pontes Mendes
Profª Assistente do Curso de Geografia,
Campus de Catalão/UFG.

Fone: (64) 441-1505. E-mail: iemendes@ibest.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

CAMPUS DE CATALÃO

Pesquisa de Doutorado FCT/UNESP - Campus de Presidente Prudente

ANEXO E - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS FILHOS DOS PRODUTORES

Nº _____

Data: _____ / _____ / 2003.

1 Nome:

2 Idade:

3 Escola:

4 Série:

5 Origem:

6 Local de residência:

7 Filiação:

Idade:

Idade:

8 Quantos irmãos você tem? E qual a idade dele(s)? () irmão(s) Idade(s)

9 Todos os seus irmãos moram com seus pais? () sim () não

10 Todos os seus irmãos estudam? () sim () não

11 Há quanto tempo mora na propriedade?

12 Seus pais são: () proprietários () arrendatários () outros

13 Você trabalha? () sim () não () com seus pais () em outra propriedade

14 O que você faz ? () ordenha () cuida de hortalças () trata dos animais

() ajuda nos afazeres domésticos () Outros

15 Você recebe salário? () sim () não Quanto? R\$

16 Você pretende continuar seus estudos? () sim () não

17 Qual a profissão que você pretende seguir?

18 Gostaria de se mudar para outro lugar? () sim () não Por quê?

19 Qual o tipo de serviços que seus pais realizam?

20 Quais produtos produzem?

21 O que fazem com esses produtos?

22 Seus pais trabalham fora da propriedade? () sim () não

23 Se trabalham, o que fazem?

24 Sua casa possui: () banheiro () energia elétrica () água encanada () televisão (

) geladeira () telefone () Outros

25 O que a sua casa não tem, que você gostaria de possuir?

26 Quais são as festas organizadas em sua Comunidade? Em que meses são feitas?

27 Existem outros eventos (festas, jogos) na sua Comunidade? Quais?

28 O que você mais gosta de fazer para se divertir?

29 Quais são as principais dificuldades que você e sua família enfrentam?

Org. Estevane de Paula Pontes Mendes

Profª Assistente do Curso de Geografia,

Campus de Catalão/UFG.

Fone: (64) 441-1505. E-mail: iemendes@ibest.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

CAMPUS DE CATALÃO

Pesquisa de Doutorado FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente / Ano 2003

ANEXO F - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS TRABALHADORES RURAIS

N.º _____

Data: ____ / ____ / 2003.

I IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHADOR RURAL

1 Local /moradia: _____

2 Nome do trabalhador(a): _____ 3 Idade: _____

4 Nome da Esposa (a): _____ 5 Idade: _____

6 Origem da família: _____

7 Grau de parentesco: () sim () não

8 Número de irmãos: () esposa () esposo

9 Número de filhos: () M/Idade: _____ () H/Idade: _____

10 Onde moram? () com os pais () meio rural () meio urbano

11 Profissão dos filhos: _____

12 Grau de escolaridade: () esposa () esposo

13 Grau de escolaridade/filhos: _____

14 Situação do trabalhador: () trabalhador diarista () arrendatário () empreiteiro

Outros: _____

15 Possui Carteira de Trabalho (CTPS): () sim () não

15.1 Recebe Férias remuneradas: () sim () não

15.2 Recebe o décimo terceiro salário: () sim () não

16 Quanto recebe por: () dia () semana () mês _____

17 Há quanto tempo está na Comunidade Morro Agudo/Cisterna: () anos

18 Situação de moradia: _____

19 Há quanto tempo mora nesta residência? () _____

20 A residência possui: () banheiro () energia elétrica () água encanada ()

lavadora () televisão () geladeira () telefone () forno elétrico () batedeira

Outros _____

21 Qual o motivo da migração? _____

22 Como tem sido a situação/perspectiva dos(as) trabalhadores(as) com a queda da produção de alho na região? _____

22 Possui produção própria? () sim () não

c) Consumo próprio:

() hortaliças/frutas () galináceos () ovos () suínos () arroz, feijão, milho ()

Outros: _____

d) Comércio: _____

7 Quais os principais problemas encontrados? _____

II DADOS SOBRE A FORÇA DE TRABALHO

Atividades: _____

1 N.º de pessoas/trabalhadores: _____

1.1 Faixa etária e sexo: _____

() 10-15 () 16-21 () 22-27 () 28-33 () 34-39 () 40-50 () Outros

1.2 Período do ano em que trabalham: _____

1.2.1 Tipo de serviço que realizam: _____

III INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Org. Estevane de Paula Pontes Mendes

Profª Assistente do Curso de Geografia,

Campus de Catalão/UFG.

Fone: (64) 441-1505. E-mail: iemendes@ibest.com.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS DE CATALÃO**

Pesquisa de Doutorado - FCT/Campus de Presidente Prudente

Ano 2003

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, de uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine no final deste documento. Você não tem nenhuma obrigação de participar e não será penalizado de nenhuma forma, caso recuse. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás pelo telefone (62) 821-1075 ou (62) 821-1076.

I INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: **A PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR EM CATALÃO (GO): as Comunidades Rurais**

Pesquisador Responsável: Profª. *Estevane de Paula Pontes Mendes*

Telefone para Contato: (64) 441-1505 ou (64) 441-1500

II OBJETIVOS

1 Geral:

- 1.1 Compreender e analisar o contexto em que surgiram e se desenvolveram os pequenos produtores rurais na sociedade brasileira e suas possibilidades de reprodução na atual conjuntura, particularmente, no município de Catalão, Estado de Goiás.

2 Específicos:

- 2.1 Buscar estabelecer um conjunto coerente de idéias que possibilite o estabelecimento de um referencial teórico e histórico imprescindível para o estudo, contribuindo para a formação de um corpo de problemas referentes às especificidades e diversidades da produção rural familiar na economia brasileira.
- 2.2 Apresentar as principais discussões sobre a organização do espaço agrário brasileiro, dando ênfase às políticas que contribuíram significativamente para o estabelecimento do latifúndio e, conseqüentemente, pela posição subsidiária e secundária destinada à pequena produção rural assentada no trabalho familiar.
- 2.3 Investigar as especificidades locais e regionais promovidas pela inserção agropecuária no circuito comercial inter-regional, decorrente da colonização agrícola nacional de Goiás, analisando as transformações socioespaciais caracterizadas pela dinâmica desse processo.
- 2.4 Analisar as principais características das formas familiares de produção no município de Catalão (GO), assim como sua inserção no mercado, destacando as instituições e órgãos de apoio.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Título da Pesquisa: **A PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR EM GOIÁS: as comunidades rurais no município de Catalão**

Anexo da página 1 (p. 2-9)